N.º 4 // julho 2015 // www.cph.ipt.pt

O Ideário Patrimonial

Arquitecturas, Multimédia e Turismo: Investimento na aposta Multi-sensorial

www.cph.ipt.pt

N. 4 // julho 2015 // Instituto Politécnico de Tomar

PROPRIETÁRIO
Centro de Pré-História, Instituto Politécnico de Tomar
Edifício M - Campus da Quinta do Contador, Estrada da Serra, 2300-313 Tomar
NIPC 503 767 549

DIRETORA
Ana Cruz, Centro de Pré-História

SUB-DIRETOR
Davide Delfino

***DESIGN* GRÁFICO**
Gabinete de Comunicação e Imagem
Instituto Politécnico de Tomar

EDIÇÃO
Centro de Pré-História
Instituto Politécnico de Tomar

SEDE DE REDACÇÃO
Centro de Pré-História
Instituto Politécnico de Tomar

Os textos são da inteira responsabilidade dos autores

PERIODICIDADE
Semestral

ISSN
2183-1394

ANOTADA NA ERC

CONSELHO CIENTÍFICO / COMITÉ DE LEITURA

Professor Catedrático Carlos Costa, Universidade de Aveiro
Professor Doutor Carlos Cupeto, Universidade de Évora
Professor Doutor André Luis Ramos Soares, Universidade Federal de Santa Maria, Brasil
Professor Doutor Fabio Negrini, Università degli Studi di Genova
Professora Doutora Hália Santos, Instituto Politécnico de Tomar e Diretora do ESTAJornal
Professora Doutora Maria João Bom, Instituto Politécnico de Tomar
Professora Doutora Teresa Desterro, Instituto Politécnico de Tomar
Professor-Adjunto António Rodrigues, Instituto de Arte, Design e Empresa - Universitário
Professor Fernando Salvador Sanchez
Doutora Ana Cruz
Doutor Davide Delfino

Índice

EDITORIAL 08

ARQUITECTURAS

***"Mas Antes Ficara Mais Magnifica"*: Renovações Espaciais e Estéticas em Espaços Cultuais de Alfama (1666-1733)**

Maria João Pereira Coutinho 11

A Criação do Centro Histórico do Rio Grande (1737-1755)
Eliza Furlong Antochevis e Ester Bendjouya Gutierrez 30

MULTIMÉDIA

Mosteiro/Museu: Olhar com a Comunidade
Maria Teresa Amado 46

A Presença em Linha do Museu e Parque Arqueológico do Vale do Côa como um Caso de Estudo em Arqueologia Pública
António Pedro Batarda Fernandes 55

Il "3D" di San Calocero, Albenga (SV)
Enrico Roncallo 88

TURISMO

La Spacialità del Potere
Annaluana Tallarita 107

Os Interiores e a Decoração da Pousada do Infante, em Sagres (1958-1960)
Margarida Elias 121

Constância e o Turismo: Do Muito que se tem ao Pouco que se está Mostrando
António Matias Coelho 135

Caminhos Marianos no seu Smartphone. Sim ou Não?
João Caldeira Heitor 155

Paysages Culturels et Perspectives Touristiques au Sénégal
Moustapha Sall 173

EDITORIAL

Editorial

Somos contemporâneos de um período histórico de transição.

Com efeito, o Ocidente vive momentos históricos de significativa relevância que, num estalar de dedos, conduzem ao desmoronamento do sistema tal como o conhecemos. Herdeiros de Descartes, utilizamos o Racionalismo sob a capa da *Objectividade Estatística*. Nas Periferias, números e cifrões justapõem-se resultando em percentagens que determinam os Ratings e as premonições do *Oráculo da Grande Finança*. É ele que enquadra o grau progressivo de vampirização do contribuinte até que ele atinga o clímax, sendo objectivado na completa nudez de toda e qualquer noção de dignidade.

A partir daqui só existe o desconhecido. Sem seres humanos para vampirizar, como sobreviverá o *Oligarca-pseudo-Democrata*?

Próximo Oriente, Ásia e África são o Núcleo que transporta a Europa aos séculos imediatamente seguintes ao desmoronamento do Império Romano do Ocidente, daqui advém a *II Guerra Santa*. Nesta fracção do Planeta, a métrica sobre a qual se desvaloriza desmesuradamente a vida humana está muito próxima da profecia dos Cavaleiros do Apocalipse.

A partir daqui só existe o desconhecido. Sem seres humanos para aterrorizar, como sobreviverá o Tirano?

Esta míriade de descontinuidades históricas internacionais que atravessamos ficará registada na História Universal como um período de inspiração proto-marxista no qual a *Burguesia se trasvestiu em Auto-Coveiro*.

Apesar de todos os pesares, é um privilégio co-habitar com períodos históricos de transformação. Neles, é-nos dado observar a simultaneidade de cenários criados pela *originalidade humana*:

1. Esforço de Manutenção do actual *Status Quo*

    1.1. Guerra Convencional em ordem à retoma de Impérios entretanto desmantelados;
    1.2. Tirania Proto-Colonizadora disfarçada sob a capa de Movimentos Para-Democráticos;
    1.3. Imposição de Instrumentos Financeiros Pseudo-Reguladores;
    1.4. Estilo Negocial e Diplomático típico da Pós-Modernidade.

2. Resistência

    2.1. Intervenções Sangrentas que não encontram paralelo na Guerra Convencional, mas que podem ter encontrado filiação no perfil da Guerrilha.

3. *Corredores Viários Alternativos*

    3.1. Apresentação de *Novos Paradigmas* que conduzam a uma *Nova Ordem Sistémica* adentro da Aldeia Global.

Perguntar-se-ão os leitores a que propósito vem toda esta verborreia!

O actual enquadramento financeiro na Europa Ocidental é de molde a vergar os Patrimonialistas Puristas *à venda a prestações* do Património Herdado por todos nós sob o nome de **Turismo**.

Porque, na correria entre a casa de habitação e a paragem do autocarro, entre esta e o posto de trabalho, entre este e a superfície comercial onde as promoções são apetecíveis, entre esta e as escolas dos filhos, entre estas e a casa de habitação (onde é necessário ainda desempenhar tarefas domésticas ou passear o cão), para de novo, num curto intervalo de sete a oito horas, se voltar a este remoinho sugadoro, não existe qualquer espaço psico-sensorial para o trabalhador-comum usufruir de *um naco de Paraíso*.

Para esta realidade, o *Efeito Placebo* é encontrado na apresentação de propostas lúdicas.

> Por um punhado de € é possível conhecer o património arqueológico de um determinado País ou Região Geográfica.
>
> Por um punhado de € proporciona-se aos visitantes viagens sensoriais bi- ou tri-dimensionais.
>
> Por um punhado de € vive-se um dia, ou um fim-de-semana, na Pré-História ou na Idade Média.
>
> Por um punhado de € entra-se em contacto com a Natureza, sempre esquecida.

A integração deste novo instrumento, considerado agora estratégico, na nossa Cultura, é de molde a propiciar duas mais-valias que necessitam de ser adequadamente implementadas, 1. A muito curto-prazo surge a necessidade de Conservação de Bens Patrimoniais, 2. A longo-prazo propomos o investimento na Didáctica Patrimonial.

As propostas apresentadas neste quarto número da "O Ideário Patrimonial" que, sob a temática *"Arquitecturas, Multimédia e Turismo: Investimento na aposta Multi-sensorial"* e contextualizadas predominantemente em paradigmas ideológicos vigentes, transporta-nos para sucessivas propostas de abordar o Património.

Independentemente do estilo de comunicação de cada autor(a) encontramos em todos os contributos um fio condutor característico da década em que vivemos, e por nós proposto: O intuito de proceder à divulgação da produção de uma *elite cultural*, através de diferentes táticas de democratização da cultura.

Tomar, 31 de Julho de 2015

ARQUITECTURAS

”*MAS ANTES FICARA MAIS MAGNÍFICA*”: RENOVAÇÕES ESPACIAIS E ESTÉTICAS EM ESPAÇOS CULTUAIS DE ALFAMA (1666-1733)

Maria João Pereira Coutinho

Bolseira de Pós-Doutoramento (SRH/BPD/85091/2012)
Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Instituto de História de Arte, 1069-061 Lisboa
Praceta do Lagar de S. João, 8, r/c esqº, 2900-705 Setúbal, Portugal
mjpereiracoutinho@gmail.com

”*Mas Antes Ficara Mais Magnífica*”: Renovações Espaciais e Estéticas em Espaços Cultuais de Alfama (1666-1733)

Maria João Pereira Coutinho

Historial do artigo:

Recebido a 30 de abril de 2015

Revisto a 08 de junho de 2015

Aceite a 06 de julho de 2015

RESUMO

O presente texto incide sobre as reorganizações arquitectónicas empreendidas entre os séculos XVII e XVIII nas igrejas mais significativas do bairro de Alfama: São Miguel e Santo Estêvão. Exemplos de duas interpretações estéticas barrocas (o barroco do reinado de D. Pedro II e o que se encontra *grosso modo* afecto ao governo D. João V), estes locais de culto inserem-se numa das rotas turísticas mais importantes de Lisboa. Embora haja alguns trabalhos dedicados a estes locais, o contributo deste estudo passa pela revelação de algumas novidades sobre as obras de arquitectura realizadas entre 1666 e 1733.

Palavras-Chave: Património Religioso; Barroco; Lisboa.

ABSTRACT

This paper focuses the architectural reorganisation of space undertaken between the 17th and 18th centuries in the most significant churches of the Alfama neighborhood: St. Michael and St. Stephen. Examples of two baroque aesthetic interpretation (the baroque of D. Pedro II and the baroque of D. João V), these places of worship are part of one of the most important tourist routes of Lisbon. Although there are some works dedicated to these places, the contribution of this study is the revelation of some news about the architectural works made between 1666 and 1733.

Key-words: Religious Heritage; Baroque; Lisbon.

1. Nota Prévia

Circunscrevendo o âmbito do nosso estudo às igrejas de São Miguel e Santo Estêvão de Alfama, assim como às obras de pedraria (quer parcelares, quer de conjunto) da segunda metade de Seiscentos e inícios da centúria seguinte operadas no seio destas edificações, o

presente ensaio tem como objectivo primeiro a actualização de dados concernentes a essa matéria.

Não ignorando a extensão geográfica de Alfama, bem como o facto de ainda subsistirem no espaço outros edifícios religiosos como a igreja de São João da Praça, a ermida de Nossa Senhora dos Remédios, o que resta da igreja, actualmente desafecta ao culto, do antigo mosteiro dominicano do Salvador, ou ainda a memória da desaparecida igreja de São Pedro, certa é a importância que estes dois primeiros templos tiveram ao longo dos vários séculos, persistindo de forma emblemática nesse bairro. Por esse motivo, bem como pelo facto de ainda se conseguir reconstituir a história destes dois locais de devoção, através da leitura do espólio documental remanescente, actualmente à guarda do Arquivo Histórico do Patriarcado, procurou-se trazer ao conhecimento da comunidade um conjunto de novos dados, fundamentais para a compreensão da primitiva igreja de Santo Estêvão e da feição seiscentista ainda hoje visível da igreja de São Miguel.

A memória da realização de obras, fixada através das penas dos escrivães das diversas irmandades, a par de algumas construções pétreas de interesse artístico, que resistiram às diferentes intempéries que assolaram os suprarreferidos espaços cultuais, poderá ser vista como um contributo para o estudo da arquitectura de Seiscentos e para o papel que arquitectos, olheiros, pedreiros e carpinteiros desempenharam na *urbe* (1).

2. A Igreja de São Miguel de Alfama e as Suas Obras de Pedraria

O templo dedicado a São Miguel, erigido, segundo alguns autores, no séc. XII, foi sendo sucessivamente remodelado e dotado de novos equipamentos, segundo as exigências pós-tridentinas, como aliás foi prática corrente na história de inúmeras igrejas da capital (COSTA, 1712: 386-387; PEREIRA, 1927; CARVALHO, 1973: 63; PORTUGAL, MATOS, 1974; SERRÃO, 2001; SANTOS, 2002; SERRÃO, 2003; COUTINHO, 2010). Essas operações, que iremos abordar seguidamente, engrandeceram o local, conferindo-lhe o aspecto que ainda hoje preserva e que pode ser comprovado nas palavras do Padre António Carvalho da Costa, de 1712: *"A Igreja Parochial de S. Miguel he de huma nave com tres portas, todas no mesmo frontespicio para a parte do Sul; reedificou-se no anno de 1674. Tem alèm da Capella mór seis Capellas, a primeyra da parte da Epistola he de N. Sra. da Estrella, a segunda de S. Sebastião, a terceyra de S. Fr. Pedro Gonçalves, & junto a esta Capella está huma porta de pedra com escada do mesmo, pela qual se sobe para o Coro. As outras tres Capellas da banda do Evangelho sam a de N. Senhora das Candeas, que algum tempo se intitulava dos Milagres, (...) a do Senhor Jesus Crucificado, & a de Santo Antonio junto da qual está a pia do Bautismo."* (COSTA, 1712: 386-387).

Com efeito, sabe-se que tal aparência da igreja foi conseguida através de várias campanhas de beneficiação encabeçadas pelos arquitectos: João Nunes Tinoco (1616-1689) e João Antunes (1643-1712), e que contaram ainda com a colaboração do padre Francisco Tinoco da Silva (f. 1730) (2), na qualidade de medidor e avaliador das obras, fixadas pela historiografia da arte portuguesa nos anos de 1680 e 1682 (3).

João Nunes Tinoco foi efectivamente o responsável pelo projecto de reconstrução da igreja, elaborando uma planta para esse fim no ano de 1666 (4), cujas obras só arrancaram a 16 de Julho de 1673, pelas mãos dos mestres pedreiros: Manuel Rodrigues, morador às Portas de Santo Antão (5), Francisco Pereira, morador à Mouraria, e Manuel Soares, morador a São Vicente (6), que não deveria diferir de outras por si gizadas, e que privilegiou o sentido

longitudinal, a justaposição de corpos paralelepipédicos e a distribuição de capelas pelos lados do Evangelho e Epístola. Aliás, na documentação consultada apura-se também que João Nunes Tinoco no ano de 1673 recebeu a quantia de 500 réis por concertar uma planta velha, o que corrobora a nossa ideia acerca deste modo operativo de se irem erguendo templos, ao sabor de ajustes e da aquisição de novas verbas para esse fim (7).

João Antunes, por sua vez, foi o principal responsável pela imagem exterior do templo, plasmada na sua fachada, na qual terá trabalhado a partir de 1688/89, ano em que lhe são pagos 3.900 réis por dar "rosto" à já mencionada igreja de São Miguel (8). Todavia, este projecto também não deverá ter sido concretizado de imediato, ou, caso tenha chegado a ser realizado, não deverá ter agradado aos encomendadores dos trabalhos, a irmandade do Santíssimo Sacramento, e Antunes projecta uma nova fachada (9). Uma novidade é o facto de a 10 de Maio de 1694, essa frontaria também ter sido aferida pelo Padre Francisco Tinoco da Silva, o mestre carpinteiro João Antunes e por José Lopes, mestre pedreiro, que emitiram um parecer acerca do facto de se dever subir a cimalha exterior do referido templo "*pella forma da igreja do Saluador, ou de Sancta Justa*" (10).

Quanto àquela que hoje se pode observar, e apesar de ainda apresentar uma modelação seiscentista, conferida pela presença de três portais, mas particularmente pela marcação de dois torreões, podemos constatar ter sido parcialmente alterada em virtude de obras impostas pela ruina decorrente do megassismo de 1 de Novembro de 1755 (**vd. Figura 1.**). Note-se a transformação no desenho das cantarias dos ditos portais, com modenaturas de finais de setecentos, assim como um maior rasgamento de vãos, visível nas três janelas do pano murário central. Tais evidências, são corroboradas pela declaração efectuada pelo pároco do templo em 1758, que afirma: *"A ruina, que esta Igreja expirimentou com o terremoto do primeiro de Novembro do anno de mil sete çentos e sincoenta, e sinco, foi tão somente na frontaria, cahindo as duas torres, que tinha no frontespicio, e o remate deste, e a mais parte delle ficou em pé mas muito aberto, e aruinado, e da mesma forma a parede da parte da Epistola, cahindo hum pedaço della junto ao Coro, e a outra parte desta se acha em pé mas apontoada, por estar fora do prumo, porem pella segurança com que se acha, se estão nella celebrando os officios divinos."* (PORTUGAL, MATOS, 1974: 206).

Figura 1. Fachada da igreja de S. Miguel de Alfama. **Fonte:** Fotografia da autora.

Para além deste traçado, podemos ainda afirmar com segurança que, dado o modo paulatino com que se ia erguendo este templo, houve espaço para a redefinição da planificação inicial, pagando-se em Outubro de 1681 a um "Architecto" por uma nova planta, arquitecto esse cujo nome não foi fixado. Com efeito, e como Rita Pereira dos Santos já havia notado, poderia tratar-se de mais um ajuste efectuado na planta inicial pelo próprio João Nunes Tinoco, ou de modificações exigidas pela irmandade do Santíssimo a um outro riscador.

Quanto a novidades acerca deste espaço, uma das mais significativas é a intervenção do pouco conhecido arquitecto militar Gregório Pacheco de Morais que, no ano de 1675, figura, quer no arrolamento da despesa efectuada aquando da "*festa grande*", celebrada a 22 de Setembro, recebendo 4.400 réis por "*papeis que tirou*" (11), quer na despesa que o tesoureiro da irmandade do Santíssimo Sacramento fez pelo Natal e dia de Jesus, sendo-lhe por essa altura pagos 3.000 réis por uma obra efectuada no templo (12). Apesar de desconhecermos pormenores acerca do trabalho em questão, bem como da vida deste artista, certo é tratar-se de um capitão ainda mal estudado, também referenciado como sendo da vila de Estremoz nas seguintes datas: entre 1678 e 1695, onde consta, na qualidade de padrinho de baptismo de diversas crianças (13); em 1685/86, quando se encontra juntamente com Miguel de Lescole, Manuel Mexia da Silva, o seu conterrâneo António Rodrigues de Carvalho, Jerónimo Velho de Azevedo, Francisco Pimentel, Manuel Gomes Ferreira, Mateus do Couto, Pedro Correia Rebelo e João Rodrigues Mouro a analisar o projecto para a fortificação da cidade da Bahia, da autoria

do engenheiro João Coutinho e em 1692, quando é referido num documento, publicado por Miguel Soromenho, que atesta que o capitão Manuel Pinto de Vila Lobos é o responsável pelas obras das fortificações da província da Beira (14). Nesse testemunho, uma súplica de Vila Lobos acerca do seu vencimento, alude-se ao facto de Gregório Pacheco de Morais, que à data assistia a fortificação de Estremoz, ter 12 mil réis de soldo, muito mais que o suplicante, o sucessor de Miguel de Lescole (15).

Outra das obras que se configura, no espirito das sucessivas reformas do edificado, e não na ideia de total reformulação do espaço, é aquela ainda resolvida no ano de 1680, onde o já mencionado mestre pedreiro Manuel Rodrigues aufere 40.000 réis pelo trabalho empreendido na "*parede uelha*" da capela-mor, pela urgência que existia de devolver o culto ao espaço (16) (**vd. Figura 2.**). Com efeito, o trabalho efectuado por Manuel Rodrigues neste templo parece ter sido auspicioso, pois, no mesmo ano, são-lhe ainda pagos 1.200 réis por tirar pedras de campas e auxiliar nos desmanchos do madeiramento da igreja (17), e após a sua morte são ainda pagos à viúva 342.000 réis por outros trabalhos realizados (18). Aliás, foram possivelmente algumas destas obras de 1680 que foram aferidas pelo padre Francisco Tinoco da Silva, sendo outras avaliadas pelo mestre António João, com quem se despendeu a avultada soma de 6.600 réis por trabalhos de pedraria realizados, mas que não constavam na escritura (19).

Figura 2. Vista do interior da igreja de S. Miguel de Alfama. **Fonte:** Fotografia da autora.

Para além destas obras de natureza estrutural, outras também de pedraria terão sido delineadas para o interior da igreja de São Miguel, como se pode constatar na observação de algumas peças remanescentes, como as credências de brecha existentes na capela-mor e o lavabo da sacristia (**vd. Figura 3. e Figura 4.**), concebidas segundo o ideário pós-tridentino, e, acerca das quais muito pouco se sabe (20).

Figura 3. Credência. Capela-mor da igreja de S. Miguel de Alfama. **Fonte:** Fotografia da autora.

Figura 4. Lavabo. Sacristia da igreja de S. Miguel de Alfama. **Fonte:** Fotografia da autora.

3. A Igreja de Santo Estêvão de Alfama e as Suas Obras de Pedraria

Tal como foi traçado para a igreja de São Miguel, também a primitiva igreja da colegiada de Santo Estêvão, possivelmente erguida no séc. XII, sofreu inúmeras campanhas de obras durante o século XVII que simultaneamente a beneficiaram e a dotaram de um espólio móvel notável do ponto de vista artístico artístico (COSTA, 1712: 382-384; LEAL, 1868; COUTO, 1927; PEREIRA, 1927; MIGUEL, 1939; PORTUGAL, MATOS, 1974; BERGER, 1990; BERGER, 1994; SILVA, 1994: 868-869; SERRÃO, 2001: 75-100; COUTINHO, 2010: 318-320). Apesar de pouco se saber acerca desta igreja nessa época, a sua planimetria deveria corresponder sensivelmente à da vizinha igreja de São Miguel, uma vez que nas palavras do padre Apesar de pouco se saber

acerca desta igreja nessa época, a sua planimetria deveria corresponder sensivelmente à da vizinha igreja de São Miguel, uma vez que nas palavras do padre António Carvalho da Costa, de c. de 1712, que afirma: *"A Igreja Parochial de Santo Estevão está situada no bayrro de Alfama em lugar alto, he de sinco naves com a porta principal para o sul"*, depreende-se que esta deveria ser rectangular e com cinco altares: o maior, dois colaterais, dedicados a Nossa Senhora da Consolação e a Santa Teresa de Jesus, e outros dois fronteiros, na nave principal, pertencentes às irmandades de Nossa Senhora da Conceição e de Nossa Senhora da Atalaia (COSTA, 1712: 382-384). Tal morfologia, que é igualmente expressada no texto de Gustavo Couto, que caracteriza o espaço do seguinte modo: *"A Egreja era vastíssima, tinha cinco naves, com ricas colunas de mármore pelo meio, única em Lisboa com esta grandiosa e soberba traça (…)"* (COUTO, 1927), foi alvo de inúmeros engrandecimentos no período pedrino, como as já conhecidas obras empreendidas na década de setenta de Seiscentos, onde se levou a cabo a remodelação da capela-mor e da sacristia, bem como quando se deu uma nova configuração ao presbitério (SERRÃO, 2001: 75-100) **(vd. Figura 5.**).

Figura 5. Vista do interior da igreja de Santo Estêvão de Alfama. **Fonte:** Fotografia da autora.

Com efeito, no ano de 1668, conforme anterior notícia de Vítor Serrão, são iniciadas as primeiras obras de pedraria, de remodelação da construção ainda de feição quinhentista, pelos mestres pedreiros Francisco Pereira, João Jorge, José Nunes, António Gonçalves e Manuel da Silva, que se ocuparam de desmanchar a pedraria da antiga capela-mor (Serrão, 2001: 80). Todavia, essas obras cujos contornos mais precisos desconhecemos, e que serviram certamente de base para um melhoramento superficial do espaço interno do templo, não foram as únicas a metamorfosear o local. A 3 de Maio de 1671, por sua vez, Francisco Pinto e Bartolomeu Rodrigues, da mesa da irmandade do Santíssimo Sacramento, vendem por 153.000 réis *"a trebuna como toda a hobra que tem de madeira e pedraria em que asencta a mesma trebuna com suas portas da mesma trebuna e asim mais a banqueta do altar-mor com seus embutidos"* (21) e a 23 de Maio de 1675 o mestre pedreiro Francisco Pereira emite um recibo pela feitura *de "humas cardencias pera a capela mor da dita Igreia de pedras vermelhas brancas e pretas na forma do Rescunho que se (...) deu por preço de sessenta e hum mil e quinhentos reis"* (22), possivelmente muito idênticas àquelas que ainda hoje se observam na igreja de São Miguel. Algum tempo depois, mais concretamente no ano de 1676, são ainda impostos vários trabalhos, inéditos. O primeiro deles foi a obra do cruzeiro da capela-mor, pela qual os mestres pedreiros Manuel Soares e Manuel Pinheiro, ambos moradores em Lisboa, auferiram 82.880 réis, a 15 de Março desse ano (23), e o segundo trabalho foi o do arco, que separava o anterior espaço da nave, cujo risco se deveu a João Nunes Tinoco, que recebeu dez dias após a anterior data 2.000 réis pelo seu debuxo (24). Esses trabalhos, que ajudaram efectivamente a modelar a primeira feição de traços barrocos da igreja, assim como ainda outros realizados na mesma data, foram aferidos por João Luís, afamado medidor de obras da Cidade e do Senado da Câmara, conforme o relato do tesoureiro da irmandade, que afirmou ter gasto: *"(...) oitenta e dois mil outocentos e outenta reis que emportou a obra do cruzeiro tocante a pedreiro a saber por dês pilares uermelhos trinta e dois mil e quinhentos reis, e por sinco sepulturas trinta mil reis e pelo lagedo conforme a aualiação que se fez por João Luis medidor da Cidade (...)"* (25).

Aliás, corrobora a ideia de um espaço em constante transformação, as obras que sabemos terem sido também empreendidas em 1707, mais uma vez encomendadas pela irmandade do Santíssimo Sacramento, para a capela de Nossa Senhora da Atalaya, desta vez adjudicadas ao mestre pedreiro Domingos Jorge, pelo preço de 79.000 réis (26).

Outra das obras começada anteriormente à demolição, e subsequente reedificação de 1733, cuja traça foi da autoria da Manuel da Costa Negreiros (1701-1750), que não trataremos neste estudo, é aquela iniciada por volta de 1722 e que envolveu os mestres carpinteiro José Martins e pedreiro Manuel Antunes (27). Ambos foram chamados pela suprarreferida irmandade do Santíssimo Sacramento para dar um parecer configurado da seguinte forma: *"(...) uermos se se podia fazer a noua obra que o dito juis e mais ofeciais emtentam mandar fazer e conforme o que nos foj dito querião fazer que uem a ser dejtar a naue do mejo fora que he a que tem as Collunas e ficar somente com as duas naues pequenas nos lados e tambem fazer o Coro mais recolhido para ficar a agreja (sic) mais dezafogada e por duas collunas com suas Pias para a agoa Benta deBaxo do dito Coro e uendo nos tudo muito meudamente, dizemos se pode fazer a dita obra sem que a egreja tenha Perigo algum mas antes ficara mais Magnifica (...)"* (28). Assim como aconteceu com a vizinha igreja de São Miguel, ou em anteriores campanhas de obras de Santo Estêvão, esta empreitada parece ter sido bem mais dilatada, estendendo-se até ao ano de 1724. Consolida esta nossa opinião o facto de encontrarmos um número significativo de pagamentos até 13 de Agosto desse ano ao mestre pedreiro Francisco Xavier Botelho, por obras infelizmente não especificadas, mas que poderão estar relacionadas com trabalhos desta envergadura (29). Curiosamente foi este mesmo mestre, que como foi por demais divulgado, se encarregou da maioria das obras operadas a partir de 1733, na nova igreja.

Deste modo, e tal como tivemos oportunidade de notar anteriormente o templo foi alvo de sucessivas reformulações, que o modelaram e modernizaram de acordo com as vontades das diferentes pessoas que foram ocupando a mesa da irmandade do Santíssimo Sacramento, aquela que tinha maior peso nas escolhas efectuadas. Todavia, um caso incomum surge no percurso das obras de pedraria desta igreja. Referirmo-nos ao retábulo consagrado à Imaculada Conceição, outrora pertença da irmandade homónima, que perpassou várias épocas e que ainda hoje se mantém do mesmo modo que foi projectado (**vd. Figura 6.**).

Figura 6. Altar de Nossa Senhora da Conceição da igreja de Santo Estêvão de Alfama. **Fonte:** Fotografia da autora.

Apresentando planta recta, frontal encimado por banqueta com representação do Sol, na qualidade de remissão para a natureza mariana da sua invocação, colunas de fuste espiralado dispostas em perspectiva, rematadas superiormente por arquivoltas, unidas entre si por cinco elos radiais, a estrutura retabular é seguramente dos primeiros anos de setecentos, figurando

pela primeira vez no testemunho de Fr. Agostinho de Santa Maria, datado de 1707: *"Está esta Santa Imagem [de Nossa Senhora da Conceição] collocada em huma magnifica Capella, & tão grande, que térma huma nave à mesma Igreja. (…) Ao presente se lhe está fazendo hum novo retabolo de jaspes revestidos, que custará muita fazenda."* (SANTA MARIA, 1707: 355). Este dado, fundamental para a datação desta obra, permite-nos assim compreender o seu aparecimento e integrá-lo na produção dessa época (**vd. Figura 7. e Figura 8.**).

Figura 7. Pormenor de invocação mariana *"pulchra ut luna"* do Altar de Nossa Senhora da Conceição da igreja de Santo Estêvão de Alfama. **Fonte:** Fotografia da autora.

Figura 8. Pormenor de invocação mariana *"stella matutina"* do Altar de Nossa Senhora da Conceição da igreja de Santo Estêvão de Alfama. **Fonte:** Fotografia da autora.

A 16 de Novembro de 1722 é coligido um *"Termo que fizerão os Irmaos do Santissimo Sacramento desta freguesia de Santo Esteuão de Alfama sobre a obra que se pretende fazer, que consiste em tirar as colunas da igreja e emadeira lla sobre os arcos de Nossa Senhora da Conceição; e da capella do Senhor Jesus"*, verdadeiramente elucidativo da força e supremacia que a irmandade do Santíssimo tinha. O documento, que consiste em vários pareceres dos irmãos sobre se deveria ou não fazer a obra, não apresenta resolução, embora pese o facto de o número de pareceres positivos ter sido claramente superior aos restantes. Nessa tentativa de encontrar uma deliberação acerca do trabalho, destaca-se um dos pareceres, pelo carácter esclarecedor do mesmo, sobre o facto de se efectuarem desmanchos e construções sistematicamente, onde se profere o seguinte: *"O meu voto he que senão bula na Igreja senão vierem as culunas abaicho por respeito de se não andar todos os seis anos a fazer obra"* (30).

O retábulo, ao que parece, ainda assim terá resistido a toda esta parafernália de desmanchos e reconstruções, transitando do templo seiscentista para aquele reedificado entre 1732/33, como aliás já tínhamos tido oportunidade de notar em estudos anteriores. Aliás, é precisamente a 8 de Março desse último ano que, a propósito da demolição dessa capela, a irmandade de Nossa Senhora da Conceição se insurge, aludindo o seguinte: *"E pera evitarmos toda a duvida para o tempo vidouro declaramos, que o que a dita irmandade de Nossa Senhora tem, e lhe pertence pela antiguidade da sua posse e titulo he o seguinte. Hum retabolo da Capella de pedra toda embutida de varias cores com quatro colunas de pedra da Arrabida inteirissas com sacrario, e banqueta do mesmo, caza de tribuna com talha dourada com Escada e porta para a serventia della, grades da Capella de pao Santo trossidas e altas com pilares de pedra inteirissos e a Nave da Capela tem 24 palmos de comprido, e 15 de largo; o*

carneiro subterranio com Escada de pedra para a Seruentia delle com _ palmos // de comprido e _ de largo." (31). (**vd. Figura 9.**).

A demanda para evitar a destruição do espólio parece ter surtido algum efeito, pois no relatório do pároco de Santo Estêvão, após o sismo de 1 de Novembro de 1755, ficamos a saber que a igreja nessa data possuía *"(…) tres altares. O do Santíssimo, o da Conceição, e tem sua Irmandade, o da Sr.ª da Atalaya e tem sua Irmandade (…)"* (Portugal, Matos, 1974: 118). Com efeito, e segundo o que ainda hoje se observa, parece-nos que pelo menos o retábulo foi mantido, como aliás já havia sido aventado na obra Monumentos e Edifícios Notáveis do Distrito de Lisboa (32).

Figura 9. Pormenor de invocação mariana *"electa ut sol"* do altar de Nossa Senhora da Conceição da igreja de Santo Estêvão de Alfama. **Fonte:** Fotografia da autora.

4. Nota Final

As igrejas de São Miguel e de Santo Estêvão denotam, pela apresentação anterior, a constante necessidade de reformulação dos espaços de culto, e de busca por soluções modernas, como foi apanágio de inúmeros templos portugueses no período que se seguiu à Restauração. Esse intento, traduzido no empenho das irmandades do Santíssimo Sacramento em dotar quer a capela-mor, local da sua jurisdição, quer os restantes espaços, onde se imiscuía constantemente, explica o investimento colocado concretamente nestes dois espaços de devoção.

São Miguel, entre 1666 e 1694, converte de forma evidente o espaço e modela-o de acordo com a novo gosto. Santo Estêvão, por sua vez, entre 1668 e 1724 é igualmente alvo de

inúmeras campanhas de obras, que invalidam a ideia do templo se encontrar no ano de 1733 bastante degradado, como tem sido perpetuado pela historiografia da arte portuguesa. Com efeito, e como ainda hoje se pode observar na sua planimetria, a igreja terá sido alvo de inúmeras remodelações, mormente aquelas empreendidas no suprarreferido ano de 1733, as mais dispendiosa, que regularizaram internamente o local, mantendo-se o seu exterior paralelepipédico e irregular, como se poderá constatar ao observar o espaço da sacristia, onde ainda hoje se observa uma decoração de sabor seiscentista.

NOTAS

(1) A presente investigação inscreve-se no âmbito do nosso projecto de pós-doutoramento, intitulado *Pórtico: Estruturas de pedraria em fachadas de igrejas do distrito de Lisboa do domínio Filipino ao Terramoto* (SFRH/BPD/85091/2012), que decorre pelo Instituto de História da Arte da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, e que é apoiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia), com financiamento comparticipado pelo Fundo Social Europeu e por fundos nacionais do Ministério da Educação e da Ciência.

A propósito da realização deste texto, agradecemos particularmente ao Dr. Ricardo Aniceto e à Dra. Teresa Ponces do Arquivo Histórico do Patriarcado, por todo o apoio facultado no decurso da nossa investigação sobre as igrejas de Alfama.

(2) O padre Francisco Tinoco da Silva faleceu a 22 de Janeiro de 1730, na Penha de França, foi sepultado na igreja do Monte Agudo, e fez testamento, tendo instituído por testamenteiro José da Costa Negreiros. Arquivo Nacional da Torre do Tombo, *Registos Paroquiais, Freguesia dos Anjos*, Óbitos, L.º 3 (1716-1740), fl. 123 v.º (CARVALHO, 1962: 97).

(3) Arquivo Histórico do Patriarcado, *Livro de Despesa da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Igreja de São Miguel de Alfama*, Livro 2 (1680), fl. 14: *"Deu mais o dito thesoureiro ao Padre Francisco Tinoco da Silua medidor da obra que está feita seis mil e sento e sincoenta reis….. 6.150"* (Transcrição nossa).

(4) Arquivo Histórico do Patriarcado, *L.º de Receita e Despesa da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Igreja de São Miguel de Alfama (1666-1677/78)*, fl. 62 v.º, publ. por (SANTOS, 2002: 111).

(5) Apesar de constar no contrato notarial lavrado para esse fim, como morador às Portas de Santo Antão, trata-se certamente do mestre que falece a 3 de Dezembro de 1694, então morador na Rua da Rosa das Partilhas, e que afirma à data da redacção do seu testamento encontrar-se a trabalhar no corpo da igreja de São Miguel de Alfama (COUTINHO, 2010: 266-268).

(6) Arquivo Nacional da Torre do Tombo, *Cartório Notarial de Lisboa.*, N.º 7 A (actual n.º 15), Cx. 71, L.º 343, fls. 82 v.º-85, ref. por (CARVALHO, 1964: 62).

(7) Arquivo Histórico do Patriarcado, *Livro de Receita e Despesa da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Igreja de São Miguel de Alfama (1666-1677/78)*, fl. 62 v.º: "*A João Nunes Tinoco de concertar a planta uelha quinhentos reis*" (Transcrição nossa).

(8) Arquivo Histórico do Patriarcado, *Livro de Receita e Despesa da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Igreja de São Miguel de Alfama (1666-1677/78)*, fl. 99, ref. por (SANTOS, 2002: 112) e Arquivo Histórico do Patriarcado*, Irmandade do Santíssimo Sacramento da Igreja de São*

Miguel de Alfama, Livro de Despesa da Irmandade, L.º 2 (L.º 529) 1688: "*Somão os gastos da lauda enfronte como parece gastos no Natal e nome de Jesus Ao Architecto João Antunes que fes o perfil da frontaria da Igreja……3.900*" (Transcrição nossa).

(9) Arquivo Histórico do Patriarcado, *Livro de Despesa da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Igreja de São Miguel de Alfama (1678-1735)*, fl. 43, ref. por (SERRÃO, 2001: 88).

(10) Arquivo Histórico do Patriarcado, *Livro das obras da igreja de São Miguel de Alfama que tem principio em 1673*, fl. 130.

(11) Arquivo Histórico do Patriarcado, *Livro de Receita e Despesa da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Igreja de São Miguel de Alfama (1666-1677)*, fl. 81: *"Ao arquitecto Gregorio pachequo de morais de sua asistencia e papeis que tirou – 4.400 r"* (Transcrição nossa).

(12) Arquivo Histórico do Patriarcado, *Livro de Receita e Despesa da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Igreja de São Miguel de Alfama (1666-1677)*, fl. 88: "*A Gregorio Pacheco de Morais tres mil reis que couberão aparte da Meza do balanço que se mandou fazer na obra da igreja – 3.000 r*" (Transcrição nossa).

(13) Arquivo Distrital de Évora, *Registos Paroquiais de Estremoz*, Baptismos, freguesia de São Tiago, L.º 5. Foi padrinho de: Brites, filha de José de Sande [d]e Vasconcelos e de Maria Borralha da Silva, sua mulher, a 12 de Dezembro de 1678 (fl. 49 v.º), Maria, filha de Francisco Brás e de Antónia Rodrigues, sua mulher, a 8 de Junho de 1681 (fl. 68), Gregório, filho de Gregório Álvares e de Ana Madeira, sua mulher, a 15 de Junho de 1681 (fl. 68), Manuel, filho de António Gonçalves e de Joana Rodrigues, sua mulher, a 25 de Março de 1682 (fl. 73), Manuel, filho de António Jorge e de Beatriz Mendes, sua mulher, a 6 de Setembro de 1682 (fl. 75), Joana, filha de Manuel Rodrigues e de Maria Gomes, sua mulher, a 3 de Janeiro de 1683 (fl. 77), Teresa, filha de António Ramos e de Isabel Rodrigues, sua mulher, a 25 de Fevereiro de 1683 (fl. 79 v.º), Ana, filha de Francisco Brás e de Antónia Rodrigues, sua mulher, a 23 de Maio de 1684 (fl. 87 v.º), José, filho de António Jorge e de Beatriz Mendes, sua mulher, a 8 de Setembro de 1684 (fl. 88 v.º), Maria, filha de Maria Francisca da França Gomes e de Manuel Soares, seu marido, a 10 de Abril de 1685 (fl. 92 v.º), Amaro, filho de Brás Lopes e de Maria Gomes, sua mulher, a 21 de Agosto de 1688 (fl. 100), Catarina, filha de Francisco Brás e de Antónia Rodrigues, sua mulher, a 9 de Fevereiro de 1687 (fl. 105 v.º), Eufrásia, filha de José de Sande [de Vasconcelos] e de D. Mariana da Silveira, sua mulher, a 8 de Agosto de 1688 (fl. 112 v.º), Natária, filha de Francisco Brás e de Antónia Rodrigues, sua mulher, a 1 de Janeiro de 1690 (fl. 123), Josefa, filha de José de Sande de Vasconcelos e de D. Mariana da Silveira, sua mulher, a 18 de Fevereiro de 1690 (fl. 124 v.º), Josefa, filha de António Gonçalves e de Joana Rodrigues, sua mulher, a 14 de Setembro de 1690 (fl. 131 v.º), Francisco, filho de Manuel Leitão e de Maria Martins, sua mulher, a 29 de Maio de 692 (fl. 145 v.º) e Francisca, filha de Domingos Álvares e de Maria Rodrigues, sua mulher, a 16 de Outubro de 1695 (fl. 165 v.º).

(14) Cf. nota 38 do estudo de Pedro Puntoni (PUNTONI, 2010).

(15) Arquivo Nacional da Torre do Tombo, *Concelho de Guerra*, Consultas, Mç. 51 B (Consulta de 11 de Dezembro de 1692), publ. por Miguel Soromenho (SOROMENHO, 1991: 13-15).

(16) Arquivo Histórico do Patriarcado*, Livro de Despesa da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Igreja de São Miguel de Alfama (1680),* fl. 8: "*Despeza que mais fes o thesoureiro João da Silua este ano com as obras da igreja e mais ornato nesesario para se pasar o nosso Senhor para a capela mor noua são os seguintes: Fes 40.000 reis que se derão a Manoel Rodrigues pela obra na parede uelha per ser fora de sua midição e obrigação…….40.000*" (Transcrição nossa).

(17) Arquivo Histórico do Patriarcado*, Irmandade do Santíssimo Sacramento da igreja de São Miguel de Alfama,* Livro de Despesa da Irmandade, L.º 2 (L.º 529), fl. 15 v.º (1680): "*Deu ao mestre pedreiro Manoel Rodrigues de mandar tirar as pedras das campas e ajudar aos carpinteiros o desmancho da madeira……1.200*" (Transcrição nossa).

(18) Arquivo Histórico do Patriarcado*, Irmandade do Santíssimo Sacramento da igreja de São Miguel de Alfama,* Livro de Despesa da Irmandade, L.º 2 (L.º 529), fl. 62: "*Despeza que fez nosso Irmão thesoureiro Amaro Antunes Vianna em todo o anno de 1696 Despendeu nosso Irmão thesoureiro Amaro Antunes Vianna trezentos quarenta e dois mil reis que tanto se entregou…. 342.000 a Maria da Costa uiuva e herdeira de Manoel Rodrigues mestre pedreiro que foi das obras desta igreja de Sam Miguel (…)"* (Transcrição nossa).

(19) Arquivo Histórico do Patriarcado*, Irmandade do Santíssimo Sacramento da igreja de São Miguel de Alfama,* Livro de Despesa da Irmandade, L.º 2 (L.º 529), fl. 14 (1680): *"Deu mais a Antonio João mestre de obras que avaliou a pedraria que não estaua na escritura de seu trabalho seis mil e seissentos reis…….6.600"* (Transcrição nossa).

(20) Acerca destas duas tipologias de mobiliário religioso, tivemos oportunidade de nos referir na comunicação intitulada: *"Novos contributos para o estudo do mobiliário pétreo no acervo religioso português do período barroco",* apresentada a 25 de Outubro de 2012 no âmbito do *IV Colóquio de Artes Decorativas. "O Móvel e o Seu Espaço"*, organizado pela Fundação Ricardo do Espírito Santo Silva.

(21) Arquivo Histórico do Patriarcado, *Recibos Avulsos da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Igreja de Santo Estêvão de Alfama (1663-1789)*, Doc. 002.

(22) Arquivo Histórico do Patriarcado, *Recibos Avulsos da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Igreja de Santo Estêvão de Alfama (1663-1789),* Doc. 010.

(23) Arquivo Histórico do Patriarcado, *Recibos Avulsos da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Igreja de Santo Estêvão de Alfama (1663-1789)*, Doc. 016.

(24) Arquivo Histórico do Patriarcado, *Livro de Receita e Despesa da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Igreja de Santo Estêvão de Alfama (1664-1685)*, fl. 20: "*Despendeu mais o dito thezoureiro dois mil reis que leuou João Nunes Tinoco de hum papel que fes do rescunho para o arco da Capella mor, e por uerdade fés este acento que assinei Lx 25 de Março de 676 Jozeph Franco Reynel*" (Transcrição nossa).

(25) Arquivo Histórico do Patriarcado, *Livro de Receita e Despesa da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Igreja de Santo Estêvão de Alfama (1664-1685)*, fl. 19 v.º: "*Dezpendeu mais o dito thezoureiro oitenta e dois mil outocentos e outenta reis que emportou a obra do cruzeiro tocante a pedreiro a saber por dês pilares uermelhos trinta e dois mil e quinhentos reis, e por sinco sepulturas trinta mil reis e pelo lagedo conforme a aualiação que se fez por João Luis medidor da Cidade conforme a certidão que deu que ficou nesta menza dezoito mil e oitosentos reis, e mil e quinhentos reis por fazer os buracos pêra os parafuzos que tudo digo mil e quinhentos e oitenta reis dos ditos buracos o que tudo emportou a dita quantia asima de oitenta e dois e oitosentos e oitenta reis e por uerdade fiz este assento que assinei Lx 15 de Março de 676 Jozeph Franco*" (Transcrição nossa).

(26) Arquivo Histórico do Patriarcado*, Recibos Avulsos da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Igreja de Santo Estêvão de Alfama (1663-1789)*, Doc. datado de 19 de Abril de 1707: "*Digo eu Domingos Jorge mestre pedreiro morador na freguesia de São Miguel que eu fiz huma obra do meu officio na cappela de Nossa Senhora da Atalaya da igreja de São Esteuam a qual obra fiz de empreitada na forma e com a perfeiçam que os irmãos da irmandade do SS da*

mesma igreja me ordenaram e por tudo me deram a quantia de setenta e noue mil reis que he o em que em comigo se ajustaram os quaes recebi em dinheiro de contado do Irmão Thezoureiro actual da dita Irmandade (…)" (Transcrição nossa).

(27) Pela inequívoca grafia da assinatura trata-se do mestre pedreiro Manuel Antunes, morador à Carreira dos Cavalos (COUTINHO, 2010: 224-231).

(28) Arquivo Histórico do Patriarcado, *Recibos Avulsos da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Igreja de Santo Estêvão de Alfama (1663-1789)*, Doc. datado de 2 de Novembro de 1722 – Orçamento de José Martins, mestre carpinteiro, e de Manuel Antunes, mestre pedreiro, para a obra da igreja no valor de 1.900.000 réis).

(29) Arquivo Histórico do Patriarcado*, Livro de Despesa da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Igreja de Santo Estêvão de Alfama*, L.º 2, fl. 146 v.º: "*Despendeo com o pedreiro Francisco Xavier Botelho que se obrigou a fazer a obra por duzentos, e uinte mil reis como parece de seu escrito, e com des mil reis que mais se lhe prometerão fazem Duzentos e trinta mil reis que se lhe satisfizeram na maneira seguinte*" (Transcrição nossa). Elenca os dias em que se efectuaram os pagamentos. Vai de 12 de Fevereiro até 13 de Agosto e à margem esquerda indica o ano "1724".

(30) Arquivo Histórico do Patriarcado, *Recibos Avulsos da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Igreja de Santo Estêvão de Alfama (1663-1789)*, Doc. 003.

(31) Arquivo Histórico do Patriarcado, *Livro de Acórdãos de Termos da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Igreja de Santo Estêvão de Alfama*, fls. 194 v.º-195 v.º.

(32) "As capelas intermédias da nave, do lado esquerdo a dedicada a Nossa Senhora da Conceição, é toda de mármores embutidos e de colunas salomónicas, provavelmente aproveitando o retábulo quando da reconstrução de 1734; a do lado direito, quase semelhante, dedicada a Santo António, mas toda de madeira pintada e imitando os embutidos, por razões económicas e pertencente ao período da reconstrução." (ALMEIDA, 1963: 117).

DOCUMENTOS MANUSCRITOS

Arquivo Distrital de Évora. *Registos Paroquiais de Estremoz*, Baptismos, freguesia de São Tiago, L.º 5., fls. 49 v.º, 68, 73, 75, 77, 79 v.º, 87 v.º, 88 v.º, 92 v.º, 100, 105 v.º, 112 v.º, 123, 124 v.º, 131 v.º, 145 v.º, 165 v.º. Portugal, Arquivo Histórico do Patriarcado.

Arquivo Histórico do Patriarcado. *Livro de Acórdãos de Termos da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Igreja de Santo Estêvão de Alfama*, fls. 194 v.º-195 v.º. Portugal, Arquivo Histórico do Patriarcado.

Arquivo Histórico do Patriarcado. *Livro de Despesa da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Igreja de Santo Estêvão de Alfama*, L.º 2, fl. 146 v.º. Portugal, Arquivo Histórico do Patriarcado.

Arquivo Histórico do Patriarcado. *Livro de Receita e Despesa da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Igreja de Santo Estêvão de Alfama (1664-1685)*, fls. 19 v.º e 20. Portugal, Arquivo Histórico do Patriarcado.

Arquivo Histórico do Patriarcado. *Livro de Receita e Despesa da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Igreja de São Miguel de Alfama (1666-1677/78)*, fl. 62 v.º. Portugal, Arquivo Histórico do Patriarcado.

Arquivo Histórico do Patriarcado. *Recibos Avulsos da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Igreja de Santo Estêvão de Alfama (1663-1789)*, Doc. 002, Doc. 003, Doc. 010 e Doc. 016. Portugal, Arquivo Histórico do Patriarcado.

Arquivo Histórico do Patriarcado. *Livro de Despesa da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Igreja de São Miguel de Alfama*, L.º 1 (1678-1735), fl. 43. Portugal, Arquivo Histórico do Patriarcado.

Arquivo Histórico do Patriarcado. *Livro de Despesa da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Igreja de São Miguel de Alfama*, L.º 2 (1680-1696), fls. 8, 14, 15 v.º e 62. Portugal, Arquivo Histórico do Patriarcado.

Arquivo Histórico do Patriarcado. *Livro de Receita e Despesa da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Igreja de São Miguel de Alfama (1666-1677)*, fls. 81 e 88. Portugal, Arquivo Histórico do Patriarcado.

Arquivo Histórico do Patriarcado. *Livro das obras da igreja de São Miguel de Alfama que tem principio em 1673*, fls. 130. Portugal, Arquivo Histórico do Patriarcado.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo. *Cartório Notarial de Lisboa.*, N.º 7 A (actual n.º 15), Cx. 71, L.º 343, fls. 82 v.º-85. Portugal, Torre do Tombo.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo. *Concelho de Guerra*, Consultas, Mç. 51 B (Consulta de 11 de Dezembro de 1692). Portugal, Torre do Tombo.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo. *Registos Paroquiais, Freguesia dos Anjos*, Óbitos, L.º 3 (1716-1740), fl. 123 v.º. Portugal, Torre do Tombo.

DOCUMENTOS IMPRESSOS E ESTUDOS

ALMEIDA, D. F. de - **Monumentos e Edifícios Notáveis do Distrito de Lisboa**. Lisboa: Junta Distrital de Lisboa. Vol. V, Tomo I, 1963.

BERGER, F. J. G . - **Manuel da Costa Negreiros no Estudo Sistemático do Barroco Joanino na Região de Lisboa.** Lisboa: [s.n.]. Tese de Doutoramento em História da Arquitectura apresentada à Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa, 1990.

BERGER, F. J. G. - **Lisboa e os Arquitectos de D. João V: Manuel da Costa Negreiros no estudo sistemático do barroco joanino na região de Lisboa**. Lisboa: Cosmos, 1994.

CARVALHO, A. de **- D. João V e a Arte do Seu Tempo**. Lisboa: Edição do Autor. Vol. II, 1962.

CARVALHO, A. de - Documentário Artístico do Primeiro Quartel de Setecentos, Exarado nas Notas dos Tabeliães de Lisboa. Separata da **Revista Bracara Augusta**, Vol. XXVII, fasc. 63 (75), Lisboa, 1973.

CARVALHO, A. de - Novas Revelações para a História do Barroco em Portugal. Separata da **Revista de Belas-Artes**, 20, Lisboa, 1964.

COSTA, P. A. C. da - **Corografia portugueza e descripçam topografica do famoso Reyno de Portugal.** Lisboa: Officina de Valentim da Costa Deslandes. Vol. III, 1712.

COUTINHO, M. J. F. P. - **A produção portuguesa de obras de embutidos de pedraria policroma (1670-1720)**. Lisboa: [s.n.]. Dissertação de Doutoramento em História (especialidade em Arte, Património e Restauro), apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa), 2010.

COUTO, G. - **Historia da Egreja de Santo Estevam de Lisboa.** Lisboa: Tipografia do Comercio, 1927.

LEAL, J. M. da S. M. - **Monumentos Nacionais**. Lisboa: Typ. Franco-portuguesa, 1868.

MIGUEL, S. - A Igreja e o Sítio de Santo Estêvão de Alfama. **Olisipo**, N.os 6 e 7, 1.ª série, Abril e Julho de 1939, p. 105-120; p. 162-176.

PEREIRA, L. G. - **Monumentos Sacros em Lisboa em 1833**. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1927.

PORTUGAL, F. MATOS, A. de - **Lisboa em 1758, Memórias Paroquiais de Lisboa**. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 1974.

SANTA MARIA, Fr. A. de - **Santuário Mariano e Historia das Imagens Milagrosas de Nossa Senhora.** Lisboa: Officina de António Pedrozo Galrão. Tomo I, 170.7.

SANTOS, R. P. dos - A Igreja de S. Miguel de Alfama. In. SERRÃO, V. (ed) - **Estudos de História da Arte. Novos Contributos**, (col. Lisboa Arte e História, 2). Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 2002, p. 109-122.

SERRÃO, V. - Um concurso de pintura do século XVII. In. SERRÃO, V. - **A Cripto-História de Arte**. Lisboa: Livros Horizonte, 2001.

SERRÃO, V. - **História da Arte em Portugal - o Barroco**. Lisboa: Editorial Presença, 2003.

SILVA, M. F. da - **Igreja de Santo Estêvão. In. SANTANA, F.; SUCENA E. (ed) -** Dicionário da História de Lisboa. Lisboa: Carlos Quintas & Associados, 1994, p. 868-869.

SOROMENHO, M. - **Manuel Pinto de Vilalobos. Da Engenharia Militar à Arquitectura**. Lisboa: [s.n.]. Vol. 3. Dissertação de Mestrado em História da Arte apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1991

DOCUMENTOS ELETRÓNICOS

PUNTONI, Pedro - O “Mal do Estado Brasílico”: A Bahia na Crise Final do Século XVII. [Em linha, 2010]. Simpósio “Guerra y Fiscalidade en la América Colonial (Siglos XVI-XIX), Segundo Congreso Latinoamericano de Historia Económica (CLADHE-II). México. [Consultado em 27 de Setembro de 2012]. Disponível na www: <URL: http://www.economia.unam.mx/cladhe/registro/ponencias/357_abstract.pdf>

A CRIAÇÃO DO CENTRO HISTÓRICO DO RIO GRANDE (1737-1755)

Eliza Furlong Antochevis
Arquiteta e Urbanista pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel)
Mestranda em Arquitetura e Urbanismo pelo PROGRAU (UFPel)
Rua General Abreu, 34. Rio Grande/RS. CEP 96211-100. Brasil
eliza.antochevis@gmail.com

Ester Bendjouya Gutierrez
Arquiteta e Urbanista pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)
Mestre e Doutora pela PUC/RS
Professora da UFPel na graduação e no Mestrado de Arquitetura e Urbanismo e no
Doutoramento em memória Social e Patrimônio Cultural (UFPel/UNESCO)
Rua Voluntários da Pátria, 249. Pelotas/RS.CEP 96015-730.Brasil
ester@ufpel.tche.br

A Criação do Centro Histórico do Rio Grande (1737-1755)

Eliza Furlong Antochevis

Ester Bendjouya Gutierrez

Historial do artigo:

Recebido a 04 de maio de 2015

Revisto a 12 de junho de 2015

Aceite a 06 de julho de 2015

RESUMO

O presente trabalho buscou relatar o desenvolvimento urbano da Povoação do Rio Grande de São Pedro, atual cidade do Rio Grande, entre os anos de 1737 e 1755. Com esse intuito foram pesquisadas fontes bibliográficas e documentais, como mapas e relatos de autoridades. Em um primeiro momento, foram abordados os fatos históricos ocorridos na então colônia portuguesa, atual Brasil, e áreas vizinhas durante o século XVIII. Esses fatos levaram à criação da Povoação, em dezenove de fevereiro de 1737. Da mesma forma, foram estudadas a instalação e caracterização dos primeiros fortes e dos núcleos urbanos que se formaram ao redor deles. Posteriormente, foi descrito o crescimento do Núcleo do Porto, o surgimento de suas principais vias e de sua arquitetura precária, devido a falta de materiais de construção adequados. Da mesma forma, foi relatada a transição da Povoação para a categoria de Vila, em 1747. Por fim, foi relatada a estagnação do desenvolvimento da Vila e o começo de uma fase de abandono pela metrópole, iniciada em 1750, quando houve a eclosão da Guerra Guaranítica. Conforme relatos de 1755, não havia verbas para a construção de novos prédios importantes, como a cadeia. As residências, até mesmo dos oficiais, estavam em precário estado.

Palavras-chave: História da cidade; Urbanismo; Arquitetura; Rio Grande.

ABSTRACT

This study intended to report the urban development of the Village of Rio Grande de Sao Pedro, current city of Rio Grande, between 1737 and 1755. For this purpose were researched bibliographic and documentary sources, such as maps and authorities reports. First of all, were studied the historical events that occurred in the Portuguese colony, currently Brazil, and surrounding areas, during the XVIII century. These facts led to the creation of Village in February 19th of 1737. Likewise, were analyzed the installation and characterization of the first fortifications and urban centers that have formed around them. In a second time, were studied the growth of the center of Porto, the emergence its main streets and their precarious

architecture, because of the lack of suitable building materials. Similarly, the transition from the Village to the category of town, in 1747, was reported. Finally, it was studied the stagnation of the village development and the beginning of a time of abandonment by the metropolis, which began in 1750, when there was the outbreak of War Guarani. As reports of 1755, there were no funds for construction of new important buildings, such as chain. The residences, even the officers were in a precarious condition.

Key-words: City History; Urbanism; Architecture; Rio Grande.

1. Introdução

Situada no extremo sul do Brasil e fundada no século XVIII, Rio Grande apresenta características urbanas e arquitetônicas peculiares, diretamente relacionadas às primeiras funções que lhe foram atribuídas. Por meio de seu porto, tornou-se uma rota pela qual passava a maior parte de tudo o que ingressava na região: mercadorias, homens, jornais, livros e ideias (ALVES, 2007). Rio Grande já recebeu o título de *Cidade Histórica – Patrimônio do Rio Grande do Sul,* foi contemplada com tombamentos e possui um Inventário de Bens Culturais.

O objeto de estudo escolhido para o trabalho foi a cidade do Rio Grande, com seus elementos urbanos e sua escassa arquitetura, entre 1737 e 1755. Buscou-se fontes documentais, como mapas e relatos, assim como bibliográficas, para identificar o desenvolvimento urbano da então Povoação do Rio Grande de São Pedro, e posteriormente Vila. O recorte temporal escolhido foi o período de crescimento compreendido entre a criação da Povoação, em 1737, e o início da fase de estagnação gerada pela Guerra Guaranítica de 1750, que deixou a cidade em estado precário, conforme relatos de 1755.

1.1. A Criação da Povoação do Rio Grande de São Pedro

O local da atual cidade do Rio Grande era caminho para a região platina, controlada por espanhóis no interior do continente, considerada estratégica pela garantia de acesso às áreas mineradoras andinas. Portugal tinha a intenção de quebrar esse monopólio espanhol, recebendo a prata da região de Potosí e oferecendo artigos coloniais, como açúcar e negros, e manufaturados ingleses (PESAVENTO, 1997). Consequentemente, houve diversas disputas entre portugueses e espanhóis pelo domínio desse local.

Em 1680, foi fundada pelos portugueses a Colônia do Sacramento, na margem norte do Rio da Prata. Conforme o Tratado de Tordesilhas, assinado em 1494, esse território estava além dos limites da Coroa Portuguesa. A localização de Colônia a colocava em frente à Buenos Aires, situada na margem sul (**vd. Figura 1.**). Após perceberem a ameaça, os espanhóis ocuparam o lugar e, nos anos seguintes, o mesmo mudou de domínio várias vezes (ARRUDA; PILETTI, 2002).

No final do século XVII, os portugueses encontraram ouro no atual estado de Minas Gerais. Atendendo às necessidades alimentares dessa região, para o Rio Grande passaram a descer

paulistas e lagunenses, objetivando prear o gado xucro para levar até a zona mineradora (PESAVENTO, 1997). As atividades com o gado haviam sido iniciadas em 1682, quando os jesuítas espanhóis retornaram à atual região do Rio Grande do Sul, em sua segunda etapa colonizadora. Nessa fase, fundaram os aldeamentos indígenas denominados Sete Povos das Missões: São Borja, São Nicolau, São Miguel, São Luís Gonzaga, São Lourenço, São João Batista, Santo Ângelo.

Os lusitanos perceberam a importância da região sul para a atividade pecuária em larga escala, em condições de abastecer diversas províncias da colônia. Após o declínio do nordeste, devido às secas sofridas, do sul passaram a chegar produtos de origem animal, transportados por tropas de mulas (PRIORE; VENÂNCIO, 2012). Visando esses produtos, muitos tropeiros dirigiram-se à região platina. Em 1703 Domingos da Filguera partiu de Colônia do Sacramento em direção à Laguna, para estabelecer um roteiro que demonstraria uma conexão por terra com o Brasil. (NETTO, s.d.). Esse percurso ficou conhecido como Caminho da Praia (**vd. Figura 1.**).

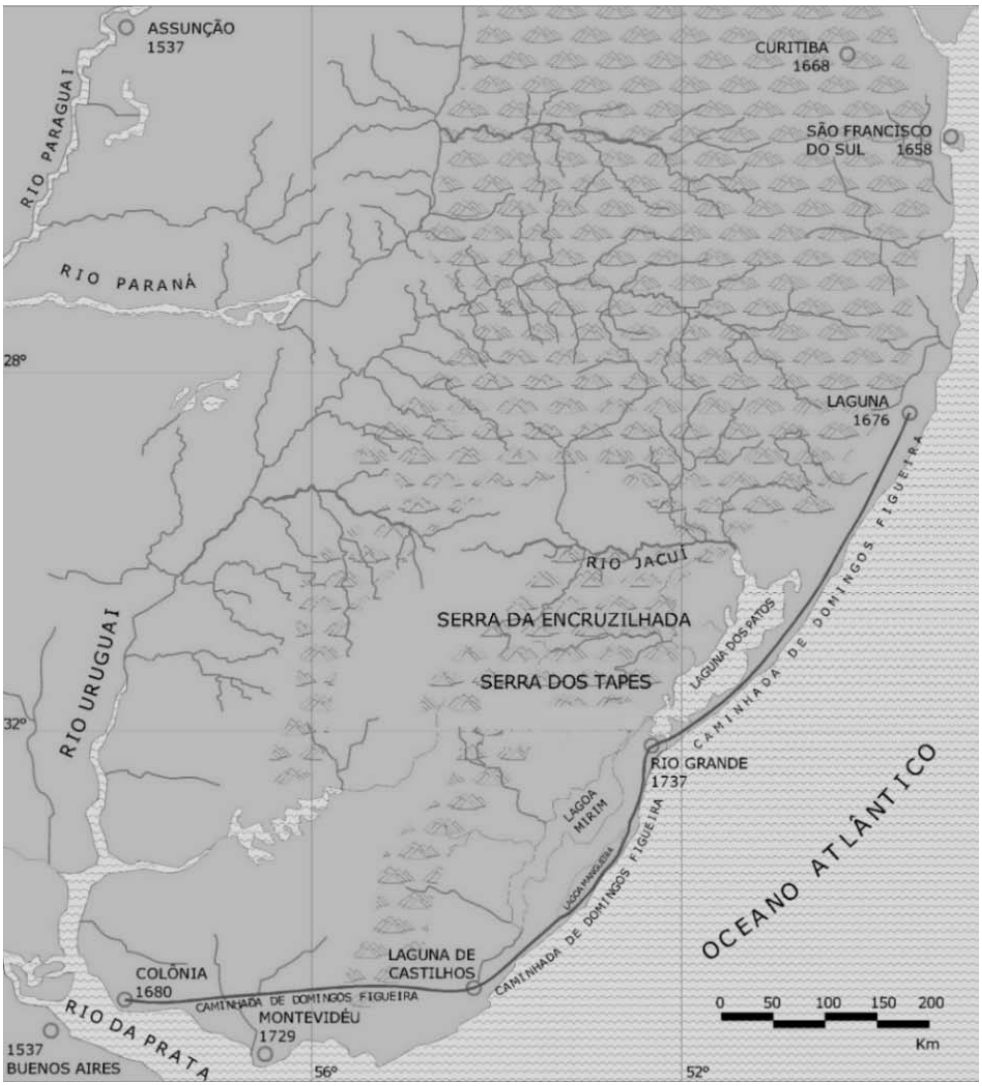


Figura 1. Região do Prata e o Caminho da Praia. **Fonte:** GUTIERREZ, 2011: 31.

Em 1704, o Capitão Francisco Ribeiro complementou o roteiro de Filguera, expondo os meios para se chegar às riquezas da região platina e aconselhando a criação de povoações com presídios em Maldonado e Rio Grande (QUEIROZ, 1987). Essas localidades deveriam presidir a

região, sendo o termo presídio utilizado em documentos do século XVIII com o significado de "guarnição militar", "forte" ou "fortificação".

Em 1715, foi assinado o Tratado de Utrecht. Através dele, a Colônia do Sacramento foi entregue à Portugal (ARRUDA; PILETTI, 2002). Os espanhóis ficaram inconformados e invadiram Colônia no mesmo ano, aumentando as preocupações da Coroa Portuguesa com o território conquistado. Em 1717, afirmou-se pela primeira vez a intenção oficial da criação da Povoação do Rio Grande de São Pedro, com o projeto de um forte (QUEIROZ, 1987). A construção garantiria a ocupação pelos lusos do território entre Rio Grande e Laguna. Como consequência do Tratado de Utrecht, os espanhóis fundaram Montevidéu, em 1726 (ARRUDA; PILETTI, 2002). A nova povoação foi estabelecida na mesma margem de Colônia do Sacramento. A tensão ao longo dos anos era permanente entre as duas coroas e os diferentes povos indígenas. Em 1735 as tropas castelhanas surgiram em frente aos muros de Colônia do Sacramento, iniciando o sítio.

Após esse fato, Portugal começou a colocar em prática o seu plano. O Brigadeiro José da Silva Paes, substituto no governo do Rio de Janeiro, pretendia fundar o Forte Jesus-Maria-José, expulsar os espanhóis de Montevidéu e terminar com o bloqueio à Colônia (GUTIERREZ, 2011). Em janeiro de 1736 o Conselho Ultramarino aprovou as sugestões de Silva Paes e defendeu, junto à Coroa, a concepção da fortificação e povoação da parte sul do canal do Rio Grande (QUEIROZ, 1987). O principal objetivo era liberar a navegação no Prata para Portugal e Inglaterra. Deveriam ser ocupados os principais pontos da região: Montevidéu, Colônia do Sacramento, Ilha de São Gabriel (três quilômetros a oeste de Colônia), Maldonado e o canal do Rio Grande (QUEIROZ, 1987).

Apesar da superioridade da frota lusa, muitas investidas foram fracassadas. Ao se aproximarem de Montevidéu, os portugueses perceberam a grande resistência das fortificações existentes, enquanto intensas tempestades colocavam a frota em perigo (QUEIROZ, 1987). Dessa forma, seguiram para Maldonado, a fim de ocupá-la e edificar uma fortificação. No entanto, a falta de água e madeira frustrou os planos, e os reforços que chegaram não foram suficientes para findar o cerco a Colônia (POSSAMAI; SALABERRY, 2012). Restava como opção fortificar o Rio Grande. A fundação do Presídio e Povoação do Rio Grande de São Pedro ocorreu em 19 de fevereiro de 1737.

Quando Silva Paes retornou do Prata, o contratador de couros Cristóvão Pereira de Abreu o aguardava nos arredores do canal do Rio Grande, onde tinha instalado duas defesas e reunido gado e cavalos (GUTIERREZ, 2011). O sistema inicial de fortificações implantado por Silva Paes no atual município do Rio Grande compreendeu o Forte Jesus-Maria-José e o Forte do Estreito. Para um melhor entendimento da localização dessas fortificações, é importante explicar que a área inicial de ocupação do Rio Grande era uma península (**vd. Figura 2.**).

Figura 2. Recorte do Mapa do Perímetro Urbano do Município do Rio Grande. Destaque da autora. Legenda: A) Forte Jesus-Maria-José; B) Forte do Estreito. **Fonte:** SMCP – Rio Grande. Mapa 02 do Plano Diretor do Município/2008.

Como a ocupação inicial do sítio se ordenou em razão da segurança e da defesa, ao redor de cada um dos fortes surgiu um núcleo populacional (OLIVEIRA, 2012). A península e os dois fortes podem ser melhor observados no *"Dessenho por Idea da Barra e Porto do Rio Grande de São Pedro"* (**vd. Figura 3**.). O desenho foi atribuído ao Brigadeiro José da Silva Paes (OLIVEIRA, 2012). Apresentou a península um pouco distorcida e sem os aterros realizados posteriormente.

Em 1737, foi construído o Forte Jesus-Maria-José na zona do porto, na ponta da península, ao norte. Foi indicado no desenho pela letra "A". O Núcleo do Porto era pequeno e nele estava localizada a fiscalização da atividade comercial (QUEIROZ, 1987). Em 1738, foi finalizado o Forte do Estreito no centro da península. Estava situado a meia légua, aproximadamente dois quilômetros do porto. Para ele foi transferida a maior parte da tropa militar e dos civis (PAULITSCH, 2008). A Figura 3 ilustrou que a fortificação do Estreito, indicada pela letra "B", deveria estender-se da Lagoa dos Patos até o Saco da Mangueira (**vd. Figura 3**.). Foram também construídas a Igreja de Jesus-Maria-José, no núcleo do Porto, e a Igreja de Santa Ana, no núcleo do Estreito (OLIVEIRA, 2012).

Com a finalização do Forte do Estreito, o Forte Jesus-Maria-José passou a abrigar apenas uma guarda, formada por alguns soldados, para a proteção da casa da pólvora, armazém e instrumentos e materiais da fábrica e da Igreja (QUEIROZ, 1987). Dessa forma, a população do porto tornou-se reduzida. A Guarda do Forte, juntamente com a guarda do Norte, no atual município de São José do Norte, estava subordinada à guarda do Porto.

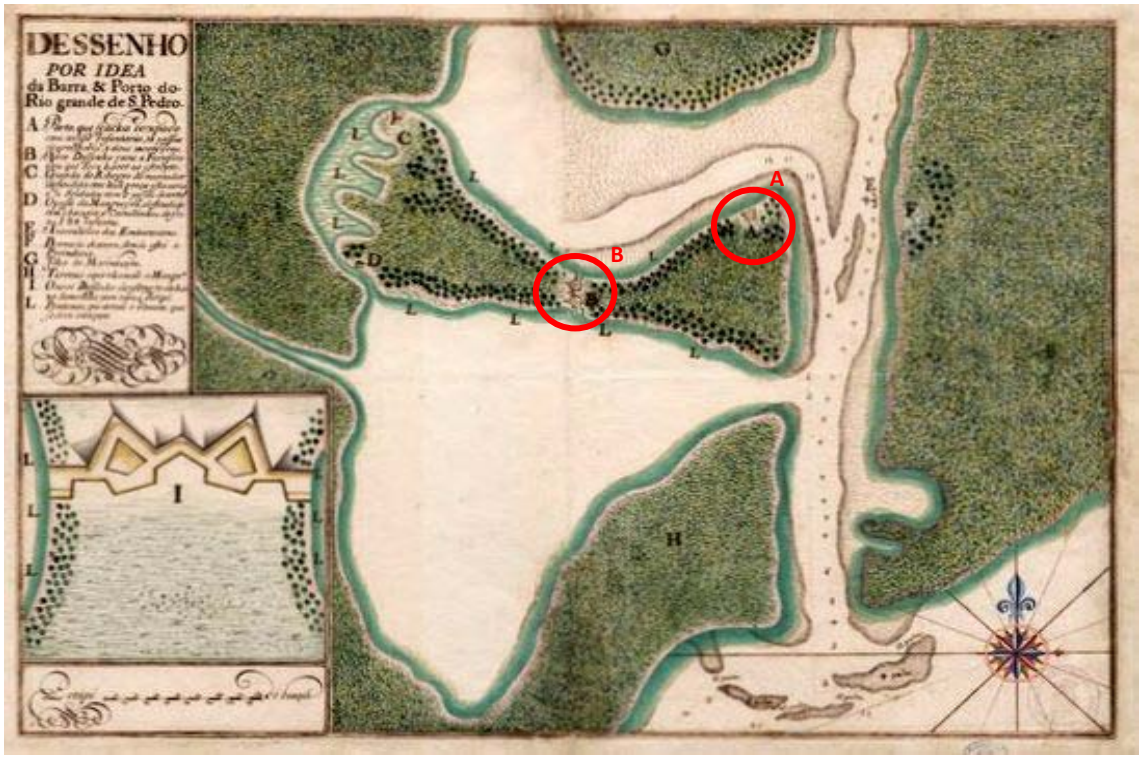


Figura 3. "Dessenho por ideia da Barra e Porto do Rio Grande de São Pedro". Transcrição de parte da legenda: A - Porto que se acha ocupado com a Infantaria; B - Novo desenho para a Fortificação que deve haver no Estreito. **Fonte:** IICT – Arquivo Histórico Ultramarino. Acervo digital.

Outros fortes foram construídos até 1776. Na margem norte do canal do Rio Grande, a partir da barra, contavam-se os fortes Lagamar; São Jorge ou dos Dragões; Nossa Senhora da Conceição; São Francisco e São José do Norte. Na margem sul, também a partir da barra, estava: o forte de São José ou da Barra; o de Santa Bárbara; o do Triunfo; o da Trindade; o da Mangueira; o do Ladino; o de Jesus-Maria-José; o do Estreito e o do Arroio. Mais afastados ficavam os fortes de: São Miguel; Santa Teresa e os pequenos redutos do Taím, Albardão e Passo da Mangueira (PIMENTEL, 1944).

Os núcleos se expandiram com a chegada dos imigrantes. Segundo os Anais do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, em 1737 aproximaram-se as primeiras famílias paulistas (SILVA PAES, 1737). Elas foram somadas à população militar luso-brasileira que já residia na povoação. Os espanhóis que já moravam na América do Sul, os luso-brasileiros civis de Colônia e os cariocas foram incorporados a partir de 1738 (QUEIROZ, 1987). A primeira informação sobre o total da população do local data de 1744, tendo registrado 1400 pessoas, segundo carta do Padre Melchior Straser (ORNELLAS, 1956).

2. Desenho Urbano e Arquitectura no Núcleo do Porto

Por volta de 1747, o avanço das areias sobre o núcleo do Estreito se fazia incontrolável e a população já o havia praticamente abandonado (PAULITSCH, 2008). Em 1752, o núcleo foi oficialmente transferido junto ao do Porto. Parte das construções que ainda estavam em boas condições foram desmontadas, e o material aproveitado na transferência (QUEIROZ, 1987). Dessa forma, a administração da localidade voltava para o seu local original, às proximidades do porto.

Em 1747, foi criada a Carta Régia de fundação da Vila do Rio Grande, elevando a categoria da povoação. Na carta foram apresentadas recomendações para a vila, que vieram a influenciar muitas de suas características. Nela, D. João V, atendendo ao que propunham o Ouvidor Geral de Paranaguá, o Governador do Rio de Janeiro e o Conselho Ultramarino criou a Vila do Rio Grande, em 17 de julho de 1747. No documento havia referências à Carta Régia de criação da Vila de Aracati, no atual estado do Ceará, datada de 11 de abril de 1747, conforme texto abaixo:

"(...) e para ordenar melhor os arruamentos dessa nova villa, sua praça e obras da matriz, a caza da câmara e cadea, lhe mandei remeter a instrução, que fui servido aprovar, e se mandou ao ouvidor do Ceará para crear huma nova villa no lugar de Aracaty. (…)" (ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO, *apud* RHODEN, 1999).

Em 20 de março de 1750, o Governador Gomes Freire de Andrade recomendou ao D. João que o ouvidor da Ilha de Santa Catarina, a quem estava subordinada a Povoação do Rio Grande, executasse a ordem de criação da Câmara (RHODEN, 1999). O fato ocorreu no ano seguinte, quando houve a instalação da Câmara de Vereadores da vila. Segundo a carta de Aracati, o Ouvidor da Comarca de Paranaguá deveria ir ao presídio, para presidir a eleição dos vereadores da câmara e juízes, traçar as ruas e praça, conforme explica o trecho da carta:

"(...) que conservando a idea que aponta de eztender hua face da villa ao longo do ryo, demarque em primeiro lugar a área, que há-de servir de praça com tal proporção, que não padeça o defeito de acanhada, ainda que a ditta villa tenha aumento, que se espera; que no meio da ditta praça levantará pelourinho, e aos lados dela ficarão os edifícios públicos, como caza de câmara, cadea, e maes oficinas, que forem necessárias ao serviço da mesma villa, destinando logo espaços proporcionados a cada hum dos ditos edifícios, e oficinas; que feito o referido, tirando da área destinada a ditta praça linhaz rettas e iguaes, demarque as ruas (…)" (ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO, *apud* RHODEN, 1999).

O fato de ter sido utilizada a carta de criação da Vila de Aracati para a criação da Vila do Rio Grande de São Pedro pode ser justificado por se tratarem de vilas com funções portuárias e economias semelhantes. Além disso, a carta de Aracati havia sido escrita apenas três meses antes daquela que solicitava a elevação do Rio Grande à vila. Percebe-se também uma preocupação maior com a organização espacial das novas cidades portuguesas, com praças e ruas de linhas retas.

Mesmo não existindo imagens da vila entre 1737 e 1755, pode-se fazer uma suposição de que a mudança da população do Estreito para o Porto, somada às recomendações da carta régia, tenham feito com que novas construções fossem dispostas próximas ao Forte Jesus-Maria-José em vias longas, paralelas à Laguna. Conforme Torres (2004), o forte ficava próximo à atual Praça Sete de Setembro, antiga Praça do Poço. Segundo Copstein (1974), o forte localizava-se entre as atuais ruas General Bacelar e República do Líbano, e Fernando Duprat da Silva e Francisco Marques.

A imagem a seguir (**vd. Figura 4.**) mostra a localização, em mapa atual, de onde teria sido localizado o forte, a praça e algumas capelas. Sabe-se que a Matriz de São Pedro foi edificada em 1755 para suprir a necessidade de um templo religioso para a população próxima, e que a Rua da Praia, atual Marechal Floriano, estava à beira da Laguna, daí vindo seu nome. Até 1755 existiam a capela do Forte Jesus-Maria-José, a capela do Forte do Estreito, a capela de Nossa Senhora do Rosário e a capela de Nossa Senhora da Lapa (TORRES, 2006).

Figura 4. Recorte do Mapa das Unidades de Planejamento do Rio Grande com a localização aproximada de algumas construções existentes até 1755. Destaques da autora. **Legenda**: 1) Forte Jesus-Maria-José, 2) Praça do Poço, 3) Capela do Forte, 4) Capela Nossa Sra. do Rosário, 5) Capela Nossa Sra. Da Lapa. **Fonte:** SMCP – Rio Grande. Mapa 06 do Plano Diretor do Município/2008.

Conforme Mirco (1987) o forte possuía a forma de um retângulo com baluartes (plataformas de artilharia) aos cantos, e cabeças-de-ponte nos muros mais extensos. As cabeças-de-ponte eram avanços na construção, para embarque e desembarque das tropas ao centro, que também serviam como espaço para artilharia. Para Queiroz (1987), o Forte Jesus-Maria-José era um grande reduto de quatro baluartes, de estacaria e trincheira. Conforme corte e planta existente na Biblioteca Riograndense (**vd. Figura 5.**), a construção tinha o formato de uma estrela de seis pontas.

A fortificação, primeiro exemplar da arquitetura de defesa na região, foi construída com madeira retirada da Ilha dos Marinheiros e lama coletada nas margens do canal, exigindo manutenção constante (TORRES, 2004). A utilização de tais materiais se deu pela ausência de pedras na região. No interior do forte existiam construções complementares ao propósito de defesa. Segundo o Governador do Rio Grande de São Pedro, André Ribeiro Coutinho (1740), o forte era formado por*: "(...) uma igreja de 92 palmos (24,20 metros) de comprido e 40 palmos (8,80 metros) de largo, um corpo da guarda de 34 palmos (7,48 metros); quatro quartéis pequenos para os soldados; um armazém para a courama de 105 palmos (23,10 metros); uma ferraria e uma casa para o armeiro (...)"* (COUTINHO, 1740).

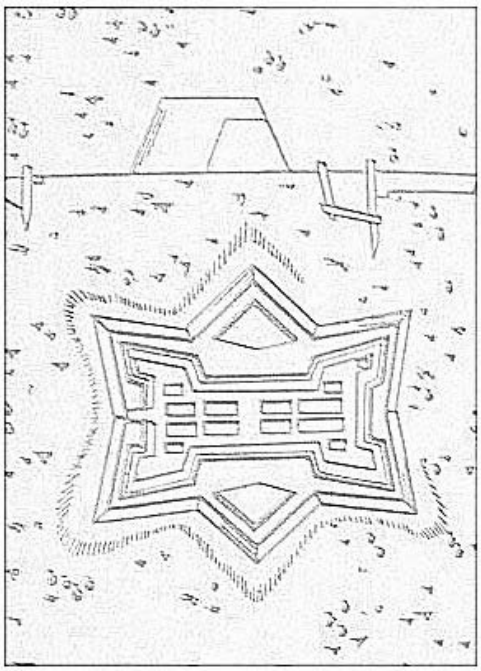


Figura 5. Corte e planta do Forte Jesus-Maria-José. **Fonte:** Acervo fotográfico da Biblioteca Riograndense.

Nas proximidades do forte foram também construídas algumas casas para habitação. A madeira empregada para as estacas e faxinas das construções era retirada da Ilha dos Marinheiros. Agregadas no reforço das edificações mais importantes, a cal e a madeira de melhor qualidade vinham do Rio de Janeiro, (PIMENTEL, 1944). As edificações tinham aspecto miserável. Com o tempo, o couro foi substituído pelo uso de palha nas coberturas das casas, e ainda em 1744 até mesmo a Capela do forte era coberta por este material (TORRES, 2006).

Essa arquitetura, presente na primeira metade do século XVIII, ainda não possuía os elementos da arquitetura considerada colonial brasileira, como o telhado de barro e as aberturas em arco abatido. Pelos relatos existentes, as construções eram extremamente simplificadas, devido à carência de materiais adequados e à própria função da povoação, que deveria, acima de qualquer outra questão, defender o território português.

Em meio a essa difícil tentativa de crescimento da região, em 1750 teve início a Guerra Guaranítica. Com a assinatura do Tratado de Madri, em 1750, foram delimitadas as novas fronteiras espanholas e portuguesas da America do Sul. Os guaranis receberam uma advertência para abandonarem suas terras, agora portuguesas, nos Sete Povos das Missões. Decidindo a comunidade indígena permanecer no local, teve início um conflito violento, finalizado apenas em 1756 (PESAVENTO, 1997).

Em meio a essa fase de estagnação, em 1755 surgiu a necessidade da construção de um novo templo religioso, que viesse a substituir a Capela do Rosário, arruinada em um incêndio. Uma carta do Governador-geral da Colônia, Gomes Freire, informou que para a nova capela haviam sido utilizados tijolos, pedras e cal, originalmente destinados à construção da nova Casa do Governador (TORRES, 2006). A partir do projeto do engenheiro militar Manuel Vieira Leão, em abril de 1755 foram iniciadas as obras.Com suas torres singelas e portada em pedra, a então Matriz de São Pedro foi finalizada de agosto de 1755 (**vd. Figura 6**).

Embora tenha sido um exemplarcontemporâneoà arquitetura religiosa barroca, a capela não apresentou a mesma riqueza de detalhes dos templos barrocos de Minas Gerais. Possivelmente, o espírito militar aliado à falta de recursos financeiros e de materiais de construção no local influenciou essas mudanças. Dessa forma, implantou-seo que

posteriormente foi intitulado por José Augusto França, em Portugal, e Benedito Lima de Toledo, no Brasil, deproto-neoclássico (TOLEDO, 1972). Seus elementos seguiam o neopaladianismo, o abandono da sobrecarga original barroca e uma racionalização dos processos construtivos (CONDURU, 2008).

Conforme Carlos Lemos, esse "proto-neoclássico pombalino" tinha o nome de maneirismo, e era na realidade um maneirismo disfarçado, "residual", que nunca abandonou os engenheiros del'Rei (CONDURU, 2008). Esses engenheiros militares portugueses, que atuaram no Brasil no século XVIII, evitaram o barroco. Deram preferência para a contenção renascentista, em suas composições (CONDURU, 2008).

Figura 6. Catedral de São Pedro. Rio Grande. RS. **Fonte:** SMC – Rio Grande. Folheto Informativo Catedral de São Pedro/ 2014.

Com a Guerra Guaranítica, a administração metropolitana passou a negligenciar a Vila do Rio Grande, que passou a ter muitos problemas não solucionados. O crescimento e desenvolvimento alcançados desde 1737 ficaram estacionados. Em 1755 faltavam recursos para resolver alguns dos problemas mais graves que afetavam a administração local, como a falta de uma cadeia. Também não havia verbas para a construção de um prédio para a Câmara que tivesse melhor qualidade do que as casas de aluguel cobertas de palha, com paredes de pau-a-pique, sem forro e sem piso de tábuas (QUEIROZ, 1987).

3. Considerações Finais

A cidade do Rio Grande se desenvolveu a partir da área de seu Centro Histórico, resistindo a sérios problemas, como ventos, areias e falta de material de construção. Resistiu inicialmente pela sua função de defesa das terras portuguesas. Obteve crescimento populacional e econômico graças ao seu papel nas questões militar e portuária.

Seguindo inicialmente as normas portuguesas das Cartas Régias e posteriormente se desenvolvendo conforme o seu sítio, a cidade conseguiu manter seus habitantes reunidos na região do atual Centro Histórico, próximos ao antigo Forte. Da mesma forma, através da construção de templos religiosos próximos aos casarios, a área consolidou-se como núcleo populacional.

Devido a uma fatalidade, a Matriz de São Pedro precisou ser construída às pressas, utilizando o pouco material resistente que existia no local. Apesar das dificuldades enfrentadas na sua construção, no sul da antiga colônia luso-brasileira, independentemente das críticas positivas ou negativas, a igreja abandonou o barroco e mostrou uma nova linguagem intitulada de proto-neoclássica. Na fronteira meridional da colônia luso-brasileira, com pioneirismo, os profissionais Del' Rei anunciavam o neoclassicismo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Francisco das Neves; Luiz Henrique, TORRES - **Visões do Rio Grande**. Rio Grande: Ed. FURG, 1992.

ARRUDA, José J.; PILETTI, Nelson - **Toda a história**. São Paulo: Editora Ática, 2002.

COPSTEIN, Raphael - **Evolução urbana de Rio Grande**, Porto Alegre: Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, 1974.

GUTIERREZ, Ester J. B. - **Negros, charqueadas e olarias: um estudo sobre o espaço pelotense.** Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2011.

MIRCO, Carmem Helena - **Textos para o estudo da história do Município do Rio Grande**. Rio Grande: Ed. FURG, 1987.

NETTO, José A. de Souza Pinto - **A Conquista do Rio Grande**, vol. 1 Rio de Janeiro: AC&M, s.d.

ORNELLAS, Manoelito - **Gaúchos e Beduínos: a origem étnica e a formação social do Rio Grande do Sul**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1956.

PAULITSCH, Vivian - **Rheingantz: uma Vila Operária em Rio Grande**. Rio Grande: Editora FURG, 2008.

PESAVENTO, Sandra Jatahy - **História do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1997.

PIMENTEL, Fortunat - **Aspectos gerais do Município do Rio Grande**. Porto Alegre: Oficina Gráfica Imprensa Oficial, 1944.

PRIORE, Mary Del; VENÂNCIO, Renato - **Uma breve história do Brasil.** São Paulo: Editora do Brasil, 2010.

QUEIROZ**,** Maria Luiza Bertulini - **A Vila do Rio Grande de São Pedro (1737-1822)**. Rio Grande: FURG, 1987.

RHODEN, Luíz Fernando - **Urbanismo no Rio Grande do Sul: origens e evolução**. Porto Alegre, 1999.

TOLEDO, Benedito de Lima - **O Real Corpo de Engenheiros da Capitania de São Paulo, destacando-se a obra do Brigadeiro João da Costa Ferreira**. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo. São Paulo, 1972.

DOCUMENTOS ELECTRÓNICOS

ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO - Cartografia Manuscrita. **Dessenho por ideia da Barra e Porto do Rio Grande de São Pedro.** [Em linha 2015]. [Consultado em 14 de janeiro de 2014] Disponível na www <URL: http://www2.iict.pt/?idc=84&idi=16103>.

FORTE JESUS-MARIA-JOSÉ - Fontes Historiográficas. **Revista BIBLOS**. [Em linha 2015]. Rio Grande, n. 16, 2004. [Consultado em 13 de março de 2013] Disponível Disponível na www <URL: http://www.seer.furg.br/biblos/article/view/422/106 >.

INSTITUTO DE INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA TROPICAL. Lisboa. Disponível na www <URL: http://www2.iict.pt/>.

OLIVEIRA*,* Ana Lúcia Costa - **O Portal meridional do Brasil: Rio Grande, São José do Norte e Pelotas (1737 a 1822).** [Em linha 2015]. Tese (Doutorado em planejamento urbano e regional). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2012. [Consultado em 05 de maio de 2013] Disponível na www <URL: :<http://www.ufrgs.br/propur/teses_dissertacoes/Ana_L%C3%BAcia_Costa_de_Oliveira .pdf>.

POSSAMAI, Paulo. C.; SALABERRY, Rodrigo. S. - As frotas de socorro para a Colônia do Sacramento, 1736- 1737. **Revista Navigator -Subsídios para a História Marítima do Brasil**. [Em linha 2015]. n.15, 2012. [Consultado em 05 de maio de 2014] Disponível na www <URL: http://www.revistanavigator. com.br/ navig15/ dossie/ N15_ dossie6.pdf>.

TORRES, Luiz Henrique - A catedral de São Pedro. **Revista BIBLOS**. [Em linha 2015]. Rio Grande, n. 18, 2006. [Consultado em 12 de março de 2013] Disponível na www <URL: http://www.seer.furg.br/biblos/article/view/82/187>.

FONTES DOCUMENTAIS

COUTINHO, André Ribeiro- Memória dos serviços prestados ao Governo do Rio Grande de São Pedro, dirigida a Gomes Freire de Andrada em 1740, **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul,** Porto Alegre, 4 trim. 1936. v. 4, p. 46-47, 1936.

SILVA PAES, José - Portaria para assentamento dos povoadores do Livro 1 da Provedoria do Rio Grande em 1737. In: Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, 1977, Porto Alegre. **Anais**... Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 1977. v. 1, p.53.

SMCP RG - Secretaria de Coordenação e Planejamento do Rio Grande: Mapas do Plano Diretor do Município do Rio Grande, 2008.

SMC RG - Secretaria de Cultura do Rio Grande: Folheto Informativo da Catedral de São Pedro, 2014.

Biblioteca Riograndense: Acervo fotográfico**;** Corte e planta do Forte Jesus-Maria-José.

MULTIMÉDIA

MOSTEIRO/MUSEU: OLHAR COM A COMUNIDADE

Maria Teresa Amado

Universidade de Évora, Departamento de História, CHAIA 7000-Évora
Largo Colegiais, Évora, Portugal
Tv. Noronha, 26,1º,1250-171 Lisboa
amado.teresa@gmail.com

Mosteiro/Museu: Olhar com a Comunidade

Maria Teresa Amado

Historial do artigo:

Recebido a 05 de maio de 2015

Revisto a 03 de junho de 2015

Aceite a 07 de julho de 2015

RESUMO

Este artigo apresenta um website de musealização do Mosteiro de Santa Maria de Pombeiro, monumento nacional fundado no início do século XII e localizado perto de Felgueiras e próximo de Guimarães, inserindo-o numa proposta mais ampla de dinamização cultural e patrimonial.

A revalorização proposta para o Mosteiro beneditino, recentemente recuperado, pretende potencializar o património artístico, religioso, histórico e cultural daquela antiga comunidade monástica, no seu todo, com uma longa história sociocultural; e fomentar a apropriação desse património pela comunidade presente. Assim, o projeto tem como principal objetivo o de envolver a participação da população local, especialmente os jovens e as Escolas, e o de incentivar a colaboração das várias instituições regionais.

O website funciona como estrutura organizativa da musealização, com links específicos para Escolas, Comunidade e Visitantes. Os blocos organizadores do projeto e do website são: a História do Mosteiro e o Presente no Mosteiro. A História do Mosteiro, através dos núcleos O Conjunto (Igreja, Casa, Cerca), A Vida no Mosteiro em 12 Objetos e A História de Pombeiro (Comunidade Monástica, Redes Familiares, e História Local) abre à atualidade e ao desenvolvimento local através de Concursos, e dos núcleos Hoje, 365 dias em redor do Mosteiro, Amigos, Escolas, Comunidade e Visitantes.

Palavras-chave: Património Histórico-cultural, Comunidades Monásticas, Comunidades Locais, Valorização Patrimonial, Tecnologia Digital.

ABSTRACT

This article suggests a museum web-site for the Monastery of Santa Maria de Pombeiro, a national monument dating from the early 12th century, near to the town of Felgueiras and near to the city of Guimarães. The website is part of a broader effort to promote the cultural appropriation of this heritage.

The proposal for this recently rehabilitated benedictine monastery aims to develop the artistic, religious, historic and cultural patrimony of the monastery as a whole, taking into account the long history of the institution, in order for it to be appropriated by the local community as a means for its development. The principal aim is to draw in the local population, namely young people and schools and to promote collaboration between local institutions. The web-site helps to structure the museum, with specific links

for Schools, Community and Visitors. The building blocks of the project are *History of the Monastery* and *The Monastery in the here and now*.

In the website, *The History of the Monastery* is presented under various thematic groups, namely, *Buildings* (*Church*, *Monastery*), *The Story of the Monastery in 12 Objects* and *The History of Pombeiro (Monastic Community*, *Family Networks* and *Local History*). Alongside, present day themes also appear, namely *Today - 365 days in the life of the Monastery*, *Friends of the Monastery*, *Schools*, *Community* and *Visitors*.

Key-words: Cultural Heritage, Monastic communities, Local Communities, Heritage Promotion, Digital Technologies.

1. Introdução

O artigo corresponde à apresentação concreta do website de musealização do Mosteiro beneditino de Santa Maria de Pombeiro, inserindo-o numa proposta mais ampla de apropriação cultural e patrimonial. Este website chama-se o "Mosteiro de Pombeiro: um olhar com a Comunidade"

O Mosteiro, monumento nacional fundado no início do século XII e localizado perto de Felgueiras e próximo de Guimarães e de Tibães, foi recentemente recuperado, integrando-se na Rota do Românico (1).

Figura. 1. Página inicial do website Mosteiro de Pombeiro:: Olhar com a Comunidade.© Maria Teresa Amado,2014.

A revalorização aqui proposta pretende potencializar globalmente o património artístico, religioso, histórico e cultural daquela antiga comunidade monástica, integrando-o na realidade presente. Este projeto de dinamização tem como principal objetivo o de envolver a participação da população local, especialmente os jovens e as Escolas, e o de fomentar a colaboração progressiva das várias instituições e entidades regionais.

Num ponto inicial, prévio à explicitação do website, justificam-se as razões da sua escolha e a conceção de património subjacente a ela.

2. Porquê o Mosteiro de Santa Maria de Pombeiro?

A escolha deste monumento baseou-se na relevância da sua história e do seu património, na relação com o seu presente (2). Vejamos brevemente as principais razões:

O Mosteiro, para além das suas riquíssimas memórias, incorpora um vasto, antigo e diversificado património: histórico, arqueológico, documental, artístico, arquitetónico, religioso e sociocultural.

A qualidade artística e a singularidade arquitetónica da igreja: concretamente, as suas características românico-barrocas, a fachada e as suas duas absidíolas originais, as torres maneiristas, com coruchéus barrocos, a escultura e o baixo-relevo, a importante tumultuária medieval, o altar-mor (3), a talha dourada e a pintura, para além da original monumentalidade do claustro neoclássico.

Considerámos que a igreja, o claustro e a cerca fazem de Pombeiro um espaço próprio no contexto da rede monástica beneditina portuguesa: a igreja, pela sua elegância e integração de estilos (românico, maneirista, barroco e neoclássico) é, por si, uma lição de história da arquitetura religiosa ocidental; a área do claustro, inacabado e em ruínas, singulariza-se pela função e pela ostentação neoclássica, evocando o claustro da Sé e fachadas palacianas brasonadas de Braga; e a cerca, pela organização do espaço monástico enquanto unidade de conjunto, com o jardim e as suas áreas agrícolas, de arborização e de mata, de oração e de descanso, integrando a igreja e o edifício principal na respiração da natureza.

Apesar de o Mosteiro estar hoje praticamente vazio, com exceção da igreja, dispomos de avultada documentação escrita com grande detalhe informativo sobre a casa dos monges, o couto e a freguesia de Pombeiro, desde a Idade Média até à extinção do Mosteiro.

Existe documentação para o período medieval, nomeadamente com o seu Costumeiro (4) do século XIII, seguindo a reforma de Cluny (SILVA, 1995). E, a partir dos finais do século XVI, quando esta comunidade se integra na Congregação da Ordem Beneditina e passa a depender da Casa-Mãe de Tibães, existem os Estados de Pombeiro. Eles fornecem relatórios anuais sobre a vida e o funcionamento do Mosteiro, e, em particular, sobre a ampliação do convento no século XVIII e a sua reconstrução nos inícios do XIX, depois de um incêndio que o destruiu totalmente (5), sobre a construção do aqueduto, do cuidado posto, tanto na portaria, no recibo e no portão do mosteiro, como na casa do abade e dos hóspedes, etc. Estas referências evidenciam como o programa construtivo barroco, de ampliação e de ornamentação da igreja, se impregna no mosteiro, nas construções anexas, e nos muros das cercas.

Para além das informações sistematizadas por Frei Leão de S.Tomás, abade de Tibães, em *Beneditina Lusitana*, 1644-1651, frei António de Assunção Meireles, nos finais do século XVIII reúne novos materiais em *O Mosteiro de Pombeiro* (MEIRELES,1942).

Finalmente, o original *Dietário do Mosteiro de Sancta Maria de Pombeiro*, escrita por um beneditino, relata aquela realidade religiosa entre 1807 e 1816, integrada na vida política nacional e europeia. É narrada com particular viveza e detalhe a invasão dos franceses em 1809 (COUTINHO,2011).

Esta excelente base documental possibilita, a partir de hipóteses rigorosas, "recriar" com objetividade importantes aspetos daquele complexo monástico. Através das tecnologias digitais é possível, de forma empática, mostrar o que já não existe, dar a percecionar ao visitante as materialidades passadas. É o caso da simulação da evolução arquitetónica da fachada da igreja românica no período medieval, ainda com o galilé, e sem torres; da construção românica que foi parcialmente reformulada no maneirismo, e profundamente modificada ao longo do período barroco. Estas informações, associadas aos vestígios arqueológicos (6), ajudam a reconstituir os espaços do couto e as suas funções (7), incluindo a delimitação da primeira cerca do Mosteiro, com a sua agricultura e arborização.

A documentação existente tem ainda uma enorme vantagem: ela já foi estudada e publicada. Dispomos de várias monografias históricas, arqueológicas e artísticas sobre o Mosteiro.

Este património arqueológico, artístico e arquitetónico ganha outro significado se for analisado integrando-o numa compreensão diacrónica do território, da história e da vida socioinstitucional do Mosteiro.

O couto de Pombeiro localiza-se numa espaço muito fértil, cortado pelo rio Vizela e ladeado por vários rios, e situa-se na zona da estrada romana que ligava Trás-os-Montes a Braga (vestígios ainda presentes nos troços de calçada e na ponte medieval). Na Idade Média, ele era cruzado por dois importantes eixos viários: o que ligava Trás-os-Montes ao Porto, passando por Amarante, e o que comunicava entre a Beira, Porto, Guimarães e Braga, estando por isso no caminho de Santiago de Compostela (sabe-se, pelo seu Costumeiro, que no século XIII existia um hospital e um albergue ao lado da igreja).

O Mosteiro, possivelmente do século IX - mas com existência documental no lugar de Pombeiro desde finais do século XI, recebeu de D. Gomes Echiegues a carta de doação em 1102, e de D. Tereza, carta de Couto em 1112, com privilégios e justiça própria -, é uma das mais antigas instituições monásticas do território, integrando-se na rede dos domínios beneditinos da província de Entre Douro e Minho, com um papel ativo na reorganização do território.

A organização do Couto de Santa Maria de Pombeiro, e a escolha dos seus abades, vai estar desde o seu início intrinsecamente ligada às estruturas senhoriais de Entre Douro e Minho, e à História de Portugal, nomeadamente, na primeira dinastia, à Família dos Celanova e dos Sousa (Sousões) que detinha o seu padroado (8), e aos Teles de Meneses, Barbosa, Lima, e Mello (9). Aliás a abóbada do galilé da igreja, panteão dos Sousa (10), era uma verdadeira galeria de heráldica, pois nela estavam pintados os principais brasões das famílias portuguesas.

Este domínio beneditino, que estendia os seus territórios até Vila Real no reinado de D. Sebastião (11), foi acumulando bens imóveis e padroados ao longo da Idade Média (através de doações reais e da Família dos Sousa), chegando a possuir 37 igrejas e um rendimento anual só comparável aos Mosteiros de Arouca e dos Crúzios de Coimbra. E, a partir dos finais do século

XVI, quando integra a Congregação Beneditina, Pombeiro é o Mosteiro que apresenta maiores ingressos, a seguir a Tibães, Casa-Mãe.

Estas informações revelam como uma divulgação organizada e bem estruturada da vida do Mosteiro de Santa Maria permite dar conhecer a evolução artística e arquitetónica daquele conjunto monástico, as suas vivências e o seu quotidiano. Permite ainda compreender a importância da história daquela comunidade monástica, integrada nos domínios beneditinos, a história local com as suas redes familiares, e a história socioinstitucional da Província e do Pais, ao longo de oitocentos anos.

Do ponto de vista socioeconómico e cultural possibilita "reconstituir" o complexo comunitário (mini-urbe), nos aspetos senhorial e religioso, doméstico e agrícola.

Todo este conhecimento integrado da história de Pombeiro, e do que era o modo de vida monástico numa comunidade beneditina com estas características, tem subjacente a noção de realidade patrimonial entendida no seu todo, como um conjunto globalmente articulado, que integra a comunidade e a ela se destina prioritariamente. Visão patrimonial do passado numa perspetiva de atualidade: a sua utilidade é servir o presente.

Valorizar é descobrir e fomentar processos de aproximação das pessoas às realidades patrimoniais, estabelecendo nexos e aproximando, criando comunidade, pois não me relaciono com o que não entendo, não gosto, me é distante.

Como dinamizar culturalmente a história de uma comunidade monástica? Aquela experiência terá ainda algo a dizer-nos hoje? O que é verdadeiramente específico de Pombeiro? Qual o génio do lugar? Como se poderia partilhar esse seu carácter singular e único com os visitantes? O que poderá um conjunto monástico dizer a pessoas urbanas, e a jovens que vivem no seu quotidiano de forma tão radicalmente diferente?

As características mais originais e positivas do atual espaço envolvente de Pombeiro são as suas marcas de ruralidade, infiltradas de casario, próprias do povoamento no Minho, com a permanência ainda de matas, estruturas pedestres medievais, agrícolas e artesanais. Elas, de algum modo evocam as produções e as redes de sustentabilidade (casa da adega e da eira, eira, lagar do azeite e do vinho, ponte, casa arrendada) em que assentava a vida económica do Mosteiro (ALVES, 2011:208-212). Ao invés, quando já inseridos em densas malhas urbanas, torna-se quase abstrato vivenciar a ligação da comunidade à terra.

As condições naturais possibilitaram em Pombeiro uma certa conservação dessas realidades. O que facilita a redescoberta da importância do valor da Natureza, da sua ordem e dos seus tempos. Facilita também a sua sustentabilidade em termos do próprio equilíbrio humano e dos grupos de vizinhança.

Paralelamente, um dos fatores mais favoráveis da região é a elevada densidade da população juvenil.

3. Valorizar: Com Quem, Com Que Meios, Para Quem?

Deste modo, considerámos as marcas de ruralidade e a densidade da população juvenil seriam os elementos centrais da valorização do Mosteiro e da identidade local.

Para além dos "tradicionais" *Visitantes*, a *Comunidade* e as *Escolas* correspondem aos públicos-alvo do projeto .

A proposta de musealização tem como principal objetivo dar a conhecer e apropriar. Pretende entender e divulgar a identidade do Mosteiro como conjunto monástico, no seu todo, com uma longa história sociocultural e cronológica; e incentivar a apropriação desse património pela comunidade presente.

Através da relação com a Comunidade tenta-se recuperar as memórias da história local a seguir à extinção das ordens religiosas; e relembrar aspetos da cultura popular, dispersos e praticamente em desuso: tradições orais, costumes, saberes, formas de vida e de lazer. A Comunidade e o Mosteiro, ao incorporarem esse património, fixam-no, divulgam-no, dando-lhe atualidade e novas vivencias.

Paralelamente, o Mosteiro-Museu, ao orientar as suas atividades museológicas segundo os programas e os projetos das Escolas, está a dar a conhecer a História do Mosteiro aos jovens numa perspetiva de vivência e de desafio à sua apropriação, em termos de presente e de futuro.

Gostaríamos de revitalizar um sentido de comunidade e de pertença territorial, de modo a que ela volte a agregar-se em redor do espaço do Mosteiro. Esse novo sentido de comunidade territorial será agora criado a partir de uma vontade cultural e de memórias, e já não por relações de poder e de dependência.

Por isso, os grandes blocos organizadores do projeto e do website " *Mosteiro de Pombeiro: Olhar com a Comunidade*" são: *A História do Mosteiro* e *O Presente no Mosteiro*.

A História do Mosteiro, através dos seus núcleos temáticos *O Conjunto* (*Igreja*, *Casa*, *Cerca*), *A Vida no Mosteiro em 12 Objetos* e *A História de Pombeiro* (*Comunidade Monástica*, *Casas Senhoriais* e *Redes Familiares*, e *História Local e Política*), abre à atualidade, ao desenvolvimento local e aos interesses das populações, através de *Concursos*, e dos núcleos *Hoje, 365 dias em redor do Mosteiro*, *Amigos*, *Escolas*, *Comunidade* e *Visitantes*.

O website funciona como estrutura organizativa do projeto, com links integrados e específicos para *Escolas*, *Comunidade* e *Visitantes*. O website é a cara e a cabeça da dinamização cultural e patrimonial do Mosteiro, o seu elemento mais interativo e o principal instrumento de uma ligação sustentável com a Comunidade. Para isso, o website funcionará, articulado com um programa regular e sistemático de exposições, festivais, espetáculos, cursos e outro tipo de atividades recreativas e educativas.

Embora o Mosteiro não seja um museu virtual, o website funcionará como elemento organizador e dinâmico a par das atividades expositivas. Na dinamização do projeto, o website tem três funções que se encadeiam: congrega de forma articulada e coerente os materiais e promove a sua ampla difusão; implementa e incentiva de forma lúdica as atividades que disponibiliza, adaptando-as aos diferentes públicos; finalmente, através da rede de difusão criada, volta a agregar esses "públicos-virtuais", incorporando muitas dessas experiencias no site, através de blogs, etc,.

Pela estrutura e pelas caraterísticas interativas de um website e de modo a evitar redundâncias, a apresentação da sua orgânica, bem como dos principais objetivos e conteúdos de cada um dos seus núcleos temáticos, esta disponível no seguinte link:

http://mosteirodepombeiro.wix.com/teste (11).

4. Conclusão

Como se referiu, a dispendiosa reabilitação arquitetónica da Igreja e do Mosteiro de Santa Maria de Pombeiro foi concluída, bem como as despesas de infraestruturas a nível museológico, com a inserção do Mosteiro na Rota do Românico.

No entanto, como se mostrou, nem interior nem exteriormente a estrutura arquitetónica barroca da igreja se pode esgotar num programa de valorização do românico, nem o Mosteiro no seu todo, e como conjunto monástico, se confina à Igreja.

A partir do website Mosteiro de Pombeiro: Olhar com a Comunidade, a curto prazo e começando com poucos meios, seria possível dar vida e viver em redor do Mosteiro de Santa Maria de Pombeiro. A edição de um guia didático e a criação de um sistema áudio nos principais pontos e objetos da Igreja e do Mosteiro, dispensavam a formação e a manutenção de guias, autonomizando os visitantes. E essa divulgação pode ser incorporada no site do Mosteiro, através de podcasts (12).

O sentido de comunidade de pertença com uma dimensão de espacialidade territorial poderia ser ainda mais incentivado com a paralela integração deste Monumento Nacional na rede de Mosteiros beneditinos, nomeadamente com uma articulação cultural mais estreita e dinâmica entre os Mosteiros de S. Martinho de Tibães, de Santa Maria de Pombeiro, e de S. André de Rendufe (em fase final de recuperação) (13). A ligação natural ao Mosteiro de Tibães (14), pela similitude das suas histórias, pela dependência a partir do século XVI, e pela proximidade geográfica, permite complementar e diferenciar os projetos. De imediato, Pombeiro pode rentabilizar as infraestruturas já disponibilizadas pela Casa-Mãe, em particular a hospedaria, e a sua dinâmica turístico-cultural. E Tibães pode dar a conhecer aos seus visitantes um mosteiro beneditino em que a proposta barroca não destruiu a arquitetura primitiva da igreja, mas a incorporou e ampliou, conservando a base românica e maneirista da sua fachada.

Por outro lado, o Mosteiro de Santa Maria de Pombeiro ser hoje propriedade do Município de Felgueiras, do Estado, sob a tutela da DRCN, da Igreja (Diocese do Porto), e espiritualmente dos beneditinos, é um ótimo incentivo à criação de programas versáteis, complementares e integrados. Também a este nível, a proposta de Pombeiro: Mosteiro-Museu pode servir de estímulo, de exemplo e de desafio sobre as vantagens e as possibilidades de abertura de uma colaboração conjunta no desenvolvimento da identidade e da cultura local. É o Monumento Nacional do Concelho, e identifica aquele espaço desde os primórdios da nacionalidade.

Finalmente, gostaríamos que este modelo de projeto com o seu website fosse entendido como um exemplo de dinamização e um protótipo a adaptar a outras realidades patrimoniais e museológicas, em função das suas características específicas.

NOTAS

(1) O Mosteiro de Pombeiro é o primeiro Monumento da Rota, do Românico, atualmente alargada a mais de 50.

(2) Um primeiro esboço deste projeto foi apresentado no Colóquio Eneias - O património artístico das ordens religiosas entre o liberalismo e a atualidade: ”O Mosteiro de Santa Maria de Pombeiro: uma luz nova com os olhos da Comunidade” (no prelo).

(3) Fr. José de Santo António Ferreira Vilaça executou o programa barroco da igreja. Apesar das semelhanças do altar-mor com Tibães, Robert Smith considera que Santa Maria de Pombeiro é a joía da arte do escultor, que foi para Pombeiro em 1770 (SMITH, 1972: 495).

(4) São particularmente úteis as referencias às construções anexas ao mosteiro, nomeadamente o hospital, a hospedaria, o refeitório e os dormitório dos conversos, a escola dos noviços, as oficinas.

(5) A igreja, apesar de colada à ala norte, foi pouco atingida - possivelmente por ter sido reconstruída nos anos 80, do século X VIII. O incêndio no Mosteiro surgiu no seguimento das segundas invasões francesas, comandadas pelo general Loyson (COUTINHO, 2011).

(6) Os levantamentos arqueológicos no Mosteiro encontraram esqueletos e sepulturas, mas também moedas, cerâmicas, pedaços de azulejos e de vidros, etc.

(7) Do edifício construído no século XVI é possível delimitar a dimensão do claustro (menor que o do século XVIII) e conhecer a distribuição das diversas atividades monásticas pelas três alas – oração, reunião e estudo; dormitórios; refeitório; cozinha e dispensas. Como existe informação detalhada para a zona das sacristias, capítulo, livraria e oratório, tornam-se percetíveis as modificações introduzidas pela construção barroca. A existência de apenas um claustro, associado à sua dimensão, revela tratar-se de um edifício de estrutura média.

(8)Os Sousa, são uma das mais antigas famílias do Reino, tendo desempenhado um papel ativo na Reconquista e na Independência de Portugal. Remontando as suas origens aos tempos dos visigodos, instalaram-se no Vale do Sousa antes da nacionalidade.

No século XI, D. Egas Gomes de Sousa, nobre do Condado Portucalense, tornou-se senhor da Terra de Sousa e de Felgueiras, e governador da comarca Entre Douro e Minho. Foi o primeiro a usar o nome de Sousa.

No início do século XII D. Gonçalo Mendes Sousa, o Bom, filho de Mem Viegas de Sousa, conselheiro de D. Afonso Henriques, já detinha o padroeiro de Pombeiro (Família Celanova). Participou na batalha de Ourique e na reconquista de Lisboa. Foi pai de Mendo Sousa, que deu origem aos Sousões (MATTOSO, 1998: 47).

(9) Os abades do Mosteiro pertenciam à Família dos Sousa de Ribavizela, com nomeação perpétua. Quando este ramo da família se extingue, nos finais do século XIII, com Gonçalo de Garcia e Sousa, o Mosteiro passa a ser governado por abades comendatários, iniciando-se um processo de declínio. D. António de Mello foi um dos seus principais abades. Com D. António Prior do Crato, o último abade comendatário, o Mosteiro beneditino entra numa nova fase de reorganização, passando a integrar a Congregação da Ordem, recentemente criada.

(10) Ainda se encontra uma inscrição funerária alusiva a D. Vasco Mendes de Sousa, sepultado no galilé.

(11) Com D. Sebastião, os monges beneditinos de Pombeiro viram-se forçados a transferirem metade das suas rendas (cerca de 4.000 cruzados) para os monges Jerónimos - decisão que gerou uma longa desavença entre o Mosteiro e a Casa Real. Os beneditinos cederam as rendas das propriedades localizadas na comarca de Vila Real, onde detinham o padroado de 29 igrejas.

(12) Protótipo registado no IGAC com o nº 1823/2015.

(13) Rendufe e Pombeiro foram os dois primeiros mosteiros a integrarem a Congregação dos Mosteiros Beneditinos de Portugal e Brasil, com a Casa Mãe em Tibães.

(14) A história de Tibães, não apenas depois, mas antes da constituição da Congregação beneditina em 1567, é similar à de Pombeiro.

Fundado também nos finais do século XI, recebe doação de terras de D. Henrique e D. Teresa e carta de couto em 1110, alargando ao longo da Idade Média os seus domínios, e mantendo relações próximas com Braga. Em meados do século XVI, por decisão do seu abade comendatário, a igreja e o mosteiro são profundamente ampliados e remodelados.

BIBLIOGRAFIA

COUTINHO, Maria Isabel Pereira - *Notícias* **das Guerras napoleónicas - Dietário do Mosteiro de Santa Maria de Pombeiro, 1807 – 1816**. Porto: Deriva, 2011.

FERREIRA-ALVES, Natália Marinho Ferreira - **Mosteiro de Santa Maria de Pombeiro**. Felgueiras: C.M.F., 2011.

LENCART, Joana - **O Costumeiro de Pombeiro. Uma Comunidade beneditina no século XIII**. Lisboa: Estampa, 2007.

MATTOSO, José - **Ricos-Homens, Infanções e Cavaleiros**, Lisboa: Guimarães Editores, 1998.

MEIRELES, Fr. António Assunção Meireles - **Memórias do Mosteiro de Pombeiro**. Lisboa: Ática, 1942.

PINTO, Marcelo Mendes - **Mosteiro de Santa Maria de Pombeiro: arqueologia**. Felgueiras: C.M.F., 2011.

S.TOMÁS, Leão - **Beneditina Lusitana**, 2.vol. (Anotações de J. Mattoso). Lisboa: IN-CM, 1974.

SMITH, Robert - **Fr. José de Santo António Ferreira Vilaça, Escultor Beneditino do Século XVIII**, vol.2. Lisboa: F.C.G., 1972.

A PRESENÇA EM LINHA DO MUSEU E PARQUE ARQUEÓLOGICO DO VALE DO CÔA COMO UM CASO DE ESTUDO EM ARQUEOLOGIA PÚBLICA

António Pedro Batarda Fernandes

Arqueólogo
Fundação Côa Parque
Rua do Museu, 5150-620 Vila Nova de Foz Côa
antoniobatarda@arte-coa.pt

A Presença em Linha do Museu e Parque Arqueológico do Vale do Côa como um Caso de Estudo em Arqueologia Pública

António Pedro Batarda Fernandes

Historial do artigo:

Recebido a 06 de abril de 2015

Revisto a 17 de maio de 2015

Aceite a 08 de junho de 2015

Este texto não obedece ao acordo ortográfico aprovado em 2012

RESUMO

Pretende-se com este artigo fazer uma análise acerca do alcance da presença em linha do Museu e Parque Arqueológico do Vale do Côa. Para além duma análise crítica de dados estatísticos, sempre relevantes para medir o sucesso de estratégias implementadas, será também abordado o papel que a presença em linha duma instituição com as características do Museu e Parque do Côa poderá desempenhar naquilo que se pode designar como a ”responsabilidade social da Arqueologia”. Referência será feita à presença nas designadas redes sociais (*Facebook*, *Twitter* e *TripAdvisor*) mas este artigo focar-se-á essencialmente no alcance da página oficial e do canal no Youtube, numa perspectiva que valorizará esta presença como um “serviço público” prestado pela entidade gestora do Museu e Parque do Côa, a Fundação Côa Parque.

Palavras-chave: Arqueologia Pública; Big Data; Redes Sociais; Vale do Côa; Arte Rupestre.

ABSTRACT

The aim of this article is to analyze the reach of the online presence of the Coa Museum and Archaeological Park. Besides a critical analysis of statistical data, always relevant to measure the success of implemented strategies, the role that an online presence of an institution such as the Coa Museum and Park could play in what may be labeled as the "social responsibility of archeology" will be also discussed. Reference will be made to the presence in social media platforms (Facebook, Twitter and TripAdvisor) but this article will focus primarily on the reach of the official page and of the Youtube channel, a perspective that will value this presence as a "public service" provided by the managing body of the Coa Museum and Park, the Coa Park Foundation.

Key-words: Public Archaeology; Big Data; Social Media; Coa Valley; Rock Art.

1. Introdução

No decurso do proveitoso diálogo que constituiu o Fórum que deu origem a este escrito, ficou patente a diversidade de entendimentos acerca da forma como a Arqueologia (e os arqueólogos) comunica(m) publicamente e sobretudo se envolve(m) com a sociedade em geral. Sendo uma disciplina que intervém no construído (no sentido desta construção que é a aventura humana), a sua intervenção salta amiúde para a ribalta, quer no âmbito local, regional, nacional ou internacional; veja-se a acção de todas estas escalas no caso do Côa (BAPTISTA e FERNANDES, 2007). A necessidade de pensar como realizar esta intervenção motivou, desde logo, uma questão de terminologia: como denominar esta área da Arqueologia? O autor, no título original da sua comunicação, recorreu ao termo "retorno social". Contudo, um outro participante do Fórum teceu considerações pertinentes acerca da designação mais apropriada, propondo "responsabilidade social da Arqueologia" (Jorge Raposo, comunicação pessoal; ver artigo do mesmo autor no volume número 3 da *"Antrope"*). Muito resumidamente, Raposo considera, com justeza, que o termo "retorno social" implicará uma dívida por parte da Arqueologia à sociedade. Já a utilização de "responsabilidade social" torna a relação mais equilibrada, activa e não reactiva. Contudo, sugere-se que no caso específico do Côa, por menos judiciosa que tal suposição possa ser, e no seio dum contexto socioeconómico já amplamente debatido, um 'retorno palpável' foi e continua a ser esperado por parte das comunidades locais (embora actualmente duma forma mais matizada) devido ao cancelamento da construção da barragem do Côa (FERNANDES et al. 2008). Daí ter-se originalmente utilizado o termo "retorno social". Contudo, julgou-se mais acertado alterar o título deste artigo de modo a melhor evocar o exercício de estudo de caso em "Arqueologia Pública" que se pretende levar a cabo. A preferência por este termo é explicada pela sua ampla abrangência e tradição de utilização por parte da comunidade arqueológica (SCHADLA-HALL, 1999; ALMANSA SÁNCHEZ, 2012). Por outro lado, existe uma multiplicidade de termos que se podem empregar (ver, por exemplo, FRANCISCO, 2015 sobre "Arqueologia Comunitária" ou ainda, num contexto lusófono, onde o termo mais empregue é "socialização do conhecimento arqueológico", BAHIA, 2012 ou MANZATO, 2013) que, embora não sejam exactamente sinónimos, traduzem dimensões algo concomitantes ou complementares da intervenção da Arqueologia na sociedade. Recomenda-se pois a consulta do volume recentemente editado por THOMAS e LEA (2014) para uma panorâmica actual e diversificada acerca do envolvimento do público na Arqueologia.

Apesar de se concordar com ALMANSA SÁNCHEZ (2012) na cautela com que se têm se assumir uma presença em linha como uma ferramenta de envolvimento do público e de comunicação da Arqueologia, a verdade é que este é um dos caminhos a seguir se, por um lado, os arqueólogos querem almejar ter uma voz influente e responsável na sociedade e, por outro, se se pretende também ligar e fortalecer a comunidade dos próprios praticantes da disciplina, algo fragmentada e pouco envolvida. Se bem que a presença em linha, ou ainda mais concretamente nas redes sociais, não substituta o contacto direto, esta deverá ser mais uma componente da criação de programas de Arqueologia Pública. Na criação de tais estratégias é fundamental seguir uma linha editorial, ou seja, definir o que se quer comunicar, como e a quem. Assim, entende-se que um sítio web duma instituição como o Museu e Parque do Côa **(vd. Figuras 1.** e **2.)**

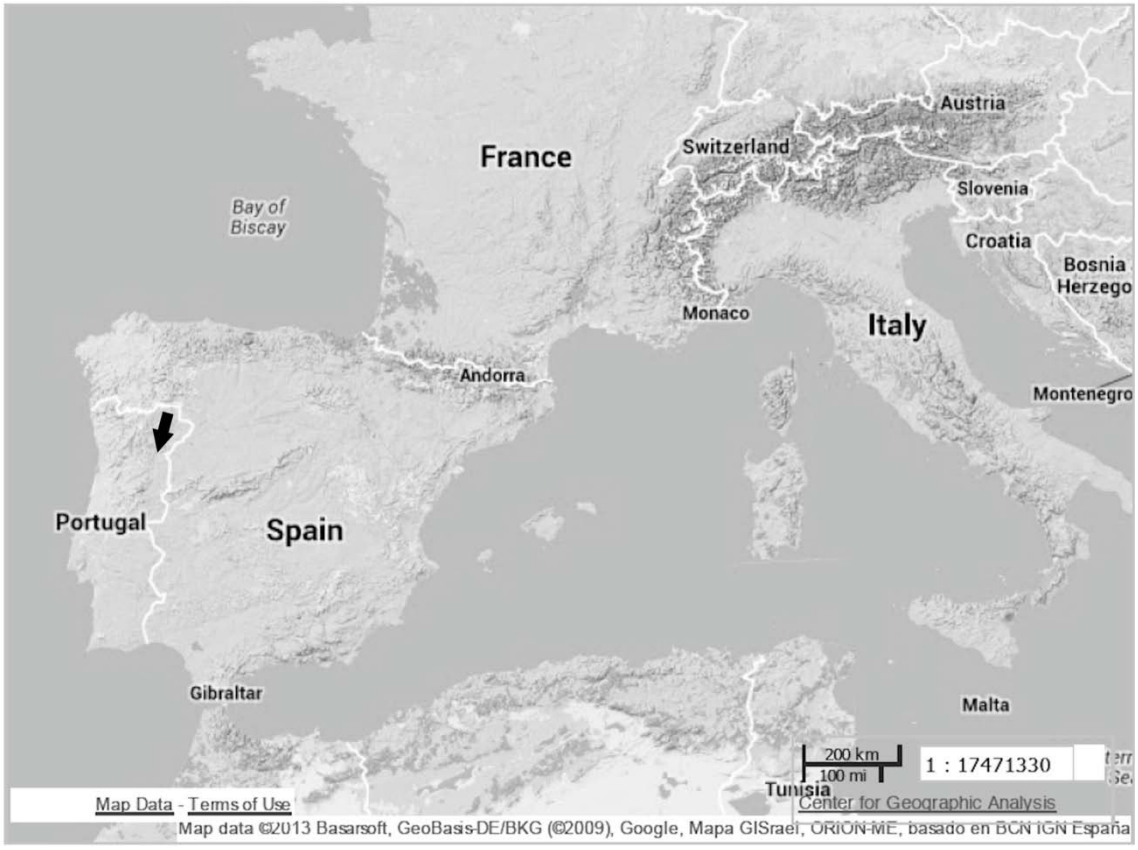


Figura 1. Mapa de localização do Vale do Côa na Europa. **Fonte**: ©2013 Basarsoft, GeoBasis-DE/BKG (©2009), Google, Mapa GISrael, ORION-ME, basado en BCN IGN España.

Figura 2. Museu do Côa. **Foto**: José Paulo Ruas.

deverá ser um agregador de informação, organizada de forma buscável, que também alimenta de conteúdos a presença nas redes sociais. Desde a sua criação que a página do Museu e Parque do Côa no Facebook **(vd. Figura 3.),** como é sabido, a mais importante rede social da actualidade, foi considerada como um "monstro" que precisava ser alimentado com frequência. Foi decidido realizar a sua actualização duma forma quase sempre diária com conteúdos significativos relativos à arte rupestre do Vale do Côa, à região e aos seus amplos valores patrimoniais mas também à arqueologia em geral e à arte rupestre mundial em particular. Posteriormente implantou-se também uma presença noutras redes sociais, correspondendo a objectivos comunicacionais mais precisos, como adiante se discutirá. Assim, a página no *Facebook* é o mostruário privilegiado da oferta turística, pedagógica e cultural do Museu e Parque do Côa e sua região. Como no meio académico, o dito "publicar ou perecer" fará sentido, no caso das redes sociais "publicar ou ser invisível' fará também sentido. E, se há uma presença em linha e em redes sociais, esforços coordenados devem ser prosseguidos para se atingir um público o mais amplo possível e expandir o número de seguidores, também como forma de aumentar a visibilidade do domínio web e, em última análise, do Museu e Parque do Côa. Entende-se toda esta presença como componente essencial duma política institucional coerente e objectiva de comunicação formal e informal e de Arqueologia Pública.

Figura 3. Capa e foto de perfil do Facebook do Museu do Côa. Design gráfico de ambas imagens por Jorge Davide Sampaio. **Fonte**: Captura de ecrã do Facebook.

Uma presença em linha deverá também procurar implementar uma filosofia de Acesso Público (*Open Access*) à informação detida por uma instituição cultural (EVE, 2014), quer aquela relacionada com as suas coleções como também aquela que diz respeito às suas actividades correntes. É que a Internet não se constitui apenas como um repositório científico mas também como um arquivo da informação que pode ajudar a estudar o passado recente. Assim, já que as capacidades existentes de armazenamento são algo contingentes, sendo referido por vários autores que muito dos conteúdos que poderiam ajudar a fazer a história recente, também e mais especificamente a história da Internet, já não existem (WILKOWSKI, 2014; FERNANDES, 2015a, b), será avisado começar a preparar uma "Arqueologia da Internet" (HUGGETT, 2004; INTERNET ARCHAEOLOGY, 2013; FERNANDES, 2014a). Numa primeira fase, será necessário pensar e implementar estratégias de armazenamento e disponibilização, tendencialmente livre, da informação relevante. Tal implicará a criação de processos poderosos de análise e filtragem das quantidades maciças da informação em circulação. Vários projetos trabalham já nesse sentido (FERNANDES, 2015a). Uma segunda fase implicará a necessidade de "escavar em linha" e, portanto, a criação de métodos para chegar à informação muito relevante que está "enterrada" na chamada Web Profunda (*Deep Web*)

(GOODMAN, 2015; FERNANDES, 2015b). Trata-se de dados sensíveis (por exemplo, relativos a vários tipos de tráfico; ilegais uns, moral ou eticamente questionáveis outros) fundamentais para futuramente caracterizar dinâmicas geopolíticas actuais e a fase de capitalismo tardio que atravessamos.

Mais recentemente foi cunhado um termo que pretende designar não só estas grandes quantidades de dados, como sobretudo usar uma terminologia que acolha os investigadores das diversas áreas científicas interessados em analisar todo este manancial, a Grande Informação (*Big Data*) (CRAWFORD, MILTNER e GRAY, 2014; FERNANDES, 2014b). Embora à primeira vista este campo de investigação pareça bastante promissor, a verdade é que o acesso às onerosas tecnologias mais recentes e o grau de especialização envolvido na criação e implementação de métodos de análise está ainda restrito a governos e corporações. No entanto, como notam MURTHY e BOWMAN (2014), soluções de mais acessíveis já se encontram disponíveis, como é o caso do *Google Analytics* para sítios web, e das ferramentas de estatística de redes sociais como o *Facebook* ou o Twitter, que podem desde já antecipar os resultados de programas de investigação mais ambiciosos que permitam até identificar e acompanhar o impacto de eventos culturais significativos em tempo real (MANOVICH, 2009). Neste contexto, recorre-se neste artigo a estas ferramentas para fazer um pequeno exercício de análise de *Big Data*, à escala modesta da presença em linha do Museu e Parque do Côa, sobretudo do seu domínio Web, *arte-coa.pt*. Este exercício pretende sobretudo ser uma forma de melhor ir calibrando uma resposta dinâmica e adaptativa às questões acima formuladas e que deverão estar na base duma política institucional de comunicação em ambiente web: o que se comunica, como e a quem.

1. O domínio web do Museu e Parque do Côa (*arte-coa.pt*)

A criação do domínio *arte-coa.pt* do Museu e Parque do Côa na Internet foi coordenada pelo IGESPAR, IP e pelo CECL - Centro de Estudos Comunicação e Linguagem, Universidade Nova de Lisboa, tendo a sua produção ficado a cargo da UAUM - Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho, o *design* web do CECL e a programação e desenvolvimento da Associação CCG/ZGDV - Centro de Computação Gráfica (**vd. Figura 4.**).

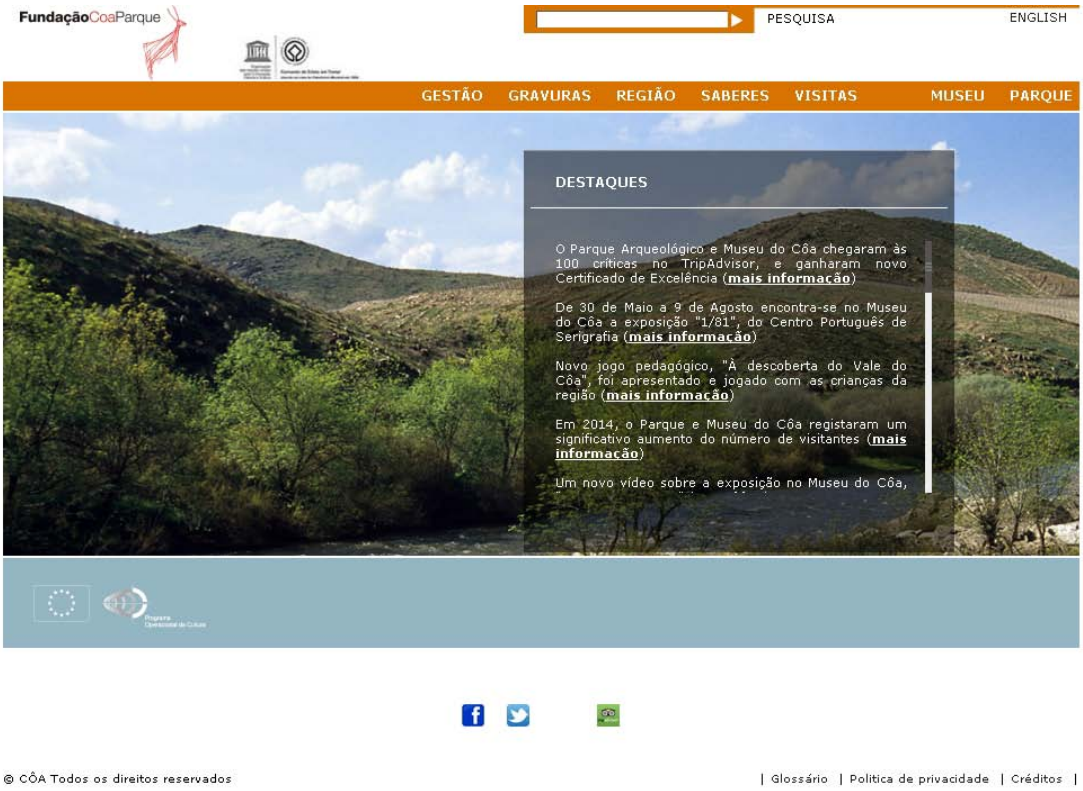


Figura 4. Página de entrada do domínio arte-coa.pt. **Fonte**: Captura de ecrã de arte-coa.pt.

O carácter enciclopédico do sítio está patente na diversidade de conteúdos que detém sobre matérias relacionadas com o Côa, a saber: Arte, Imagem, Cultura, Linguagem, Ambiente e Território, Homem e Território, Arte Além Côa, Contextos da Arte, Turismo ou Arqueologia e Ocupação Humana. Tem ainda secções com galerias de imagens sobre os sítios de arte rupestre do Parque e sua localização, sobre a região e com informações úteis para os visitantes sobre o Museu e Parque do Côa. Figuram ainda, entre outros conteúdos, centenas de fotos da arte rupestre e da região e desenhos da arte rupestre, um glossário, um arquivo com mais de 1 000 artigos científicos disponíveis para descarga livre e um outro arquivo de documentação histórica que agrupa os diversos cartazes que ao longo do tempo foram sendo produzidos para divulgar a arte do Côa e promover actividades institucionais. A gestão da actualização de conteúdos está a cargo de Mário Reis, arqueólogo da Fundação Côa Parque e do presente autor com o apoio do Departamento de Informática da DGPC. Por último, refira-se que a página foi produzida de forma bilingue, em Português e Inglês.

2.1. Alcance do Domínio *arte-coa.pt*

O *Google Analytics* (GOOGLE ANALITYCS, 2015) é uma ferramenta muito útil para avaliar o alcance duma dada página ou domínio web. Foi apenas foi possível implementar esta aplicação no dia 23 de Junho de 2014. Assim, todos dados que seguidamente se apresentam de medição das visitas no domínio web do Museu e Parque do Côa são relativos ao período que vai dessa data até 28 de Abril de 2015, dia em que esta secção deste artigo foi redigida, excepto nos casos assinalados em que o intervalo de análise poderá ser outro. A **Figura 5**. revela uma série de dados totais relativos à descrição do público-alvo e sobre o alcance do sítio, a saber: a) nº

de sessões: 63 924; b) nº de utilizadores: 52 228; c) nº de visualizações de página: 182 065; d) nº de páginas por sessão: 2,85; e) duração média da sessão: 00:02:21; f) taxa de rejeições: 63,33% e g) percentagem de novas sessões: 81,70%. Sendo a), b), e) e g) facilmente entendíveis, os outros itens requerem, porém, atenção mais detalhada. Assim, c) corresponde a todas as visualizações que as diversas páginas que compõem o domínio *arte-coa.pt* obtiveram. O valor de visualizações totais é importante pois esta é a métrica mais utilizada para avaliar o alcance duma página web. No seguimento do que foi explicitado relativamente a c), facilmente se depreende que d) corresponde à quantidade média de páginas do domínio *arte-coa.pt* que os usuários visitaram em cada sessão. Finalmente, f) corresponde à percentagem de visitantes que acedem apenas a uma página antes de saírem do domínio. Grosso modo, este item corresponde aos visitantes que, após realizarem uma procura num motor de busca, se deram conta, ao abrirem um dos resultados da busca, que não era aquela página a que afinal queriam aceder, ou ainda que ao seguir uma qualquer ligação web, acabam por concluir que não terão interesse em ver mais páginas no domínio visitado.

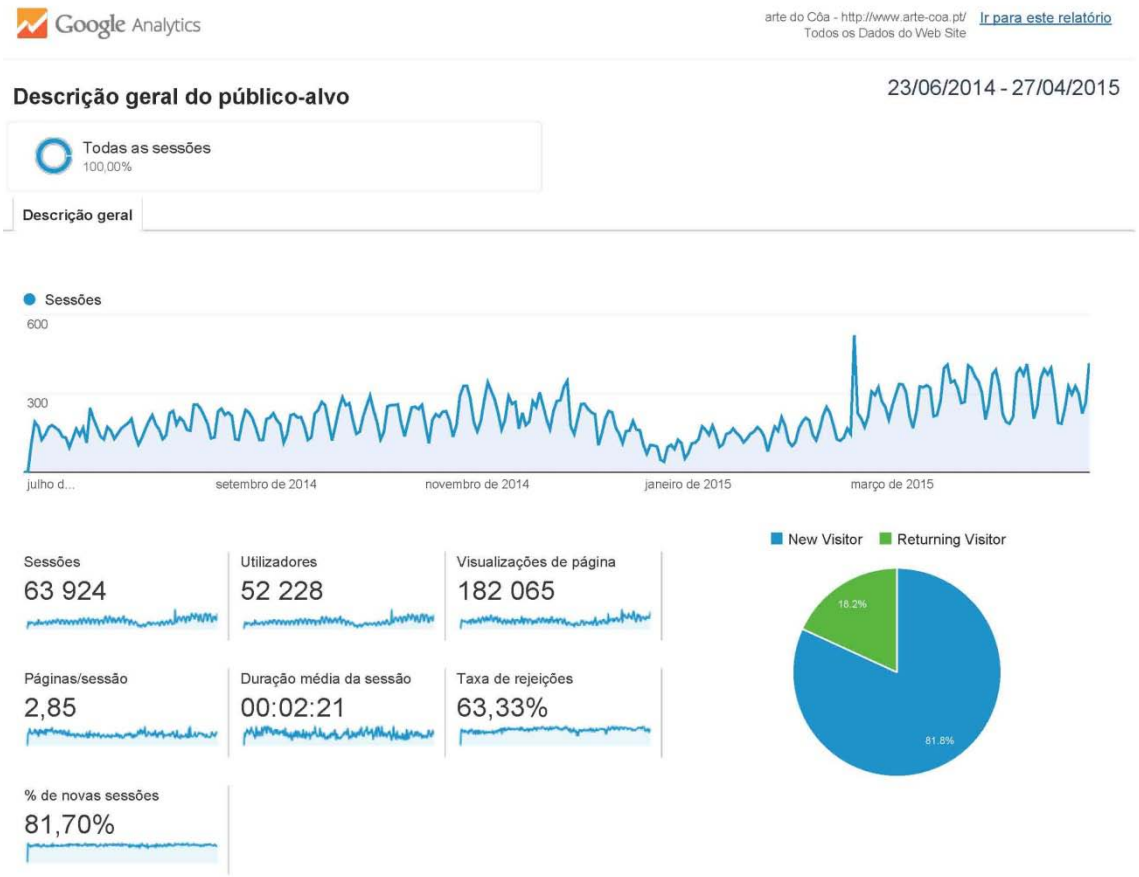


Figura 5. Descrição geral do público-alvo do domínio arte-coa.pt desde 23 de Junho de 2014 até 28 de Abril de 2015. **Fonte**: Captura de ecrã do Google Analitycs.

Os dados do *Google Analytics* são fornecidos um pouco em bruto; necessitam de ser cotejados para uma avaliação mais proveitosa duma presença em linha. Aceder a informações relativas às visualizações de página, e consequentemente ao ranking de páginas e domínios web que possam servir de comparação não é fácil pois se existem várias empresas no mercado que as fornecem, tal acesso não é gratuito. Assim, os dados parciais disponibilizados nas versões de teste de aplicações deste género, os únicos disponíveis gratuitamente, terão de ser utilizados.

Especificamente, para Portugal estão disponíveis os dados parciais duma empresa de estudos de mercado que concede acesso gratuito às estatísticas das 10 páginas e domínios mais visitados, de acordo com o seu painel de medição (MARKTEST, 2015). Por exemplo, o décimo domínio (xl.pt) mais visitado na ordenação Marktest teve, em Março de 2015, 48 657 visitantes (MARKTEST, 2015). O domínio arte.coa.pt teve no mesmo período 25 840 visitantes **(vd. Figura 6.)**. Já uma outra aplicação de âmbito global permite acesso gratuito a dados parciais com os quais se consegue perceber, em termos de visualizações de página e nos últimos seis meses, qual o ranking global, o ranking no país em que o domínio foi mais popular (o Brasil) e o ranking global dentro da sua categoria (Artes e Entretenimento), do domínio *arte-coa.pt*: posições 1 725 485, 173 742 e 173 710, respetivamente (SIMILARWEB, 2015). Já os dados relativos à taxa de rejeições (63,33%), ligeiramente alta a crer na norma estabelecida para esta métrica em que mais de 55% e menos de 85% é considerado como mais elevada que a média, sendo o intervalo 30%-45% considerado como excelente (PEYTON, 2014), devem ser entendidos à luz da análise sobre proveniência dos visitantes a que seguidamente se procederá.

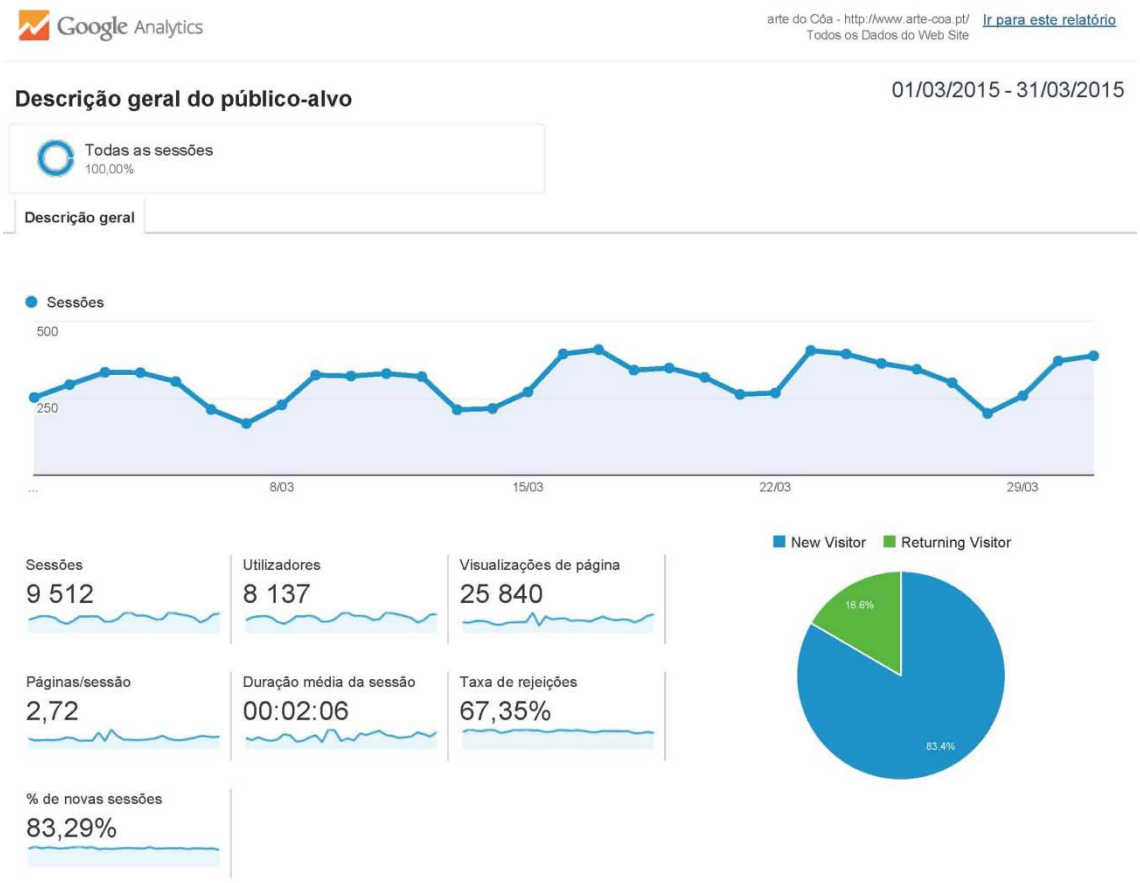


Figura 6. Descrição geral do público-alvo do domínio arte-coa.pt durante o mês de Março de 2015. **Fonte**: Captura de ecrã do Google Analitycs.

Outros dados contribuirão pois para uma melhor caracterização do alcance do domínio *arte-coa.pt* nomeadamente aqueles relativos país de proveniência, idade e género dos visitantes. Assim, de acordo com o que foi acima já explicitado, o Brasil é o país donde provêm a maioria das sessões (40,73%) só depois seguido, embora muito próximo, por Portugal (38,08%). Deve ser ainda notada a presença esperada, embora com valores mais residuais, de outros países no

Top Ten, como Espanha e França, e talvez menos expectável dos EUA e de Angola. O facto do Brasil, o maior país lusófono, estar colocado em primeiro lugar explicará o valor um pouco mais elevado da taxa de rejeições da página do Museu e Parque do Côa relativamente à média, como comprovado pela **Figura 7.**

País	Aquisição			Comportamento		
	Sessões	% de novas sessões	Novos Utilizadores	Taxa de rejeições	Páginas/sessão	Duração média da sessão
	64 128 % do total: 100,00% (64 128)	81,83% Média por visualização de propriedade: 81,70% (0,17%)	52 479 % do total: 100,17% (52 391)	63,31% Média por visualização de propriedade: 63,31% (0,00%)	2,85 Média por visualização de propriedade: 2,85 (0,00%)	00:02:21 Média por visualização de propriedade: 00:02:21 (0,00%)
1. Brazil	**26 116 (40,72%)**	89,72%	23 431 (44,65%)	83,09%	1,42	00:01:09
2. Portugal	**24 421 (38,08%)**	73,81%	18 025 (34,35%)	44,82%	4,04	00:03:23
3. Spain	**2 154 (3,36%)**	76,18%	1 641 (3,13%)	40,30%	4,94	00:04:25
4. United States	**2 029 (3,16%)**	89,80%	1 822 (3,47%)	75,60%	2,67	00:01:35
5. France	**1 310 (2,04%)**	80,46%	1 054 (2,01%)	36,95%	4,95	00:03:58
6. United Kingdom	**1 114 (1,74%)**	73,52%	819 (1,56%)	60,59%	3,20	00:03:01
7. Germany	**821 (1,28%)**	71,50%	587 (1,12%)	41,78%	4,33	00:03:28
8. Canada	**435 (0,68%)**	71,72%	312 (0,59%)	66,67%	2,64	00:01:26
9. Angola	**403 (0,63%)**	89,08%	359 (0,68%)	75,68%	1,81	00:01:52
10. Italy	**402 (0,63%)**	79,85%	321 (0,61%)	49,75%	4,15	00:03:32

Figura 7. "Top Ten" dos países de proveniência do tráfego do domínio arte-coa.pt desde 23 de Junho de 2014 até 28 de Abril de 2015. **Fonte**: Captura de ecrã do Google Analitycs.

que confirmará ainda que a maioria do tráfego originário de França, já que este apresenta a taxa de rejeição mais baixa do *Top Ten*, será da responsabilidade da larga comunidade emigrante nacional estabelecida naquele país. Os dados relativos a idade e género dos visitantes da página são apresentados nas **Figuras 8.** e **9**., respetivamente. Note-se desde já que todos estes dados serão comparados com as mesmas métricas estatísticas relativas à presença do Museu e Parque do Côa nas plataformas de redes sociais onde é assegurada presença.

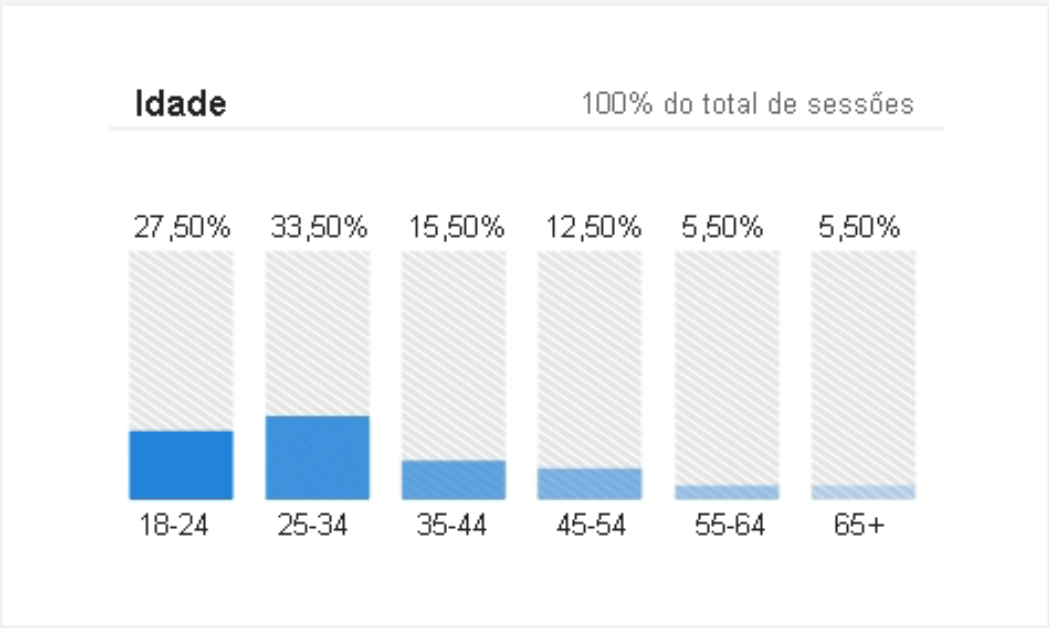


Figura 8. Idade dos visitantes do domínio arte-coa.pt desde 23 de Junho de 2014 até 28 de Abril de 2015. **Fonte**: Captura de ecrã do Google Analitycs.

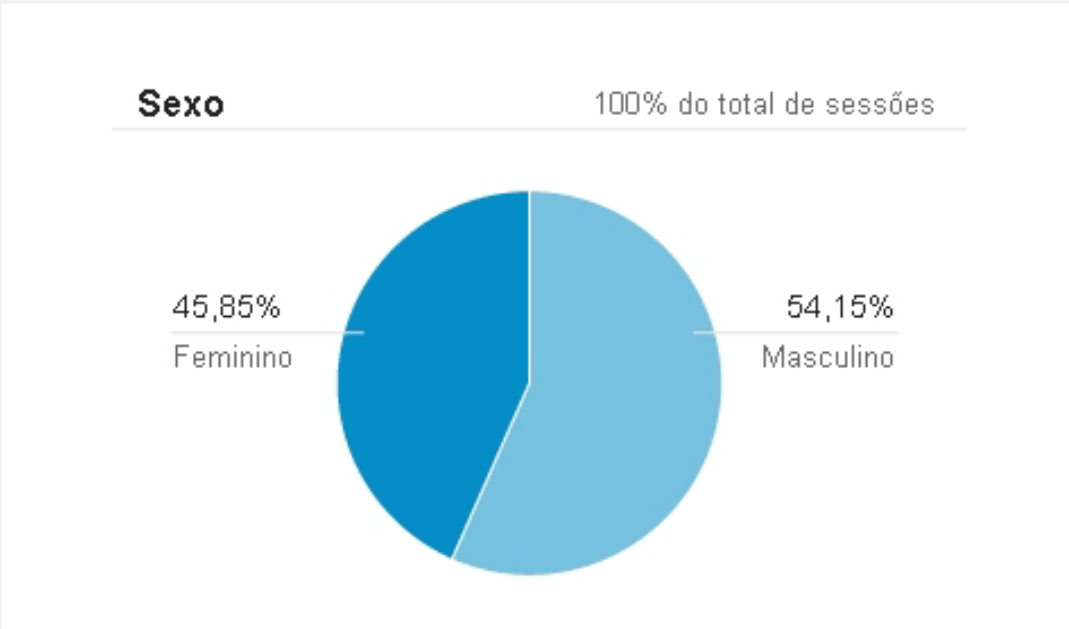


Figura 9. Género dos visitantes do domínio arte-coa.pt desde 23 de Junho de 2014 até 28 de Abril de 2015. **Fonte**: Captura de ecrã do Google Analitycs.

Para terminar esta análise sumária aos dados fornecidos pelo *Google Analitycs*, referem-se ainda outras métricas úteis para otimizar o alcance da presença em linha, nomeadamente aqueles relativos aos navegadores web mais utilizados pelos usuários e as páginas mais visitadas do domínio *arte-coa.pt*.

Quanto aos navegadores, a **Figura 10**. demonstra que a grande maioria de tráfego (mais de 90%) que chega ao domínio não é realizado através de dispositivos móveis. Assim, uma melhor otimização da página para melhor se adaptar às exigências de visualização e navegação destes dispositivos poderá ser considerada como não prioritária. Será no entanto bom lembrar que o Google, o motor de busca universalmente mais utilizado, procedeu recentemente a uma

mudança do seu algoritmo de pesquisa, passando a favorecer na ordenação dos resultados de busca as páginas melhor adaptadas aos dispositivos móveis (PÚBLICO, 2015).

	Navegador	Sessões	% Sessões
1.	Chrome	36 171	56,39%
2.	Firefox	8 308	12,95%
3.	Safari	7 505	11,70%
4.	Internet Explorer	7 128	11,11%
5.	Android Browser	2 770	4,32%
6.	Opera Mini	1 114	1,74%
7.	Opera	396	0,62%
8.	Safari (in-app)	189	0,29%
9.	S40 Ovi Browser	182	0,28%
10.	UC Browser	124	0,19%

Figura 10. Navegadores mais utilizados na visita ao domínio arte-coa.pt desde 23 de Junho de 2014 até 28 de Abril de 2015. **Fonte**: Captura de ecrã do Google Analitycs.

Já a **Figura 11.** mostra quais as páginas mais visitadas do domínio *arte-coa.pt*. De novo sem surpresa, a página inicial é a mais visitada, seguida pela página que fornece informações úteis aos sítios de arte rupestre do Parque Arqueológico do Vale do Côa. Estes dados são importantes já que permitem saber quais as páginas do domínio que eventualmente necessitarão de melhorias como também confirmar que esta presença em linha fornece de facto um serviço público, neste caso de fornecimento das informações úteis para uma visita à arte rupestre do Vale do Côa. Permitem também ter uma melhor noção do que o público-alvo do domínio pretende quando o visita.

	Página	Visualizações de página	Visualizações de página únicas	Tempo médio na página	Entradas	Taxa de rejeições
		182 772 % do total: 100,00% (182 772)	143 332 % do total: 100,00% (143 332)	00:01:16 Média por visualização de propriedade: 00:01:16 (0,00%)	64 149 % do total: 100,00% (64 149)	63,31% Média por visualização de propriedade: 63,31% (0,00%)
1.	/	**19 653 (10,75%)**	15 839 (11,05%)	00:00:58	15 147 (23,61%)	29,84%
2.	/index.php?Language=pt&Page=Visitas&SubPage=SitiosdeArteRupestre	**5 915 (3,24%)**	3 997 (2,79%)	00:01:13	307 (0,48%)	50,81%
3.	/index.php?Language=pt&Page=Gravuras&SubPage=ArteRupestre&Sitio=12	**5 379 (2,94%)**	4 027 (2,81%)	00:01:31	2 332 (3,64%)	38,12%
4.	/index.php?Language=pt&Page=Museu&SubPage=Edificio	**4 776 (2,61%)**	3 802 (2,65%)	00:01:12	769 (1,20%)	55,53%
5.	/index.php?Language=pt&Page=Museu&SubPage=Informacao&Menu2=Bilheteira	**4 520 (2,47%)**	3 034 (2,12%)	00:01:40	674 (1,05%)	37,83%
6.	/index.php?Language=pt&Page=Gravuras&SubPage=GaleriaImagens	**3 853 (2,11%)**	3 006 (2,10%)	00:00:45	150 (0,23%)	37,33%
7.	/index.php?Language=pt&Page=Gestao&SubPage=Fundacao	**3 622 (1,98%)**	2 575 (1,80%)	00:01:13	1 333 (2,08%)	25,28%
8.	/index.php?Language=en	**3 561 (1,95%)**	2 774 (1,94%)	00:00:53	1 249 (1,95%)	31,31%
9.	/index.php?Language=pt&Page=Museu&SubPage=Visita	**3 469 (1,90%)**	2 629 (1,83%)	00:00:41	106 (0,17%)	45,28%
10.	/index.php?Language=pt&Page=Museu&SubPage=Informacao	**3 085 (1,69%)**	2 522 (1,76%)	00:00:25	55 (0,09%)	50,91%

Figura 11. Páginas mais visitadas do domínio arte-coa.pt desde 23 de Junho de 2014 até 28 de Abril de 2015. **Fonte**: Captura de ecrã do Google Analitycs.

Finalmente, a análise dos dados de aquisição de página (ou seja, como é que os visitantes chegam à página) fornece também informação relevante. A maioria do tráfego chega ao domínio através duma busca orgânica (77,63%) **(vd. Figura 12.)**, sendo o motor de busca mais utilizado o *Google*. Os valores para chegada de forma direta (visitantes que escrevem o endereço da página na barra de endereços do navegador utilizado), aliás também concomitantes com a taxa relativamente baixa de novas sessões (cerca de 18%, **vd. Figura 5.**), através de outra página ou duma rede social são bastante mais baixos.

Default Channel Grouping	Aquisição			Comportamento		
	Sessões	% de novas sessões	Novos Utilizadores	Taxa de rejeições	Páginas/sessão	Duração média da sessão
	64 163 % do total: 100,00% (64 163)	81,84% Média por visualização de propriedade: 81,70% (0,17%)	52 508 % do total: 100,17% (52 420)	63,31% Média por visualização de propriedade: 63,31% (0,00%)	2,85 Média por visualização de propriedade: 2,85 (0,00%)	00:02:21 Média por visualização de propriedade: 00:02:21 (0,00%)
1. Organic Search	49 812 (77,63%)	83,48%	41 582 (79,19%)	65,47%	2,69	00:02:13
2. Direct	7 371 (11,49%)	76,83%	5 663 (10,79%)	62,83%	2,81	00:02:33
3. Referral	5 544 (8,64%)	77,29%	4 285 (8,16%)	46,32%	4,11	00:03:15
4. Social	1 436 (2,24%)	68,11%	978 (1,86%)	56,27%	3,72	00:02:25

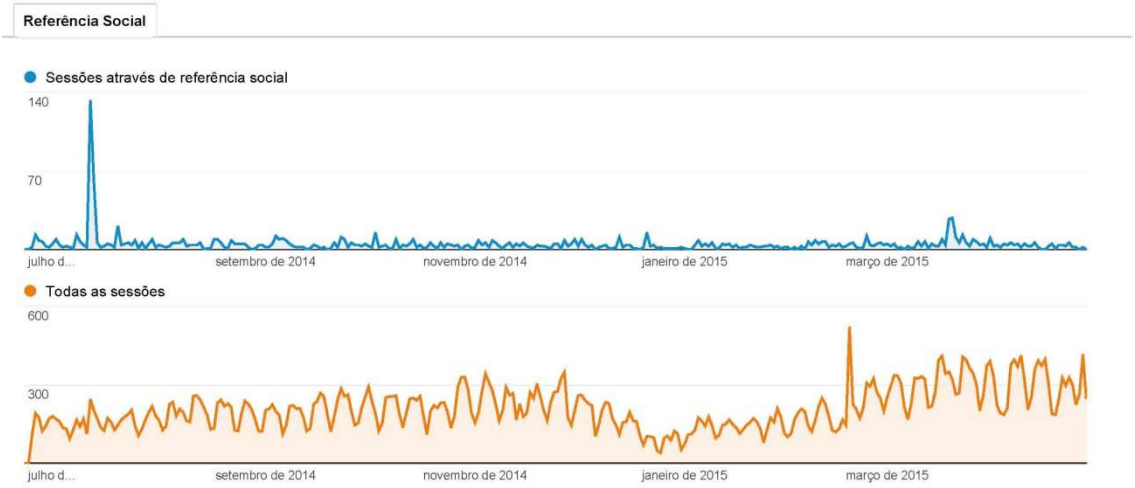
Figura 12. Chegada ao domínio arte-coa.pt desde 23 de Junho de 2014 até 28 de Abril de 2015. **Fonte**: Captura de ecrã do Google Analitycs.

Quanto às páginas que mais tráfego enviam para o domínio *arte-coa.pt*, destacam-se a página da Câmara Municipal de Vila Nova de Foz Côa e duas páginas de divulgação do Douro, para além do *Facebook* **(vd Figura 13.)**.

Origem	Aquisição			Comportamento		
	Sessões	% de novas sessões	Novos Utilizadores	Taxa de rejeições	Páginas/sessão	Duração média da sessão
	6 980 % do total: 10,88% (64 169)	75,40% Média por visualização de propriedade: 81,70% (-7,71%)	5 263 % do total: 10,04% (52 425)	48,37% Média por visualização de propriedade: 63,31% (-23,60%)	4,03 Média por visualização de propriedade: 2,85 (41,29%)	00:03:05 Média por visualização de propriedade: 00:02:21 (31,18%)
1. cm-fozcoa.pt	654 (9,37%)	71,25%	466 (8,85%)	16,67%	6,64	00:05:33
2. facebook.com	467 (6,69%)	67,02%	313 (5,95%)	58,67%	2,58	00:01:36
3. l.facebook.com	353 (5,06%)	60,62%	214 (4,07%)	58,64%	5,81	00:03:29
4. dourovalley.eu	305 (4,37%)	80,98%	247 (4,69%)	51,48%	4,05	00:02:45
5. semalt.semalt.com	267 (3,83%)	100,00%	267 (5,07%)	100,00%	1,00	00:00:00
6. en.wikipedia.org	254 (3,64%)	59,06%	150 (2,85%)	20,47%	5,91	00:05:21
7. m.facebook.com	196 (2,81%)	85,20%	167 (3,17%)	78,06%	1,52	00:00:58
8. google.fr	181 (2,59%)	80,66%	146 (2,77%)	37,57%	2,82	00:02:19
9. discoverdourovalley.com	173 (2,48%)	60,12%	104 (1,98%)	18,50%	6,69	00:05:23
10. mosteirojeronimos.pt	166 (2,38%)	96,39%	160 (3,04%)	59,04%	2,24	00:01:03

Figura 13. Domínios que mais tráfego enviaram para o domínio arte-coa.pt desde 23 de Junho de 2014 até 28 de Abril de 2015. **Fonte:** Captura de ecrã do Google Analitycs.

No que respeita às redes sociais, a **Figura 14** demonstra que o *Facebook* lidera de longe a lista das plataformas que mais tráfego enviam para o domínio *arte-coa.pt*, por relativamente pouco que tenha sido. Todos estes dados revelam quais as áreas da presença em linha do Museu e Parque do Côa que devem ser reforçadas ou prioritárias, nomeadamente a interligação com as páginas que mais tráfego enviam e entre as redes sociais, com o *Facebook* à cabeça, e o domínio *arte-coa.pt*. Se bem que os números de visitantes enviados através das redes sociais seja desanimador, também é certo que publicações no *Facebook* obtiveram bons resultados na captação de visitantes para o domínio *arte-coa.pt*. Atente-se como exemplo o pico ocorrido dia 12 de Julho de 2014 **(vd. Figura 14.)**



Rede Social	Sessões	Visualizações de página	Duração média da sessão	Páginas/sessão
1. Facebook	1 056 (73,54%)	3 608 (67,55%)	00:02:05	3,42
2. TripAdvisor	205 (14,28%)	1 188 (22,24%)	00:04:36	5,80
3. Blogger	111 (7,73%)	339 (6,35%)	00:01:28	3,05
4. Twitter	18 (1,25%)	23 (0,43%)	00:00:41	1,28
5. Google+	13 (0,91%)	55 (1,03%)	00:05:44	4,23
6. VKontakte	9 (0,63%)	54 (1,01%)	00:02:18	6,00
7. Tumblr	8 (0,56%)	26 (0,49%)	00:00:21	3,25
8. WordPress	4 (0,28%)	4 (0,07%)	00:00:00	1,00
9. Naver	3 (0,21%)	5 (0,09%)	00:00:36	1,67
10. LiveJournal	2 (0,14%)	3 (0,06%)	00:02:49	1,50

Figura 14. Redes sociais que mais tráfego enviaram para o domínio arte-coa.pt desde 23 de Junho de 2014 até 28 de Abril de 2015. **Fonte**: Captura de ecrã do Google Analitycs.

aquando da divulgação no *Facebook* das atividades educativas do Museu e Parque do Côa para o Verão daquele ano **(vd. Figura 15.)**.

Figura 15. Divulgação do Programa de Actividades dos Serviços Educativos do Museu do Côa para o Verão de 2014. **Fonte:** Captura de ecrã do Facebook.

2. Redes Sociais

Sendo que noutra ocasião se procedeu à análise estatística relativa à presença nas redes sociais *Facebook* e *Tripadvisor* (FERNANDES, 2013), o presente texto dedicará o seu foco na avaliação da presença no *YouTube* e no *Twitter*. Em conjunto, estas quatro plataformas asseguram actualmente a presença do Museu e Parque do Côa nas redes sociais. No entanto,

outras plataformas seguem sendo acompanhadas, nomeadamente o *Instagram*, o *Tumblr* ou o *Pinterest*, podendo vir a ser futuramente utilizadas para alargar o alcance desta presença.

3.1. *YouTube* (www.youtube.com/museudocoa)

A criação de um canal no *YouTube* do Museu do Côa teve como objectivo a constituição de um acervo de memória da história recente da região, mas principalmente do Museu e Parque do Côa, tirando proveito do numeroso espólio documental vídeo na sua posse. Entre os mais de 60 vídeos já carregados e disponibilizados ao público, documentários, curtas-metragens de animação ou divulgação, notícias ou debates podem ser encontrados. Cada, à sua maneira, constitui um documento historicamente relevante, nomeadamente no que se refere à controvérsia, ocorrida em meados da década de 1990, a propósito da preservação *in situ* da Arte do Côa. O logótipo que é a imagem do canal foi escolhido de entre os motivos de arte do Côa devido ao seu carácter apelativo, quase que como evocando o antigo slogan "Pare, Escute e Olhe". Trata-se da pintura antropomórfica que figura na rocha 1 da Faia **(vd. Figura 16.)**.

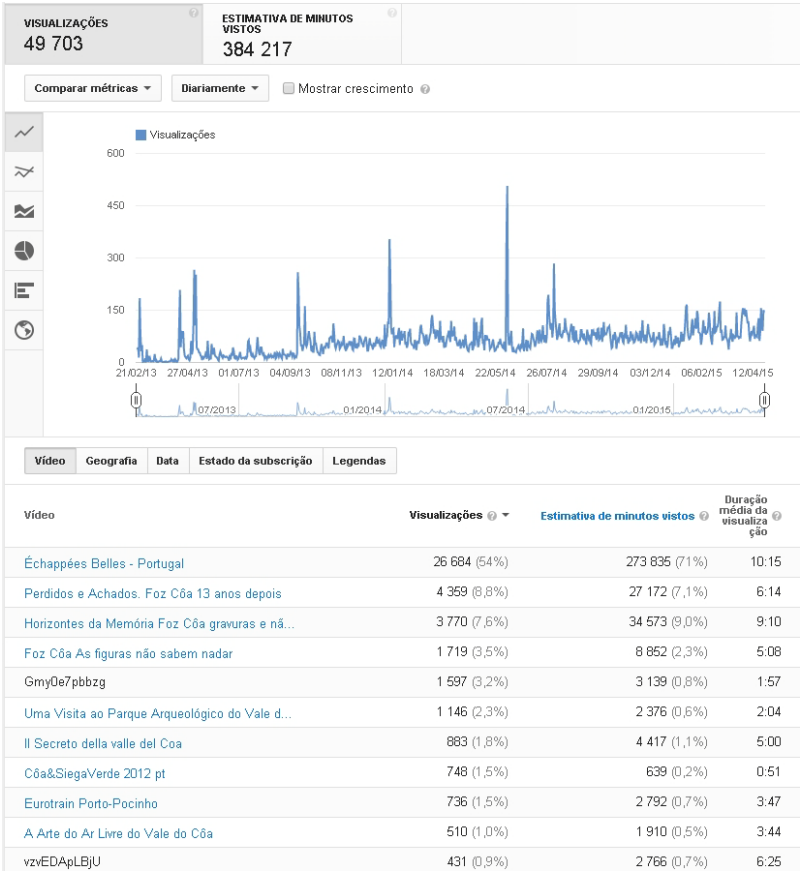
Figura 16. Pintura antropomórfica da Pré-História Recente que figura na rocha 1 da Faia, Vale do Côa. **Fonte**: Desenho CNART.

Outro objectivo do canal foi complementar o papel de divulgação e comunicação institucional da presença em linha do Museu e Parque do Côa. Os vídeos colocados no YouTube são periodicamente compartilhados nas páginas no *Facebook* e no *Twitter*, constituindo-se muitas vezes com os conteúdos publicados de mais amplo alcance. Por outro lado, também o domínio *arte-coa.pt* agrupa numa página as ligações para todos os vídeos já colocados no *YouTube*.

Ainda outro objectivo da criação do canal de *YouTube* foi o arquivamento e partilha dos vídeos produzidos pela equipe do Museu e Parque do Côa, como "O Que Aprendi - Fernando Barbosa e a Arte do Côa" ou "Uma Visita ao Parque Arqueológico do Vale do Côa" (FERNANDES, 2015c). Estes pequenos vídeos, realizados e editados por um dos autores em parceria com Jaime António, foram produzidos recorrendo aos processos de captura e edição vídeo semiprofissionais, logo de baixo custo, amplamente disponíveis hoje em dia. Esta série de pequenos vídeos (no total, três foram já realizados), de intentos pedagógicos e divulgativos, que irá sendo acrescentada de mais títulos, à medida que a disponibilidade assim o permita, demonstra que é possível produzir de forma muito acessível, conteúdos totalmente delineados por uma instituição cultural, e pensados para serem essencialmente vistos nas diversas plataformas de presença em linha.

3.1.1. Alcance do canal do Museu e Parque do Côa no *YouTube*

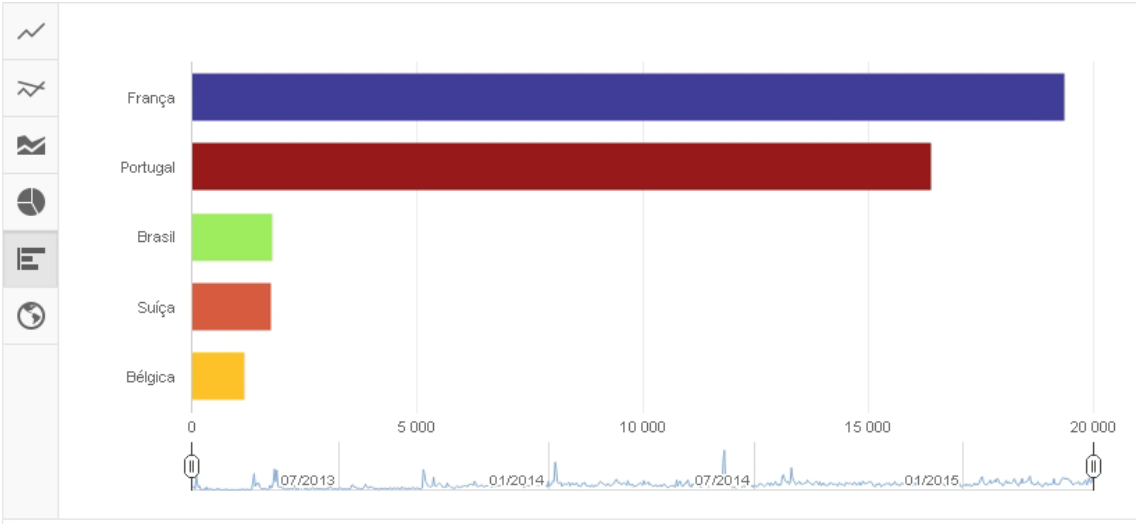
Uma análise à página de estatísticas do canal do Museu e Parque do Côa no *YouTube* revela que este teve, desde a sua criação em 21 de Fevereiro de 2013 até 26 de Abril de 2015, um total de 49 703 visualizações e 384 217 minutos vistos **(vd. Figura 17.)**.



Vídeo	Visualizações	Estimativa de minutos vistos	Duração média da visualização
Échappées Belles - Portugal	26 684 (54%)	273 835 (71%)	10:15
Perdidos e Achados. Foz Côa 13 anos depois	4 359 (8,8%)	27 172 (7,1%)	6:14
Horizontes da Memória Foz Côa gravuras e nã...	3 770 (7,6%)	34 573 (9,0%)	9:10
Foz Côa As figuras não sabem nadar	1 719 (3,5%)	8 852 (2,3%)	5:08
GmyOe7pbbzg	1 597 (3,2%)	3 139 (0,8%)	1:57
Uma Visita ao Parque Arqueológico do Vale d...	1 146 (2,3%)	2 376 (0,6%)	2:04
Il Secreto della valle del Coa	883 (1,8%)	4 417 (1,1%)	5:00
Côa&SiegaVerde 2012 pt	748 (1,5%)	639 (0,2%)	0:51
Eurotrain Porto-Pocinho	736 (1,5%)	2 792 (0,7%)	3:47
A Arte do Ar Livre do Vale do Côa	510 (1,0%)	1 910 (0,5%)	3:44
vzvEDApLBjU	431 (0,9%)	2 766 (0,7%)	6:25

Figura 17. Resumo das estatísticas do canal do Museu e Parque do Côa no YouTube de 21 de Fevereiro de 2013 até 26 de Abril de 2015. **Fonte:** Captura de ecrã do YouTube.

A análise dos países de onde provém a maioria do tráfego é, num primeiro momento, algo surpreendente já que a França (com 39%) suplanta o nosso país (com 33%) **(vd. Figura 18.)**.



Vídeo | Geografia | Data | Estado da subscrição | Legendas

Geografia	Visualizações	Estimativa de minutos vistos	Duração média da visualização
França	19 357 (39%)	196 018 (51%)	10:07
Portugal	16 385 (33%)	81 786 (21%)	4:59
Brasil	1 796 (3,6%)	7 925 (2,1%)	4:24
Suíça	1 768 (3,6%)	14 816 (3,9%)	8:22
Bélgica	1 173 (2,4%)	13 115 (3,4%)	11:10
Espanha	1 090 (2,2%)	5 949 (1,5%)	5:27
Canadá	1 018 (2,0%)	9 939 (2,6%)	9:45
Estados Unidos	732 (1,5%)	5 725 (1,5%)	7:49
Marrocos	669 (1,3%)	5 688 (1,5%)	8:30
Argélia	634 (1,3%)	5 105 (1,3%)	8:03
Alemanha	628 (1,3%)	3 982 (1,0%)	6:20
Reino Unido	570 (1,1%)	5 345 (1,4%)	9:22
Itália	349 (0,7%)	2 158 (0,6%)	6:10

Figura 18. Países que mais tráfego enviaram para o canal do Museu e Parque do Côa no YouTube de 21 de Fevereiro de 2013 até 26 de Abril de 2015. **Fonte:** Captura de ecrã do YouTube.

Porém, a apreciação das estatísticas relativas aos filmes mais vistos **(vd. Figura 19.)** desfaz razoavelmente esta surpresa pois que aquele com mais minutos vistos é, por larga margem, um vídeo de viagens francês sobre toda a região do Douro.

Vídeo	Estimativa de minutos vistos	Duração média da visualização	Percentagem média de visualização
Échappées Belles - Portugal	273 835	10:15	17%
Horizontes da Memória Foz Côa gravuras e nã...	34 573	9:10	31%
Perdidos e Achados. Foz Côa 13 anos depois	27 172	6:14	46%
Foz Côa As figuras não sabem nadar	8 852	5:08	16%
Il Secreto della valle del Coa	4 417	5:00	19%
GmyOe7pbbzg	3 139	1:57	37%
kRcQnLnEykc	2 856	7:36	12%
Eurotrain Porto-Pocinho	2 792	3:47	6,8%
vzvEDApLBjU	2 766	6:25	22%
Touchstone. The Rock Art of Côa Valley	2 542	6:12	21%
Uma Visita ao Parque Arqueológico do Vale d...	2 376	2:04	58%
Câmara Clara: Os Tesouros do Côa	2 049	7:33	12%
A Arte do Ar Livre do Vale do Côa	1 910	3:44	14%
Toda a Verdade	1 909	6:32	21%
Jornal da Noite - Pinturas do Colmeal	1 292	4:11	40%
Im Tal des Douro	1 165	3:18	12%
Destinos	905	3:11	11%
O que Aprendi - Fernando Barbosa e a Arte d...	748	1:44	58%
À la conquête du passé	690	4:45	8,6%
Arte Paleolítica do Vale do Côa	673	2:52	9,3%
Côa&SiegaVerde 2012 pt	639	0:51	53%
Mó	536	4:15	26%
Arte Libre Vale do Côa y Siega Verde - Portug...	440	3:38	35%
Arte Rupestre do Côa - Conferência-Debate-Vi...	430	4:34	15%
A Arte dos Caçadores do Vale do Côa	386	3:27	12%

Figura 19. Filmes mais vistos no canal do Museu e Parque do Côa no YouTube de 21 de Fevereiro de 2013 até 26 de Abril de 2015.
Fonte: Captura de ecrã do YouTube.

Tal ilação será concomitante com aquilo acima referido acerca da baixa taxa de rejeição do domínio *arte-coa.pt* por parte dos visitantes originários de França. Os dados relativos ao género e idade dos visitantes do canal YouTube **(vd. Figura 20.)** são muito relevantes pela sua relativa dissemelhança no que concerne aos dados equivalentes no caso dos visitantes ao domínio *arte-coa.pt*.

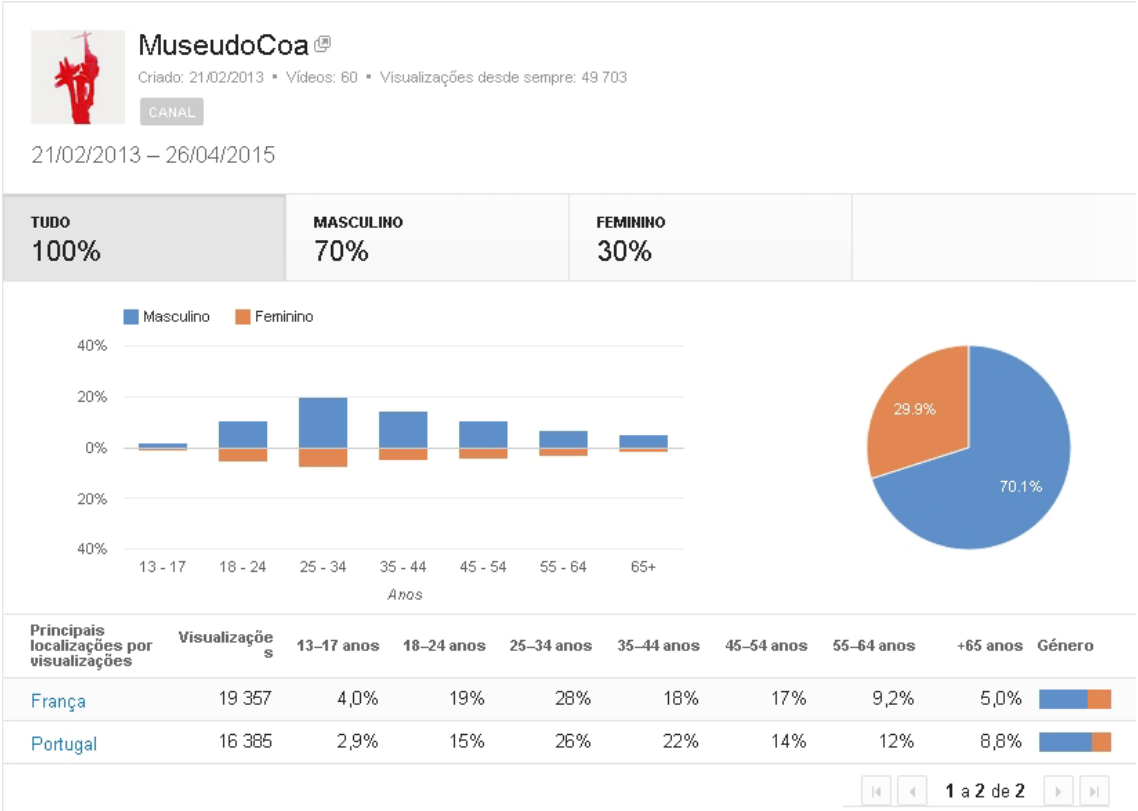


Figura 20. Idade e género dos visitantes do canal do Museu e Parque do Côa no YouTube de 21 de Fevereiro de 2013 até 26 de Abril de 2015. **Fonte:** Captura de ecrã do YouTube.

Se os dados atinentes à idade são relativamente idênticos, embora o público do YouTube seja um pouco mais idoso, aqueles pertinentes ao género mostram uma percentagem bastante elevada (cerca de 70%) de visitantes do sexo masculino. Relembra-se que a percentagem de público masculino do domínio *arte-coa.pt* é de cerca de 54%. O último dado estatístico que se considera relevante notar corresponde à percentagem média de visualização dos filmes colocados no canal **(vd. Figura 19.)**.

Assim, confirma-se uma ideia muitas vezes intuída e veiculada mas poucas vezes demonstrada, a de que filmes mais curtos conseguem, percentualmente, reter a atenção do público durante mais tempo (o que será evidente mas nem sempre óbvio, como demonstrado pelos 46% de média de visualização obtidos pela reportagem da SIC "Perdidos e Achados: Foz Côa 13 Ano Depois" com quase 14 minutos de duração) e portanto meios de promoção mais efectivos. Da análise da **Figura 19** resulta que os vídeos divulgativos de pequena duração, acima referidos, e produzidos pelo Museu e Parque do Côa, obtêm as mais altas percentagens médias de visualização.

3.2. Twitter (www.twitter.com/museucoa)

A página no *Twitter* do Museu e Parque do Côa encontra-se ativa desde 29 de Janeiro de 2014. Evocando um provérbio bem conhecido, foi decidido complementar a presença nas redes sociais com a criação duma página no *Twitter*, de modo a não colocar os ovos todos no mesmo cesto. Será também de notar que o alargamento da presença em linha a outras plataformas, nomeadamente de redes sociais, potencia a criação de conteúdos originais e o

desenvolvimento duma maior flexibilidade e adaptabilidade na gestão desta presença por parte das instituições e dos profissionais encarregues de a assegurar, o que se constituirá como uma vantagem dinâmica. Esta plataforma foi escolhida devido ao maior crescimento de adesões por parte duma faixa etária mais jovem, para além de poder ter uma interessante função pedagógica e de auxílio aos estudos (JUNCO, HEIBERGER e LOKEN, 2011; SOLTERO, 2012). Na sua actualização vai-se tentando que esta presença não seja uma mera duplicação da página do *Facebook*, embora haja alguns conteúdos que, pela sua relevância, são partilhados nas duas plataformas e a linha editorial seguida seja semelhante àquela acima invocada e também referida em FERNANDES (2013). Porém, sendo o *Twitter* uma plataforma mais vocacionada para uma audiência internacional (ver discussão infra), os conteúdos são amiúde partilhados em inglês nesta rede social. Por outro lado, existem conteúdos exclusivos para partilha no *Twitter*, resultantes das suas próprias dinâmicas. Este é o caso da participação do Museu e Parque do Côa, já pelo segundo ano consecutivo, na *Museum Week* do *Twitter*. Trata-se duma iniciativa que decorre durante uma semana inteira e que pretende, tomando partido das ferramentas de marcação de conteúdos – o agora famoso cardinal (#), entretanto também adotado pelo *Facebook* – e de identificação de utilizadores – a já há muito famosa arroba (@) –, potenciar a visibilidade e divulgação dos museus mundiais nas redes sociais e, consequentemente nas sociedades actuais (MUSEUMWEEK, 2015). Obviamente que os conteúdos são "multi-partilháveis" e, no caso em apreço da *Museum Week*, a página do *Facebook* fez também eco desta iniciativa pensada pelos promotores para ser primeiramente desenvolvida no *Twitter*. Esta participação foi também objeto de resumo utilizando uma aplicação que cria "histórias" a partir de conteúdos partilhados em diversas redes sociais (STORIFY, 2015). Os resumos das participações do Museu e Parque do Côa na *Museum Week* podem ser aqui encontrados: https://storify.com/museucoa/a-nossa-museuweek-our-museumweek (2014) e https://storify.com/museucoa/museum-week-museucoa-2015 (2015) (ver também FERNANDES, 2014c).

3.2.1. Alcance da página no Twitter do canal do Museu e Parque do Côa

A página no *Twitter* do Museu e Parque do Côa tem no momento em que se escrevem estas linhas 821 seguidores **(vd. Figura 21.)**.

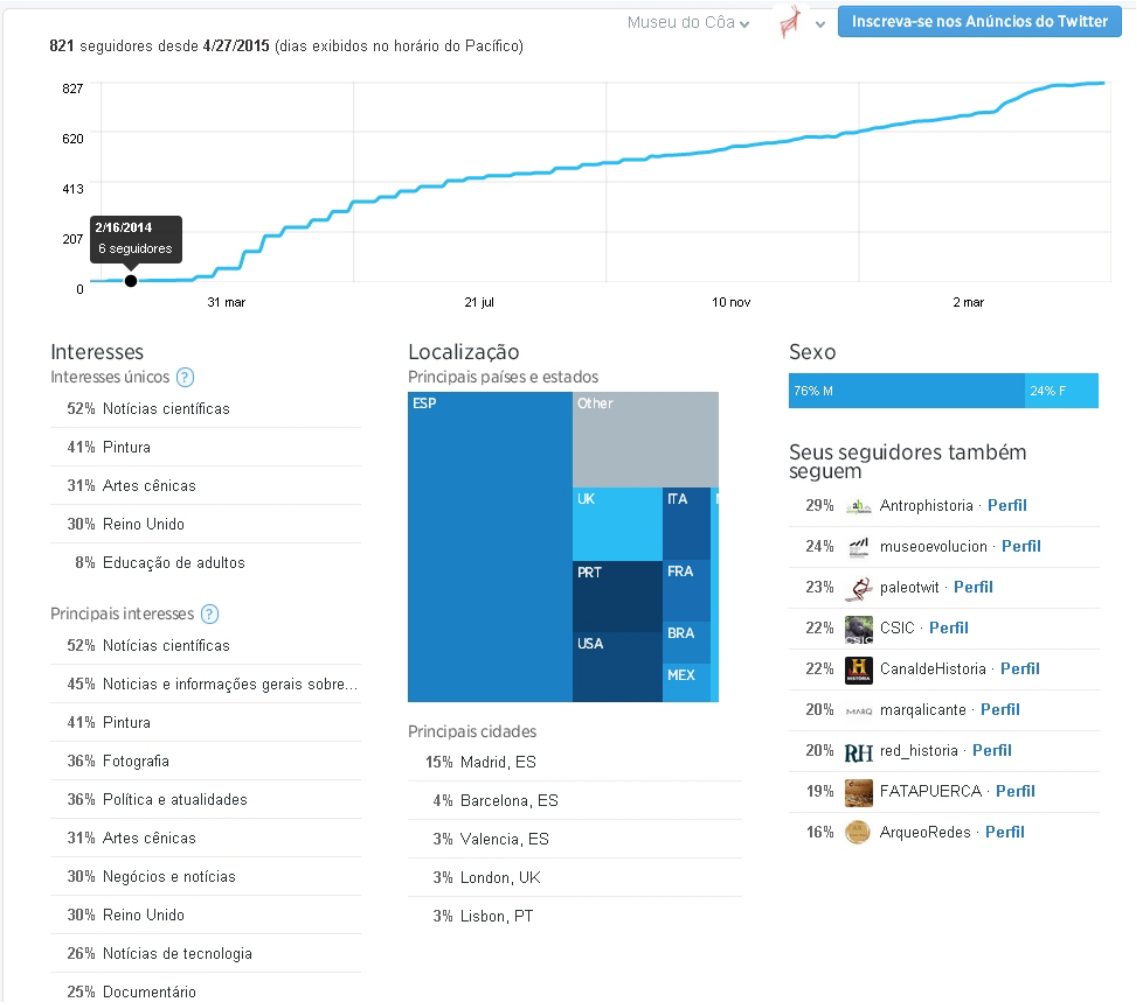


Figura 21. Resumo das estatísticas do Twitter do Museu e Parque do Côa. **Fonte:** Captura de ecrã do Twitter.

Tal quantidade menos elevada de seguidores, especialmente se comparada com os valores do *Facebook* (ver FERNANDES 2013), estará em linha com a menor penetração desta rede, relativamente ao *Facebook*, quer a nível nacional quer internacional (DUGGAN et al., 2015). A análise dos dados relativos à proveniência e género dos seguidores revela bem o alcance internacional da presença do Museu e Parque do Côa nesta plataforma: mais de metade dos seguidores é originária de Espanha, seguindo-se Reino Unido e só então Portugal. Note-se ainda a grande preponderância do sexo masculino (76%) entre os seguidores. Recorde-se, à laia de comparação, a dissemelhança com os mesmos dados relativos à página no *Facebook* (uma maioria de seguidores do sexo feminino e provenientes de Portugal; ver FERNANDES, 2013) e, como acima explicitado, ao domínio *arte-coa.pt*. Concluindo, a **Figura 22** resume os dados de utilização da página do *Twitter* durante o mês de Abril de 2015; realçam-se as 3 527 impressões nos *tweets* partilhados e as 581 impressões recolhidas pelo *tweet* de destaque.

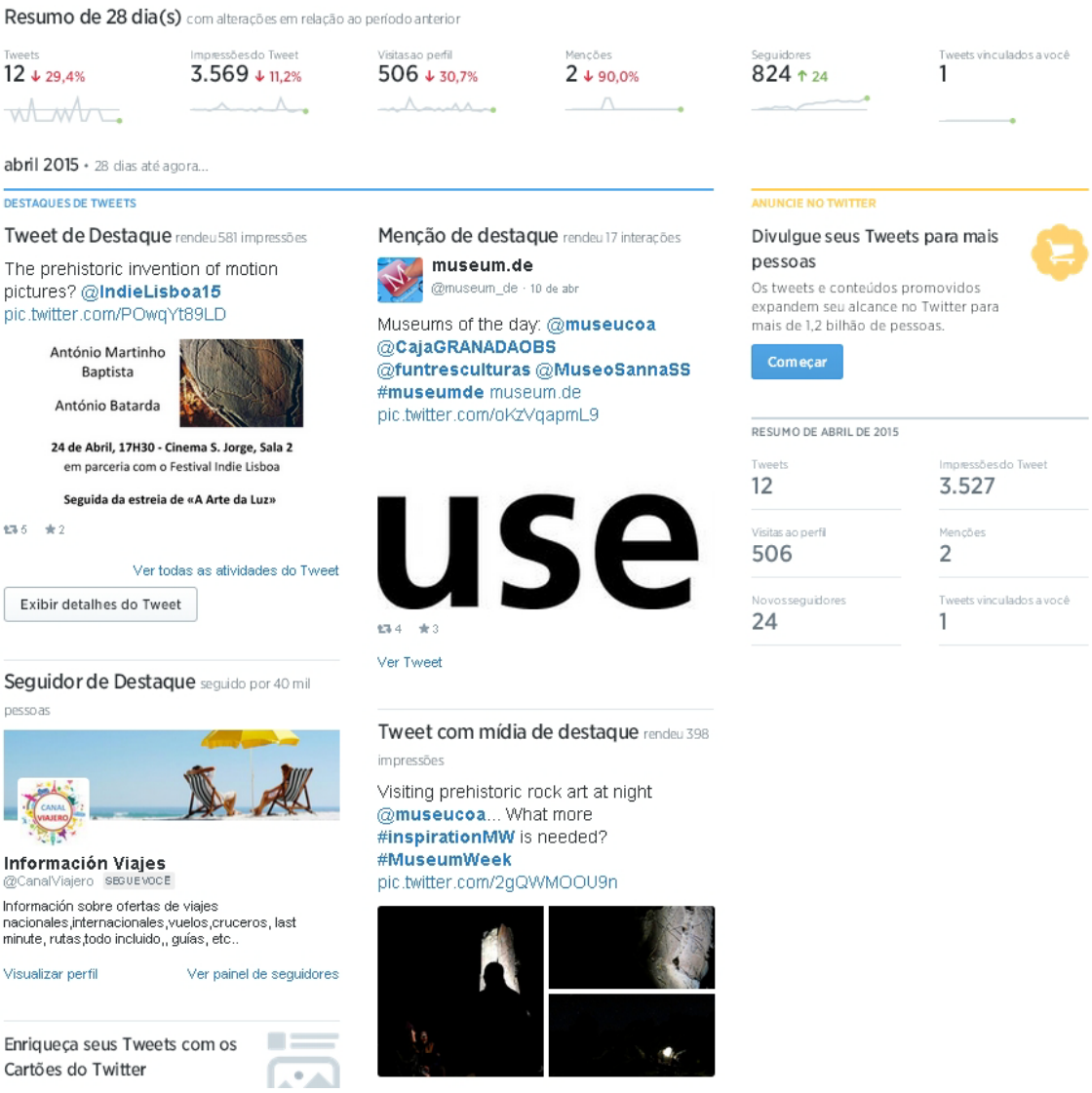


Figura 22. Resumo das estatísticas do Twitter do Museu e Parque do Côa durante Abril de 2015. **Fonte:** Captura de ecrã do Twitter.

3. Discussão

Da análise conjunta dos dados ora e noutra ocasião apresentados (FERNANDES, 2013) depreende-se que uma presença mais alargada consegue captar públicos diferentes, nomeadamente no que se refere à nacionalidade e ao género. Poder-se-á afirmar que a presença em diferentes plataformas atinge audiências que de outra forma seria difícil alcançar. Assim, será despicienda uma das críticas razoavelmente pertinentes que se faz a uma presença em linha e em várias plataformas. O risco de cacofonia ao usar múltiplas plataformas será ofuscado pelas vantagens de visibilidade e, assim, de promoção e divulgação num ambiente em que uma miríade de instituições similares compete por atenção. Na verdade, uma certa cacofonia pode ser benéfica, especialmente no caso duma instituição relativamente pequena, como o Museu e Parque do Côa, localizada numa área interior menos povoada dum país situado na periferia europeia, já que aumentam as hipóteses de atingir públicos mais vastos. Por outro lado, o alcance da presença em linha do Museu e Parque do Côa em países, nomeadamente a França mas também o Canadá, de forte emigração nacional (o chamado

“mercado da saudade”) demonstra uma outra função social que esta presença cumpre: a criação, manutenção ou reforço dos laços afetivos destas comunidades com a sua região de origem.

Os objectivos subjacentes à presença em linha de uma instituição como o Museu e Parque do Côa visam sobretudo a promoção de um produto turístico cultural, mas também a divulgação, com objectivos pedagógicos, da investigação levada a cabo nos últimos 20 anos no Vale do Côa e da sua notável arte rupestre pré-histórica. Nos últimos anos, cada vez mais Museus e instituições culturais têm abraçado as possibilidades oferecidas por estes novos meios de comunicação para compartilhar e divulgar os seus espólios, actividades regulares e estabelecer um diálogo com os seus públicos. A presença nestas plataformas pode ser considerada como uma outra forma de prosseguir um serviço público de orientação “social” que muitos Museus têm como ponto de honra incluir nas suas declarações de missão. O autor acredita que é razoável afirmar que a disponibilização de conteúdos sem qualquer restrição (além da existência duma conexão de Internet, ver continuação da discussão) contribui para comunidades mais inclusivas, e socialmente resilientes.

Existe contudo algum receio que a disponibilização gratuita de conteúdo em linha fará com que potenciais visitantes sintam que já não há necessidade de visitar “fisicamente” um Museu. No entanto, é razoável supor a existência de um segmento (minoritário?) do público que quererá sempre visitar a "coisa real", mesmo que tenha tido a oportunidade de previamente visualizar conteúdos em linha como também por causa disso. Além disso, e sobretudo, uma estratégia de partilha e divulgação em linha deve ser vista como servindo um propósito duplo: a) aprofundar o acesso do público à oferta cultural e b) a investir na criação de audiências futuras.

Uma outra, e já um pouco datada, apreciação geral à presença no mundo cibernético, quer a nível institucional quer pessoal, é a de que este se trata dum ambiente virtual com pouco ou nenhum vínculo à “realidade”. Se bem exista quem professe tal posição e assuma, legitimamente, uma não adesão (ou pouco convicta adesão; mas ver a este propósito FERNANDES, 2015a) a estes ambientes e plataformas, há quem defenda que “quanto mais virtual mais real” (WOOLGAR, 2004, 132; tradução do autor). É que uma presença em linha, “virtual”, portanto, baseia-se sempre em algo de concreto e “real”; um sítio, conjunto de sítios, uma individualidade, etc. Tal explicará, em última análise, os muitos milhões de seguidores no *Facebook* de Cristiano Ronaldo, as quase duas centenas de milhar de Serralves e os onze mil do Museu do Côa… Por outro lado, será interessante relembrar as considerações pertinentes de Baudrillard acerca do esvaziamento de significado do que se comunica devido à multiplicação do volume de informação e seus meios de distribuição (HORNING, 2014; FERNANDES, 2014d). Uma das suas afirmações mais conhecidas captura bem este *zeitgeist* contemporâneo: há “(…) cada vez mais informação, e cada vez menos significado” (BAUDRILLARD, 1994: 55, tradução do autor). De qualquer modo, é impossível negar a importância que este mundo “virtual” vem ganhando nas sociedades actuais, nomeadamente dentro do campo da Arqueologia com o desenvolvimento da chamada Arqueologia Virtual (FORTE, 2015). Será ainda interessante notar o papel que uma presença em linha poderá desempenhar na promoção da Arqueologia Pública (DAVIES, 2013) constituindo-se esta própria divulgação, também de carácter científico e de certa forma, *como* Arqueologia Pública e como um serviço público fornecido por uma determinada instituição e direccionada a determinadas audiências.

Dentro desta definição de serviço público cabe também a resposta a todas as solicitações de informação, na sua maioria de carácter útil, nomeadamente sobre a visita ao Museu e Parque do Côa, mas também sobre a própria arte rupestre do Vale e seu contexto global, que chegam através das várias plataformas web onde se assegura presença em linha. Esta será uma das regras de ouro duma presença em linha: não deixar nenhuma solicitação sem resposta.

No plano cultural, a existência do Museu e do Parque Arqueológico do Côa também contribui para envolver e cativar o público numa região onde a oferta deste tipo de equipamento é escassa. Além disso, pode-se dizer que o Vale do Côa é a área de Portugal em que a ocupação humana durante o Paleolítico Superior e a arte rupestre de ar livre, de diferentes períodos, são melhor conhecidas graças à investigação realizada nas últimas duas décadas. Por sua vez, os novos dados que vêm sendo trazidos a lume contribuem para a actualização regular daquilo que é compartilhado com os visitantes, quer "presenciais" quer "virtuais". Considera-se ainda que o Museu e Parque do Côa são parte fundamental dum projecto de desenvolvimento sustentável e abrangente para a região (FERNANDES, 2005). A este propósito, deve notar-se que promover é defender o património, gerir o território é conservar a arte rupestre, vender *merchandising* é divulgar, oferecer experiências educacionais significativas é formar entretendo e usar plataformas sociais é tentar envolver um público mais vasto. Todos estes papéis estão inegavelmente interligados e as atracções patrimoniais modernas têm que aproveitar todo o potencial de criação de sinergias existente numa dado contexto, principalmente tendo em conta a necessidade, circunstancial(?) mas implacável, de fortalecer receitas.

Sugere-se assim que a presença nas múltiplas plataformas em linha, nomeadamente sociais, constitui hoje uma forma tendencialmente democrática, e eficaz do ponto de vista dos baixos custos envolvidos, para alcançar audiências relativamente vastas. Recorre-se à expressão "tendencialmente democrática" porque o número de pessoas que utilizam a Internet tem vindo a crescer exponencialmente nos últimos anos. No entanto, a sua utilização ainda não é de tal forma ubíqua para que a designação *World Wide Web* faça neste momento total sentido. Em 30 de Junho de 2012, 34,3% da população mundial tinha acesso à Internet sendo África o continente com a menor taxa de penetração (15,6%) atingindo a América do Norte a mais alta (78,6%) (INTERNET WORLD STATS, 2013a). Quanto ao *Facebook*, em 31 de Março de 2012, 12,1% da população mundial havia-se registado na plataforma, sendo novamente África (3,9%) e América do Norte (49,9%) os continentes, respectivamente, com a taxa mais baixa e mais alta de penetração (INTERNET WORLD STATS, 2013b). Quanto a Portugal, os dados disponíveis revelam que as taxas de penetração da Internet (30 de Junho de 2012) e do *Facebook* (31 de dezembro de 2012) eram de 55,2% e 43,3%, respectivamente (INTERNET WORLD STATS, 2013b, c). Outro dado pertinente relativo ao nosso Pais é que 97,3% daqueles que usam as redes sociais têm um perfil no *Facebook* (OBERCOM, 2012). Estes números mostram a desigualdade global no acesso à Internet (e consequentemente às redes sociais). Além disso, são os segmentos da população de mais baixos rendimentos, já de si em situação de algum isolamento social ou mesmo marginalização, que menos acedem à Internet. Por exemplo, em Portugal, a grande maioria dos não usuários são os idosos e os analfabetos/aqueles que não completaram o ensino primário (OBERCOM, 2012). No entanto, a tendência é que cada vez mais pessoas ganhem acesso à Internet, como o crescimento de 566,4% da taxa de penetração mundial da www durante o período de 2000/12 parece sugerir.

No entanto, não se deve ser ingénuo ao ponto de pensar que estas redes sociais se encontram livres de quaisquer restrições ou que não fazem totalmente parte do mercado globalizado e da dinâmica económica vigente. Pelo contrário, criaram o seu nicho particular nas sociedades capitalistas de hoje, acumulando grande quantidade de dados pessoais dos usuários, e utilizando-os de diversas formas, sendo a mais óbvia a colocação de publicidade, para gerarem dividendos económicos (VELDT, 2014). Além disso, as redes sociais são também uma forma de alargar os mecanismos de controlo social. Tal sucede não apenas quando ferramentas suficientemente poderosas de análise da *Big Data* são empregues, aliás só disponíveis a organizações complexas como governos e grandes corporações (ver acima), mas também, pelo menos no caso do *Facebook*, tornando o nosso mural de notícias menos diversificado e plural de opiniões já que a maioria dos conteúdos para nós "selecionado" tende a seguir os nossos

pontos de vista duma forma reconfortante. Enquanto cabe também aos usuários “educar”, tanto quanto possível, os algoritmos que controlam o que aparece em cada *Feed* de notícias ao Gostar, Partilhar e Comentar conteúdos com visões opostas às nossas, a maioria das pessoas vai preferir uma sensação ilusória de pertença e, idealmente, não lidar com opiniões confrontantes (ver FERNANDES, 2014e).

Uma das maneiras de manter sob controlo ou até mesmo contrariar este uso das redes sociais é a criação de grandes quantidades de informação espalhada por várias plataformas. Por um lado, dados mais contraditórios serão mais difíceis de analisar para extrair tendências de consumo utilizáveis para efeitos de publicidade e definição de grupos alvo. Por outro lado, o controle sobre as publicações em redes sociais é exercidos pelos gestores de página e/ou proprietários, considerando sempre os termos de serviço. Quanto mais páginas existirem, mais fontes de informação estarão disponíveis para os públicos filtrarem de acordo com critérios pessoais de confiabilidade. Obviamente, esta filtragem é realizada de acordo com interesses específicos, inserção social e preconceitos próprios e, sobretudo, por algoritmos poderosos de que os utilizadores, como mencionado acima, têm pouco controle sobre (DREDGE, 2014).

No entanto, esta trata-se duma mudança da situação anterior existente, na qual o público filtrava através da informação já “peneirada” disponibilizada pelas plataformas de comunicação social tradicionais (jornais, rádio, televisão ou agência de notícias), menos numerosas e diversas, onde os conteúdos podem ser (e são) difundidos de forma mais controlada ou mesmo tendenciosa. Argumenta-se que o surgimento de múltiplas fontes de informação decorrente do crescimento das redes sociais enriquece esse processo de busca de informação fidedigna ao ter o potencial para reforçar a coesão social e o papel pró-ativo dos cidadãos nas nossas sociedades, notando, mais uma vez, tendencialmente democráticas.

No Museu e Parque do Côa foi dada prioridade à criação de uma política de comunicação transversal e utilizando as plataformas que se julgam mais adequadas para a linha editorial seguida. Um dos principais desafios para a presença duma determinada instituição cultural na web e mais concretamente nas redes sociais é desde logo captar a atenção de um público constantemente bombardeado por quantidades maciças de informação e, ao mesmo tempo, partilhar de forma efetiva conteúdos significativos, pedagógicos mas também promocionais que possam também contribuir para aumentar as visitas à verdadeira atração, neste caso, o Vale do Côa.

Talvez o papel que as novas plataformas de rede social podem desempenhar na promoção de instituições culturais e, dentro desse contexto, ajudar a combater dinâmicas excessivamente monetaristas, tenha aqui sido retratado duma forma excessivamente optimista. Na verdade, não é um facto adquirido que todas (ou muitas) instituições culturais sejam capazes de resistir a essas dinâmicas de crescente mercantilização da cultura, e que possam continuar a assegurar a prossecução das suas atividades. No entanto, uma menor atenção a questões de sustentabilidade pode comprometer, no médio e relativamente longo prazo, a saúde financeira das instituições, levando a uma dependência imprudente de estratégias menos "tradicionais" e potencialmente menos confiáveis de geração de rendimentos (SILBERMAN, 2007). Além disso, as restrições, principalmente financeiras que correntemente se verificam, podem dificultar "(...) a promoção do valor universal da diversidade cultural" (SILBERMAN, 2012: 245) enfraquecendo assim o papel que as instituições culturais podem ter não só como repositórios e mostruários de diferentes fontes de conhecimento e memória (pessoal, comunitária ou mesmo étnica), mas principalmente na redução da desigualdade social e como o ponto de encontro onde diferentes tradições e culturas se podem encontrar.

No entanto, devido à natureza potencialmente desafiante da maioria das suas coleções, se não de todas, os Museus estão numa posição privilegiada para tomar uma posição e combater algo

de que as chamadas redes sociais são hoje também o principal veículo: a estupidificação e promoção da ignorância, conduzidas por diferentes agentes proeminentes no atual cenário mundial, sob a capa das chamadas dinâmicas económicas do mercado global (GREENFELD, 2014; FERNANDES, 2014e). É, portanto, uma questão de tentar envolver, questionar e confrontar o público de tal forma que questões complexas e exigentes se tornem mais fáceis de intuir e, sobretudo, se plante a semente da curiosidade, se fomente o pensamento independente e se estimule a empatia para com a diversidade, dando especial atenção às gerações mais novas. Propõe-se que, se usada criteriosamente, considerando também o papel central que estas plataformas sociais ocupam nas vidas destas gerações, a comunicação em ambiente web tem um grande potencial para ajudar a alcançar objetivos de abertura dos Museus à sociedade, combater o apedeutismo e resistir razoavelmente ao que poderá ser considerado como uma excessiva mercantilização da cultura (OLIVIER, 2013).

Em jeito de conclusão desta secção, atente-se à posição assumida bem recentemente pelo diretor da revista global de tendências *Monocle*: "A nova definição de luxo não é grandes marcas, semelhantes em todo o lado, mas a *autenticidade, a história, a memória*, porque é isso que atrai as pessoas às cidades" (Tyler Brûle citado por BELANCIANO, 2015; ênfase do autor). Arriscaríamos incluir que todos estes atributos, que mais do que não correspondem a vivências e experiências extraordinárias, são factores de atracção às cidades como também aos seus *hinterlands* e mesmo a zonas mais longínquas, como é o caso, à escala nacional, da região onde se localiza o Museu e Parque do Côa. No mesmo evento onde estas palavras foram proferidas, Andrew Keen, escritor norte-americano conhecido pelas suas críticas às redes sociais, pôs o dedo na ferida: "Se dermos às pessoas apenas o que elas querem, sem irmos mais além, fazendo um jornalismo de contabilização de cliques da Internet, qualquer dia só publicamos vídeos de gatos" (citado por BELANCIANO, 2015).

4. Conclusão

O aumento da percentagem da população que acede à Internet, o surgimento de múltiplas plataformas de redes sociais e adesão em massa a estas por parte significativa dos usuários fez com que o ritmo da produção de todos os tipos de informação (sobretudo na forma de texto, vídeo ou fotografia) tenha aumentado exponencialmente nestes últimos anos. De facto, foi sugerido que 90% dos dados que foram sendo criados pela Humanidade ao longo dos milênios foram produzidos nos últimos dois anos, devido, em grande medida, ao aumento da popularidade das redes sociais (DRAGLAND, 2013). Assim, uma nova disciplina (que pode ser rotulada como "Arqueologia da Internet") está já dando os primeiros passos, não entendida apenas como auxiliar da investigação científica, mas como um esforço para recuperar, armazenar, catalogar e utilizar na construção do conhecimento as enormes quantidades de informação que estão a ser criadas (um pouco ao jeito da clássica tríade da investigação arqueológica: prospecção, escavação e interpretação dos dados recolhidos). Como já referido, as grandes corporações prestam cada vez mais atenção à *Big Data*, apostando nos proventos económicos que podem resultar da análise de tendências de consumo. Talvez daqui a alguns anos os equipamentos e ferramentas necessárias estejam também disponíveis para investigação em Arqueologia da Internet. Sugere-se assim que os Museus, como guardiões de memórias humanas, têm um papel importante no armazenamento e facilitação do acesso generalizado a essas enormes quantidades de dados e sua utilização para fins de investigação científica, como também para fins educacionais, de lazer e de entretenimento. Sugere-se que a criação e disponibilização de conteúdos digitais em linha por qualquer Museu também

contribuirá para que hajam dados suficiente para escrever relatos futuros abrangentes, mas também diversos, acerca da sua história, actividades e alcance. No caso específico em apreço, esses relatos incidirão sobre um projecto de preservação, valorização e divulgação, incluindo também uma componente de desenvolvimento sustentável, do património arqueológico singular que é constituído pela arte rupestre pré-histórica do Vale do Côa. Neste sentido, o modesto exercício de análise de *Big Data* aqui levado a cabo, demonstra o que é já hoje possível avaliar relativamente ao alcance da presença em linha duma instituição como Museu e Parque do Côa usando os meios disponíveis. Enfatiza-se ainda que se encara esta presença também como um "serviço público" (ou de Arqueologia Pública) prestado pelo Museu e Parque do Côa, já que a disponibilização em linha de conteúdos contribui para a difusão e discussão do conhecimento, da memória e da história, para entreter audiências, embora obedecendo a critérios editoriais precisos, e para envolver nas suas atividades, de forma o mais autêntica possível, as diversas comunidades que compõem o seu público.

Concluindo com uma ideia simples mas sugestiva, sugere-se que, no ambiente hodierno de capitalismo tardio vigente onde tudo é global e passível de se constituir como mercadoria (apenas) de valor económico, a resistência aos aspectos mais negativos deste estado de coisas deve também ser feita nos nossos monumentos, museus ou sítios arqueológicos, ao continuar a oferecer experiências de visita pública de qualidade, mas também nas inevitáveis, e em rápida expansão, novas plataformas digitais onde, ao se trabalhar em rede, se poderá contribuir para aumentar a participação e influência das instituições culturais (e da Arqueologia) nas sociedades contemporâneas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMANSA SÁNCHEZ, Jaime – To be or not to be? Public archaeology as a tool of public opinion and the dilemma of intellectuality, **Archaeological Dialogues**. Vol. 20, nº 1, 2012, p. 5-11. ISSN 1380-2038.

BAHIA, I. R. – **A socialização do conhecimento arqueológico da Pré-História como património primordial e sua praxis na educação infantil: Uma proposta didática**. Tomar/Vila Real: Instituto Politécnico de Tomar/Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro. Dissertação de Mestrado em Arqueologia Pré-histórica e Arte Rupestre, 2012.

BAUDRILLARD, J. – **Simulacra and Simulation**. Ann Arbor: University of Michigan Press, 1994. ISBN 0472095218 9780472095216 0472065211 9780472065219.

CRAWFORD, K.; MILTNER; GRAY M. – Critiquing Big Data: Politics, Ethics, Epistemology Special Section Introduction, **International Journal of Communication**, Vol 8, 2014, p. 1663–1672. ISSN: 1932-8036.

EVE, M. P.– **Open access and the humanities: contexts, controversies and the future**, Cambridge: Cambridge University Press, 2014. ISBN 9781107484016.

FORTE, M. – Cyber Archaeology: a Post-Virtual Perspective, In SVENSSON, P.; GOLDBERG, D.T. (eds) – **Between Humanities and the Digital**, Cambridge, Massachusetts: MIT Press, 2015, p. 405-423. ISBN 9780262028684.

FRANCISCO, J. P. – Arqueologia Comunitária: uma linha de investigação ausente no contexto português! **Almadan**, Vol. 19 (II Série), 2015, Adenda Electrónica. ISSN 2182-7265.

JUNCO, R., HEIBERGER, G.; LOKEN, E. - The effect of Twitter on college student engagement and grades, **Journal of Computer Assisted Learning**, Vol. 27, nº 2, 2011, p. 119-132. ISNN 1365-2729.

MANOVICH L. – How to follow global digital cultures: cultural analytics for beginners. In BECKER, K.; STALDER, F. (eds) – **Deep Search: the politics of search beyond Google**, Pensilvânia: Transaction Pub., 2009, p. 193-215. ISBN 3706547953 9783706547956.

MURTHY D.; BOWMAN S. A – Big Data solutions on a small scale: Evaluating accessible high-performance computing for social research, **Big Data & Society**, Vol. 1, nº 2, 2014, p. 1–12. ISSN 20539517.

OLIVIER, L. – Nuestro pasado no está en venta, **Complutum**, Vol. 24, nº 1, 2013, p. 29-39. ISSN 1131-6993.

SCHADLA-HALL, T. – Editorial: Public archaeology, **Public archaeology**, Vol. 2, nº 2, 1999, p. 147-158. ISSN 1465-5187.

SILBERMAN, N. A. – Cultural Heritage and the Information Technologies: Facing the Grand Challenges and Structural Transformations of the 21st Century, In NICCOLUCCI, F. (ed) – **Digital Applications for Tangible Cultural Heritage Report on the State of the Union Policies, Practices and Developments in Europe**, Budapest: European Commission, 2007, p. 95-104.

SILBERMAN, N. A. – Heritage interpretation and human rights: documenting diversity, expressing identity, or establishing universal principles? **International Journal of Heritage Studies**, Vol. 18, nº 3, 2012, p. 245-256. ISSN 1352-7258

THOMAS, S.; LEA, J. – **Public participation in archaeology**, Woodbridge, Suffolk; Rochester, NY: The Boydell Press, 2014. ISBN 9781843838975.

WOOLGAR, S. – Reflexive Internet? The British experience of new electronic technologies. In Castells, M. (ed) – **The network society: a cross-cultural perspective**, Cheltenham: Edward Elgar, 2004, 125-142. ISBN 1845421663 9781845421663 1283217503 9781283217507.

WILKOWSKI, M. – World Wide Web (WWW) as an object of historical research: some issues. In SOBCZAK, A.; CICHOCKA M.; FRĄCKOWIAK, P. (eds) – **History 2.0 - 'Panta Rhei' symposium proceedings of 19th General Congress of Polish Historians**, Lublin: E-naukowiec, 2014. ISBN 9788393641864 8393641861.

DOCUMENTOS ELETRÓNICOS

BAPTISTA, A. M.; FERNANDES, A. P. B. – Rock art and the Côa Valley Archaeological Park: A case study in the preservation of Portugal's prehistoric parietal heritage, In PETTIT, P.; BAHN, P.; RIPOLL, S. (eds) - **Palaeolithic Cave Art at Creswell Crags in European Context**, Oxford: Oxford University Press, 2007, 263-79. ISBN 978-0-19-929917-1 Disponível na www:<URL:https://www.academia.edu/9659402/Rock_Art_and_the_C%C3%B4a_Valley_Archaeological_Park_A_Case_Study_in_the_Preservation_of_Portugals_Prehistoric_Parietal_Heritage>.

BELANCIANO, V. – Esqueçam as grandes marcas, o verdadeiro luxo é a autenticidade, **PÚBLICO**. [Em linha 2015] [Consultado em 21 Abril 2015]. Disponível na

www:<URL:http://www.publico.pt/culturaipsilon/noticia/esquecam-as-grandes-marcas-luxo-e-a-autenticidade-1692911?page=-1>.

DAVIES M. – Public Archaeology and Social Media: Developing the Personal Histories Project, *Social* **Media Knowledge Exchange**. [Em linha 2013] [Consultado em 22 Abril 2015]. Disponível na www: <URL:http://www.smke.org/public-archaeology-and-social-media-developing-the-personal-histories-project/>.

DRAGLAND, A. – Big Data - for better or worse, **SINTEF**. [Em linha 2013] [Consultado em 10 Julho 2013]. Disponível na www:<URL:http://www.sintef.no/home/Press-Room/Research-News/Big-Data--for-better-or-worse/>.

DREDGE, S. – How does Facebook decide what to show in my news feed? **Guardian.** [Em linha 2014] [Consultado em 9 Setembro 2014]. Disponível na www:<URL:http://www.theguardian.com/technology/2014/jun/30/Facebook-news-feed-filters-emotion-study>.

DUGGAN, M. et al. – Social Media Update 2014, **Pew Research Center**. [Em linha 2015] [Consultado em 9 Abril 2015]. Disponível na www: <URL:http://www.pewinternet.org/2015/01/09/social-media-update-2014/>.

FERNANDES, A. P. B. – Dinâmicas de Desenvolvimento Sustentado Fomentadas pela Criação do Parque Arqueológico do Vale do Côa, In JORGE, V. O. (eds) - **Conservar para Quê?** Porto e Coimbra: Centro de Estudos Arqueológicos das Universidades de Coimbra e Porto, 2005, 183-197. ISBN 9729350876 9789729350870. Disponível na www: <URL:https://www.academia.edu/1532508/Din%C3%A2micas_de_desenvolvimento_sustentado_fomentadas_pela_cria%C3%A7%C3%A3o_do_Parque_Arqueol%C3%B3gico_do_Vale_do_C%C3%B4a>.

FERNANDES, A. P. B. et al. – A Relação entre o Parque Arqueológico do Vale do Côa e a População Local. Balanço da primeira década, **Almadan**, Vol. 16 (II Série), 2008, Adenda Electrónica. ISSN 2182-7265. Disponível na www: <URL: https://www.academia.edu/9624230/A_Rela%C3%A7%C3%A3o_entre_o_Parque_Arqueol%C3%B3gico_do_Vale_do_C%C3%B4a_e_a_Popula%C3%A7%C3%A3o_Local_Balan%C3%A7o_da_primeira_d%C3%A9cada>.

FERNANDES, A. P. B. – Valorização, Divulgação e Promoção da Arte Rupestre do Vale do Côa. In SALINA DE FRIAS, M. (ed) - **Interpretar La Frontera. Jornadas de Patrimonio, Turismo y Desarrollo Local**, Salamanca: Ediciones de la Diputación de Salamanca, 2013, 85-99. ISBN 9788477974260 8477974268. Disponível na www: <URL: https://www.academia.edu/9601879/Valoriza%C3%A7%C3%A3o_Divulga%C3%A7%C3%A3o_e_Promo%C3%A7%C3%A3o_da_Arte_Rupestre_do_Vale_do_C%C3%B4a>.

FERNANDES, A. P. B. – Arqueologia da Internet, **Do Indecifrável.** [Em linha 2014a] [Consultado em 22 Abril 2015]. Disponível na www: <URL: https://batarda.wordpress.com/2014/05/21/arqueologia-da-internet/>.

FERNANDES, A. P. B. – Big data, small brother, **Do Indecifrável**. [Em linha 2014b] [Consultado em 22 Abril 2015]. Disponível na www: <URL: https://batarda.wordpress.com/2014/05/08/big-data-small-brother/>.

FERNANDES, A. P. B. – Usando o Storify e o Twitter para amplificar divulgação e potenciar recursos educativos do Museu do Côa, **Do Indecifrável**. [Em linha 2014c] [Consultado em 22 Abril 2015]. Disponível na www: <URL: https://batarda.wordpress.com/2014/05/14/usando-o-

storify-e-o-twitter-para-amplificar-divulgacao-e-potenciar-recursos-educativos-do-museu-do-coa/>.

FERNANDES, A. P. B. – Revolução Digital, **Do Indecifrável**. [Em linha 2014d] [Consultado em 22 Abril 2015]. Disponível na www: <URL: https://batarda.wordpress.com/2014/07/10/revolucao-digital/>.

FERNANDES, A. P. B. – Pulverização, **Do Indecifrável**. [Em linha 2014e] [Consultado em 22 Abril 2015]. Disponível na www: <URL: https://batarda.wordpress.com/2014/06/30/pulverizacao/>.

FERNANDES, A. P. B. – Chapéus, **Do Indecifrável**. [Em linha 2015a] [Consultado em 22 Abril 2015]. Disponível na www:<URL: https://batarda.wordpress.com/2015/03/31/chapeus/>.

FERNANDES, A. P. B. – Arquivo da Internet., **Do Indecifrável.** [Em linha 2015b] [Consultado em 22 Abril 2015]. Disponível na www: <URL: https://batarda.wordpress.com/2015/01/22/453/>.

FERNANDES, A. P. B. – Vídeos, **Do Indecifrável**. [Em linha 2015c] [Consultado em 22 Abril 2015]. Disponível na www: <URL: https://batarda.wordpress.com/videos/>.

GOODMAN, M. – Most of the web is invisible to Google. Here's what it contains: A roadmap of the internet's darkest alleys, **Popular Science**. [Em linha 2015] [Consultado em 7 Abril 2015]. Disponível na www:<URL:http://www.popsci.com/dark-web-revealed>.

GOOGLE ANALITYCS – Google Analitycs, **Google Analitycs**. [Em linha 2015] [Consultado em 28 Abril 2015]. Disponível na www:<URL:https://www.google.com/analytics/>.

GREENFELD, K. T .– Faking cultural literacy, **The New York Times**. [Em linha 2014] [Consultado em 9 Setembro 2014]. Disponível na www:<URL:http://www.nytimes.com/2014/05/25/opinion/sunday/faking-cultural-literacy.html?smid=fb-nytimes&WT.z_sma=OP_FCL_20140527&bicmp=AD&bicmlukp=WT.mc_id&bicmst=1388552400000&bicmet=1420088400000&_r=1>.

HORNING, R. – The Silence of the Masses Could Be Social Media, **The New Inquiry**. [Em linha 2014] [Consultado em 22 Abril 2015]. Disponível na www: URL:http://thenewinquiry.com/blogs/marginal-utility/the-silence-of-the-masses-could-be-social-media/>.

HUGGETT, J **.–** The Past in Bits: towards an archaeology of Information Technology? ***Internet Archaeology*.** [Em linha 2004] [Consultado em 10 Dezembro 2013]. Disponível na www:<URL:http://intarch.ac.uk/journal/issue15/huggett_toc.html>.

INTERNET ARCHAEOLOGY – Mission Statement, **Internet Archaeology**. [Em linha 2013] [Consultado em 10 Dezembro 2013]. Disponível na www:<URL:http://www.internetarchaeology.org/missionstatement.htm>.

INTERNET WORLD STATS – World Internet Users and Population Stats 2013, **Internet World Stats**. [Em linha 2013a] [Consultado em 10 Dezembro 2013]. Disponível na www:<URL:http://www.internetworldstats.com/stats.htm>.

INTERNET WORLD STATS – Facebook Penetration Growth Between 2011 And 2012, **Internet World Stats**. [Em linha 2013b] [Consultado em 10 Dezembro 2013]. Disponível na www:<URL:http://www.internetworldstats.com/Facebook.htm>.

INTERNET WORLD STATS – European Union, **Internet World Stats**. [Em linha 2013c] [Consultado em 10 Dezembro 2013]. Disponível na www:<URL:http://www.internetworldstats.com/europa.htm#pt>.

MARKTEST – Netscope, **Marktest.** [em linha 2015] [Consultado em 20 Abril 2015]. Disponível na www:<URL:http://www.netscope.marktest.pt/>.

MANZATO, F. – **Socialização do patrimônio arqueológico no Estado de São Paulo: proposta de plano de gestão, interpretação e visitação turística em áreas arqueológicas,** São Paulo: Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, 2013. Tese de Doutorado em Arqueologia, Disponível na www:<URLhttp://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/71/71131/tde-13062013-144311/>.

MUSEUMWEEK – #MuseumWeek, **MuseumWeek.** [Em linha 2015] [Consultado em 22 Abril 2015]. Disponível na www:<URL:http://museumweek2015.org/en/>.

OBERCOM – A Internet em Portugal, **OberCom, Observatório da Comunicação 2012**. [Em linha 2013] [Consultado em 7 Dezembro 2013]. Disponível na www:<URL:http://www.obercom.pt/client/?newsId=548&fileName=sociedadeRede2012.pdf>.

PEYTON, J. – What's the Average Bounce Rate for a Website? **The Rocket Blog: Good, Bad, Ugly, and Average Bounce Rates**, [Em linha 2014] [Consultado em 22 Abril 2015]. Disponível na www: <URL:http://www.gorocketfuel.com/the-rocket-blog/whats-the-average-bounce-rate-in-google-analytics/>.

PÚBLICO – Mudança no algoritmo de pesquisa do Google pode afectar milhões de sites, **Público.** [Em linha 2015] [Consultado em 22 Abril 2015]. Disponível na www: <URL:http://www.publico.pt/tecnologia/noticia/mudanca-no-algoritmo-de-pesquisa-do-google-pode-afectar-milhoes-de-sites-1693026>.

SIMILARWEB – SimilarWeb, **SimilarWeb**. [Em linha 2015] [Consultado em 14 Abril 2015]. Disponível na www:<URL:http://www.similarweb.com/website/*arte-coa.pt*?>.

SOLTERO, A. J. – 5 Reasons Twitter is Better for College Students than Facebook, **The Social U.** [Em linha 2012] [Consultado em 14 Abril 2015]. Disponível na www:<URL:http://thesocialu101.com/5-reasons-twitter-is-better-for-college-students-than-Facebook/>.

STORIFY – Storify, **Storify.** [Em linha 2014] [Consultado em 9 Abril 2015]. Disponível na www:<URL: https://storify.com/>.

VELDT, D. – Just How Smart Is Facebook's Monetization Strategy? **+interactually**. [Em linha 2014] [Consultado em 9 Setembro 2014]. Disponível na www:<URL:http://www.interactually.com/just-how-smart-is-Facebooks-monetization-strategy/>.

IL “3D” DI SAN CALOCERO, ALBENGA (SV)

Enrico Roncallo

Associazione Nicoloso da Recco
Piazza della Posta, 17
Cap 16010
Vobbia, Genova
associazionenicolosodarecco@yahoo.it

Il “3D” di San Calocero, Albenga (SV)

Enrico Roncallo

Historial do artigo:

Recebido a 23 de abril de 2015

Revisto a 04 de maio de 2015

Aceite a 08 de junho de 2015

RIASSUNTO

L’insediamento funerario tardo antico e il successivo edificio di culto cristiano collegato al martirio di Calocero si trova presso *Albingaunum* poco distante dalla via *Iulia Augusta* arteria viaria che metteva in collegamento Albenga e la Liguria interna con la Gallia Narbonense. E’ largamente documentato che nei sobborghi delle assi viarie, in particolare tra il I e il II secolo d. C., sia a nord che a sud della città fossero accolti edifici funerari di varia tipologia entrati nel modo di vivere e negli usi e costumi Romani. Nell’ambito di questo lavoro si è deciso di raccogliere la maggior quantità possibile di informazioni attraverso l’uso degli strumenti informatici e lo scambio di esperienze tra architetti ed archeologi. In questo caso particolare si sviluppa la possibilità di ricostruzione 3D delle strutture architettoniche, metodologia che si è progettato di applicare nella nel complesso monumentale di San Calocero.

Parola chiave: Ricostruzione, 3D, Monastero Albenga, Liguria, Italia

ABSTRACT

The funeral settlement late antiquity and the subsequent building of Christian worship connected to the martyrdom of Calocero is located at *Albingaunum* just off the via *Julia Augusta* road artery times connecting Albenga (Savona) and Liguria internal Gallia Narbonense. It 'widely documented that in the suburbs of trunk roads, particularly between the first and second century. C., both north and south of the city were greeted funeral buildings of various types entered the way of life and the customs and Romans. As part of this work it was decided to collect as much information as possible through the use of IT tools and the exchange of experiences between architects and archaeologists. In this particular case develops the possibility of 3D reconstruction of the architectural structures, methodology that is designed to apply in the monumental complex of San Calocero.

Key-words: Reconstruction, 3D, Albenga Monastery, Liguria, Italy

Carta Topografica con ubicazione del sito di San Calocero al Monte (SV). Foto situazione attuale

1. Le Ricostruzioni Tridimensionali dell'Insediamento Funerario Tardo Antico e il Sucessivo Edificio di Culto Collegato al Martirio di Calocero

Come è noto il maggiore impulso alla ricerca nel settore dell'informatica applicata alle scienze umanistiche si è registrato nei paesi anglosassoni e nordeuropei, investendo ingenti risorse in particolari settori disciplinari come l'archeologia pre e protostorica e le varie archeologie nazionali. Proprio in questo campo si sono realizzati in vari paesi europei una serie di progetti che utilizzavano le nuove sviluppatesi negli anni '80 del secolo scorso per la gestione dei dati grafici ed alfanumerici in sistemi integrati Mentre in Italia e più in generale nei Paesi del Mediterraneo alla creazione di alcuni gruppi di ricerca operanti presso le Università non ha fatto riscontro un'analoga, capillare diffusione dello strumento informatico come supporto alla ricerca archeologica (SEMERARO, 1997: 34-35).

Figura 1. Acquarello raffigurante il monastero di San Calocero (SV). **Fonte**: Cervini "*Liguria Romanica*".

Se la catalogazione e la gestione dei dati di scavo alfanumerici ha costituito uno dei primi campi applicativi, insieme alle analisi quantitative applicate soprattutto alla tipologia e alla successiva evoluzione della grafica computerizzata, successivamente sono state sviluppate applicazioni nel campo della cartografia, della gestione territoriale e del disegno computerizzato (SEMERARO, 1997: 34). Un insieme di fattori, da quelli tecnologici al carattere il più delle volte sperimentale delle applicazioni, hanno fatto si che per lungo tempo esse rimanessero confinate in campi di ricerca distinti: è sufficiente a tale scopo scorrere gli indici dei convegni annuali *CAA, Computer Applications and Quantitative Methods in Archaeology*, dove le varie relazioni sono esposte in sessioni diverse, *data management, statics and mathematics, compiuter graphi*c (D'ANADRA, 1997: 19-27).

Figura 2. Pianta generale del sito di San Calocero (SV).

1.1. La Realizzazione del Modello

Un particolare sviluppo riguarda anche le possibilità di ricostruzione 3D di alcune strutture architettoniche; tale metodologia viene applicata nella ricostruzione del complesso monumentale di San Calocero. Nell'ambito di questo lavoro si è deciso di raccogliere la maggior quantità possibile di informazioni attraverso l'uso degli strumenti informatici e lo scambio di esperienze tra architetti ed archeologi. E' stato possibile anche verificare, con la simulazione, alcune ipotesi ricostruttive dell'alzato sul complesso monastico ed individuare il metodo più corretto per realizzare le ricostruzioni 3D del sito (MOSCATI, 1987: 23). I punti qualificanti del progetto sono basati su:

1.1.1. Ricerca Bibliografica;

1.1.2. Analisi della documentazione esistente, con particolare riguardo alle fonti iconografiche e cartografiche;

1.1.3. Confronto con siti simili esistenti nella zona circostante al monastero e più in generale nell'Ingaunia;

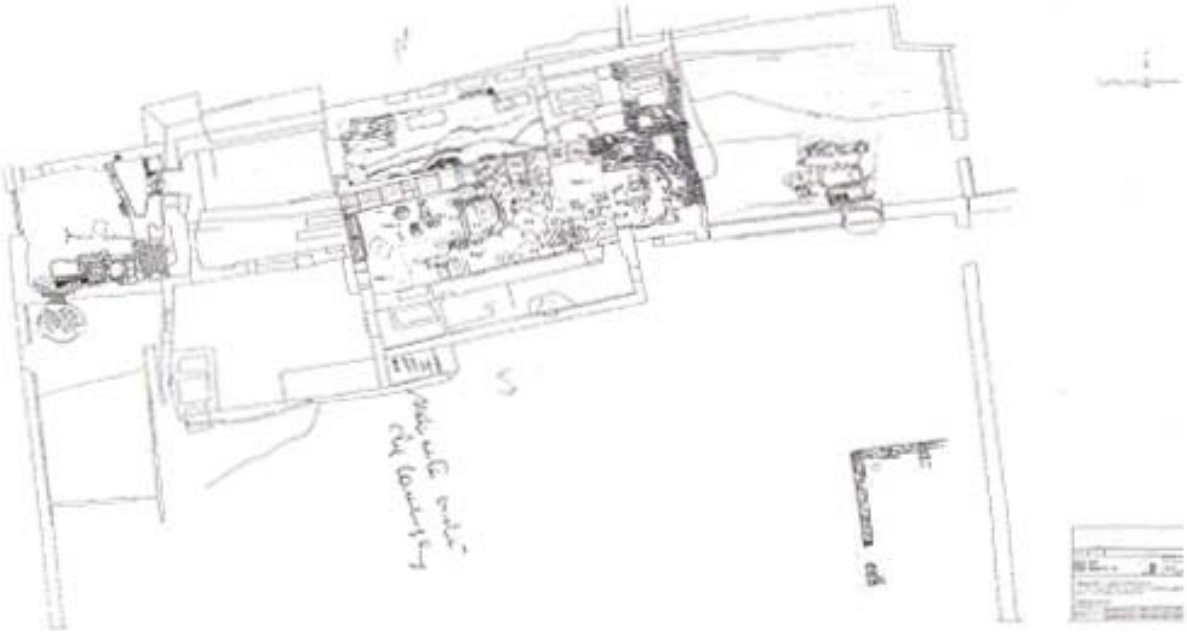
1.1.4. Ricognizioni dirette sul sito che hanno permesso di stabilirne la sua estensione e morfologia.

Figura 3. Situazione Scavi. **Fonte**: L' autore.

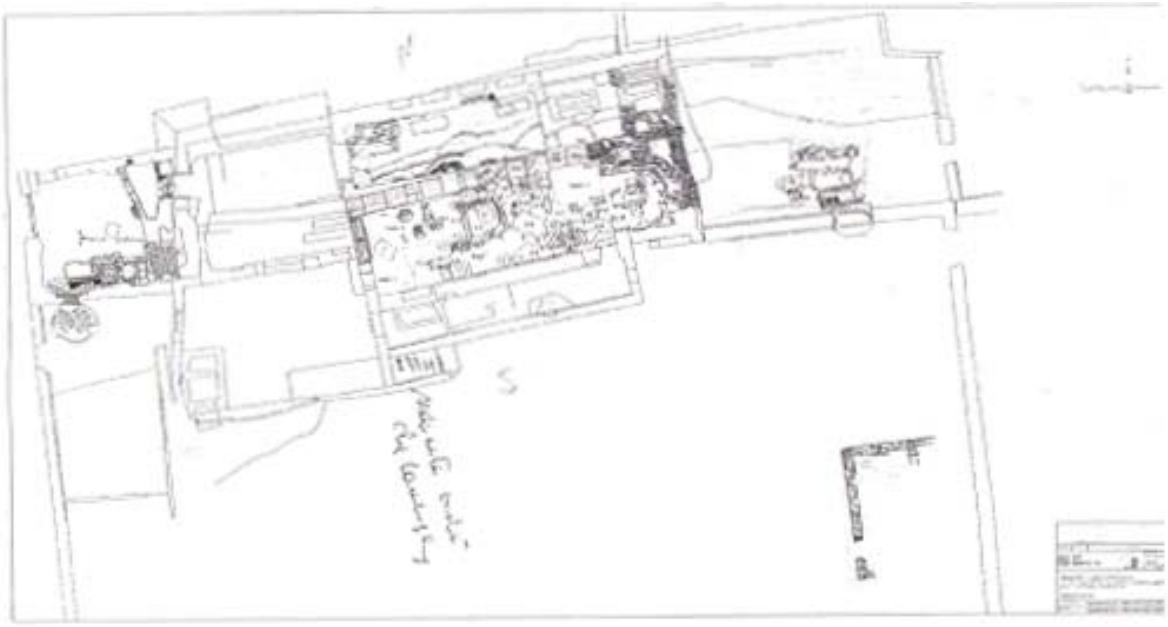
Tale indagine ha privilegiato maggiormente la fase edilizia tardo medievale e moderna del complesso monastico, in quanto proprio questo periodo ha consegnato le maggiori attestazioni documentali (testi, documenti, disegni, cartografia, ecc) utili per delineare il quadro storico del sito e rafforzare il fondamento delle ricostruzioni tridimensionali. (**vd. Figura 1.**).

Di particolare importanza per le ricostruzioni sono stati i rilievi realizzati durante le operazioni di scavo che hanno interessato il sito. Queste si devono a Nino Lamboglia (1912-1977) le prime operazioni di scavo nel 1934, proseguite con le successive campagne del 1938, 1939 e 1971. Il genio di Lamboglia che si prodigò a diffondere il metodo stratigrafico in archeologia nelle indagini di scavo, proprio con San Calocero fece le prime esperienze in materia (**vd. Figura 2.**).

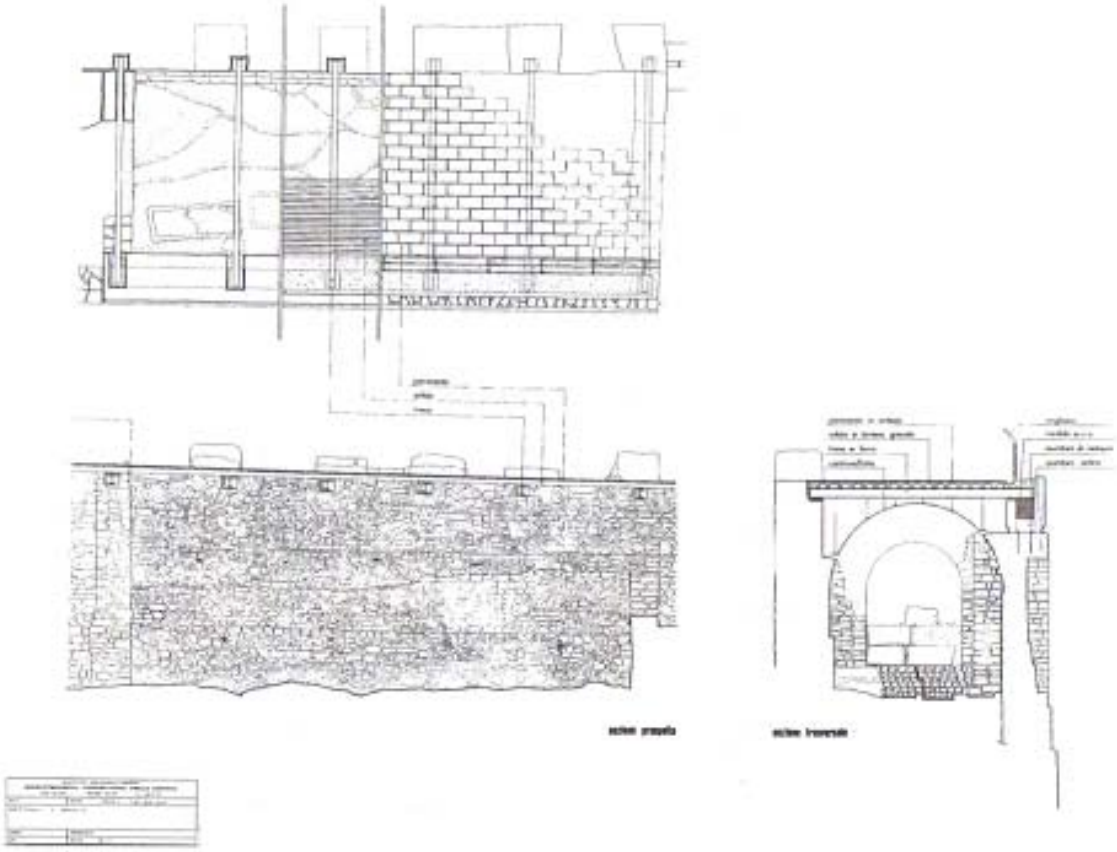
Nello specifico, vista la quasi totale mancanza di strutture in elevato (**vd. Figure 3.- 7a.**), per realizzare il modello si è provveduto a raccogliere un buon numero di immagini, foto e rappresentazioni esistenti in Liguria e in particolare di strutture religiose presenti all'interno della Provincia di Savona.



Disegno A. Pianta riassuntiva del Complesso di San Calocero. **Fonte**: Cervini "*Liguria Romanica*".



Disegno B. la disposizione delle 3 navate rispetto al pendio della collina. **Fonte**: Cervini "*Liguria Romanica*".



Disegno C. Disegno C: Sezione progetto musealizzazione sito di San Calocero. **Fonte**: Cervini "*Liguria Romanica*".

1.2. Il Processo di Modellazione Vero e Proprio

Il procedimento ricostruttivo inizia partendo dalle singole parti degli elementi architettonici certi e ancora presenti sul campo, come per esempio il basamento dei pilastri che sorreggevano il muro divisorio tra la navata nord e quella centrale. Come (**vd. Figura 8.**) primo passo si sono disegnati i contorni di tali basamenti, una volta creato il profilo utilizzando le misure reali. In seguito lavorando sugli assi "X", "Y" e "Z" si è riportato su un *layer* il muro in questione per avere un modello 3D del solido, a cui applicare successivamente la *texture* . Questo procedimento è stato applicato su tutti gli elementi del complesso monastico di San Calocero (ARCIULI, 2012). (**vd. Figura 4.**)

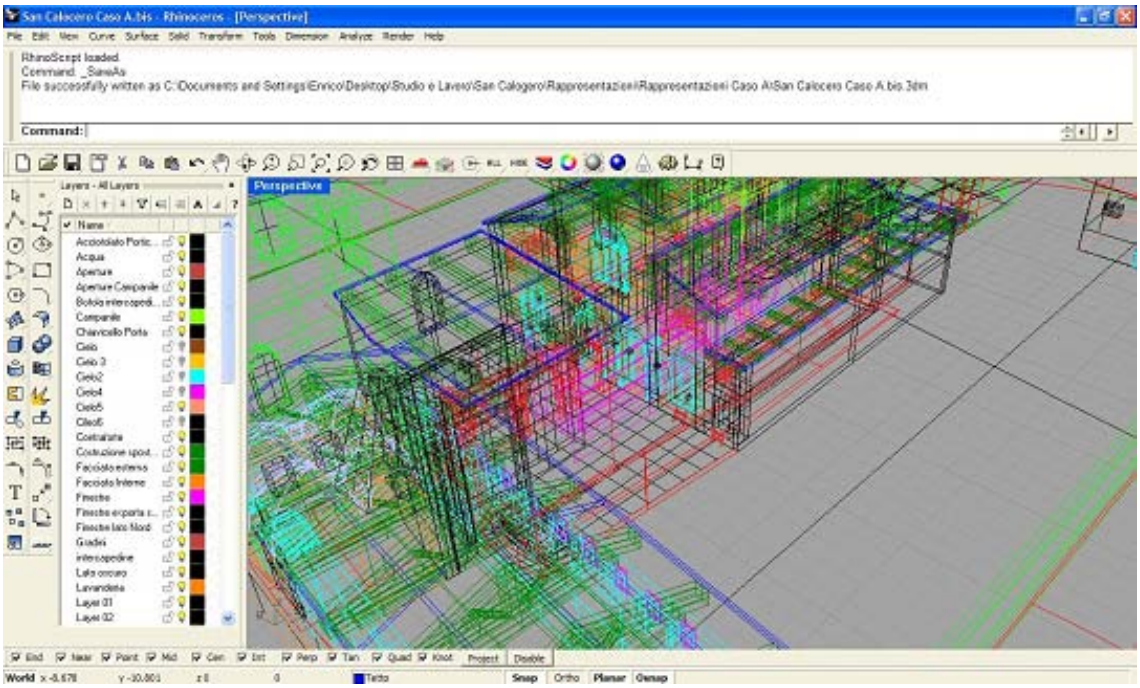


Figura 4. Una fase di modellazione 3D, Monastero di San Calocero (SV). (Visione Aerea). **Fonte:** ARCIULI, 2012.

La modellazione dei sotterranei ha seguito la seguente procedura: si è inizialmente ricostruito i muri perimetrali attraverso l'utilizzo delle misure tratte dai rilievi originali dello scavo, in seguito sono stati inseriti tutti i particolari come le travi del tetto, il tetto stesso, le finestre, le porte, ecc. Per realizzare, ad esempio i pilastri, si è acquisito il rilievo del profilo in pianta. Terminata tale operazione si è poi passati alla fase di realizzazione dell'alzato dei pilastri; attraverso il confronto con altri casi presenti nella zona circostante e studiando il muro che divideva la navata sud (**vd. Figura 7b.**) dall'intercapedine, in questo caso abbiamo potuto ipotizzare l'altezza delle due navate laterali e di quella centrale. (**vd. Figura 5.**) Conclusa la prima fase della ricostruzione delle opere murarie inerenti la chiesa si è iniziato la costruzione del porticato situato davanti alla navata sud e in parte a quella centrale e del campanile (ARCIULI, 2012).

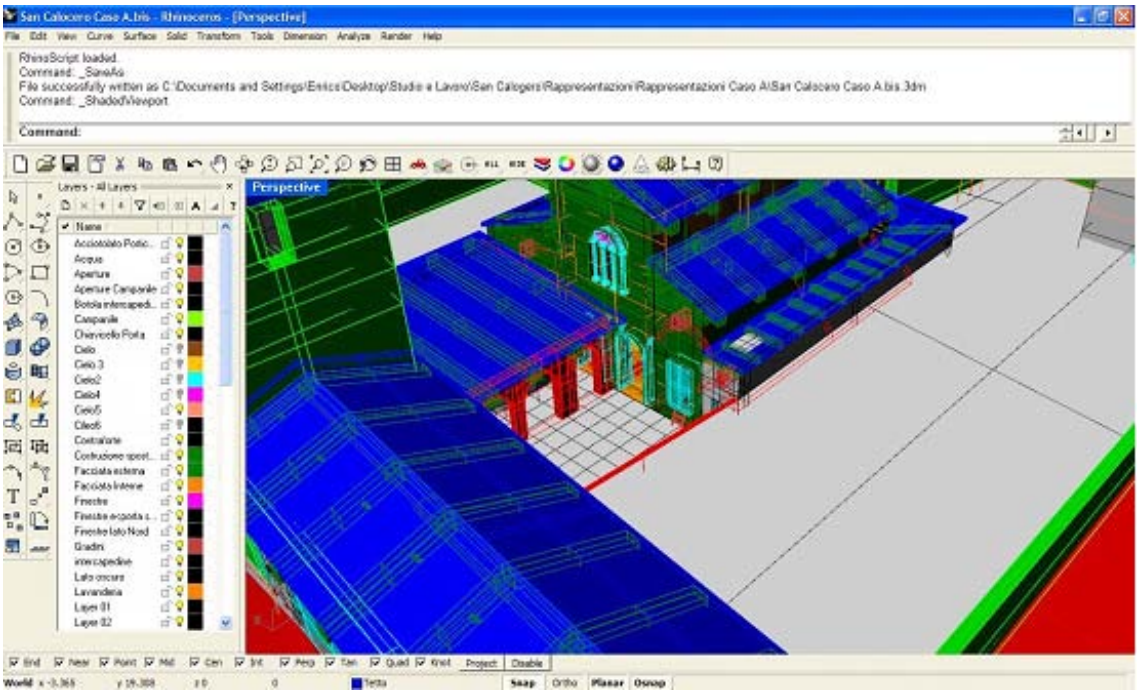


Figura 5. Ricostruzione in 3D del Monastero di San Calocero (SV) senza textures (Visione Aerea). **Fonte:** ARCIULI, 2012.

In seguito sono state analizzate, con attenzione, le piante ed i rilievi in modo da realizzare l'edificio, alto 2 piani, dove trovavano ospitalità le suore di clausura, e quasi certamente, il refettorio e i magazzini. Per quanto riguarda le ipotesi di ricostruzione dell'elevato, sul lato ovest le evidenze archeologiche fanno ipotizzare la presenza di una torre che mettesse in comunicazione l'edificio residenziale, con un orientamento nord-sud, e il porticato situato davanti alla navata nord. (**vd. Figure 5.- 6.**) (ARCIULI, 2012).

Dopo aver analizzato diverse possibilità suggerite in buona parte visionando il volume di *Cervini* "*Liguria Romanica"* (Disegni A-B-C)*,* si sono poi inserite soglie, porte e basamenti, come nel piano inferiore situato al di sotto del campanile, della navata nord, del porticato e della torre (**vd. Figura 8.**) In seguito vengono ricavati all'interno dei muri gli alloggiamenti per le finestre. (**vd. Figura 9.**).

Figura 6. Ricostruzione 3D del Monastero di San Calocero (SV), (Visione Aerea). Fonte: ARCIULI, 2012.

Il locale sottostante la torre era adibito, quasi sicuramente anche a lavanderia; le piante riportano anche la presenza di un forno (**vd. Figura 2.**), due finestre di notevoli dimensioni e una porta che permetteva l'accesso a nord in un cortile interno cinto da un muro alto forse 3 metri. I *layer*, divisi per tipologia e colore, riassumono la pianta del complesso monastico in modo che ogni locale o edificio viene identificato con facilità permettendo in questo modo un'analisi del sito che altrimenti sarebbe stata problematica. Il procedimento ricostruttivo è sempre di più messo alla prova a seconda dello strato di conservazione del sito preso in esame. Tenendo ben presente che il ruolo stesso di una ricostruzione va intesa come un ulteriore ausilio di verifica di un'ipotesi che, in quanto tale, può essere condivisa ma non ha valore assoluto **.**) (ARCIULI, 2012). (**vd. Figure 9., 10., 11.**).

2. Conclusioni

L'industria del 3D è davvero molto giovane sempre in crescita, si può contare per questo su poche risorse adeguate per poter acquisire le conoscenze, in particolare quando ci apprestiamo a creare ricostruzioni 3D realistiche.

Poche raffigurazioni che appaiono in film e in TV sono eccezionali. Questo per scarso livello 3D degli autori che necessitano di comprendere meglio il processo di sviluppo. Le ricostruzioni attuali sono un punto di partenza da cui sviluppare, comprendere e trattare tutti gli aspetti positivi e negativi della modellazione 3D. Vengono per questo creati dei tutorial per seguire un processo dove realizzare una raffigurazione perfetta, la sua costruzione sarà tenuta insieme da un rapporto di odio e amore.

In conclusione le tavole 3D che si presentano nel lavoro sono principalmente basate sull'elaborazione dei dati archeologici, ci delineano un quadro ben preciso dell'aspetto del Monastero di San Calocero di Albenga nelle sue ultime fasi di vita durante il Cinquecento; mentre per i periodi precedenti non si ha sufficiente materiale documentale a disposizione per tentare una ricostruzione tridimensionale.

Si confida che il presente lavoro possa essere d'aiuto alla valorizzazione di un patrimonio paesaggistico ed archeologico che rischiava di essere usurato inesorabilmente dal tempo, senza aver potuto comunicare appieno tutto il suo straordinario potenziale (3).

Figura 7a. Finestre della navata sud. **Fonte**: L' autore.

Figura 7b. Finestre della navata sud. **Fonte**: L' autore.

Figura 8. Resti della Torre. **Fonte**: L' autore.

Figura 9. Vista aerea del Complesso Monastico di San Calocero (SV), (da nord). **Fonte:** ARCIULI, 2012.

Figura 10. Vista aerea del Complesso Monastico di San Calocero (SV). **Fonte**: ARCIULI, 2012.

Figura 11. Vista aerea del Complesso Monastico di San Calocero (SV), (da sud). **Fonte:** ARCIULI, 2012.

NOTE

(1) Il Complesso di San Calocero è situato alle pendici settentrionali del Monte di San Martino, all'esterno della città murata di Albenga (Provincia di Savona nel Ponente della Liguria-Italia), in corrispondenza di un 'area che ha restituito preesistenze di età romana imperiale. Esso è costituito dai resti di un insediamento funerario tardo antico, su cui si impiantò la chiesa martiriale, la cui prima fase certa è riconducibile alla prima metà del secolo, e di un monastero di età medievale.

(2) Il texture mapping in computer grafica è un metodo per aggiungere dettagli, un'immagine di superficie o un colore ad immagini generate al computer o ad un modello 3D. Una **texture** è un'immagine bidimensionale (sprite) che viene riprodotta su una o più facce di un modello poligonale tridimensionale. Le texture sono usate in qualsiasi caso di modellazione 3D che richieda un dettaglio visivo e i colori o disegni sulle superfici, come nei videogiochi, nell'animazione 3D o negli effetti visivi dei film. La texture rende il modello più realistico, inoltre la sovrapposizione di più texture è utilizzata ad esempio per dare degli effetti speciali ai modelli tridimensionali come luce e nebbia.

(3) Per la trattazione di analoghe tematiche si veda FRANCOVICH 2004, p. IX e seguenti.

BIBLIOGRAFIA

D'ANDRIA, *F.* (ed.) - **Metodologie di Catalogazione dei Beni Archeologici**, Quaderno 1.1., Lecce-Bari, 1997.

FRANCOVICH, R. - Villaggio dell'altomedioevo: invisibilità sociale e labilità archeologica, in VALENTE, M. (ed) **L'insediamento altomedievale nelle campagne toscane, paesaggi popolamento e villaggi tra il VI e il X secolo**, Firenze, 2004, p. IX-XXII.

LAMBOGLIA, N. - **Gli scavi di Albintimilium**, Bordighera: Istituto Internazionale di Studi Liguri, 1950.

LAMBOGLIA, N. - **I monumenti medievali della Liguria di Ponente**. Milano: Istituto Internazionale di Studi Liguri, (Istituto Bancario San Paolo di Torino), 1969.

LAMBOGLIA, N. - **Gli scavi di Albintimilium e la cronologia della ceramica romana, prima parte campagna di scavo 1938-1940**, Bordighera: Istituto Internazionale di Studi Liguri, 1979.

MOSCATI, P. - **Archeologia e calcolatori**, Firenze: Giunti, 1987.

SEMERARO, G. - Il sistema per la gestione dei dati di scavo, Aspetti metodologici, In D'ANDRIA, F. (ed.) **Metodologie di Catalogazione dei Beni Archeologici**, Quaderno 1.1., Lecce-Bari, 1997, p. 33-56.

BIBLIOGRAFIA ELETTRONICA

ARCIULI A., **Ricostruzioni tridimensionali e analisi archeologica dei monumenti: il caso della Basilica.** [Em linha 2015]. 2012. Disponibile in www: <URL:http://www.archeologia.unifg.it/ric/lab/Lad/Herdlad.asp>

TURISMO

LA SPAZIALITÀ DEL POTERE

Annaluana Tallarita
UNIDCOM/IADE-U
Largo Vitorino Damasio 4,2
Lisboa 1200.872
info@annaluanatallarita.com

La Spazialità Del Potere

Annaluana Tallarita

Historial do artigo:

Recebido a 26 de março de 2015

Revisto a 18 de maio de 2015

Aceite a 08 de junho de 2015

RIASSUNTO

Il potere ha bisogno di un mezzo, di uno spazio entro cui palesare se stesso sia esso un oggetto o un luogo fisico. Dominare lo spazio è una funzione legata al concetto di potere. La conquista di un territorio richiede una strategia precisa. Con cui manifestare la propria dominazione. Al fine di riuscire ad acquisire un dominio conteso tra più soggetti.

Parole Chiave: Spazio; Tempo; Potere; Simbolo; Oggetti.

ABSTRACT

The power needs a means, of a the space within which manifest of an the object or a the physical place. Dominate the space is a function related to the concept of power. The conquest of a territory requires a precise strategy. To show their domination. Able to have a domain contended at the more subjects.

Key-words: Space, Time, Power, Symbol, Object.

1. Introduzione

Il potere esiste in relazione a un luogo entro cui imporre il proprio volere. Nel caso si tratti di uno spazio fisico, il concetto di tempo si relaziona al concetto di spazio e conseguentemente a quello di discendenza, di alleanze, di guerra, di strategia, perimetro, limite, confine e di allargamento di questi ultimi. Lo spazio geografico possiede qualità primarie per facilitare le azioni del potere e del suo mantenimento. È necessario abbia caratteristiche che consentano capacità di visuale, protezione e di attacco. Attributi che favoriscano la strategia per la sua occupazione e il suo utilizzo ottimale. Il comando ha che fare con il concetto di spazio che è corpo e materia. Spazio, nella fisica e nella geografia, è legato alle parole ed ai concetti correlati di: dominio, dominare e dominazione.

"Perciò la madre è nutrice di ciò che è stato creato visibile e insomma sensibile non dobbiamo definirla né terra né aria né fuoco né acqua né i loro derivati o le loro cause, mentre non sbaglieremo a chiamare tale una forma invisibile e senza contorni, capace di accogliere ogni cosa, partecipe dell'intelligibile in maniera molto oscura e difficile da comprendersi." (PLATONE, **Timeo**, Tr. Di G. Lozza, Milano: Oscar Mondadori, 1994: 67).

"Benché i piedi dell'essere umano non occupino che un piccolo spazio sulla terra è grazie a tutto lo spazio che non occupano che l'essere umano può camminare sulla terra immensa."(ZHAUNG-ZI)

2. Percezione Cognitiva dello Spazio Vissuto

2.1.

Il termine spazio viene dal latino spatium, probabilmente derivato di patere essere aperto. Quando lo spazio è inteso con valore assoluto allora parliamo di un luogo indefinito e illimitato, in cui si pensa siano contenute tutte le cose materiali. Queste hanno un'estensione precisa che occupa un'area, in cui vi assumono una posizione definita mediante alcune proprietà relazionali, qualitative e quantitative. Lo spazio è anche intuizione soggettiva, elaborata mediante gli organi di senso. Concepito come nella prossemica, in base a modalità secondo la quale l'individuo nel suo comportamento sociale, rappresenta e organizza la realtà in cui vive. La riflessione epistemologica sullo spazio, attesta la difficoltà di una sua definizione unitaria palesando i molti modi e ambiti in cui è teorizzato. Il concetto di spazio come nozione filosofica permette di prendere atto dell'origine arcaica del problema e dei tanti orientamenti epistemologici che se ne occupano. L'analisi delle teorie sullo spazio, spazialità, luogo, differenze tra lo spazio naturale e geografico, è finalizzata alla comprensione delle dinamiche derivate dal rapporto tra spazio e potere. Il potere ha necessità di uno spazio entro cui rendersi manifesto. Un luogo che gli fa da cornice per le sue azioni fisico, sociale, naturale, vale a dire un corpo su cui manifestarsi ed attraverso cui perpetuarsi lontano da se. È percorribile più di una strada interpretativa sulla questione di come sia percepito lo spazio. Si introduce il concetto attraverso un approccio terminologico a partire dalla filosofia (1). Il Dizionario di Filosofia ne parla come di un concetto da cui si sono originati tre ordini di problemi circa la natura, la sua realtà e la sua struttura metrica. Il concetto di spazio è legato a quello di luogo che è una sua parte, assegnata a una persona o una cosa. Proprietà della materia, scenario immobile sfondo al movimento dei corpi, piccola porzione della superficie dotata di nome specifico. Il luogo trova specificazione negli oggetti nei materiali e nei corpi. È anche un insieme di oggetti, significante in se e indipendente da un oggetto fisico, per l'esistenza dello spazio vuoto. Albert Einstein definisce lo spazio attraverso l'esempio di una scatola le cui proprietà si associa alla scatola stessa in quanto avente in se la possibilità di contenere qualcosa, lo spazio della scatola è proprietà della scatola medesima (2). E le scatole possono essere infinite. Il concetto di spazio si stacca diventando autonomo rispetto all'oggetto materiale ed acquista una dimensione universale tale da far pensare a uno spazio illimitato e assoluto. Lo spazio senza scatola einsteiniano equivale a quello strumento evolutivo che spinge al rinnovamento sia la cultura che la società. Anche lo spazio appare come una realtà al di sopra del mondo materiale, per cui in potenziale contenente di tutti gli oggetti tangibili. Lo spazio e il tempo sono relativi perché dipendono dal movimento del sistema di coordinate utilizzato. Per movimento si intende quello di qualcosa rispetto ad un'altra, per la teoria della relatività ristretta, dipendendo inoltre dai campi gravitazionali che influenzano il sistema di

coordinate, per la teoria della relatività generalizzata. La realtà fisica non prescinderebbe così dall'osservatore. Con Einstein tempo e spazio si fondono insieme in quanto influenzati dalla velocità della luce.

2.2.

Queste concezioni dello spazio sono strumenti che rendono comprensibile un fatto della nostra esperienza sensibile. Lo spazio come realtà percepibile è spazio della percezione. Per l'antica filosofia greca lo spazio è il luogo vuoto e illimitato da cui sorgono i corpi. Gli atomisti di Democrito e gli epicurei considerano lo spazio vuoto, come la condizione necessaria di assenza di materia ove gli ατομοι potessero muoversi e combinarsi liberamente. I Pitagorici lo considerano nel campo della spazialità numerica. Parmenide lo pone nel dominio dell'Essere perchè è vero e reale solo ciò che è l'ente. Realtà nella sua più vera e solida forma di un tutto pieno, finito, e definito nella più perfetta forma geometrica, quella della sfera. Nella filosofia atomistica, lo spazio è infinito non essere, vuoto entro cui si muovono gli atomi. Gli eleati rispetto agli atomisti, così come Parmenide, concepiscono l'universo come un tutto continuo, limitato e chiuso. Negano l'esistenza del vuoto, perché implicherebbe l'esistenza del nulla che in quanto tale non esiste. Platone, lo rappresenta come materia immutabile e indeterminata, luogo di intersezione tra il mondo delle idee e quello degli enti finiti. Nel Timeo, Platone descrive lo spazio come il ricettacolo permanente di tutto ciò che esiste. Il filosofo usa il concetto di spazio per spiegare il rapporto tra mondo sensibile e mondo intelligibile. Rispetto a ciò che è sempre ma che non ha un'origine e a ciò che diviene sempre ma non è mai. Lo spazio è considerato una terza specie intermedia tra mondo reale e sensibile. Sede delle cose che nascono, che si posizionano, e sono presenti, riceve dentro di se le cose ma non è queste cose e non ne condivide la forma. Esiste in relazione alla materia, pur trascendendo la dimensione sensibile. Aristotele, accettò e mantenne l'identificazione di materia e spazio, perché le cose sono in un luogo. Affronta nel quarto libro della Fisica i concetti di movimento, di spazio, di luogo e di vuoto. Fino a giungere alla definizione secondo cui lo spazio è l'aggregato di tutti i luoghi, e il luogo è il limite del corpo contenente a contatto con il corpo contenuto. E dato che il luogo è il limite interno del contenitore, il vuoto come luogo che non contiene nulla è impossibile. Aristotele ritiene lo spazio diverso dai corpi di cui non costituisce né la materia né la forma. Alle concezioni platoniche dello spazio si contrappone la teoria aristotelica del luogo. Gli oggetti non sono del non essere che non ha possibilità di esistere, ma sono in un luogo. Riprendendo l'assunto da Platone, egli in seguito definirà il luogo come limite del corpo. Ma non è un recipiente mobile quanto invece è immobile e limite del contenente, un involucro unico con la cosa. Galileo Galilei e Isaac Newton in relazione al terzo principio della dinamica, il principio di inerzia ed alle sue derivazioni, parlano di spazio come causa indipendente del comportamento inerziale dei corpi. Un sistema inerziale capace di agire su tutti gli oggetti materiali, senza subirne alcuna interferenza. Per Cartesio lo spazio coincide con la sostanza corporea contenuta solo nel nostro pensiero (LEWIS, 1997)(4). Riprende la concezione di Aristotele facendo coincidere lo spazio con la sostanza estesa e negando l'esistenza del vuoto. La sua riflessione nasce da un grande dubbio metafisico che fa sì che egli si domandi se la realtà davanti a sé non sia altro che il frutto di una mera illusione. Dubbio che porta a un'evidenza incontrovertibile: io non posso dubitare dell'esercizio del mio dubbio. Dubitare è un'attività del pensiero quindi non posso dubitare di pensare. Ma ciò che non esiste non può pensare e io esisto perché penso. Cogito ergo sum ed esisto come sostanza pensante, come res cogitans, in quanto so di esistere ma non so ancora nulla circa l'esistenza dei corpi che mi circondano. Tutto ciò che non è res cogitans è res extensa, la realtà piena, la materia, che si contrappone al soggetto pensante da cui è conosciuta. L'ob-iectum che ha lunghezza, profondità, altezza, i parametri geometrici. Il mondo della materia, materiale, è il mondo delle proprietà spaziali, dello spazio. Materia, estensione e spazio si equivalgono. La materia è sostanza, la sostanza ha estensione, cioè proprietà spaziali, per cui è nello spazio attraverso le

sue estensioni, lo spazio a sua volta è materia. Per Cartesio, anche quando si parla di vuoto, si parla di sostanza anche il vuoto ha un'idea di pieno. Non c'è luogo che non sia pieno di sostanza e, quindi vuoto. Discorde da quella cartesiana è la visione di Leibniz, che si impegna a definire lo spazio in contrapposizione a quella visione meccanicistica. Afferma la relatività dello spazio relazione di disposizione e coesistenza fra i corpi, in analogia alla relatività del tempo. Spazio come ordine dell'esistenza delle cose. L'idea di luogo e di spazio scaturiscono dal considerare il rapporto delle cose e le regole del loro cambiamento. Non c'è realtà se non in rapporto alle cose, lo spazio è ordine delle coesistenze, il tempo lo è delle successioni. Entrambe sono relativi, infatti lo spazio delimita l'ordine possibile delle cose che esistono nel tempo.

2.3.

La soggettività della dimensione psicologica dello spazio è difesa dall'empirismo moderno. Tomas Hobbes pensa allo spazio come a un'immagine soggettiva, di cui ne postula l'esistenza a partire dalla sua stessa esistenza. John Locke crede allo spazio come a un'idea derivata dall'esperienza sensibile. Che scaturisce dalla percezione della distanza fra due oggetti o tra due punti di uno stesso oggetto. All'interno di una visione decostruttivista dell'idea di spazio, David Hume afferma che sono i sensi a produrre l'impressione originaria da cui deriva l'idea di spazio e di tempo. Le idee di spazio e di tempo sono idee della maniera e dell'ordine con cui esistono gli oggetti. Immanuel Kant (5) concepisce lo spazio e tempo come forma a priori di ogni esperienza. Per il filosofo la mente umana è strutturata in base a universali parametri di sensibilità e di giudizio. Lo spazio è uno di questi parametri. La mente umana comprende così in modo universale la complessità del reale. Conoscenza, morale e bellezza si esprimono in funzione di un soggetto che ne fa esperienza. Lo spazio fornisce l'opportunità di comprendere le cose. Spazio e tempo sono parametri fondamentali della percezione, da cui scaturisce la comprensione del mondo e delle cose. Lo spazio si produce e riproduce per fuggire l'entropia.

3. Lo Spazio Geografico

3.1.

La territorialità favorisce l'organizzazione e un forma di vita collettiva. Due chiavi differenti aprono la porta di comprensione dello spazio, in rapporto all'essere vivente. E sono la concezione della territorialità come necessità innata e quella che chiama in causa l'intervento dell'apprendimento in risposta alla necessità biologica. Lo spazio naturale appare così come una totalità fatta di relazioni interdipendenti, con caratteristiche fisiche e biologiche. Lo spazio geografico nascendo per l'iniziativa umana esprime il progetto di ogni società, infatti oggetto della geografia è lo spazio concepito come spazio geografico e sociale. Lo spazio naturale è un ecosistema di specie vegetali e animali che generano le differenze bio-geografiche, mentre quello organizzato dall'essere umano per lo sviluppo della sua storia, nasce da un'azione. Da un impulso naturale, come quello che motiva la conquista dello spazio vitale per gli animali, che successivamente vi attuano strategie di difesa. Ampiamente illustrano il comportamento istintuale di varie specie animali nei loro studi: N. Tinbergen (1951-1953) e K. Lorenz (6) (1963-1965). La sociologa ne attinge per dibattere intorno alla predisposizione umana istintiva e gli atteggiamenti sociali appresi e praticati. La dibattuta innatezza comportamentale, trova in questo approccio la basi della sua discussione che si apre a quello di difesa dello spazio vissuto. Significativa a questo riguardo è l'opera di R. Ardrey che, nel primo capitolo di The Territorial Imperative (1966) pone il problema in questi termini. Anche l'individuo è un animale territoriale (7). Territorio e periferia, lo spazio in cui sono relazionati, rassicurano e stimolano

l'animale. Nel suo territorio l'animale ha il suo rifugio, la sua sicurezza, le riserve alimentari, e si sente più forte quando combatte il nemico (ANDREY, 1967). Concetto che avevamo appreso, nella teoria sull'aggressività in rapporto al territorio, di Lorenz. Sono le relazioni con lo spazio che assicurano lo sviluppo e la riproduzione delle specie. Le relazioni di interdipendenza che ne conseguono sono alla base dell'autorganizzazione, della sopravvivenza organizzata da cui dipende la loro vita, coerente e costruita.

3.2.

Il comportamento aggressivo, spesso scaturisce a seguito della percezione di proprietà di no spazio (8) (EIBL-EIBESFELDT, 1970: 312) le azioni difensive celano manifestazioni inerenti un determinato comportamento strettamente legato al territorio (9) (VOWLES, 1970). La vita che risponde autonomamente alle condizioni fisiche grazie a un fenomeno semiotico (HILDEBERT, 1982: 17-25) (10), si sviluppa attraverso l'integrazione allo spazio. La biologia molecolare mostra i processi, di come le cellule rispondano agli stimoli esterni, attraverso un sistema di decodificazione, che si manifesta con reazioni appropriate. Lo spazio naturale è l'assunto fisico nato dalle relazioni tra gli esseri viventi che in esso interagiscono. Sarà poi la tendenza omeostatica a garantire il raggiungimento della stabilità. La spazialità intesa come costruzione sociale si riferisce a un organismo pensato e poi costruito. È alla base dei sistemi di produzione, pur comprendendo i comportamenti degli individui che lo occupano e che si organizzano con altri gruppi di azione. Nella relazione tra società e spazio, quest'ultimo è un substrato materiale, è presente un interscambio tangibile. Che contiene la società con le sue necessità e le sue forme di organizzazione. L'epoca moderna presenterà un'altra visione, basata sull'idea che l'espansione dell'essere umano venga violata dal processo materiale. Dato che lo sviluppo economico risulta essere basato sulla scienza e sulla tecnica. Da una visione di questo tipo, ad una possibile interpretazione capitalistica il passo è breve. Nell'ottica dell'accumulazione di capitale, finalizzata all'aumento di guadagno, lo spazio diviene di conseguenza un valore. Le gerarchie di potere legate allo spazio, la cui base poggia sulle diseguaglianze, derivano dalla competizione del mercato libero. L'iniziativa indipendente, si trova ad essere facilitata dalla possibilità di travalicare le frontiere, i confini spaziali. Favorita dall'opportunità di operare su un mercato più ampio. Ne risulta alla luce di ciò, che il patrimonio spaziale sia fondamentale per l'economia e il progresso. La conoscenza che si apre dagli studi geografici, dato che la geografia si occupa proprio di quello spazio è presente l'azione umana, è vitale. Dato che il tutto si concentrerà nella possibilità di allargare i propri confini spaziali, attraverso la comprensione che gli studi geografici forniscono degli spazi ancora sconosciuti. La cui conquista, è fondamentale per l'ottenimento di maggiori risorse e per scongiurare le crisi che possono intercorrere per l'interruzione di un equilibrio con lo spazio ambientale. Di cui la storia è testimone.

3.3.

La società organizza lo spazio in base ad un'immagine propria, che la contraddistingue e ne testimonia l'essenza. Gli esseri viventi si autoregolano biologicamente contro l'entropia facendo leva sulle informazioni che recepiscono nello spazio e attraverso comportamenti razionali. Le risposte che ne derivano sono riprodotte all'infinito trasmesse con il linguaggio proprio della propria cultura ai posteri. Quell'insieme fatto di più significazioni, attraverso cui le società possono progredire, agire e vivere come entità autonoma e sana, è rappresentato proprio dalla cultura (11). In una predisposizione ad un atteggiamento che è tipico della civilizzazione umana, la cultura appare così come una serie di codici che indirizzano l'azione umana a delle specifiche modalità. Un insieme di tecniche e di saper fare, applicate per dar forma alla materia. Lo spazio obbliga l'essere umano a scoprire le possibilità latenti, attraverso una ricerca più approfondita rivolta verso se stesso e verso lo spazio stesso. Pur spostandosi in

un altro luogo attraverso i processi migratori, l'essere umano ha la tendenza a mantenere i comportamenti della sua cultura e trasferisce nuovi concetti di spazio appresi nel luogo di arrivo (HILDEBERT, 1982: 37-47).

4. Lo Spazio del Dominio

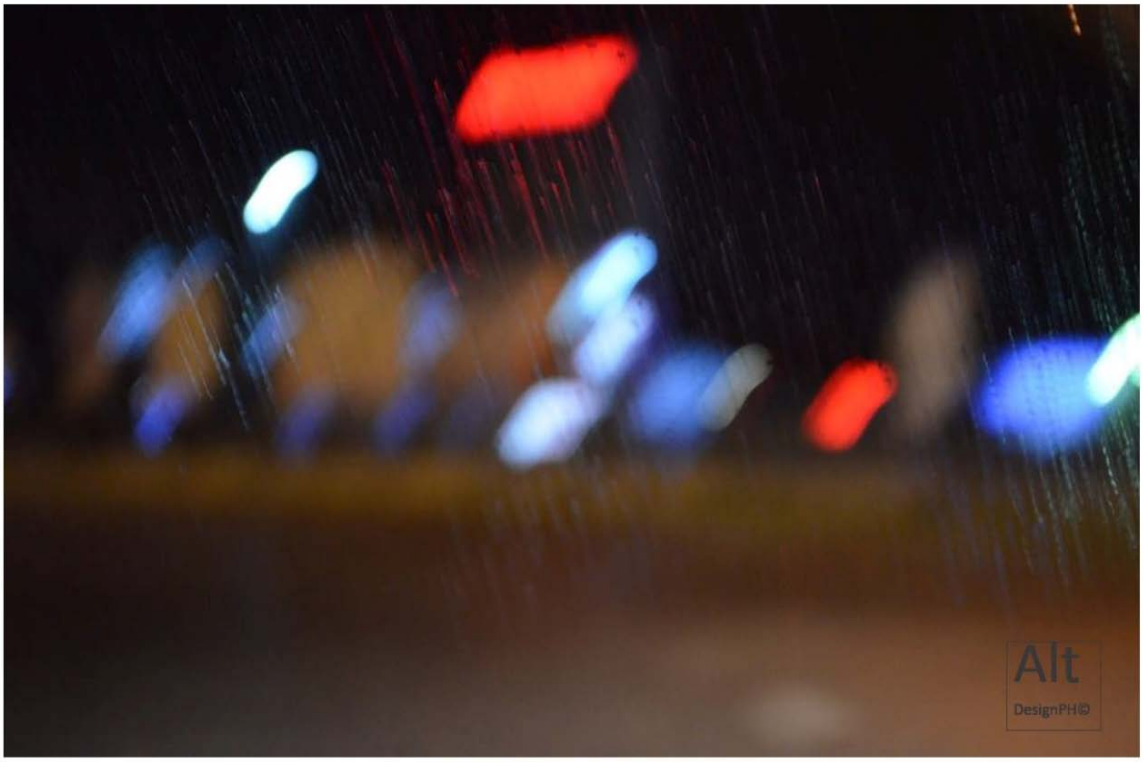


Figura 1. Spazi Condivisi. Individui oggetti e vuoti in movimento. **Fotografie di:** A.Luana Tallarita Artist Creative Design.

4.1.

I giochi di potere e le tensioni in seno alla società, sono strettamente legati al rapporto con lo spazio che la società ha a disposizione per vivere, relazionarsi, lavorare e produrre. Le relazioni che determinano l'uso del suolo, hanno a che vedere con l'esercizio del potere che presso alcune società si realizza attraverso i legami di parentela. Su cui tali società si fondano e su cui regolano la vita dell'individuo stabilendone le modalità di azione. L'economia di tali società sarà un derivato di un complesso di azioni, che relazionano la divisione del lavoro alla spartizione dei prodotti da esso derivati (GODELIER, 1970) (12). Da questo punto di vista le tensioni sociali sono strumenti di cambiamento, che giovano alla produzione e trasformazione dello spazio. Attività di movimenti sociali di carattere più ampio saranno alla base dei cambiamenti di proprietà dello spazio. I rapporti sedili sono trasmessi attraverso il rapporto con le cose (13). Il concetto di dominio infatti, è un concetto fortemente correlato a quello di spazio, nell'accezione di spazio abitato. La parola dominio dal latino dominium, derivato da: dominus signore, padrone, di colui che ha la potestà totale esercitata sopra le persone o le cose. Termine connesso al concetto di egemonia e di potere e predominio. Supremazia su qualcuno o qualcosa che si svolge entro un luogo ed uno spazio preciso, dotata sì di potere, ma un potere delimitato, arginato precisamente contenuto dentro uno spazio, fisico - simbolico. Origine e limite del potere sottendono alla medesima natura del consenso, come andrà a

sostenere l'antropologo Claude Lévi-Strauss (14). Il concetto stesso di consenso infatti implica quello di spazio. Perchè questo si manifesta entro una cerchia precisa di individui o in un solo individui, ma dentro un preciso contesto fisico o emotivo, imprescindibile dal concetto di spazio, entro cui palesarsi. La natura del potere politico è differente dal potere dominante. Infatti le forme di legittimazione del potere sono di diverso tipo. Si basano sulla distinzione del potere padrone-servo e della gestione del potere politico su uomini liberi.

4.2.

La realizzazione della società, nasce sull'equilibrio scaturito dall'identità tra le azioni del comandare e dell'essere comandati. La legittimità del potere deriva dalle origini di questo potere stesso. È legittimato il potere naturale ex natura o ex generazione, esercitato dal padre sui figli. Lo è anche il potere dispotico ex delicto, legittimato attraverso il crimine, e concepito come naturale per i greci e per Aristotele. Infine è legittimo se si tratta del potere legalizzato ex contractu. Il potere politico è una relazione tra poteri, che procede dall'integrazione di poteri economici, sociali e culturali nell'unità del corpo politico. Ma è anche una relazione tra gli individui. Complesso di micro poteri, basati sull'istituzione familiare, legati al perimetro spaziale del luogo, e interessati da una conflittualità che interessa i poteri esterni e anche istituzionali (FOUCAULT, 1975) (15). Rendersi consapevoli delle modalità con cui si sviluppano questi rapporti (LEFÉBVRE, 1994) (16) favorisce la comprensione del contenuto socio spaziale. Lo spazio trasmette i messaggi di egemonia di potere e dominazione in cui avvengono le rappresentazioni di tutte le relazioni sociali. Il modo di riprodursi dello spazio influenza la sua stessa produzione. L'esercizio del potere, si basa sulla conformazione dello spazio astratto che è relazionato al sistema di segni simboli e codici di rappresentazione dominanti in una società (LEFÉBVRE, 1994). Il luogo si configura come espressione dell'ordine locale che si definisce in base alle relazioni di prossimità e compresenza. Di definisce altresì nella sua forma attraverso una condivisa quotidianità e tramite le relazioni che si organizzano nello spazio vissuto. Sono le pratiche in uso in un preciso spazio, che fanno da mediatori tra la forza lavoro e mezzi di produzione. Lo spazio contiene anche le relazioni sociali. Nell'appropriazione dello spazio vi ritroviamo degli atteggiamenti che sono ascrivibili ai comportamenti attuati per la conferma del potere. Lo stesso può rappresentare il potere conseguito e manifestare i comportamenti atti a per mantenerlo, attraverso l'uso di alcune strategie. Come forma socialmente costruita e fortemente legata alle funzioni e alle strutture, lo spazio reca in se l'azione di dominio per mezzo della forma. La città rivela i conflitti che sono alla base della sua produzione e riproduzione. Tra le pratiche che intercorrono nel suo ambito quella di abitare non è un'azione limitata allo spazio privato. Infatti il concetto di proprietà privata è correlato al concetto di spazio pubblico, fatto dai luoghi idonei alla socialità l'incontro. L'incontro di tali concetti dà luogo alle ulteriori nozioni di appropriazione e dominazione, ed alle tensioni che li caratterizzano (CARLOS, 2005). Attorno allo spazio sociale, in cui si sviluppano i valori e le relazioni pubblici si compongono tutta una serie di contrasti, si svolgono l'amministrazione della res pubblica e il dominio di un governo centrale, posto relazione allo spazio immateriale. Può essere fatto oggetto di suddivisioni, che sono conseguenza della gerarchizzazione sociali ed economiche, dei settori dominanti e subordinati. Ad esempio la segregazione spaziale è uno strumento di potere della classe capitalistica, l'intervento statale nello spazio manifesta la volontà di una forza normalizzatrice attraverso gli effetti che questo produce. Come tale lo spazio è un prodotto sociale creato per permetterne il suo uso. Consumato e gestito come mezzo di produzione e legato alla forza produttiva, alla divisione sociale del lavoro che lo struttura. Sotto questo punto di vista lo spazio, lo stato e le altre strutture sociali sono un congiunto che opera insieme (GOTTDIENER, 1997) (17).

4.3.

Questa modalità di interpretare lo spazio, alimenta teorie per le quali il capitalismo, come modo di produzione, ha trovato linfa alla sua sopravvivenza proprio nell'uso dello spazio. In cui si rinforzano le relazioni sociali a questa necessarie. Le crisi di sovraccumulazione capitalistica sono risolte attraverso la produzione dello spazio (HARVEY, 2003) (18), cosicché questo si trova ad avere in se un valore, distinto tra valore dello spazio e valore nello spazio importante dal punto di vista economico. Al contrario di una visione empiristico naturalista che esalta il valore dello spazio. Nel testo la Valorizzazione dello Spazio (19), che si pone come obiettivo attraverso un'astrazione teorica, di realizzare una teoria marxista della geografia, lo spazio è concepito come quello che contiene un valore d'uso, un bene di utilità generale, nell'ottica in cui questo rappresenti una generale condizione di produzione (MORAES, 1984). L'estensione della città è concepita come una rete di servizi e residenze attraverso piani e operazioni regolarizzate. Ma lo spazio prima era creato direttamente dall'essere umano che poi vi avrebbe vissuto. Tutto aveva un preciso scopo ed era facile averne il controllo e godere della possibilità di manipolarlo. Questa modalità no conduceva alle situazioni che si ritrovano nelle periferie del mondo industrializzato. Nello spazio anche geografico, si gestiscano delle relazioni etniche, parentali, sociali, economiche così come che nello spazio urbano si esprima la forte competizione tra gli individui, da cui deriva una precisa strutturazione. Spesso influenzate dal potere delle norme economiche a cui obbediscono i gruppi sociali. Lo spazio geografico così concepito è uno spazio collettivo organizzato, un prodotto sociale entro cui si stabiliscono relazioni tra gli individui, che così si definiscono società. Lo spazio si carica di un significato preciso che genera una rappresentazione simbolica. Che influenza la vita della società, le sue aspirazioni e la sua cultura. Sulla profondità delle significazioni simboliche all'interno di un habitat, nel testo Tristi Tropici (20) Levi-Strauss, fa luce su tali dinamiche attraverso l'esperienza etnografica condotta presso i bororo. La struttura dello spazio abitato può essere organizzata per permettere la relazione tra individuo e universo, tra la società e il mondo sovrannaturale, pur mantenendo presente la funzione delle istituzioni. Le caratteristiche socioculturali delle società. Favoriscono l'organizzazione della città, così come lo spazio tradizionale. Nello spazio geografico invece è più probabile che vengano mantenute le limitazioni postegli che l'evoluzione della storia e le successive strutturazioni, comportano.

4.4.

La storia al contempo ha necessità di tenere conto dello spazio, dato che la realizzazione del futuro si fonda sopra la costruzione di tale spazio geografico (ISNARD, 1970). La capacità di adattamento umana si unisce a quella che anche il pianeta attua in virtù della sua presenza. Per esempio nel momento in cui da cacciatore raccoglitore l'essere umano passa a praticare l'agricoltura, e non più nomade, ad avere una abitazione stabile e ad occupare in modo stanziale un luogo, le modalità di adattamento che interverranno, interesseranno entrambe. L'economia chiusa di auto sussistenza dello spazio rurale, concede all'essere umano una relativa autonomia nella scelta dell'organizzazione di sé e della sua società. Le comunità più numerose risposero a un principio di centralità, entro una distribuzione concentrica dello spazio con importanza decrescente mano a mano che ci si allontana dal centro (ISNARD, 1970). È sempre la cultura a farsi mediatrice tra gli individui e lo spazio, anche in termini di tecniche e capacità di azione dentro lo stesso territorio (21), che gli permettano di confermare la presenza attraverso la manipolazione della materia, a partire proprio dallo stesso spazio. Il potere di creazione della società, in quanto volontà di azione, si manifesta anche e soprattutto nella creazione del suo spazio. Entrambe subiscono la stessa evoluzione. Nella genesi delle società l'essere umano è dominato dai bisogni primari. Per rispondere alla tirannia di queste necessità, questi interviene e agisce sul mondo esterno, modificandolo e trasformandolo (MOSCOVICI, 1968). (22)

Figura 2. Il Potetere a pezzi. Pezzi di Potere**. Fotografie di**: A.Luana Tallarita Artist Creative Design.

NOTE

(1) Consulta in particolare dei testi: Abbagnano N. Fornero G. (2000). **Protagonisti e testi della filosofia**. Vol. C: Dal Romanticismo al positivismo. Per i Licei e gli Ist. Magistrali. Torino: Ed. Paravia e Abbagnano N. Fornero G. (2000). **Protagonisti e testi della filosofia**. vol. D: Tomo 1. Da Nietzsche all'Esistenzialismo. Tomo 2. Dal secondo Heidegger al dibattito filosofico contemporaneo. Milano: Paravia.

(2) Kostro L. - **Einstein e l'etere. Relatività e teoria del campo unificato**. Milano: Feltrinelli, 2001.

(3) Suggestione stimolata dal testo Secchi, R. - **Architettura e vitalismo. Roma**: Officina Edizioni, 2001. Citazione di Hugo Häring Architetto tedesco.

(4) Lewis G. - **Cartesio. Una biografia**. Roma: Ed.Riuniti, 1997.

(5) Kant, I. - **Crítica da razão prática**. São Paulo: Martins Fonte, 2003. Kant, I - **Critica della ragion pura**, Bari-Rm: Laterza, 2005. Kant, I. - **Fondazione della metafisica dei costumi** , 1986. Chiodi, P. - **Scritti morali di Immanuel Kant,** U. T. E. T. Torino. Lebrun, G. - **Sobre Kant**, São Paulo: Iluminuras, 1993.

(6) Lorenz, K. - **On Aggression**. London: Methuen, University, 1967.

E’ stato consultato anche l’articolo: Peterson N. **Hunter Gatherer Territoriality: The Perspective from Australia**, Australian National University.

(7) Ardrey, R. - **The territorial imperative*: A* personal inquiry into the animal origins of property and nations.** London*:* Collins*,* 1966.

(8) Eibl-Eibesfeldt - **Ethology. The biology of Behavior**. New-York (Chicago,San Francisco): Rinehart and Winston ed., 1970.

(9) Vowles, D.M. - **The Psychobiology of Aggression. Lecture all’Università di Edimburgo**, Edimburgo: University Press., 1970.

(10) Isnard, Hildebert, Geografo francese (Nizza 1904 - ivi 1983), prof. univ. ad Aix-en-Provence dal 1947 e a Nizza dal 1970, fondatore della rivista Méditerranée. Apportò rilevanti contributi epistemologici, pervenendo a elaborare una teoria dello spazio geografico come prodotto sociale (L'espace géographique, 1978). **Fonte**: Enciclopedia Treccani On line.

(11) P. Claval, La géographie culturale. Paris: Nathan. Paragrafo consultato : articolo di R. Williams R. - **Sociology of Culture**. New York: Shocken, 1982.

(12) Godelier, M. - **Feticismo, religione e teoria generale dell’ideologia in Marx**. Milano: Annali Feltrinelli, 1970.

(13) Articolo rivista Millepiani di CUOMO V. - Progresso e feticismo. Ideologia e mercificazione dei corpi, degli affetti e delle relazioni nel tempo presente, **Millepiani**, n° 21. Milano: Mimesis, 2001,ISBN 88-8483-095-8.

(14) Lévi-Strauss, C. - **Antropologia strutturale**, Il Saggiatore, Milano, 2009.

(15) Foucault, M. - **Sorvegliare e punire. Nascita della prigione.** Torino: Einaudi, 1975.

(16) Lefebvre, H. - **The production of space**. Oxford UK: Blackwell, 199.4

(17) Gottdiener, M. - **The Social Production of Urban Space**. Austin: University of Texas Press, 1997.

(18) David Harvey (1935) è un geografo, sociologo e politologo inglese. Si occupa di geografia politica e, dal 2001, è professore di Antropologia alla Graduate School della City University di New York. Le opere consultate per l’articolo: (2003)**The New Imperialism**. (2001**) Spaces of Capital: Towards a Critical Geography**, Routledge.

(19) Moraes A. C. R. e Costa W. M. - **A valorização do espaço São Paulo**: Hucitec, 1984.

(20) Lévi-Strauss, C. - **Tristi tropici**, Milano: Ed. Il Saggiatore, 2004.

(21) Ratzel, F. - **Anthropogeografie oder Grundzüge der Anwendung der Erdkunde auf die Gesschichte**. Vol.2. Stuttgart:Engleborn, 1891.

(22) Moscovici, S. - **Essai sur l'histoire humaine de la nature**. Paris: Presses Universitaires de France, 1968.

BIBLIOGRAFIA

ABBAGNANO, N.; FORNERO, G. - **Protagonisti e testi della filosofia**. Vol. C: Dal Romanticismo al positivismo. Per i Licei e gli Ist. Magistrali. Torino: Ed. Paravia, 2000a.

ABBAGNANO N.; FORNERO, G. - **Protagonisti e testi della filosofia**. vol. D: Tomo 1. Da Nietzsche all'Esistenzialismo. Tomo 2. Dal secondo Heidegger al dibattito filosofico contemporaneo. Milano: Paravia, 2000b.

ARDREY, R. - T**he Territorial Imperative. A Personal Inquiry into the Animal Origins of Property and Nations**, Lindon: Collins, 1966.

CHIODI, P. - **Scritti morali di Immanuel Kant**, Torino: U. T. E. T., 1970.

CLAVAL, P. - **La géographie culturelle**, Paris: Nathan, 1995.

CUOMO, V. - Progresso e feticismo. Ideologia e mercificazione dei corpi, degli affetti e delle relazioni nel tempo presente, **Millepiani**, n° 21. Milano: Mimesis, 2001.

EIBL-EIBESFELDT, I. - **Ethology. The biology of Behavior**. New-York-Chicago-San Francisco: Rinehart and Winston, 1970.

EIBL-EIBESFELDT, I. - **Etologia umana. Le basi biologiche e culturali del comportamento**, Milano: Bollati Boringhieri, 2001.

FABIETTI, U. - **Storia dell'antropologia**. Bologna: II Ed Zanichelli, 2001

FOUCAULT, M. - **Estrategias de Poder** Intro. Vol. II, Lisboa: Ed Varela, 1999.

FOUCAULT, M. - **Microfisica del potere**, Torino, 1977.

FOUCAULT, M. - **Sorvegliare e punire. Nascita della prigione**, Torino: Einaudi, 1975.

GODELIER, M. - **L'idéel et le matériel**. Paris:Ed. Fayard, 1984.

GODELIER, M. - **Thought economy and society**. Brooklyn,London: Ed. Verso, 1986.

GODELIER, M. - **L'énigme du don**.Paris: Ed. Fayard, 1998.

GODELIER, M. - **La Production du corps. Approches anthropologiques et historiques and Le Corps humain supplicié possédé cannibalisé**. Amsterdam: Archives contemporaines, 1998.

GODELIER, M. - **L'ideale e il materiale**. Collana Nuova Biblioteca di Cultura Maurice Godelier (Cambrai 28 febbraio 1934). Roma: Editori Riuniti, 1985.

GODELIER, M. - **Feticismo, religione e teoria generale dell'ideologia in Marx**. Milano: Annali Feltrinelli, 1970.

GOTTDIENER, I. - **The Social Production of Urban Space**. Austin: University of Texas Press, 1997.

GLASERSFELD, E.VON. - **Considerazioni su spazio tempo e il concetto di identità**, 2004.

HARVEY, D. - **The New Imperialism**.Oxford: University Press, 2003.

HARVEY, D. - **Spaces of Capital: Towards a Critical Geography**. Routledge, 2001.

HILDEBERT, I. - **O espaço geográfico**, Coimbra: Livraria Almeida, 1982.

HILDEBERT, I. - **L'Espace Géographique**. Paris: PUF, Le Géographie, 1978.

HILDEBERT, I. - Por una geografia emperica, Dinamica del espacio. **Centro de investigaciones geodidactica**s, Boletin 8 y 9, Ano V, 1979, p. 97–103.

HILDEBERT, I. - **Lo Spazio geografico**. Milano: Édiz. Franco Angeli, 1980.

ISNARD, H. - Articolo: El espacio del geografo. **Boletin Caracas, La Muestra y la Enseñanza de la Conservacion,** marzo 1970, p.57–70.

KANT, I. - **Crítica da razão prática**, São Paulo: Martins Fonte, 2003.

KANT, I. - **Critica della ragion pura**. Bari-Roma: Laterza, 2005.

KOSTRO, L. - **Einstein e l'etere. Relatività e teoria del campo unificato**. Milano: Feltrinelli, 2001.

LEBRUN, G. - **Sobre Kant**. São Paulo: Iluminuras, 1993.

LEFÉBVRE, H. - **A revolução urbana**. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

LEFEBVRE, H. - **The production of space**. Oxford UK: Blackwell, 1994.

LEFEBVRE, H. - **La produzione dello spazio**. Milano : Moizzi, 1991.

LÉVI-STRAUSS, C. - **Antropologia strutturale**. Milano: Il Saggiatore, 2009.

LÉVI-STRAUSS, C. -**Tristi tropici**. Collana Terre Idee, Milano: Il Saggiatore, 2004.

LORENZ, K. - **On Aggression**. London: Methuen, University, 1967.

LORENZ, K. - **L'aggressività**. Milano: Il Saggiatore Tascabili, 1962.

MOSCOVICI, S. -**Essai sur l'histoire humaine de la nature**. Paris: Presses Universitaires de France, 1968.

MORAES, A. C. R.; COSTA, W. M. - **A valorização do espaço**. São Paulo: Hucitec, 1984.

RATZEL, F. - **Anthropogeografie oder Grundzüge der Anwendung der Erdkunde auf die Gesschichte.** Vol.2. Stuttgart: Engleborn, 1881.

RLEWIS, G. - **Cartesio. Una biografia**. Roma: Ed.Riuniti, 1997.

SECCHI, R. - **Architettura e vitalismo**. Roma:Officina Edizioni, 2001.

VOWLES, D.M. - **The Psychobiology of Aggression**. Lecture in University of Edimburg. Edimburgo: Edinburgh University Press, 1970.

BIBLIOGRAFIA ELETTRONICA

PETERSON, N. - **Hunter-Gatherer Territoriality: The Perspective from Australia**. [Em linha], 2015**,** Articolo della Australian National University, s/d. Disponibile in www: <URL: http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1525/aa.1975.77.1.02a00040>

OS INTERIORES E A DECORAÇÃO DA POUSADA DO INFANTE, EM SAGRES (1958-1960)

Margarida Elias

Membro Colaborador do Instituto de História de Arte da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa
Av. de Berna, 26-C
1069-061 Lisboa
margaridaelias@sapo.pt

Os Interiores e a Decoração da Pousada do Infante, em Sagres (1958-1960)

Margarida Elias

Historial do artigo:

Recebido a 26 de fevereiro de 2015

Revisto a 18 de maio de 2015

Aceite a 08 de junho de 2015

Este texto não obedece ao acordo ortográfico aprovado em 2012

RESUMO

Em 1960, foi inaugurada a Pousada do Infante, em Sagres. O projeto arquitetónico, o mobiliário e a decoração dos interiores couberam ao arquiteto Jorge Segurado, que previu, no seu plano, a aquisição de obras de outros artistas, incluindo do pintor Cândido Costa Pinto e do escultor Jorge Barradas. A encomenda era do Estado Português, feita por intermédio da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN) e do Secretariado Nacional de Informação (SNI), com intervenção da Comissão para a Aquisição de Mobiliário (CAM), uma comissão da DGEMN criada em 1940.

Esta pousada destinava-se a fazer parte da rede de estabelecimentos turísticos do Estado, ficando situada no extremo ocidental algarvio, onde o turismo começava a ser incrementado. Pretendia também assinalar o lugar simbólico de Sagres, com ligações à história do império português e à vida do Infante D. Henrique, que, em 1960, era celebrado através do V Centenário da sua morte.

Criava-se assim um espaço turístico de carácter simbólico, quer nos seus aspetos de localização e arquitetónicos, quer nos seus interiores e peças decorativas – sendo estes últimos que iremos analisar de mais perto.

Palavras-chave: Turismo, Estado Novo, História, Decoração de Interiores, Mobiliário.

ABSTRACT

In 1960, the Inn of the Infant, in Sagres, Portugal, was inaugurated. The architectonic project, the furniture and the interior decorations were designed by the architect Jorge Segurado, who foresaw, in its plan, the acquisition of works of other artists, including of the painter Cândido Costa Pinto and of the sculptor Jorge Barradas. The commission was made by the Portuguese government, done with the intermediary of the General Direction of National Buildings and Monuments (DGEMN) and of the National Secretariat of information (SNI), plus the intervention of the Commission for the Acquisition of Furniture (CAM), a commission of the DGEMN, created in 1940.

This inn was meant to be a part of the national tourist establishments net, being situated in the occidental extremity of Algarve, where the tourism was starting to be developed. it also intended to designate the symbolic place of Sagres, which was connected to the history of the Portuguese empire and to the life of infant D. Henrique, who, in 1960, was celebrated through the V Centenarian of its death.

Thus, was created a symbolic tourist space, symbolic for its localization, and also through its architecture and decorations. This article will be focused precisely on the furniture and interior decoration of the building.

Key-words: Tourism, Estado Novo, History, Interior Decoration, Furnitur.

Figura 1. Pousada de Sagres SIPA.FOTO.00538656 – Vista aérea da Pousada de São Vicente / Pousada do Infante / Pousada de Sagres, 1993 (IHRU, IP).

1. A Encomenda da Pousada de Sagres

O presente artigo tem como objetivo dar a conhecer uma faceta menos explorada das encomendas do Estado, na época contemporânea, e que corresponde à aquisição de mobiliário, equipamentos e peças decorativas para edifícios públicos, neste caso para a Pousada do Infante, em Sagres. Devemos esclarecer que, embora de forma parcial, o tema já foi tratado a propósito de trabalhos de investigação com temas relacionados, nomeadamente sobre o arquiteto Jorge Segurado (GALVÃO, 2003), sobre pousadas (LOBO, 2006; PRISTA, 2011) e sobre o pintor Costa Pinto (FIGUEIREDO, 1995). A este respeito é de salientar também a

contribuição dada pela antropologia, que tem chamado a atenção, no âmbito dos Estudos de Cultura Material, para o facto de os espaços construídos, assim com os objectos que os integram, não serem o produto estático de uma intenção, *"mas a materialidade de negociações entre contextos ideológicos, económicos, sociais e tecnológicos, experiências fenomenológicas e representações simbólicas."* (PRISTA, 2015: 120).

A encomenda para o mobiliário e decoração da Pousada do Infante foi realizada por intermédio da Comissão para a Aquisição de Mobiliário (CAM), criada em 1940, no seio da Direção Geral do Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN). A CAM foi fundada com o objetivo de orientar e concentrar no Ministério das Obras Públicas*, «os serviços relativos a obras de edifícios públicos». Pensava-se que seria vantajoso que houvesse "harmonia entre o mobiliário e a traça arquitectónica"*, sendo desde logo definido que a CAM deveria ser assistida por *"um ou mais delegados dos serviços que hão-de utilizar o mobiliário a adquirir, a quem competirá especialmente velar pela escolha de mobiliário de características apropriadas às necessidades dos serviços e pela adopção dos tipos de mobiliário aprovados por lei nos casos em que os houver"* (1).

A CAM não fazia somente aquisição de mobiliário, mas também de equipamentos e peças decorativas, no fundo, tudo o que era necessário para assegurar o adequado funcionamento de um edifício na sua fase de arranque. Esta Comissão era composta por três vogais, escolhidos entre engenheiros e arquitetos da DGEMN, mas recebia colaboração de outros técnicos que tivessem dado mostras de dominar a disciplina do mobiliário e da decoração de interiores, desenvolvendo o seu trabalho no quadro de uma equipa que integrava outros serviços públicos e estatais.

Nos anos em que se realizou o empreendimento da Pousada de Sagres, a CAM era presidida pelo engenheiro José Espregueira Mendes (n. 1903) (2), por Carlos Cayola Zagalo (1904-1970) (3), membro da Direção Geral da Fazenda Pública e Diretor do Palácio Nacional da Ajuda, e pelo arquiteto diretor da Direção de Serviços dos Monumentos Nacionais, João Vaz Martins (n. 1910) (4), aliás responsável pela escolha da localização da Pousada do Infante.

Importa salientar que raramente era pedido à CAM que projetasse o mobiliário, embora existisse sempre um arquiteto entre os membros da Comissão. O trabalho da CAM era sobretudo de programar o mobiliário e outros objetos que iriam ser adquiridos, plano esse que, depois de aprovado pelo Ministério das Obras Públicas e pelas entidades que iriam usufruir do edifício, era a base do concurso. Posteriormente eram escolhidas as empresas que iriam fazer o fornecimento, sendo a CAM responsável pela adjudicação e receção da empreitada. Os desenhos do mobiliário postos a concurso eram da responsabilidade de arquitetos que trabalhavam na DGEMN ou então contratados para o efeito, quando se tratava de um projeto que exigia maior cuidado. A CAM tinha a seu cargo também fiscais encarregues de supervisionar o andamento da empreitada e garantir a qualidade do fornecimento.

No que respeita a empreitadas com uma finalidade turística, a CAM tinha como interlocutor o Secretariado Nacional de Informação, Cultura Popular e Turismo. Este Secretariado, formado em 1944, tinha origem no Secretariado da Propaganda Nacional, criado em 1933, chefiado por António Ferro (1895-1956). Em 1948, no texto *Política do Espírito Turismo, Fonte de Riqueza e*

de Poesia (5), Ferro narrava que fora em 1940 que o SPN recebera, «com o maior optimismo» e *«o maior entusiasmo», «no quadro das suas actividades, o encargo do problema do turismo»*.

A empreitada da Pousada de Sagres inscrevia-se na rede de pousadas criadas pelo SPN. A primeira série teve o seu "ensaio tímido" (6) com a adaptação de uma pensão em Óbidos para Estalagem do Lidador, aberta em 1940. Seguiram-se depois as sete primeiras pousadas, inauguradas entre 1942 e 1948, começando com a de Santo António (Serém) e fechando com a de São Lourenço (1948). Esta primeira série foi encerrada com a adaptação do castelo de Óbidos para Pousada, em 1950, sendo este projeto feito com a colaboração do SNI, da DGEMN e da CAM – tal como irá acontecer em Sagres.

Em 1948, António Ferro previa o incremento do turismo no Algarve, mas só em 1954 o SNI lançou o Novo Plano de Pousadas, que dava continuidade ao *"programa turístico precedente», desta vez em articulação com a DGEMN (PRISTA, 2011: 32). Propunha-se um alargamento da rede, com a construção de unidades segmentadas em função das características territoriais, naturais e culturais dos lugares escolhidos. A Pousada do Infante, que é aquela que nos iremos debruçar, fazia parte das Pousadas de Beira-Mar, tendo em vista o «fomento do turismo regional"* (cf. PRISTA, 2011: 36-37).

Os projetos arquitetónicos das novas pousadas foram adjudicados a diversos arquitetos, alguns deles conotados com uma conceção mais moderna (João Andresen, Ruy d'Athouguia e José Carlos Loureiro), outros mais conotados com o regime conservador, como Leonardo Castro Freire e Jorge Segurado (1898-1990) - sendo a este último que foi entregue a Pousada de Sagres. Esta Pousada, que inicialmente se previa que tivesse o nome de São Vicente, em Fevereiro de 1960, por Despacho do Ministro da Presidência, passou a ter o nome alterado para Pousada do Infante.

Acerca de Jorge Segurado, importa recordar que este cooperou com o SPN/SNI desde 1935 (quando participou no I Salão de Arte Moderna), tendo trabalhado na transformação da Estalagem do Lidador em Óbidos (1940) (FERRO, 1949, 50). No ano de 1955, colaborara com a DGEMN e o SNI na remodelação do Hotel de Santa Luzia, em Viana do Castelo (1955) e devemos chamar atenção para este projeto hoteleiro, porque tem pontos de ligação com o de Sagres.

4.1. Segurado – Viana do Castelo e Sagres

Foi em 1953 que se pediu ao SNI, responsável pela supervisão dos equipamentos turísticos, para, em colaboração com a CAM, elaborar uma relação do equipamento necessário para o Hotel de Santa Luzia. O projeto do equipamento, mobiliário e decoração para esse espaço foi concebido e estudado por Segurado, em cooperação com o pintor José Luís Brandão de Carvalho (1900-1962). Datado de 1954, o programa foi entregue à CAM que tratou da adjudicação das peças de mobiliário e de decoração necessárias para o edifício.

Cerca de cinco anos depois, Segurado teria em mãos de novo o projeto de um edifício turístico, com algumas diferenças que devemos desde já realçar. Enquanto o Hotel de Santa Luzia fora

adaptado a partir de um edifício pré-existente, enquadrável no gosto *Beaux-Arts*, desenhado originalmente por Ventura Terra no início do século XX; a Pousada de Sagres era um edifício projetado de raiz pelo próprio Segurado. Por outro lado, o primeiro era um Hotel, o que pressupunha uma maior formalidade em termos de gosto, enquanto o segundo era uma Pousada, que em princípio, previa um ambiente mais simples. Ambos os espaços ficavam junto ao mar, mas, no caso do Hotel tratava-se num monte próximo de Viana do Castelo, no norte de Portugal; no caso de Sagres tratava-se de uma localização mais isolada, no sul do País.

1.2. A Pousada de Sagres

Tal como já foi descrito por Marta Prista (2011: 153-154), a Pousada do Infante situa-se no extremo barlavento da região, numa localidade que tinha poucos atrativos turísticos, com excepção da associação à história de Portugal e, em particular, dos Descobrimentos. No Boletim da DGEMN de 1960, dedicado a Sagres, o lugar era relacionado com o culto do sagrado: *"(...) quão remota é a fama e o conhecimento do Sacrum - o nome donde, porventura, se origina a nossa Sagres" (DGEMN, 1960: 6) e até se afiançava que foi "o Infante [D. Henrique] quem criou e deu o nome de Sagres à actual ponta da Atalaia."* (DGEMN, 1960: 16)

Em Sagres ficavam dois significativos monumentos históricos, entre eles, no Cabo de S. Vicente, os vestígios da ermida e convento franciscanos (classificados em 1961), erguidos no século XIV em memória do resgate dos restos mortais do Santo por D. Afonso Henriques. Mais emblemático era o Promontório de Sagres, que representava a fundação da vila de Sagres por D. Henrique, em 1443, integrando as ruínas da fortaleza, da ermida e das muralhas quinhentistas reconstruídas nos séculos XVII e XVIII. O promontório era associado à existência mítica de uma escola náutica e à residência do Infante na vila.

Deste modo, numa ligação a um momento de ouro da história portuguesa, justificava-se a construção da Pousada, integrada nas Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique. Os monumentos históricos de Sagres foram restaurados e dotados de equipamentos turísticos, entre os quais se contava também a casa de chá na fortaleza do Belixe, cujo apetrechamento também foi feito por intermédio da CAM.

O projeto da Pousada do Infante, em Sagres, remonta a 1957, data em que era desenvolvido um estudo para a construção da pousada, que deveria estar concluída por ocasião das Comemorações Henriquinas (1960). Contudo, foi apenas no ano de 1958, por despacho do Presidente do Conselho de Ministros, que foi oficialmente determinada a construção de uma pousada e data de Maio de 1958, a apresentação do anteprojeto. O arquiteto Alberto Pereira da Cruz (1920-1990), dando parecer, informava que: "O programa foi criteriosamente seguido e o esquema de funcionamento satisfaz." A Jorge Segurado era pedida uma *"colecção de plantas (...), com a implantação do respectivo mobiliário e equipamento."* (7). O projeto mostrava-se, nas suas linhas simples e funcionais, um cruzamento entre a modernidade e a tradição, evocando a construção tradicional portuguesa, integrando o edifício na paisagem e no panorama de evocação histórica (cf. PRISTA, 2011: 155-157).

1.3. O Projeto de Segurado para Sagres

Tal como aconteceu em Santa Luzia, Segurado teve a responsabilidade sobre o mobiliário e peças decorativas que iriam preencher o espaço da Pousada. Esse mobiliário destinava-se ao átrio, salas de jantar e de estar, quinze quartos de hóspedes e habitação do gestor (com três quartos, sala e casa-de-banho). Também seriam mobilados a cozinha, que tinha ligação à cave (onde ficavam a garrafeira e os arrumos) e o piso superior (dormitórios dos criados).

Na Memória Descritiva dedicada ao mobiliário e decoração (datada de Fevereiro de 1960) Jorge Segurado dizia que se desejava evocar a memória do Infante e mais discretamente a de São Vicente. Em geral, os elementos decorativos seriam alegóricos a Sagres e ao Algarve e pensara na aquisição de um baixo-relevo de cerâmica policromada, réplica da peça de Jorge Barradas (1894-1971) apresentada em Nova Iorque. Para a sala de leitura e de escrita desejava a aquisição de um retrato a óleo do Infante, pintado por Cândido da Costa Pinto (1911-1977), segundo os Painéis de Nuno Gonçalves – fazendo uma ligação entre São Vicente e D. Henrique que existe nos painéis e seria retomada na Pousada. Costa Pinto faria ainda os cartões para as tapeçarias Mapa-Mundi e tiras com versos de Camões, Pessoa e Bocage sobre o mar. Numa redoma ficaria um modelo de uma caravela Henriquina; haveria também uma vitrine com livros sobre os Descobrimentos, entre os quais *Os Lusíadas*, e um motivo alegórico ao Infante, em ferro, igualmente de Costa Pinto. Na sala de estar quedaria uma estátua em bronze de São Vicente pelo escultor Álvaro de Brée (1903-1962). Por fim, especificamente para o mobiliário, propunham-se formas simples, comodidade e economia, mas com materiais duráveis e de fácil conservação (8).

Este tipo de decoração (e de mobiliário) inseria-se no contexto já descrito por Marta Prista, que asseverou: *" (…) os interiores das Pousadas espacializavam representações de história, de tradição e modernidade consonantes com o novo programa político, social e económico da rede, mas os materiais, as técnicas e as formas do passado eram interpretados de forma moderna por novos intelectuais e artistas, numa dessacralização do passado. (…)"*. (PRISTA, 2015: 124).

Data de 29 de Março de 1960, um parecer do SNI, assinado por C. H. Moreira Baptista (Secretário Nacional), Jorge Santos Costa (Arquiteto Chefe dos Serviços Técnicos) e Manuel de Melo Correia (Chefe da Brigada de Assistência aos Estabelecimentos Hoteleiros do Estado). Acerca dos motivos decorativos propostos por Segurado, aceitavam a caravela e o baixo-relevo, mas não concordavam com o «Motivo Alegórico do Infante», preferindo *"qualquer coisa de mais sóbrio e discreto."* (9).

Dentro da linha do seu projeto, Jorge Segurado pediu a Barradas para orçamentar uma réplica do Painel de Cerâmica que figurou com êxito no Pavilhão de Portugal da Exposição de Nova Iorque, que seria para a entrada ao ar-livre, junto da rua de acesso à Pousada (10). Ainda no ano de 1960, depois de adquiridas as parcelas de terreno para construção da estrada de acesso, foi colocado o painel cerâmico, réplica do painel em relevo *O Infante D. Henrique e a Escola de Sagres* (1961).

1.3.1. As Tapeçarias de Costa Pinto

Segundo o que estava planeado, o pintor Cândido Costa Pinto projetou as tapeçarias destinadas à Sala-Biblioteca. Para uma das tapeçarias, o pintor propôs um naufrágio, o que foi censurado pela CAM, devido ao tema. A própria Direcção-Geral do Ensino Superior e das Belas-Artes, dando parecer, aconselhou um novo estudo com menor dramatismo e teatralidade (11).

Subsistem na Pousada do Infante as duas tapeçarias encomendadas a Costa Pinto, trabalhos de grande interesse pelo seu valor estético, decorativo e simbólico. Se em termos formais estão na linha das suas obras de teor surrealista, em termos de conteúdo assumem uma outra linguagem, de cariz historicista, já experimentada em A Transcendência do Gama (1953).

As duas tapeçarias datam de 1960, sendo feitas em lã pela Manufatura de Portalegre, segundo os cartões de Costa Pinto. O artista idealizou *A Fé e o Império* (**vd. Figura 2.**), que se refere à expansão de Portugal, sendo a força da fé e do Império simbolizadas pela Cruz de Cristo, inspirada na Cruz do túmulo do Infante D. Henrique, no Mosteiro da Batalha. Embora não tratando de um naufrágio, apresenta o sacrifício dos navegadores «expostos a todos os perigos», tema com referencias literárias aos *Lusíadas* de Camões e ao *Mar Português* de Pessoa. Na composição vemos também a *"Âncora da Esperança"*, significando segurança, e o Espírito Santo a cobrir o *"espaço do Universo, que é aberto pelas velas dos Portugueses"* (FIGUEIREDO, 1995: 160).

Na tapeçaria *Epopeia Marítima* observamos um mapa que se baseou, segundo o artista, num mapa da Sociedade Geografia de Lisboa. A composição mostra as linhas de rumo que se abriam aos portugueses com as Descobertas. Vê-se um marinheiro de 1412, evocando o tempo do Infante; e um «Monstro dos Mares», que relembra os obstáculos vencidos pelos portugueses. Por outro lado, estão também presentes o progresso *"da Técnica e Ciência da Navegação, resultado da Escola de Navegadores de Sagres*", numa alusão ao mito do Infante e da sua escola. Uma mulher à esquerda é uma alegoria da *"Civilização Europeia"*, guardando o ouro na *"Arca da Poupança"* (FIGUEIREDO, 1995: 161).

Quanto às outras peças decorativas adjudicados a Cândido Costa Pinto, um objeto alegórico e um barco-padrão, importa notar que as propostas foram declinadas (12). O artista, depois sugeriu, para a decoração da Sala-Biblioteca, a execução de uma Insígnia do Infante esculpida em ferro e de uma miniatura de uma caravela.

4.2. Sagres – Decoração e o Mobiliário

Voltando ao plano proposto por Jorge Segurado, não devemos olvidar a estátua de São Vicente da autoria de Álvaro de Brée, que ainda hoje faz parte do acervo da pousada, e que recorda que o lugar de Sagres é também um lugar sacralizado pela fé Católica. Por outro lado, é também de referir que a Comissão Executiva do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique forneceu livros para a Biblioteca, o que se coaduna com o tipo de ambiente histórico que se desejava promover.

No que diz respeito a peças decorativas, a CAM teve um papel relevante, que nem sempre coincidiu com o plano do arquiteto. Por exemplo, foi esta Comissão que foi responsável pela compra dos quadros «Bom Sucesso» e «Torre de Belém», adquiridos na Casa de Antiguidades Calendas. É de apontar que a CAM, de uma forma conservadora, tentava colocar a decoração e o mobiliário da Pousada numa linha historicista, que fora introduzida com a Pousada do Castelo, em 1950. Esta atitude não seria apenas de teor estético, mas também económico, pois Arantes de Oliveira (1907-1982), ministro das Obras Públicas, pedia soluções menos dispendiosas para a decoração da Pousada, nomeadamente procurando em Museus (13).

No que respeita ao mobiliário propriamente dito, em 28 de Março de 1960, um parecer da CAM sobre o projeto elaborado por Jorge Segurado (**vd. Figura 4.**) afirmava, com alguma razão, que este retomava o que fora desenhado para o Hotel de Santa Luzia, salientando que não era aconselhável no *"caso presente"*. Em vez de defender uma linha moderna, a CAM afiançava que deveria haver *"chamada (...) para tipos de mobiliário mais antigo e expressões de decoração lembrando a vida e a epopeia náutica do Infante."* (14)

Na realidade, se a arquitetura remetia ainda para um ideal modernizado da *"Casa Portuguesa"*, evocando a arquitetura algarvia; se as decorações, de uma forma ou doutra, recordavam o Infante, os Descobrimentos e São Vicente; o mobiliário seria de outro teor. Os desenhos de mobiliário de Segurado e as fotografias da época denotam que prevaleceu um estilo que já fora proposto para Santa Luzia, numa linguagem que cruza elementos historicistas e modernos, encontrando uma fórmula classicizante, que tende a transcender questões de tempo e de lugar.

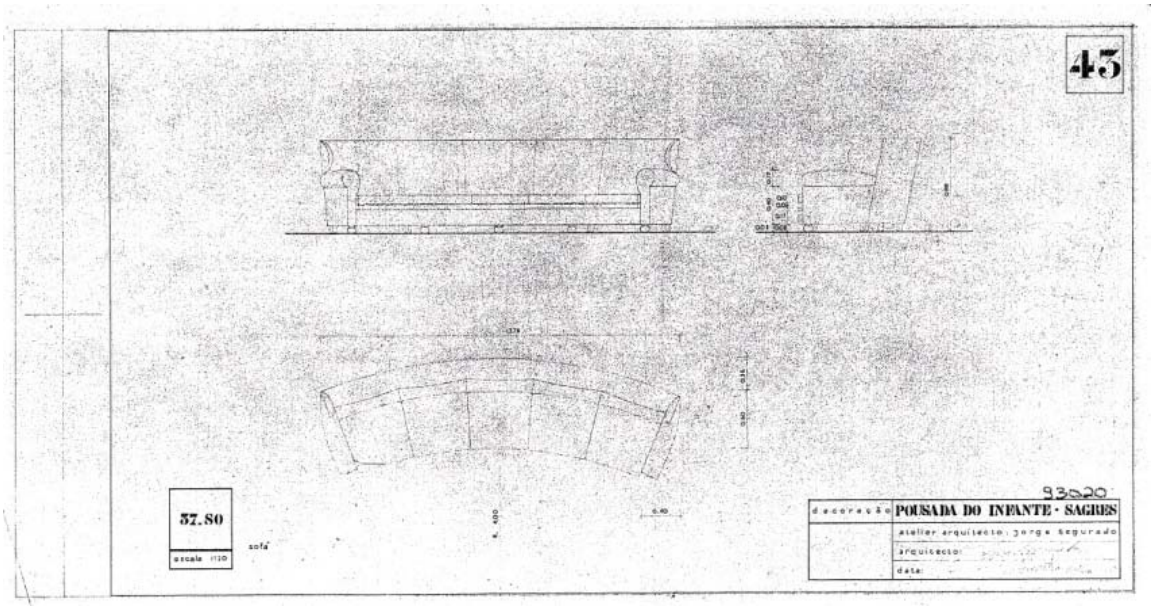


Figura 2. Sofá, 1960, Jorge Segurado (1898-1990); projeto de mobiliário para a Pousada do Infante, Sagres. IHRU: DGEMN DES.93020.

Em 1960, com o intermédio da CAM, fez-se o fornecimento de mobiliário para a Pousada. O de madeira, idealmente de melhor qualidade, era destinado sobretudo às zonas de hóspedes, sendo adjudicado a diferentes fábricas: Móveis Sousa Braga, Olaio (sala de refeições) e Centro Fornecedor de Móveis (sofás e maples). O mobiliário metálico, dirigido a áreas de serviço,

quartos dos motoristas e criados, era escolhido por catálogo, tendo um *design* mais estandardizado, dentro de um entendimento que considerava a madeira como um material nobre e passível de um trabalho original – sendo o mobiliário metálico mais tipificado, destinado a zonas onde a higiene e a funcionalidade eram os fatores que prevaleciam. Foi o mobiliário metálico fornecido pela Fábrica Portugal, Metalúrgica da Longra (MIT), Sano-Técnica e Representações Técnicas Carma. As mesas-bancadas e lava-loiças, destinados à cozinha foram da responsabilidade da Kresno-Mecânica Portugal. Por fim, há ainda a considerar o mobiliário de exterior, fornecido por Vitorino Nogueira de Prêsa e Grandes Armazéns das Ilhas (cadeiras em verga).

Em 29 de Setembro foi concluído o edifício principal, pois a inauguração estava prevista para 13 de Novembro de 1960 – que correspondia ao dia da morte do Infante. No dia 11 de Novembro fez-se o despacho da entrega do edifício ao Ministério das Finanças e sua cessão a titulo precário ao Secretariado Nacional da Informação. O auto de receção definitiva da obra deu-se já em Maio de 1963 e, entretanto, o concessionário da Pousada foi entregue a Aníbal Miguel Pereira.

Figura 3. Pousada de Sagres, 1960. Fotografia *Panorama*, n.º 3, 1962.

No ano de 1962, no número de Setembro da Revista Panorama (no nº3 da IV série), aparece uma fotografia de uma sala da Pousada de Sagres (vd. Figura 3), onde se podem ver os sofás de cores garridas (azul claro e laranja), com um desenho muito próximo dos sofás que Segurado tinha projetado para Santa Luzia. O candeeiro de pé alto e a mesa de centro também seguem o mesmo modelo já usado em Viana. Em contrapartida o quadro da parede corresponde possivelmente a uma proposta da CAM, que contava com a possibilidade de adquirir um quadro flamengo com motivos náuticos.

Inaugurada oficialmente em 24 de Maio de 1963, logo no ano de 1977 foi elaborado um projeto de remodelação e ampliação da pousada, igualmente da autoria de Segurado. No ano de 1980, fez-se a ampliação com acréscimo da construção no topo ocidental. De facto, como já notou Marta Prista: *"Uma vez inauguradas, as unidades logo eram ampliadas e modernizadas."* (PRISTA, 2015: 122).

2. Considerações Finais

Para concluir este artigo, desejamos salientar como nesta Pousada, dedicada à memória do Infante, o que prevalece é o mito henriquino, que se deseja assinalar. Deste modo, de acordo com Filipa Aguiar (2008: 74), citando o antropólogo Erve Chambers: "*(…) para os regimes nacionalistas o turismo não é apenas um motor de desenvolvimento económico. É também um instrumento de poder (…)*."

De facto, logo no primeiro número da revista *Panorama* era afirmado: *"(…) Porque o turismo* (…) é, antes de mais nada, *a arte de animar em nós próprios o orgulho de sermos nacionais. E só depois poderá ser – simultânea ou imediatamente – a arte de atrair os estrangeiros (…)."* Por sua vez, numa comunicação proferida pelo engenheiro Espregueira Mendes, durante o Colóquio Nacional de Turismo (1961), era afirmado: *"O mobiliário e decoração, dentro da medida do possível, deve corresponder às características regionais que mais interesse emprestam às instalações, servindo cabalmente de indiscutível propaganda turística das belezas e costumes da nossa terra."* (16)

O que prevalece, além da criação de um espaço que se propõe necessariamente funcional, adaptado aos requisitos a que era destinado, era também a criação de um lugar onde fosse evocada a memória do Infante. Entra-se assim na esfera de uma visão nacionalista e mítica da História, a qual é instrumentalizada para veicular um determinado discurso que se deseja implementar.

Almeida (2004: 3-6) escreveu que *o "Estado Novo ao mobilizar a história nacional no processo de (re)imaginação da nação, fê-lo com o intuito de fabricação de uma Lusitanidade exemplar, cobrindo o presente e um passado escolhido. (…)."* O mesmo autor advoga que muita *" (…) da história portuguesa, como a dos outros países, é, na realidade, constituída por mitos históricos, muitos dos quais são antigas invenções. (…)"* - e na verdade tratava-se aqui de mitificar o Infante e a Epopeia dos Descobrimentos.

Concluindo, é interessante realçar como todo este programa, desde o projeto de Segurado, até à sua finalização e concretização pelo SNI e pela CAM, se insere numa visão da história *" (…) como disciplina de formação moral e patriótica, por meio dos grandes exemplos e lições do passado. É a história oficial, institucional, que adopta cada vez mais (…) um discurso missionário. É a história monumental (…)"* (MATOS, 1990: 126), feita de mitos e de heróis, sendo que um deles era precisamente o Infante D. Henrique, descrito por Jaime Cortesão como o *"génio das Descobertas"* (MATOS, 1990: 142).

NOTAS

(1) *Diário do Governo*, I.ª Série, n.º 80, 6/4/1940.

(2) José de Espregueira Mendes, foi um engenheiro que exerceu funções na Direção Geral dos Caminhos de Ferro, desde 1930. A partir de 1947, passou a ser delegado da DGEMN na Comissão dos Novos Edifícios dos CTT. Pertenceu à CAM, da qual foi exonerado em 1968. IHRU: DSARH–Pessoal-0001/01; 0001/03; 0001/05; 0001/06; 0001/07; 0001/08 e 0832/01.

(3) Manuel Cayola Zagalo era licenciado em Ciências Económicas e Financeiras, pelo Instituto Superior do Comércio de Lisboa (Universidade Técnica de Lisboa). Realizou também o curso de conservador do MNAA, sendo conservador do Palácio Nacional da Ajuda desde 1938. Foi nessa qualidade que, em 1950, foi nomeado vogal da CAM, nomeadamente em virtude dos seus conhecimentos sobre problemas de decoração e de mobiliário (exonerado em 1968). IHRU: DSARH-Pessoal-0832/01; Arquivo Central do Ministério das Finanças: CMF-Proc.4-DI-187-Pessoal (2 volumes) e Proc. 449-MF-DGCP-Cadastro do Pessoal, Caixa 2679, Capa 7, Livro 2.º, Folha 156.

(4) Formado em arquitetura pela Escola de Belas Artes do Porto (1928-1936). Em 1959, foi nomeado interinamente como Diretor dos Serviços de Monumentos Nacionais e vogal da CAM (definitivamente desde 1961). Só em 1968, cessou funções como vogal da CAM e passou para o CSOP, onde foi nomeado para inspetor superior. IHRU: DSARH - Pessoal-0041/01; CAM-0497/05; Arquivo do CSOP.

(5) Texto lido aos dirigentes das Juntas e Comissões de Turismo do SNI, em 11/10/1948 (FERRO, 1949: 10-15).

(6) Discurso do Secretário Nacional de Informação, Inauguração da Pousada de S. Lourenço, 15/3/1948 (LOBO: 2006, 40).

(7) IHRU: DGEMN/CAM TXT.07105546.

(8) IHRU: DGEMN/CAM TXT.07177271-07177285.

(9) IHRU: DGEMN/CAM TXT.07105578.

(10) IHRU: DGEMN/CAM TXT.07105559

(11) IHRU: DGEMN/CAM TXT.07105605

(12) IHRU: DGEMN/CAM TXT.07105628

(13) IHRU: DGEMN/CAM TXT.07105642.

(14) IHRU: DGEMN/CAM TXT.07105565

(15) *Panorama, Revista Portuguesa de Arte e Turismo*, n.º 1, ano 1, 1941.

(16) Dois aspectos do problema económico de exploração das Pousadas». In IHRU: DGEMN/CAM 0237/18 - TXT.07160738.

BIBLIOGRAFIA

AGUIAR, Filipa - **Turismo e Propaganda Política – O Estado Novo e as ditaduras contemporâneas 1930-1950.** Lisboa: [s.n.]. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2008.

DGEMN - **Monumentos de Sagres, Boletim da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais**, nº 100, Lisboa, 1960.

ELIAS, Margarida - Os hotéis de Santa Luzia e de Seteais e a atividade da Comissão para Aquisição de Mobiliário (1953-1955), In MARTINS, João Paulo (ed.) **Móveis Modernos. Mobiliário para edifícios públicos em Portugal 1940-1980,** Lisboa: Centro de Investigação em Arquitetura, Urbanismo e Design, Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa. 2014, p. 36-42.

FERNANDES, José Manuel - **Arquitectos Segurado.** Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2011

FERRO, António - **Política do Espírito Turismo, Fonte de Riqueza e de Poesia**. Lisboa: Edições SNI, 1949

FIGUEIREDO, Maria Rosa (ed) - **Cândido Costa Pinto: retrospectiva, 1911-1977**. Lisboa: APOM, 1995

FRANÇA, José-Augusto - **A Arte em Portugal no Século XX. 1911-1961**. Lisboa: Bertrand Editora, 1991.

GALVÃO, Andreia - **O Caminho da Modernidade. A travessia portuguesa, ou o caso da obra de Jorge Segurado como um exemplo de complexidade e contradição na arquitectura (1920-1940).** Lisboa: [s.n.], Dissertação de Doutoramento apresentada à Universidade Lusíada, 2003.

GARCIA, José Manuel - **Sagres.** Vila do Bispo: Câmara Municipal, 1990.

HOBSBAWM, Eric- Introduction: Inventing Traditions, In HOBSBAWM; Eric; RANGER; Terence (eds) **The Invention of Tradition**. Cambridge: Cambridge University Press; 1983, p. 1-14.

LOBO, Susana - **Pousadas de Portugal: reflexos da arquitectura portuguesa do século XX**. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2006.

MATOS, Sérgio Campos - **História, Mitologia, Imaginário Nacional. A História no Curso dos Liceus (1895-1939)**, Lisboa: Livros Horizonte, 1990.

NETO, Maria João - Restaurar os Monumentos da Nação entre 1932 e 1964, In CUSTÓDIO; Jorge (ed) Portugal 1910-2010 - 100 Anos de Património – Memória e Identidade. Lisboa: IGESPAR-IP, 2010, p. 157-166.

PAMPLONA, Fernando de - **Dicionário de Pintores e Escultores Portugueses ou que Trabalharam em Portugal.** Barcelos: Livraria Civilização Editora. 2.ª ed. atualizada, 5 Vols., 1988.

PRISTA, Marta Lalanda - **Discursos sobre o Passado: Investimentos Patrimoniais nas Pousadas de Portugal.** Lisboa: [s.n.]. Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2011.

PRISTA, Marta Lalanda - No interior das pousadas do SNI: processos de mobiliário e projetos culturais, In MARTINS, João Paulo (ed), **Mobiliário para Edifícios Públicos. Portugal. 1934/1974**. Lisboa: Mude – Museu do Design e da Moda, Caleidoscópio; 2015, p. 120-127.

RODRIGUES, António - **Jorge Barradas**. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1995.

DOCUMENTOS ELECTRÓNICOS

ALMEIDA, José Carlos- Memória e Identidade Nacional: As Comemorações Públicas, As Grandes Exposições e o Processo de (re) construção da Nação. [Em linha 2015]. In **VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais: A Questão Social no Novo Milénio.** Coimbra: Centro de Estudos Sociais, 2008. [Consultado em 18 de novembro de 2014] Disponível na www <URL: http://www.ces.uc.pt/LAB2004>.

BANDEIRA, Filomena; COSTA, Patrícia- Pousada de São Vicente / Pousada do Infante / Pousada de Sagres. In **SIPA – Sistema de Informação do Património Arquitectónico** *,* 2003-2004. [Em linha 2015] [Consultado em 06 de novembro de 2014] Disponível na www <URL: http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=17303>.

LEITE, José- Pousada do Infante em Sagres, **Restos de Colecção**. [Em linha 2015]. 8 de Fevereiro de 2015. [Consultado em 11 de maio de 2015] Disponível na www <URL: http://restosdecoleccao.blogspot.pt/2015/02/pousada-do-infante-em-sagres.html>.

DOCUMENTAÇÃO DE ARQUIVO

IHRU: DGEMN/CAM 0155/16; 0155/17; 0155/18; 0155/19; 0155/20; 0155/23; 0155/25; 0156/01; 0156/02; 0156/03; 0156/04; 0156/06; 0156/07; 0156/11; 0242/01; 0242/14; 0242/28; 0262/01; 0402/23; 0501/16; 0505/31.

CONSTÂNCIA E O TURISMO: DO MUITO QUE SE TEM AO POUCO QUE SE ESTÁ MOSTRANDO

António Matias Coelho
Historiador, Consultor Cultural
Rua Timor Lorosae, 27
2150-131 Golegã, Portugal
amatiascoelho@sapo.pt

Constância e o Turismo: Do Muito que se tem ao Pouco que se está Mostrando

António Matias Coelho

Historial do artigo:

Recebido a 02 de abril de 2015

Revisto a 11 de maio de 2015

Aceite a 08 de junho de 2015

RESUMO

Constância é um dos mais antigos concelhos do Médio Tejo e justamente se orgulha da sua longa e significativa História. Possui uma enorme variedade e riqueza de recursos patrimoniais, culturais, científicos, ambientais e turísticos do centro de Portugal e apresenta um diversificado e relevante calendário de realizações, fundadas nas suas caraterísticas, nas suas particularidades e na sua autenticidade.

A despeito disso, a promoção e a divulgação que têm vindo a ser feitas do concelho e dos seus recursos por parte da nova entidade regional de Turismo do Centro de Portugal é manifestamente insuficiente, desaproveitando meios e condições que poderiam e deveriam ser utilizados numa lógica de desenvolvimento do turismo, tanto a nível regional como a nível nacional.

Ao muito que se tem não vem correspondendo o pouco que se está mostrando.

Palavras-chave: Cultura, Património, Turismo, Camões, Constância.

ABSTRACT

Constância is one of the oldest councils in the region of Portugal called Médio Tejo and it is very proud of its long and meaningful history. It has a large variety of monuments and it is rich in cultural, scientific and environmental resources which give it a great touristic potential. We can also find, in this typical location, a variety of celebrations, along the year, which are rooted in its specific and authentic characteristics.

Despite this what has been done to promote and divulge the area and its touristic potentials (by the governmental entity which is responsible for tourism in the centre of the country) has not been enough and it has not accomplish its purpose, because Constância's means and conditions have not properly been used in the way they could and should help developing tourism, in a regional as well as in a national perspective.

We can conclude saying that what we own doesn't correspond to what has been shown.

Key-words: Culture, Heritage, Tourism, Camões, Constância.

1. Um Concelho com Séculos de História e uma Forte Identidade

A colina onde Constância se ergue, no encontro do Zêzere com o Tejo, é, do ponto de vista das condições naturais que proporciona à vida e às atividades humanas, um lugar privilegiado. Desde logo porque oferece água em abundância, por ter, não um, mas dois rios – os dois maiores rios do centro do território português. Depois porque os rios sempre foram, e apesar de tudo ainda são, abundantes em peixe de grande variedade. Por outro lado, a travessia de ambos sempre ofereceu oportunidades e criou problemas: as oportunidades foram ganha-pão de muitas gerações de barqueiros, antes de aqui haver pontes, construídas apenas nos dois últimos séculos; os problemas da travessia tornariam este lugar, até ao século XIX, num dos mais importantes pontos estratégicos em termos militares, quer no controlo da linha do Tejo quer na passagem para ocidente, cruzando o Zêzere. Por isso, sempre houve aqui, desde a época romana até aos primeiros anos do século passado, alguma construção fortificada. E, mais do que tudo, os rios proporcionaram, até há bem pouco tempo, condições de navegação que permitiram fazer deles a principal via de penetração no território, ligando o litoral ao interior e fazendo passar por eles, como grandes estradas líquidas, todo o género de mercadorias do campo e da cidade (**vd. Figura 1.**).

Figura 1. Constância: no encontro do Zêzere com o Tejo, um lugar muito propício à fixação e às atividades humanas

Num lugar como este, com tantos, tão diversos e tão relevantes recursos naturais para a vida humana, cedo as comunidades se fixaram, estabelecendo um povoado que foi evoluindo, num processo de milénios, até à vila que tem hoje o nome de Constância.

Os romanos, considerando a impetuosidade com que o Zêzere, nesse tempo em que corria livremente sem a prisão das barragens, desaguava no pachorrento Tejo, entrando por ele adentro, ter-lhe-ão chamado *Pugna Tagi* [combate do Tejo], *«em referência ao embate que as águas do Tejo […] produziam na sua arrebatadora corrente»* » (cit. por MENDONÇA, 1995: 203 MATOS, 1889). Terá sido dessa designação que derivou mais tarde o nome *Punhete* que a vila teve durante muitos séculos, desde os primeiros tempos da nacionalidade até 1836 quando a rainha D. Maria II, a pedido dos seus habitantes que não gostavam do nome, o mudou para Constância (1).

Da fortificação que existiu na foz do Zêzere, provavelmente desde o período romano, nada se sabe até ao século XII. Mas sabe-se que, quando Punhete foi conquistada aos árabes por Gonçalo Mendes da Maia, em 1150, havia no local um castelo em muito mau estado de conservação que foi reconstruído, dois anos depois, por ordem de Gualdim Pais, mestre da Ordem Militar do Templo (COSTA, 1977: 39, nota 34). E foi a torre desse castelo que daria nome ao palácio dos Sande, senhores da vila no século XVI: o palácio da Torre, então erguido no mesmo local ao gosto renascentista, conheceria uma intensa vida social e cultural, tendo sido frequentado pelo rei D. Sebastião – que várias vezes veio à povoação e a fez vila, em 1571 – e por Luís de Camões, amigo dos donos da casa. Desabitado na sequência da restauração da independência, o edifício foi-se arruinando, restando, nos finais de oitocentos, apenas a torre, visível em fotografias da época, que seria demolida em 1906 (*Livro de Atas das Sessões da Câmara Municipal de Constância*, sessão de 4 de maio de 1904, livro n.º 11, fls. 85 v.). Mais de um século passado, e nada havendo no local, continua o povo, que sabe guardar memória, a chamar-lhe, como sempre fez, *a Torre*.

Muito mais do que da pesca, que sempre garantiu a sobrevivência de alguns dos seus habitantes, a importância de Punhete derivava sobretudo da posição estratégica do seu porto, no encontro dos rios, e do intenso tráfego de mercadorias que, pelo menos desde finais da Idade Média, por eles se fazia, em especial pelo Tejo, ligando estas terras do interior à cidade de Lisboa. A este lugar privilegiado, verdadeiro entroncamento dos caminhos fluviais desse tempo, afluíam os produtos do campo e da charneca que chegavam por terra – a palha, a cortiça, o azeite, o vinho, a fruta – mais os do pinhal e os da Serra da Estrela que desciam o Zêzere e aqui se embarcavam para seguir para Lisboa (**vd. Figura 2.**). E na volta os barcos haveriam de trazer os produtos da capital que faziam falta no interior – o sal (que tantas e tão importantes utilizações tinha então), os objetos produzidos pelos ofícios, mais recentemente os adubos. E, não havendo outros meios de comunicação, os barcos traziam também as notícias do país e do mundo que subiam o Tejo na boca dos embarcados. Tudo isto chegava a Punhete e daqui irradiava depois para diferentes povoações da região.

Figura 2. Barco de água acima transportando cortiça

Nesta azáfama do transporte fluvial se ocupavam os marítimos – como aqui se designavam os tripulantes dos barcos de transporte –, levando vida arriscada, sobretudo durante o inverno, nas longas e imprevisíveis viagens do ir e do voltar. Por isso desenvolveram o culto a Nossa Senhora da Boa Viagem, documentado desde o último quartel do século XVIII (2), fazendo-lhe em cada ano, no dia a seguir à Páscoa, uma sentida e vistosa festa que, mesmo não havendo já marítimos, se continua a cumprir no nosso tempo com renovada pujança.

Paralelamente à intensa atividade marítima e ao concomitante comércio de mercadorias, Punhete desenvolveu a construção e a reparação navais nos seus estaleiros, situados na margem do Zêzere, onde se produziam e concertavam embarcações para vários portos do Tejo.

A importância estratégica e económica de Punhete, mesmo antes de ser vila, é testemunhada pela frequência com que os reis a ela se deslocavam, tratando de negócios ou fugindo à peste. D. Pedro I esteve aqui em 6 de abril de 1362; em 17 de março de 1438, a povoação foi visitada por D. Duarte e, no princípio do século seguinte, em outubro de 1505, quando, por causa da peste que assolava Lisboa, o rei D. Manuel decidiu transferir a corte para Almeirim, parte da comitiva instalou-se em Punhete, o mesmo acontecendo um ano e meio depois, em maio de 1507 (MENDONÇA, 1995: 296).

Nesses princípios do século XVI, Punhete era, sem dúvida, uma localidade que pesava, de todos os pontos de vista, na região central do reino e, em especial, no vale do Tejo. Em 1527 contava 311 fogos, o que fazia dela uma povoação idêntica a Torres Novas (que tinha 351 fogos), Alenquer (337) ou Vila Franca (311), maior do que o Cartaxo (224) e muito mais populosa do que Sintra (198), Cascais (172), Pombal (160), Chamusca (156), Alcobaça (127) (Coelho, 1986: 171) e tantas outras. E, enquanto porto fluvial, Punhete orgulhava-se de ter, em meados desse século XVI, 120 embarcações, ao passo que Santarém dispunha de apenas 100 e Abrantes, cabeça do concelho de que Punhete fazia parte, contava 180.

Face ao crescimento e ao desenvolvimento que apresentava, não admira que Punhete aspirasse à sua autonomia relativamente a Abrantes. E seria D. Sebastião, o tão desejado dos portugueses, a fazer-lhe justiça, reconhecendo-lhe os seus direitos e regalias, fazendo-a vila, fixando-lhe termo e criando o concelho por Carta de Sentença de 30 de maio de 1571 (3).

De todos os monarcas portugueses, foi D. Sebastião o que manteve com Punhete uma mais intensa relação, visitando-a várias vezes. A primeira delas, com apenas 15 anos de idade e um de reinado, foi em 1569, fugindo à peste e procurando aqui refúgio. Em 28 de setembro desse ano, o rei e o seu séquito «forão de Thomar à villa da Chamusca, e de caminho visitaram em Punhete a Santa Imagem de Nossa Senhora» (Serrão, 1982: 121) dos Mártires, muito venerada na época. No ano seguinte voltou e terá sido dessa vez que tomou a mais importante decisão respeitante a Punhete, que seria passada a escrito em 1571 – a de a fazer vila e criar o concelho, desanexando-o do de Abrantes.

A visita de outros reis, pelos séculos adiante, é reveladora da importância de Punhete no contexto do médio Tejo, em especial devido ao relevante papel desempenhado pelo seu porto fluvial e pelo labor dos seus marítimos. De entre essas reais presenças na vila destacam-se as de D. Maria II – que lhe mudou o nome para Constância, em 1836 –, a do seu filho, o rei D. Pedro V, que aqui veio, em 1861, ver as obras da construção da ponte ferroviária para a passagem da linha do leste, a primeira ponte construída sobre o Tejo em território português (4), e a do rei D. Carlos, já no final do século.

Em diversos momentos da História de Portugal o concelho de Constância teve participação ativa, se não mesmo decisiva, como foi o caso durante as invasões francesas. No outono de 1807, depois de ter estabelecido quartel-general em Abrantes, Junot avançou na direção de Punhete com a intenção de chegar rapidamente a Lisboa a fim de deter a família real e tomar conta do poder. Andava o tempo muito chuvoso e o Zêzere, não havendo ainda barragens, corria muito caudaloso e revolto, tornando impossível a travessia que, na ausência de pontes, era forçoso que se fizesse em barcas ou a vau. O exército francês foi forçado a deter-se na vila por três dias – durante os quais, aliás, provocaria importantes desmandos e estragos – e essa circunstância terá dado tempo ao regente D. João e à família real para, com a ajuda da armada britânica, retirar para o Brasil, deixando Junot a ver navios e assim salvaguardando a independência nacional.

Ao longo de quase meio milénio que leva de concelho e não obstante a pequena dimensão do seu território e o reduzido número dos seus habitantes, Constância foi parte ativa na construção do país que somos e, muito por força dos seus rios e da íntima relação que ao longo dos séculos estabeleceu com eles, estruturou uma identidade muito própria que se vem afirmando e persiste no nosso tempo. Este lugar, no encontro do Zêzere com o Tejo, guarda um imenso conjunto de memórias, de relevante significado histórico local, regional e nacional que merece ser conhecido e o visitante tem o direito de desfrutar.

2. Os Rios, a Atividade Marítima e a Festa de Nossa Senhora da Boa Viagem

Mercê da sua localização geográfica privilegiada, bem no centro do país e na confluência de dois grandes rios, Constância desempenhou durante séculos, como dissemos, um relevante papel no tocante ao transporte e ao comércio de mercadorias. Da sua vocação marítima e da

devoção à Senhora da Boa Viagem, protetora dos homens dos barcos, que sempre lhe andou associada, resultou a encantadora festa que todos os anos aqui se realiza pela Páscoa.

Embarcados para viagens de muitos dias, para ir a Lisboa e voltar, num Tejo que conheciam bem mas que estava coalhado de perigos, armadilhas e dificuldades, em especial no tempo invernoso – como as correntes, os baixios, os redemoinhos, os temporais, os bancos de areia, a falta de vento –, e não tendo, muitas vezes, forma de evitar e, menos ainda, de dominar essas adversidades, os marítimos apegavam-se à mãe do céu, acolhendo-se à sua proteção. E por isso, em chegando a primavera e o tempo da Páscoa, a festa maior do calendário litúrgico católico, os homens do mar paravam a faina por uns dias para agradecer à Senhora da Boa Viagem (**vd. Figura 3.**), um ano inteiro de favores, fazendo-lhe uma sentida festa e renovando-lhe o seu pedido de amparo para outro ano de perigos que aí vinha. Assim, na semana santa os barcos de Punhete iam acostando aos cais da vila para uns dias de pausa, de descanso e de mudança de ciclo, durante os quais se estava um pouco mais de tempo com a família, se reviam os amigos, se celebrava a Páscoa e se fazia, no dia seguinte, a Festa, antes de voltar ao mar para a labuta de sempre.

Figura 3. Nossa Senhora da Boa Viagem, imagem do século XVIII

O ponto alto dos festejos, após a missa solene na Igreja Matriz, era a procissão da Senhora da Boa Viagem que dela descia até às margens dos rios, o Zêzere primeiro e o Tejo depois, para a ansiada Bênção dos Barcos. Todos os barcos da vila se engalanavam para receber a graça da Senhora e muitos outros vinham de diversos portos do Tejo, trazidos pelos seus arrais que os camaradas de Constância convidavam para se lhes juntar. A Festa da Boa Viagem, mais do que uma festividade da vila, sempre teve este significado de grande festa coletiva do Tejo.

Durante uns duzentos anos – desde a sua fundação, na segunda metade do século XVIII até aos anos ’60 do século passado –, sempre foram os marítimos que se encarregaram da organização da Festa, nomeando em cada ano um festeiro que ficava responsável pela realização dos festejos do ano que viria. A passagem do testemunho ocorria no dia seguinte ao da Festa, chamado Terça-feira de Praia, quando os marítimos se reuniam, com as suas famílias, no areal do Zêzere, para um almoço de confraternização, durante o qual se efetuava a entrega da bandeira azul da Boa Viagem ao novo festeiro, assim se encerrando o ciclo que seria reaberto na Páscoa seguinte.

A chegada do comboio, na segunda metade do século XIX, e sobretudo a vulgarização do transporte rodoviário de mercadorias, através das camionetas e depois dos camiões, iniciada a partir do final da II Guerra Mundial, vieram transferir para o caminho de ferro e para as estradas uma atividade que durante muitos séculos se fizera pelos rios. Por esse motivo, os barcos de transporte foram aportando, sem trabalho para fazer, e os marítimos tiveram de abandonar a atividade e mudar de vida para poderem ganhar o pão de cada dia para si e para as suas famílias.

Deixando de ter quem a organizasse, por já não haver marítimos nem festeiros, seria natural que a Festa definhasse e acabasse por desaparecer com eles. Mas não foi isso que aconteceu: graças ao empenho da Paróquia de Constância e de uns quantos paroquianos que muito prezavam a tradição e o que ela significava, a Festa continuou a ser feita todos os anos, mesmo sendo poucos os participantes na procissão e cada vez menos os barcos para receber a Bênção.

Precisamente por escassearem os barcos e sendo cada vez mais necessária a proteção do céu para as viagens pelas estradas, foi introduzida, ainda nos anos ’60, a Bênção das Viaturas na principal praça da vila – tradição já com meio século que continua a cumprir-se no nosso tempo. É curiosa esta capacidade de integração: tendo os barcos sido vítimas do transporte rodoviário, acabou a Festa por chamar a si os automóveis para que sejam abençoados também…

A meio dos anos ’80 a Festa estava em profunda decadência. Ciente disso, a Câmara Municipal decidiu intervir, criando, em 1987, as Festas do Concelho que abarcam o fim de semana da Páscoa e a segunda-feira da Boa Viagem. Sem, evidentemente, interferir na parte religiosa da Festa que compete à paróquia, o município passou a promover uma série de iniciativas, introduzindo elementos novos e atraindo outros públicos, assim conferindo à tradicional Festa outro dinamismo e outra visibilidade, revitalizando-a, promovendo-a e dando-a a conhecer a nível nacional. As ruas floridas, as tasquinhas típicas, o Grande Prémio da Páscoa em atletismo, a Mostra de Atividades Económicas, as exposições, os espetáculos musicais e o fogo de artifício são alguns dos ingredientes desta grande transformação que se operou nas Festas de Constância nas últimas décadas, transformando-as não apenas numa importante festa coletiva que alimenta a autoestima do concelho mas num grande cartaz turístico nacional que traz à vila muitas dezenas de milhar de visitantes em cada Páscoa (**vd. Figura 4.**). As Festas do Concelho e, em especial, a Festa de Nossa Senhora da Boa Viagem são, sem a menor dúvida, um dos mais significativos e relevantes recursos turísticos – particularmente do turismo religioso e cultural – do Médio Tejo e do Centro de Portugal.

Figura 4. Rua florida nas Festas do Concelho

A importância da Festa, da sua evolução e da sua relação com a história marítima do concelho estão patentes no Museu dos Rios e das Artes Marítimas, criado pelo município em 1998. Organizado em três espaços, o museu documenta as três atividades principais desenvolvidas durante a longa História de Constância: o transporte fluvial, a construção e reparação navais e a pesca. Para além de evidenciar a importância dessas atividades e dos rios Tejo e Zêzere que as permitem, o Museu dos Rios tem por missão investigar, recolher, preservar, valorizar e divulgar um considerável espólio relacionado com a vida e com o trabalho de muitas gerações. Uma visita ao Museu dos Rios e das Artes Marítimas é sempre uma viagem a um tempo ido em que existiam modos de viver muito diferentes dos atuais, alguns dos quais entretanto desaparecidos, num cenário de rios que permanece e num universo de memórias que dá sentido à História, à identidade e às perspetivas de futuro de Constância.

3. Camões, a *Vila Poema* e as Pomonas Camonianas

Uma tradição popular muito antiga, passada de geração em geração e documentada desde a segunda metade do século XIX (5), afirma que Luís de Camões, o maior dos nossos poetas, terá vivido durante algum tempo em Punhete, ainda jovem, entre 1548 e 1550. E o povo apontava umas ruínas à beira do Tejo como tendo sido a casa que terá acolhido o épico durante a sua permanência na vila.

Sobre as ruínas dessa casa, de raiz quinhentista – classificadas em 1983 como imóvel de interesse público (6) –, que foram consolidadas, ergueu-se, no início deste século, a Casa-Memória de Camões. Sonho e obra de uma vida de Manuela de Azevedo, a primeira jornalista portuguesa, atualmente com 103 anos, o processo de construção e de funcionamento da Casa-Memória tem sido particularmente complexo, arrastando-se por muito tempo devido a uma

série de dificuldades, sobretudo financeiras. A vontade da sua fundadora e da Associação Casa-Memória de Camões que a gere é que ela fixe, honre e divulgue a profunda ligação do poeta à vila de Constância e venha a ser, no futuro, um Centro Internacional de Estudos Camonianos.

O Monumento a Camões, de mestre Lagoa Henriques e o Jardim-Horto de Camões, desenhado pelo arquiteto Gonçalo Ribeiro Teles completam a trilogia evocativa da presença do épico em Constância.

Virado ao Zêzere, o Monumento a Camões representa o poeta como um jovem, ainda com os dois olhos, evocando a sua figura na época em que aqui terá vivido. É, seguramente, um dos lugares mais visitados em Constância, sendo frequente as pessoas sentarem-se ao lado da estátua e deixarem-lhe afagos e flores (**vd. Figura** 5.).

Figura 5. Monumento a Camões de mestre Lagoa Henriques

Ali a dois passos, o Jardim-Horto camoniano apresenta a maior parte das plantas mencionadas por Camões na sua obra, num total de 52 espécies. Com vários outros motivos de interesse, como um painel de azulejos reproduzindo o perfil dos três continentes percorridos pelo poeta, um pequeno auditório reproduzindo o planetário de Ptolomeu, a maior esfera armilar de Portugal, pesando cerca de 500 quilos, oferta da Escola Superior de Belas-Artes de Lisboa, um poço de traça árabe e uma âncora seiscentista retirada do Tejo e classificada pelo Museu de Marinha – o Jardim-Horto de Camões é o mais original e vivo jardim erguido no mundo a um poeta.

A presença de Camões perpassa toda a vila de Constância e está entranhada no sentir coletivo, sendo parte integrante da memória do povo. Os camonistas, como Adriano Burguete e Manuela de Azevedo, sustentam que o poeta colheu aqui inspiração para os seus versos. E não custa aceitar essa ideia, tantos e tão fortes são os motivos que a vila oferece para se versejar. Como facilmente conclui quem percorre a povoação, Constância é uma das mais belas e mais encantadoras vilas de Portugal, aninhada na colina que desce para o Tejo e para o Zêzere e organizada segundo uma muito antiga malha urbana que se ajeita à orografia do lugar, multiplicando as escadinhas, as ruelas, os becos, os arcos, os recantos de singular beleza e especial sentido poético. Não admira, por isso, que muitos outros poetas a tenham eleito como inspiradora. Alguns estabeleceram mesmo com ela uma relação muito especial, habitando-a e deixando aqui muito da sua própria memória. São os casos, entre vários outros, de Alexandre O'Neill – que tinha uma casa em Constância e lhe deixou a sua biblioteca particular, disponível ao público na Biblioteca Municipal que tem o seu nome – e Vasco de Lima Couto que igualmente viveu na vila, no belíssimo e histórico edifício que é agora a Casa-Museu Vasco de Lima Couto.

Esta essência poética de Constância, este ambiente de poesia que perpassa o corpo da vila, que qualquer visitante sente, mesmo poeta não sendo, levou a Câmara Municipal a adotar, em 1990, por proposta que lhe apresentámos, o epíteto Constância, Vila Poema que o tempo consagrou e hoje funciona como uma espécie de sobrenome da vila.

A ligação de Constância à memória de Camões não é uma mera evocação histórica: é uma ligação profunda, sentida pela comunidade e em cada ano expressa e reforçada por ocasião das Pomonas Camonianas. Celebradas pelo 10 de Junho, dia de Camões, são, no essencial, uma exposição/venda de frutos e de flores mencionados pelo poeta na sua obra e assumem o caráter de evocação da época em que Camões viveu e por aqui passou. Durante meses, os alunos, professores e funcionários de todas as escolas do concelho, dos jardins de infância ao ensino secundário, com a colaboração dos pais e encarregados de educação, preparam um diversificado conjunto de apresentações que inclui danças renascentistas e declamação de poesia camoniana com que presenteiam a comunidade e os milhares de visitantes que nesses dias demandam a vila (**vd. Figura 6.**). Vestidos de clérigos, nobres e povo, os jovens da Escola Luís de Camões de Constância recriam o ambiente dos tempos em que o épico terá pisado este chão, pousado os olhos nestes rios, vivido o espírito poético desta terra. Aqui não há espetáculos encomendados, nem empresas de animação para construírem ambientes de épocas passadas, como acontece em tantos outros eventos do género pelo país fora. Aqui tudo é autêntico, nosso, feito com a nossa gente, com o seu saber, a sua criatividade, o seu esforço, o seu empenho, o seu sentimento de pertença à terra que acolheu Camões. Tendo como inspiradora Pomona, a deusa romana dos frutos e dos jardins que Camões também cantou, as Pomonas Camonianas tiveram início em 1994. Passados 20 anos, são já os filhos dos alunos que fizeram as primeiras Pomonas que dão forma às Pomonas da atualidade. Esta evocação de Camões e do seu tempo rapidamente ocupou um lugar de destaque no calendário das realizações culturais do município, afirmando-se como um poderoso instrumento de reforço do sentimento camoniano coletivo.

Figura 6. Pomonas Camonianas: danças quinhentistas por crianças das escolas do concelho

4. Um Património Construído Imenso, Variado e Significativo

Em todo o território do concelho, mas sobretudo na vila, Constância dispõe de um importante e diversificado conjunto patrimonial, incluindo vários imóveis classificados, que são expressão da sua identidade e que o visitante pode desfrutar (7).

Desde logo a vila no seu conjunto. Constância, Vila Poema é linda de todas as formas: vista à distância, em especial a partir da ponte do Tejo ou da margem que lhe está defronte, vista por dentro no seu labiríntico tecido de ruelas e becos, percorrida a pé, sentida no seu corpo poético (**vd. Figura 7.**).

Figura 7. Constância, Vila Poema

No alto da colina, a tudo presidindo e de cujo adro se alcança uma das mais belas panorâmicas sobre o casario e os rios lá em baixo, ergue-se a majestosa Igreja de Nossa Senhora dos Mártires, matriz da vila. Imóvel de interesse público desde 19548, o templo foi sendo construído ao longo de séculos, a partir de uma capela inicial erguida ainda no século XVI, embora o essencial da obra, que deu feição ao conjunto, tenha sido realizado no reinado de D. João V, aproveitando o desafogo económico proporcionado pela abundância de ouro proveniente do Brasil. São dessa época a torre sineira, o belíssimo relógio de sol, as seis estátuas do interior, o sacrário e o púlpito. Boa parte dessas maravilhas é obra do italiano João António de Pádua que trabalhou igualmente na Quinta de Santa Bárbara, então propriedade dos jesuítas. Das suas oito capelas laterais salienta-se a de Nossa Senhora da Boa Viagem, construída por iniciativa dos marítimos da vila na segunda metade do século XVIII, que acolhe a imagem então aí colocada e que continua todos os anos a sair em procissão, em segunda-feira de Páscoa, para abençoar os barcos e as viaturas. Para além de valiosos quadros, retábulos e imagens, merecem destaque o órgão, adquirido em 1827 e recuperado em 2002, e a magnífica alegoria de Malhoa, pintada no teto nos últimos anos do século XIX, que representa a assunção de Nossa Senhora à vista de Constância e dos seus dois rios – o majestoso e pachorrento Tejo, simbolizado na figura de um ancião de longas barbas brancas, e o arrebatado e impetuoso Zêzere, simbolizado na figura atlética de um homem jovem.

Outra importante peça do património religioso da vila, situada mais abaixo, na proximidade da praça, é a Igreja da Misericórdia, também classificada como imóvel de interesse público (9). Construção seiscentista, concluída provavelmente em 1696 – a data inscrita no portal –, apresenta uma fachada simétrica e harmoniosa, sendo o portal encimado por um gracioso nicho que acolhe a imagem da Senhora da Fé. O mais valioso, contudo, aprecia-se no interior, completamente forrado a azulejos de meados do século XVII, de uma beleza extraordinária, em especial os que adornam e destacam o púlpito de pedra. Notável é também o retábulo em talha do altar-mor, do mesmo século, cujo dourado desapareceu com o passar do tempo, e o escudo de armas do rei D. Pedro II que reinava em Portugal quando a igreja foi concluída.

Merecem ainda destaque as imagens do Senhor da Misericórdia, da Senhora da Fé, de Santa Luzia e do Senhor dos Aflitos, bem como as seis telas provenientes dos antigos Passos que existiram na vila até à República. No chão alinham-se 24 túmulos, numerados, preenchendo todo o espaço reservado aos fiéis. A Igreja, que, na sequência das invasões francesas, serviu de matriz entre 1811 e 1822, teve anexo o Hospital da Misericórdia.

Na praça, verdadeiro centro social, económico, religioso, administrativo e político da vila durante séculos, ergue-se, gracioso, o pelourinho de Constância, uma das peças do património mais apreciadas e mais fotografadas de todo o concelho. Foi aqui colocado em 1821, graças a uma subvenção atribuída pelo rei D. João VI, uma vez que o antigo pelourinho, que se situara na praça velha, logo ao lado no caminho para o Tejo, tinha sido completamente destruído pela invasão dos franceses comandados por Junot. A posição excêntrica que ocupa relativamente à praça tem a ver com o facto de ter sido implantado em frente da antiga igreja de S. Julião, tradicional matriz de Constância, fustigada pelas cheias e devastada pelos franceses, que acabaria por ser demolida em 1833, dando origem à atual praça – a Praça Nova –, chamada de Alexandre Herculano a partir de 1910. O pelourinho é constituído por uma coluna de fuste simples, encimada por um capitel jónico coroado por uma esfera armilar em ferro forjado e tem a sua base assente num pedestal atualmente com dois degraus, circundado por oito frades que aí foram colocados no início do século XX. Símbolo da autonomia e da justiça municipais, o pelourinho de Constância é uma peça de grande significado simbólico e especial interesse artístico.

Terra de rios, Constância é, como se compreende, uma terra de pontes. Tem cinco nas proximidades da vila, todas importantes, seja pela função que exercem, seja pelo valor patrimonial que encerram. A mais antiga, que desempenhou importante papel durante mais de cem anos mas já desativada do trânsito automóvel, é a ponte de Santo Antoninho, situada pouco depois da saída para Abrantes. Toda em cantaria, foi mandada construir por D. João VI, em 1825, para utilidade pública, como se refere no padrão colocado na sua proximidade. A ponte e o padrão foram recentemente classificados como *conjunto de interesse público* (10).

Sobre o Tejo há duas pontes, uma ferroviária e outra rodoviária. São paralelas e estão agarradas uma à outra, pelo que quem olha pensa que se trata de uma ponte só. A ferroviária, onde passa a linha do leste, foi construída pela CP nos anos ’80, desafetando do trânsito dos comboios a existente que foi adaptada ao trânsito rodoviário. Continua a cumprir a sua importante função de ligar as duas partes do concelho, situadas uma de cada lado do Tejo, embora com muitos condicionalismos, visto o trânsito só se poder fazer num sentido de cada vez, alternadamente, e com limitações de velocidade e de altura dos veículos. No lugar onde se situam estas duas pontes existiu por algum tempo, na segunda metade do século XIX, uma outra ponte, ferroviária, inaugurada em 1862 quando se construiu o caminho de ferro do leste, ligando o Entroncamento ao Rossio de Abrantes e daí para Elvas e Espanha e para a Beira Baixa. Embora muita gente não saiba, essa primitiva ponte ferroviária de Constância foi a primeira ponte construída sobre o Tejo em território nacional, antes ou mesmo muito antes de todas as outras pontes de ferro – a rodoviária de Abrantes (1870), a de D. Luís em Santarém (1881), a ferroviária de Abrantes (1889), a de D. Amélia em Muge (1904) e a de Isidro dos Reis na Chamusca (1909).

O rio Zêzere tem igualmente duas pontes. A que fica mesmo em frente à vila, já centenária, inaugurada em 1892, é um bom exemplar da arquitetura do ferro. A outra é a ponte de betão sobre a qual passa a autoestrada A23, que liga Torres Novas à Guarda. Construída nos anos ’90, essa via veio facilitar imenso as acessibilidades e permitiu que Constância esteja hoje a pouco mais de uma hora de viagem de Lisboa e a menos de duas da fronteira de Vilar Formoso.

Voltando ao património religioso, e para além dos imóveis classificados de que já se fez menção, o concelho de Constância possui um conjunto muito vasto e diversificado de outros motivos de interesse que o turista poderá apreciar. Refiram-se, sumariamente, a igreja de Santa Margarida, do século XVII, a de Nossa Senhora da Assunção (matriz de Montalvo), setecentista, a capela de Sant'Ana – a única sobrevivente de um conjunto de cinco que a vila de Constância tinha no século XVIII –, o convento de Nossa Senhora da Boa Esperança, das irmãs Clarissas do Desagravo, em Montalvo, a capela de Santo António em Constância Sul (herdeira da segunda que se erigiu em Portugal, no século XIII, logo após a canonização do mais popular dos nossos santos), a igreja de S. João em Malpique, a Igreja de S. Pedro na Portela e a capela do Campo Militar de Santa Margarida.

Em termos de património arqueológico no território do concelho e para além de inúmeras estações já inventariadas (11), mencionem-se as ruínas de Alcolobre (uma villa romana dos séculos I a III), na quinta do Carvalhal – Santa Margarida da Coutada e a popularmente designada *Cidade da Escória* (uma villa do Baixo Império), em Montalvo.

Há um número enorme de outros motivos de interesse, tanto no que respeita ao património público como ao privado.

No primeiro caso, refiram-se ainda a Torre do Relógio – propriedade municipal onde se encontra instalado o relógio público da vila, um dos pouquíssimos exemplares do século XVIII, de um ponteiro só, ainda a funcionar em Portugal e na qual se instalou, há poucos anos, o Miradouro do Tempo, de onde o visitante pode admirar uma das mais belas vistas sobre os telhados de Constância e o encontro dos rios –, a Fonte Velha (uma fonte monumental da segunda metade do século XIX), o cemitério de Constância (um dos primeiros cemitérios liberais portugueses, de 1833, ainda em funcionamento), o edifício dos antigos Paços do Concelho na rua Luís de Camões e a Casa João Chagas (agora adaptada a unidade de alojamento).

No que respeita ao património privado, não podem ficar sem menção, antes de mais, a Quinta de Santa Bárbara, situada nas proximidades da vila, que remonta ao século XVI e, por pertencer a um amigo de Camões, muito provavelmente foi frequentada pelo nosso épico. Mais tarde pertenceu aos jesuítas que nela fizeram grandes obras, tanto no solar (atualmente uma unidade de turismo rural) como na sua preciosa capela. Na vila, um conjunto significativo de casas particulares, interessantes do ponto de vista arquitetónico e significativas em termos históricos, merece ser apreciado: a Casa do Tejo, a Casa da Torre, o Palácio, o Casarão do dr. Godinho, a Casa da Boa Viagem, a Vivenda Carolina, a Vivenda Santo António, a Casa de Preanes. E ainda o notável exemplar da arquitetura neoclássica da rua Luís de Camões, construído para escola de meninas e que depois teve diferentes utilizações até alojar, na atualidade, a sede do Clube Estrela Verde.

5. A Ciência e a Natureza em Equipamentos de Primeira Qualidade

Do ponto de vista do turismo científico e do turismo de natureza, o concelho de Constância dispõe de dois equipamentos de grande qualidade que proporcionam excelentes e variados programas de atividades durante todo o ano: o Centro Ciência Viva – Parque de Astronomia e o Parque Ambiental de Santa Margarida.

Situado no alto de Santa Bárbara, um lugar de grande tranquilidade, nas proximidades da vila, de onde se alcança uma vastíssima vista, está o Centro Ciência Viva – Parque de Astronomia.

(**vd. Figura 8.**). A funcionar, inicialmente, a partir do ano 2000, como Observatório Astronómico e da Natureza, integra a rede de Centros Ciência Viva desde 2004 e é visitado todos os anos por muitos milhares de pessoas, com destaque para os alunos das escolas de todo o país. Dispõe de um conjunto diversificado de equipamentos, a maior parte dos quais ao ar livre: a Galáxia, uma estrutura móvel que representa algumas caraterísticas da Via Láctea; o Sistema Solar que representa o sol e os planetas, respeitando a escala de distâncias entre eles; o Carrocel de Saturno, o Carrocel de Júpiter e o Carrocel Sol-Terra-Lua, plataformas que representam os vários sistemas planetários; um relógio de sol analemático que evidencia as diferentes alturas atingidas pelo sol e os desvios da hora solar ao longo do ano; um observatório solar – observatório astronómico constituído por cinco cúpulas móveis que abrigam telescópios de várias aberturas; a esfera celeste e o globo, de grandes dimensões; um planetário com capacidade para 40 pessoas, equipado com um sistema digital que permite simular o céu observável em qualquer hora, data ou latitude; um laboratório de holografia em que se podem criar imagens a três dimensões através de padrões de interferência de luz; e outros mais. O alto de Santa Bárbara é, de facto, o lugar mais perto do céu…

Figura 8. Centro Ciência Viva – Parque de Astronomia

Em Vale de Mestre, do outro lado do Tejo, está o Parque Ambiental de Santa Margarida (**vd. Figura 9.**). Num espaço de seis hectares em plena natureza, ao dispor do público desde 2002, o Parque Ambiental oferece diversos equipamentos, com destaque para a torre de observação, o jardim de plantas aromáticas e medicinais, os módulos didáticos para exploração de temáticas ambientais e a ecoteca. Um programa diversificado de atividades, que compreende, entre muitas outras, visitas guiadas, circuitos de interpretação ambiental e percursos de observação e interpretação da natureza, proporciona formas ativas de desfrutar a natureza e de aprender acerca dela no mais adequado espaço – o da própria natureza.

Figura 9. Parque Ambiental de Santa Margarida

Desde 2013, no interior do Parque Ambiental, está em funcionamento um curioso e muito visitado Borboletário Tropical. Trata-se de um espaço criado para dar a conhecer o mundo das borboletas, contribuindo para o conhecimento da biologia e ecologia destes insetos e servindo, assim, como modelo para compreender a importância da conservação da diversidade de seres vivos. No interior do Borboletário o tempo está sempre quente e húmido. Desta forma é possível manter vivas, durante todo o ano, borboletas tropicais que esvoaçam por entre a vegetação. Cientistas, alunos e professores das escolas, famílias com ou sem crianças, turistas, todos têm no Borboletário um universo especial, verdadeiramente exótico, onde podem observar diversas espécies de borboletas, incluindo algumas de dimensões consideráveis, todas de uma beleza indizível. Entrar no Borboletário é ter a sensação que, de repente, os trópicos vieram de visita ao Parque Ambiental para nos pôr diante dos olhos um mundo de maravilha.

6. O Pouco que se Está Mostrando

Do que fica dito – que não tem a pretensão de ser exaustivo – resultam óbvias a riqueza, a variedade e o significado do muito de que o concelho de Constância dispõe em termos históricos, culturais, naturais e patrimoniais e que pode (e deve) ser encarado, valorizado e promovido como recursos turísticos.

A recente reorganização dos organismos que tutelam o turismo no nosso país, que levou à extinção das regiões de turismo e à criação das entidades regionais de turismo, não veio favorecer os pequenos municípios como Constância. Bem pelo contrário.

O Turismo Centro de Portugal, em que o concelho de Constância ficou integrado, abrange uma vastíssima região entre o Vouga e o Tejo, com regiões tão diferentes e contrastantes como a Ria de Aveiro e Castelo Branco, a Serra da Estrela e o Oeste e ainda Coimbra, Viseu / Dão Lafões e a *nossa* Leiria.Fátima / Tomar. 100 concelhos – 100! Uma imensidão. E, acima de tudo, uma imensíssima diversidade, na qual é muito difícil vislumbrar alguma identidade… O Turismo do Centro tem, evidentemente, consciência disto. Ao abrir o seu portal (12) – http://www.turismodocentro.pt –, o que surge em destaque é o logotipo e, por baixo, a expressão *Um país dentro do País*, bem reveladora da miscelânea que o turismo do centro é. E a nova marca do Turismo do Centro, apresentada como *a marca do turismo da diversidade*, não consegue disfarçar, antes acentua, a óbvia constatação de que estamos a falar de uma entidade sem identidade… (**vd. Figura 10.**).

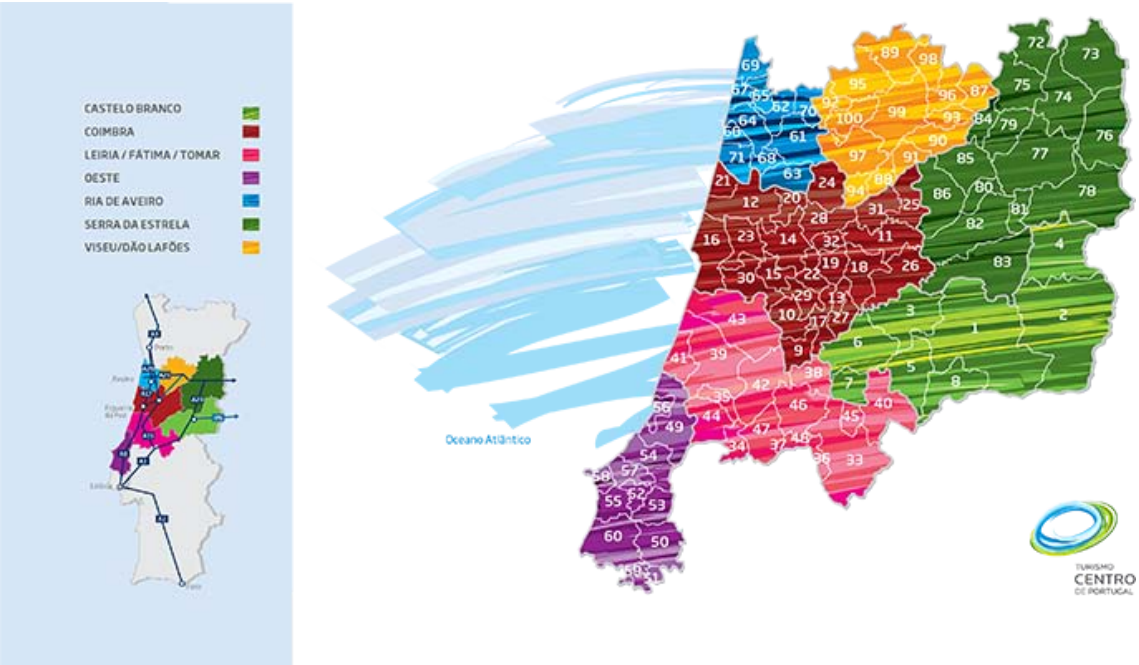


Figura 10. Mapa do Turismo do Centro

Leiria.Fátima / Tomar é a designação que o Turismo do Centro encontrou para identificar a sub-região a que Constância pertence. Essa designação fala por si própria: do que se trata, em grande parte, é de Leiria, de Fátima (sobretudo de Fátima) e de Tomar. O restante território parece ser subsidiário. É nele que Constância está.

Neste quadro, não se pode esperar que os recursos turísticos e as atividades culturais do pequeno concelho de Constância possam ter uma considerável visibilidade no imenso universo da área abrangida pelo Turismo do Centro. Mesmo tendo em consideração as reduzidas dimensões do município, parece claro que riquezas patrimoniais como a tradição marítima da vila, a sua relação com Camões e a bicentenária Festa de Nossa Senhora da Boa Viagem extravasam os limites do seu território e assumem relevância ao nível da região e mesmo do país. Deveriam, por isso, merecer um destaque e uma divulgação consentâneos com o significado que encerram e a riqueza cultural que representam. E sendo o turismo religioso um dos vetores em que assenta a estratégia de promoção da sub-região Leiria.Fátima / Tomar,

faria todo o sentido que, para além do fenómeno de Fátima e da Festa dos Tabuleiros de Tomar, se destacassem igualmente outras manifestações não menos significativas e tradicionais, como é o caso da Festa de Nossa Senhora da Boa Viagem em Constância.

Na imensa imensidão do território abrangido pelo Turismo Centro de Portugal, o concelho de Constância mais parece uma migalha, mal visível numa extremidade do mapa. O 36 de 100. Pouco mais que nada…

AGRADECIMENTO

Um agradecimento especial à nossa amiga Isabel Fernandes.

NOTAS

(1) Sobre a mudança do nome da vila, cf. o nosso artigo Notável vila da Constância, *Boletim Informativo* da Câmara Municipal de Constância, n.º 4, julho / agosto 1990, p. 6.

(2) Sobre a história e o significado da Festa de Nossa Senhora da Boa Viagem, vejam-se os nossos livros *Festas de Nossa Senhora da Boa Viagem em Constância: a Bênção dos Barcos e o Abraço dos Homens* e *Nos Rios de Constância: a Faina, a Fé e a Festa*, publicados pela Câmara Municipal de Constância em 1991 e 1998, respetivamente, bem como o artigo A mesma Fé, as mesmas Gentes, o mesmo Tejo. Senhora da Boa Viagem: uma história com dois séculos, in *Boletim Informativo* da Câmara Municipal de Constância, n.º 25, jan.º / fev.º 1994, p. 8/11.

(3) A Carta de Sentença de D. Sebastião que elevou Punhete à categoria de vila e criou o concelho encontra-se publicada em *Carta Régia de Punhete (Constância) 1571*, editada pela Câmara Municipal de Constância em 2007, com coordenação e contextualização histórica nossas e análise paleográfico-diplomática, transcrição e glossário de Maria José Azevedo Santos.

(4) Sobre a ponte de Constância, a primeira construída sobre o Tejo em território português, cf. o nosso trabalho *Histórias do Património do Concelho de Constância*, Constância: Câmara Municipal de Constância, 1999, p. 67/69.

(5) Por ocasião do 3.º centenário da morte de Camões, em junho de 1880, a Câmara Municipal de Constância, associando-se à onda de homenagens ao épico que então percorria o país, realizou uma sessão solene, deixando em ata a significativa nota de ser *«certo o dizer-se que Luís de Camões residira por algum tempo nesta povoação»* [*Livro de Atas das Sessões da Câmara Municipal de Constância*, sessão de 11 de junho de 1880, livro n.º 7, fls. 59 v.]. Trata-se da mais antiga prova documental conhecida que atesta a tradição popular da presença de Camões na vila.

(6) Decreto n.º 31/83, de 9 de maio.

(7) Sobre o património construído do concelho de Constância, veja-se o nosso trabalho *Histórias do Património do Concelho de Constância*, Constância: Câmara Municipal de Constância, 1999.

(8) Decreto n.º 39521, de 30 de janeiro de 1954.

(9) Decreto n.º 95/78, de 12 de setembro.

(10) Portaria 265/2010, de 8 de abril.

(11) Veja-se BATISTA, Álvaro, *Carta Arqueológica do Concelho de Constância*, Constância: Escora – Associação de Jovens para a Preservação Cultural e Arqueológica de Montalvo, 2004.

(12) Escrevemos em 13 de março de 2015.

BIBLIOGRAFIA

BATISTA, Álvaro – **Carta Arqueológica do Concelho de Constância**, Constância: Escora – Associação de Jovens para a Preservação Cultural e Arqueológica de Montalvo, 2004.

COELHO, António Borges – **Quadros para uma Viagem a Portugal**, Lisboa: Ed. Caminho, 1986.

COELHO, António Matias, (ed) – **Carta Régia de Punhete (Constância) 1571**, Constância: Câmara Municipal de Constância, 2007.

COELHO, António Matias – **Festas de Nossa Senhora da Boa Viagem em Constância: a Bênção dos Barcos e o Abraço dos Homens**, Constância: Câmara Municipal de Constância, 1991.

COELHO, António Matias – **Histórias do Património do Concelho de Constância**, Constância: Câmara Municipal de Constância, 1999.

COELHO, António Matias – **Nos Rios de Constância: a Faina, a Fé e a Festa**, Constância: Câmara Municipal de Constância, 1998.

COSTA, Maria Clara Pereira da – **Da Investigação Histórica sobre a Casa de Camões em Constância**, s.l.: Comissão para a Reconstrução da Casa de Camões em Constância, 1977.

MATOS, F. A. de – **Diccionario Chorographico de Portugal**, Lisboa: Deposito, 1889.

MENDONÇA, Manuela – **Cidades, Vilas e Aldeias de Portugal,** Lisboa: Ed. Colibri, vol. I, 1995.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo – **Itinerários de el-rei D. Sebastião (1568/1572)**, Lisboa: Academia Portuguesa da História, vol. I, 1962.

DOCUMENTAÇÃO DE ARQUIVO

ARQUIVO MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA – Atas das Sessões da Câmara Municipal de Constância, Livro n.º 11 (1901-1905).

CRÉDITOS FOTOGRÁFICOS

Câmara Municipal de Constância e António Matias Coelho.

CAMINHOS MARIANOS DE PORTUGAL, NO SEU SMARTPHONE. SIM OU NÃO?

João Caldeira Heitor

Doutorando em Turismo na Universidade de Lisboa

Rua Casal D'Além, 33

Casais dos Montes

2435-431 Olival – Ourém, Portugal

jmcheitor@gmail.com

Caminhos Marianos no seu Smartphone. Sim ou Não?

João Caldeira Heitor

Historial do artigo:

Recebido a 06 de julho de 2015

Revisto a 13 de julho de 2015

Aceite a 20 de julho de 2015

RESUMO

Portugal contém um vasto património religioso dedicado à Mãe de Deus. Uma herança consolidada ao longo dos últimos séculos, de braço dado com a história e a identidade do povo português. Em torno das igrejas e dos santuários devotos a Nossa Senhora, foram criados roteiros que constituem os *Caminhos Marianos de Portugal*. Existindo aplicações para smartphone direcionadas para a viagem, enquanto experiência turística e cultural, o presente artigo propõe a criação de uma aplicação para este tipo de telemóveis de última geração, sobre: Os Caminhos Marianos em Portugal.

Palavras-chave: Caminhos Marianos, Aplicações Smartphone, Turismo de Experiências

ABSTRACT

MARIAN PATHS OF PORTUGAL, ON YOUR SMARTPHONE. YES OR NO?

Portugal has a vast religious patrimony dedicated to the Mother of God. A consolidated heritage over the past centuries, hand in hand with the history and the identity of the Portuguese people. Around the churches and shrines devoted to Our Lady, scripts have been created that constitute the: Marian Path Portugal. Existing applications for Smartphone targeted for the journey as a tourist and cultural experiences, this article propose the creation of an application for this type of high-end mobile phones, on: The Marian Paths in Portugal.

Key-words: Marian Paths, Smartphone Applications, Tourism Experiences.

1. Introdução

De norte a sul do país existem igrejas e mosteiros erigidos em torno da crença e da fé em Nossa Senhora, mas, que, simultaneamente consubstanciam conquistas militares, expressões artísticas, culturais e a história da nossa identidade, enquanto povo.

Este património visitado por crentes, peregrinos, romeiros e turistas, declama a biografia das localidades, das regiões, do país e de Portugal no mundo. As aparições de Nossa Senhora de Fátima, em 1917, despertaram a devoção de milhões de pessoas dos cinco continentes que hoje se deslocam à Cova de Iria, enquanto local de culto, de fé e de paz.

Existindo este legado, conservado e preservado pela igreja, pelo estado, pelos municípios e reconhecido pelo Turismo de Portugal foi editado o livro "*Caminhos Marianos – Caminhos da Fé*", onde é definido um roteiro em torno destas estruturas religiosas, que representam uma riqueza patrimonial e identitária de Portugal.

Os Caminhos Marianos e o fenómeno da peregrinação tem, na opinião de António Dantas, Bispo da Diocese de Beja, em Santuário de Fátima (2007: 84), "*a sua razão profunda no ser humano, que procura realizar-se*". Nesse sentido "*o homem só encontra a sua realização plena no termo de uma peregrinação, interior e exterior e que, normalmente, se processa num caminhar ao encontro do sagrado, tornando acessível em determinado lugar ou experiência concreta". António Dantas recorre a CF W. Bruckner, para caracterizar a peregrinação como romaria com grande afluência de povo a lugares sagrados, túmulos de santos, santuários com uma imagem ou devoção popular, procissões, entre outros*". Neste sentido estabelece-se, uma vez mais e através desta definição, a relação entre os santuários, as igrejas e a peregrinação.

A antropologia, enquanto ciência, identifica a peregrinação como um fenómeno universal e de todas as religiões que exprimem um tempo de forte espiritualidade, uma passagem do efémero ao real, da morte à vida, do homem à divindade (Santuário de Fátima, 2007, Iop, 2004, La Taille, 2009).

As peregrinações registaram um crescimento exponencial, embora seja difícil distinguir entre peregrinações e turismo. Para António Dantas, em Santuário de Fátima (2007: 93) pode "afirmar-se que todo o peregrino é ou pode ser, ao mesmo tempo, turista, mas que o turista não é um peregrino".

Ao longo dos últimos anos, as tecnologias de informação e comunicação têm desenvolvido ferramentas tecnológicas inovadoras que visam oferecer à atividade turística novas respostas e novos conceitos.

Todos reconhecemos a importância do uso da tecnologia nas nossas vidas. Assim, interessa avaliar se o turista se faz acompanhar da tecnologia em viagem, e se a ela recorre, com a mesma espontaneidade, como no dia-a-dia.

Gretzel e Fesenmaier; O'Leary e Gretzel defenderam que o uso dos smartphones em viagem é uma realidade em todo o mundo, e que este fenómeno foi compreendido, assumido e integrado pelo turismo que, operou o desenvolvimento de projetos de aplicações móveis nas mais diversas áreas.

É igualmente importante observar o contínuo desenvolvimento de aplicações móveis, nos últimos anos, como resposta às necessidades dos turistas e o aperfeiçoamento de diversas funcionalidades e contextos paralelos que estão relacionados com a atividade turística.

Existindo, presentemente, diversas aplicações para smartphone direcionadas para a viagem, enquanto experiência turística, o presente artigo propõe a criação de uma aplicação para este tipo de telemóveis de última geração, subordinada ao tema: Os Caminhos Marianos em Portugal.

2. Enquadramento

Ao longo da história, pelas mais variadas razões e motivos, o Homem assumiu a Mãe de Deus como uma guia espiritual. O culto mariano, quase tão antigo como o próprio culto a Cristo, tem referência nos livros dos Evangelhos e do Novo Testamento, comprovando que a veneração a Nossa Senhora é lícita e compreendida junto do crente, do peregrino, do romeiro e até do simples viajante ou turista.

Em Portugal, as comunidades, a igreja e as ordens religiosas apelaram por proteção à Mãe de Deus, louvando-a, através da pintura, da escultura entre outras manifestações do pensamento cristão. Estes apelos e louvores conduziram à edificação de igrejas e santuários de norte a sul do país.

Como refere Duarte (2014: 8) "*O Mapa da Europa, e também o mapa de Portugal, se traçados todos os pontos relativos ao culto mariano, será uma constelação de incontáveis luzeiros, compostos por ermidas, igrejas, santuários, altares e outros monumentos de ordem diversa e com expressão diferenciada*".

Durante várias dinastias os reis identificaram Portugal como "*terra de Santa Maria*", comprovando a ligação do poder político à imagem da Mãe de Deus. No período da monarquia portuguesa muitos foram os reis que mandaram erigir igrejas por conquistas alcançadas, promessas e manifestações de fé. D. Afonso Henriques consagrou uma igreja a Nossa Senhora da Oliveira. Após a batalha de Aljubarrota, D. João I mandou construir o Mosteiro em honra de Santa Maria da Vitória. Já D. João IV dedicou o Santuário de Nossa Senhora da Conceição, a Nossa Senhora de Vila Viçosa.

De norte a sul do país existem igrejas e mosteiros que representam muito mais do que lugares de devoção. São locais que foram erguidos em torno da crença e da fé em Nossa Senhora, mas que simultaneamente consubstanciam conquistas militares, expressões artísticas, culturais e históricas.

Este património visitado por crentes, peregrinos e turistas declama a história das localidades, das regiões, do país e de Portugal no mundo. As Aparições de Nossa Senhora de Fátima, em 1917, despertaram a devoção de milhões de pessoas dos cinco continentes que hoje se deslocam à Cova de Iria, enquanto local de culto, de fé e de espiritualidade.

Existindo este legado, conservado e preservado pela igreja, pelo estado, pelos municípios e reconhecido pelo Turismo de Portugal foi publicado em maio de 2014 o livro "*Caminhos Marianos – Caminhos da Fé*", onde o seu autor, Marco Daniel Duarte, define um roteiro em torno destas estruturas religiosas e que pretende "*favorecer tão-somente uma visita a imagens e lugares de devoção, mas outrossim contribuir para a fruição de todo um conjunto de construções que proporcionam uma experiência estética, normalmente decorrente dessas imagens cultuadas, na maioria dos casos, consideradas milagrosas*".

Efetivamente, este guia disponibiliza a lista do património edificado "*pois é este que serve de palco à celebração da festa em torno daquela que os católicos consideram Mãe de Deus*". Sobre este propósito Duarte (2014: 10) referencia que "*a festa, como acontecimento antropológico e social, não se transmite através da palavra: faz-se, experiencia-se, cheira-se, dança-se, canta-se, vive-se*".

Assim, percorrer este roteiro exige que o crente, o peregrino ou o turista se envolva com cada lugar, em cada canto, imbuído num espírito clerical, histórico e ou cultural, de forma exploratória, com a convicção que está a percorrer um Caminho Mariano.

3. Caminhos Marianos – Portugal Caminhos de Fé

De acordo com o livro "*Caminhos Marianos – Portugal Caminhos da Fé*", no território nacional podemos percorrer quinze roteiros, compostos por setenta e oito igrejas e santuários:

3.1. Entre Caminha e Lousada

3.1.1. Igreja de Nossa Senhora da Agonia, Viana do Castelo;

3.1.2. Santuário de Nossa Senhora da Abadia, Santa Maria do Bouro, Amares;

3.1.3. Santuário de Nossa Senhora do Sameiro, Braga;

3.1.4. Igreja de Nossa Senhora da Oliveira, Guimarães.

3.2. Entre Matosinhos e Oliveira de Azeméis

3.2.1. Igreja de Santa Maria de Leça do Balio, Leça do Balio, Matosinhos;

3.2.2. Santa Maria do Porto ou Nossa Senhora do Porto da Eterna Salvação ou Nossa Senhora de Vandona, Catedral do Porto, Porto;

3.2.3. Igreja dos Santos Cosme e Damião, Matriz de Gondomar, Gondomar;

3.2.4. Capela de Nossa Senhora das Amoras, Raiva, Castelo de Paiva;

3.2.5. Igreja de Nossa Senhora de Entre- Águas, Válega, Ovar;

3.2.6. Santuário de Nossa Senhora de La Salette, Oliveira de Azeméis.

3.3. Entre Montalegre e Miranda do Douro

3.3.1. Mosteiro de Santa Maria das Júnias, Pitões das Júnias, Montalegre;

3.3.2. Santuário de Nossa Senhora do Pranto, Argeris, Valpaços;

3.3.3. Santuário de Nossa Senhora da Saúde, Valpaços;

3.3.4. Santuário de Nossa Senhora do Amparo, Mirandela;

3.3.5. Convento de Nossa Senhora de Balsemão, Chacim, Macedo de Cavaleiros;

3.3.6. Santa Maria Maior, Catedral de Miranda do Douro, Miranda do Douro.

3.4. Entre Lamego e Vila Flor

3.4.1. Santuário de Nossa Senhora dos Remédios, Lamego;

3.4.2. Igreja de Santa Maria, Marco de Canaveses;

3.4.3. Capela de Nossa Senhora da Pena, Mouçós, Vila Real;

3.4.4. Igreja de Nossa Senhora da Piedade, Sanfins do Douro, Alijó.

3.5. Entre Sernancelhe e Vila Velha de Ródão

3.5.1. Santuário de Nossa Senhora da Lapa, Quintela, Sernancelhe;

3.5.2. Santa Maria na Catedral de Viseu, Viseu;

3.5.3. Santuário de Nossa Senhora do Castelo, Mangualde;

3.5.4. Igreja de Nossa Senhora do Açor, Açores, Celorico da Beira;

3.5.5. Capela de Nossa Senhora do Mileu, Guarda;

3.5.6.S anta Maria na Catedral da Guarda, Guarda;

3.5.7. Nossa Senhora da Esperança, Igreja Paroquial de Belmonte, Belmonte;

3.5.8. Nossa Senhora da Graça, Igreja Paroquial de São Pedro, Manteigas;

3.5.9. Nossa Senhora da Boa Estrela ou Senhora dos Pastores, Serra da Estrela, Covão do Boi, Manteigas;

3.5.10. Igreja de Santa Maria Maior, Covilhã;

3.5.11. Igreja de Nossa Senhora da Póvoa, Vale da Senhora da Póvoa/ Vale de Lobos, Penamacor;

3.5.12. Igreja de Nossa Senhora do Almortão, Idanha-a-Nova.

3.6. Entre Oliveira do Hospital e Penacova

3.6.1. Santuário de Nossa Senhora das Preces, Aldeia das Dez, Oliveira do Hospital;

3.6.2. Igreja de Santa Maria Maior, Matriz de Góis;

3.6.3. Santuário de Senhora da Piedade, Miranda do Corvo;

3.6.4. Santuário de Nossa Senhora da Piedade, Lousã;

3.6.5. Igreja de Nossa Senhora do Cardal, Pombal;

3.6.6. Igreja Paroquial de Cernache, Cernache, Coimbra;

3.6.7. Convento de Nossa Senhora dos Anjos, Montemor-o-Velho;

3.6.8. Santa Maria de Coimbra, Sé Velha, Coimbra;

3.6.9. Mosteiro de Santa Maria de Lorvão, Lorvão, Penacova.

3.7. Entre Leiria e Lourinhã

3.7.1. Santuário de Nossa Senhora da Encarnação, Leiria;

3.7.2. Santuário de Nossa Senhora do Rosário de Fátima, Cova da Iria – Fátima, Ourém;

3.7.3. Mosteiro de Santa Maria da Vitória, Batalha;

3.7.4. Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça, Alcobaça;

3.7.5. Santuário de Nossa Senhora da Nazaré, Sítio da Nazaré, Nazaré;

3.7.6. Nossa Senhora da Piedade, Porta da Vila, Óbidos;

3.7.7. Igreja de Santa Maria, Óbidos;

3.7.8. Igreja de Nossa Senhora do Pópulo, Caldas da Rainha.

3.8. Entre Ferreira do Zêzere e Arruda dos Vinhos

3.8.1. Capela de Nossa Senhora da Piedade, Tomar;

3.8.2. Igreja de Nossa Senhora da Graça, Santarém;

3.8.3. Mosteiro de Santa Maria de Almoster, Almoster, Santarém.

3.9. Entre Lisboa e Mafra

3.9.1. Santa Maria Maior, Sé Patriarcal de Lisboa;

3.9.2. Mosteiro de Santa Maria de Belém, Mosteiro dos Jerónimos, Belém, Lisboa;

3.9.3. Igreja de Nossa Senhora da Saúde, Lisboa;

3.9.4. Santuário de Senhora da Conceição da Rocha, Queijas.

3.10. Entre Alcochete e Almada

3.10.1. Convento de Nossa Senhora da Arrábida, Azeitão;

3.10.2. Santuário de Nossa Senhora do Cabo, Cabo Espichel, Sesimbra.

3.11. Entre Nisa e Cuba

3.11.1. Santuário de Nossa Senhora da Conceição, Vila Viçosa;

3.11.2. Santuário de Nossa Senhora de Brotas, Brotas, Mora;

3.11.3. Mosteiro de Nossa Senhora do Espinheiro, Canaviais, Évora;

3.11.4. Santuário de Nossa Senhora d´Aires, Viana do Alentejo.

3.12. Entre Mourão e Aljustrel

3.12.1. Convento de Nossa Senhora do Carmo, Moura;

3.12.2. Igreja de Nossa Senhora da Assunção, Mértola;

3.12.3. Basílica de Nossa Senhora da Conceição, Castro Verde;

3.12.4. Santuário de Nossa Senhora da Cola, Castro da Cola, Ourique.

3.13. Entre Grândola e Odemira

3.13.1. Igreja de Nossa Senhora das Salas ou das Salvas, Sines;

3.13.2. Igreja de Nossa Senhora da Piedade, Odemira.

3.14. Entre Aljezur e Lagoa

3.14.1. Igreja de Nossa Senhora da Graça, Sagres, Vila do Bispo;

3.14.2. Igreja de Nossa Senhora da Conceição, Silves;

3.14.3. Capela de Nossa Senhora da Rocha, Lagoa, Porches.

3.15. Entre Castro Marim e Loulé

3.15.1. Igreja de Nossa Senhora dos Mártires, Matriz de Castro Marim, Castro Marim;

3.15.2. Igreja de Santa Maria do Castelo, Tavira;

3.15.3. Central de Santa Maria, Faro.

4. Inovação em Turismo

O conceito de turismo, de acordo com Malerba (2001, 2004), assenta num sistema setorial de inovação e produção. O turismo engloba todas as atividades dedicadas à satisfação das necessidades dos turistas, sendo composto de ofertas e atividades diversificadas, entre o espaço físico e o tempo, levando a uma necessária estruturação e articulação entre os dois elementos. Todavia, é na combinação destes, separados no tempo e espaço (CACCOMO, SOLONANDRASANA, 2001), que os obtemos.

De acordo com Neto (2013: 90) "Os novos instrumentos tecnológicos proporcionados pelas Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) deram origem na última década a novas formas de intermediação comercial, ao contato direto entre o turista, destino e oferta."

Nesse sentido, e ao longo dos últimos anos, as TIC têm desenvolvido ferramentas tecnológicas inovadoras que visam oferecer à atividade turística novas respostas e novos conceitos. O turismo tem enfrentado o desafio de "conhecer, dominar e saber utilizar todas as ferramentas à sua disposição" Neto (2013: 90).

Miles (2001) defende que as novas ferramentas tecnológicas aplicadas ao turismo proporcionam a criação de projetos inovadores, representando um importante passo para o desenvolvimento das atividades turísticas e para o setor do turismo (HJALAGER, 2002).

Nos dias de hoje, e recorrendo às várias plataformas e instrumentos tecnológicos, o turista define a sua viagem, contacta as estruturas de alojamento e de transporte, marca atividades, escolhendo por si mesmo, e em tempo real, as ofertas existentes na «rede».

Inúmeras tecnologias móveis, que incluem aplicações específicas para o turismo, vieram enriquecer a indústria do turismo, através da criação de novas bases de conhecimento e de dados que são disponibilizadas ao turista, enquanto consumidor final. Estes produtos alteraram o funcionamento do mercado do turismo, transformando o «modus operandi» de algumas áreas do setor.

Inovação implica interações entre os atores tradicionais de turismo e os «produtores» dos processos inovação, pelo que a difusão dos novos produtos requer o envolvimento de todos os profissionais de turismo. Maskell *et al.* (2005: 2) sustentam que "identificar, selecionar, aproximar e interagir-se com novos parceiros e protagonistas são processos complexos".

A utilização de inovadores produtos de software, combinados com o acesso à internet através do uso dos smartphones revolucionou a oferta turística, e a relação desta com o turista.

De acordo com Rogers (1995), o elemento que determina a adoção e a difusão de novas tecnologias, assenta no grau com que a inovação é percebida e assimilada pelos seus destinatários. Assim, os resultados e benefícios da inovação têm que ser claros, para que o

número de utilizadores aumente. Logo, as variáveis de tempo e de difusão da inovação são fundamentais para a adesão e para o sucesso da mesma.

Recorrendo ao software, à internet e ao uso das recentes tecnologias móveis, o Homem tem desenvolvido projetos de sucesso, apresentando ofertas diversificadas, assimiladas pelos profissionais do turismo e utilizadas pelos turistas aderentes.

A avaliação do impacto do uso destas modernas tecnologias encontra-se numa fase incipiente em termos de resultados, face ao reduzido número de estudos efetuados. Todavia, nas investigações realizadas Brown, Kappes e Marks defendem que o uso destas tecnologias está a propagar-se com grande velocidade, levando a que os gestores do setor do turismo tenham reorientado a sua ação e estratégia, interna e externa, no sentido de aceder aos novos produtos e responder às novas necessidades.

Sendo o turismo um setor portador de uma inovadora atividade, difusora e utilizadora das novas tecnologias de informação e comunicação (BUHALIS, LAW, 2008; HALL, WILLIAMS, 2008), a sua adoção concretizou-se de forma espontânea por parte dos turistas.

4.1. Os Smartphones no Turismo

Os telemóveis de última geração, identificados como smartphones, tornaram-se importantes ferramentas que permitem aos turistas "navegar" no mundo da informação disponível através do acesso à internet. Alguns estudos sobre o uso dos smartphones ajudam-nos a compreender, que o uso destes telemóveis de última geração, em viagens, é incentivado pela utilização diária destes equipamentos; pela fiabilidade das novas aplicações e informações disponibilizadas online; por experiências anteriores; e pela convicção que o recurso ao smartphone tem o potencial de transformar, substancialmente, a experiência turística (RASINGER *et al.,* 2009).

Nos últimos anos, desde o lançamento do iPhone e dos aplicativos disponibilizados pelo iTunes, que conferimos um crescente aumento e adoção do uso de smartphones. Estes novos equipamentos possuem eficientes processadores e modernos sistemas operacionais, com acesso à internet de banda larga, bem como com a capacidade de utilização de aplicativos que, no caso em apreço, se destacam numa ampla oferta na área do turismo (GRETZEL, 2010; WANG, PARK, FESENMAIER, 2012).

Diversos estudos de utilização de smartphones em viagens tendem a concentrar-se em aspetos específicos, tais como o impacto do uso de smartphones durante a experiência turística (Kramer, Modsching, ten Hagen, & Gretzel, 2007; Tussyadiah & Zach, 2012). Os resultados indicam que o uso destes equipamentos se baseia na necessidade e no desejo dos turistas acederem às novas ferramentas e aplicativos disponíveis, para adquirirem informação e escolherem, por si, o passo seguinte, transformando o significado e a dimensão da viagem (JANSSON, 2007; WANG et al., 2012).

Estudos mais recentes têm tomado uma perspetiva mais ampla e defendido que a informação tecnológica se entrelaçou na vida diária do Homem, incluindo nas viagens que diariamente fazemos (MACKAY, VOGT, 2012).

4.1. O Uso dos Smartphones em Viagens

No consequente processo de evolução dos destinos turísticos e das preferências dos turistas, ao longo dos últimos anos várias tendências apontam para a importância do turismo de experiências, no seio do desenvolvimento económico, com a criação e comercialização de diversas ofertas diferenciadoras. O conceito de autenticidade introduzido por Wang (2000) carateriza a experiência turística como uma oferta de atividades onde o turista se entrega, absorvendo o meio que o envolve, potenciando as emoções e as sensações.

Cohen (1972) e MacCannell (1973) descreveram a viagem e o comportamento do turista, num plano assente em atividades estruturais, de acordo com o destino a visitar.

Posteriormente, Craig-Smith & French, (1994) define a experiência turística como um processo em que o turista define, por ele próprio, a pré-viagem, a viagem, o regresso e a pós-viagem.

As últimas análises e estudos suportam a tese de que a experiência turística deve ir além dessa visão estrutural, baseada em atividades, abrangendo o consumo de outros produtos turísticos, paralelos e complementares de acordo com a desejo e as motivações intrínsecas de cada turista (URIELY, 2005).

É neste sentido que a experiência turística se assume como um processo onde cada turista tem os seus motivos, que podem coincidir com a maioria dos restantes, mas que divergem nas razões intrínsecas de cada um: o visitar um local; a crença; a curiosidade; a ligação à comunidade; a ligação à história; o cumprir um desejo, representa a integração num conjunto de atividades, interpretações e sensações dentro de um determinado espaço e tempo (RYAN, 2002; JENNINGS, WEILER, 2006).

São esses processos de vida que moldam o Homem e alteram as suas vontades, desejos e inclusivamente, os processos de celebração e de introspeção, de acordo com a natural falência do ser humano, enquanto matéria.

Gretzel *et al.* (GRETZEL, FESENMAIER, O'LEARY, 2006; GRETZEL, 2010) argumentam que as novas ferramentas tecnológicas desempenham uma importante função no desenvolvimento das experiências turísticas. O uso dos smartphones durante as viagens propiciam a interação entre o turista e espaço real, que se encontra a visitar, através de um acesso virtual.

Gretzel e Jamal (2009) argumentam que a adoção e o uso de tecnologias móveis representam um potencial catalisador para uma nova geração de turistas. Para estes autores, o uso do smartphone em viagens pode ocorrer em três fases distintas que assentam num momento de pré-consumo (onde se procede à consulta, programação da viagem, entre outras); ao consumo (que fornece informações, opções de escolha diversa, entre outras); e ao pós-consumo (que permite a partilha, a recordação pelo registo tecnológico, entre outras).

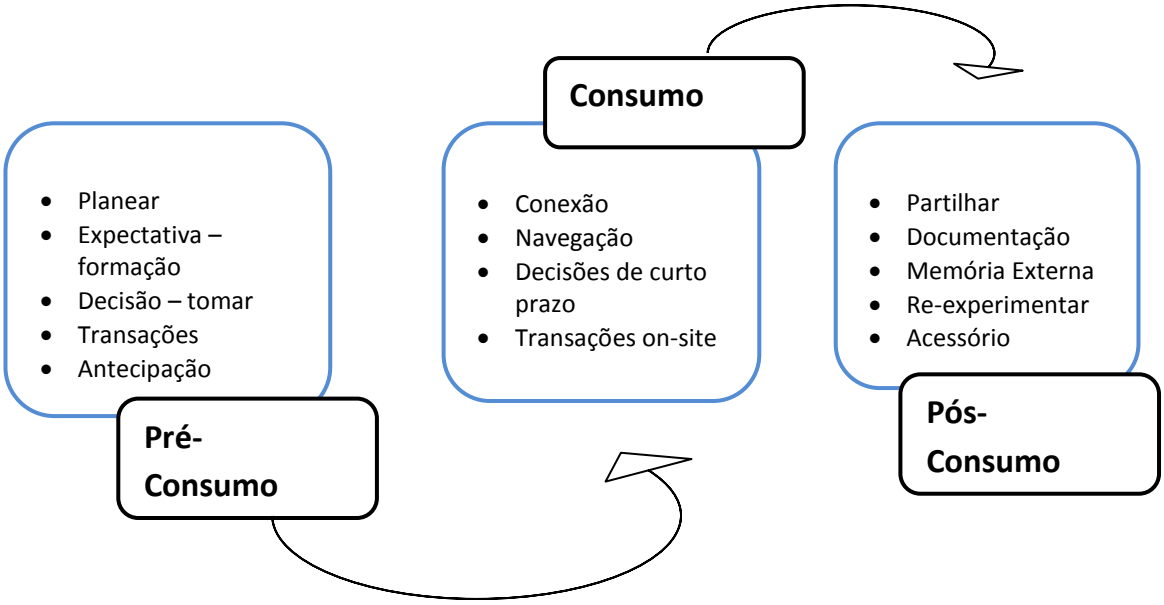


Figura 1. Três fases da experiência turística e a transformação pelas TIC (adaptado de Gretzel *et al.*, 2006).

Se na primeira fase o turista recorre ao computador e ao tablet, é na segunda fase, de consumo, que o smartphone ganha dimensão acrescida enquanto instrumento de apoio, registo, partilha e que utiliza na terceira fase para transferir os ficheiros produzidos durante a experiência realizada.

Oh, Lehto e Park (2009) defendem que um dos desafios do turismo assenta na capacidade de se desenvolverem aplicações móveis que atendam às necessidades dos turistas para personalização e interação em diferentes contextos de viagem.

A utilização dos smartphones em viagem influencia a experiência turística, pela oferta diversificada de atividades que, *online*, se podem consultar e desenvolver, estimulando e promovendo as sensações, as emoções e contribuindo para a compreensão do local que se encontra a visitar (KRAMER et al., 2007. NEUHOFER, 2012; TUSSYADIAH, ZACH, 2012; WANG et al., 2012

4.2. Tecnologias e Smartphones Referenciando Património da Igreja Católica em Portugal

De acordo com Santuário de Fátima (2007: 95), Dantas refere a importância da "divulgação que se faz do Santuário, na imprensa, na internet" assim como a realização de eventos que ampliem a mensagem de Deus. Efetivamente, a internet e as novas tecnologias da informação e da comunicação são ferramentas de uso diário de empresas, instituições e das pessoas.

4.2.1. Orações para os Peregrinos aos Santuários Marianos

Consciente desta dimensão e realidade, no uso das tecnologias de informação e comunicação, a igreja católica portuguesa concretizou em 2010, o projeto "Passo a Rezar" do Apostolado de Oração. (http://www.passo-a-rezar.net/snao/).

Já em 2014, lançaram uma nova proposta com a sugestão de um esquema de orações para quem peregrina a Santuários Marianos – *Os Passos com Maria*. O Reitor do Santuário de Fátima, padre Carlos Cabecinhas, reconheceu que este projeto vai ajudar "os peregrinos a melhor prepararem e viverem a sua peregrinação à Cova da Iria e a outros santuários dedicados a Maria". Os «Passos com Maria» são propostas diárias de oração com nove ficheiros, "sendo o primeiro para um tempo de oração no dia antes da partida, o segundo no dia do início do caminho, cinco orações com temas diferentes para cada dia e, para concluir, um ficheiro para o dia da chegada e outro para o dia após o regresso a casa". (http://www.passo-a-rezar.net/passos-com-maria/).

4.2.2. Just in Time Tourist

A aplicação "Just in Time Tourist" (JiTT), criada pela *iClio* (http://www.iclio.net) é um guia turístico para smartphones que ajuda a planear uma viagem de acordo com os interesses de cada um. A iClio decidiu construir um guia turístico que alia uma "gestão inteligente do tempo às histórias das cidades", ao mesmo tempo que tem em conta os interesses pessoais do utilizador e propõe percursos turísticos em função deles. De forma a evitar que o viajante se transforme num "turista acidental", a JiTT quer dar acesso, a quem tenha pouco tempo para visitar uma cidade, mas queira ficar a conhecer o essencial, a um "mapa detalhado", com indicações da melhor forma de chegar a um determinado local, informações sobre a história e cultura dos locais e "aspectos mais curiosos" do que se visita. (http://jitt.travel/)

Convicto da importância deste tipo de ferramentas, em 2014, o Turismo do Centro de Portugal aderiu a esta aplicação, para algumas das mais relevantes cidades desta região. Na apresentação da aplicação para a cidade de Fátima, o Presidente desta entidade justificou a escolha fazendo "justiça à ambição de posicionar o Centro nas tendências das novas tecnologias, aumentando a notoriedade da região e o número de turistas". (http://www.cm-ourem.pt/index.php/component/content/article/208-turismo/1999-2014-12-29-16-57-09.html). O responsável do Turismo do Centro referiu ainda o potencial deste recurso que permite "ultrapassar as barreiras de assimetrias geográficas", disponibilizando ao turista "a oportunidade de criar a sua própria experiência", indo assim "ao encontro das expetativas e necessidades do turista informal".

Na aplicação JiTT "Turismo do Centro – Fátima" há referência ao património histórico, cultural e religioso que integra, presentemente, o Santuário de Nossa Senhora de Fátima enquanto um dos maiores Santuários Marianos do mundo. Nesta cidade, a fé e a religiosidade vividas estão omnipresentes, com cerca de 5 milhões de visitantes por ano, num dos locais que integra os Caminhos Marianos em Portugal.

De referir que esta aplicação esteve em análise num dos seminários da 58ª reunião da Organização Mundial do Turismo subordinada ao tema "'Mobile Technologies for Improving the Tourism Experience', através do "CEO da iClio, empresa responsável pelo desenvolvimento

da ferramenta, como keynote speaker no primeiro painel". (http://www.publituris.pt/2015/03/24/219780/)

4.2. Caminhos Marianos de Portugal, no seu Smartphone?

O uso dos smartphone em viagem é já uma realidade em todo o mundo, tendo já sido compreendido, assumido e integrado pelo setor do turismo, que tem operado e desenvolvido, em conjunto com o setor empresarial, aplicações móveis nas mais diversas áreas da atividade turística.

Estas aplicações móveis são uma resposta às necessidades dos turistas e o aperfeiçoamento de diversas funcionalidades, ofertas e contextos paralelos que estão relacionados com a atividade turística.

Existindo aplicações para smartphone direcionadas para a viagem, enquanto elemento potenciador da experiência turística, e tendo sido traçado um conjunto de roteiros identificando os Caminhos Marianos em Portugal, propõe-se a criação de uma aplicação para este tipo de telemóveis de última geração, subordinada ao tema: Os Caminhos Marianos em Portugal.

Esta aplicação pretende proporcionar ao crente, ao peregrino e ao turista, experiências mais autênticas, devidamente documentadas através de conteúdos escritos, fotográficos e de vídeo, de todas as igrejas e santuários identificados nos quinze roteiros que, de norte a sul, constituem os Caminhos Marianos.

A aplicação deve conter informações em quatro línguas: português, castelhano, francês e inglês, descrever as estruturas físicas, referir a data de construção, a história do edificado, as características arquitetónicas, as imagens, as peças de arte sacra, assim como as lendas sustentadas pela cultura popular ao longo dos séculos.

Paralelamente, e para que a aplicação não se torne num simples guia digital e tecnológico, importa incluir imagens de vídeo das principais romarias e procissões que anualmente ocorrem nestes locais, com a referência ao dia em que os mesmos ocorrem.

Por fim, a aplicação deve abranger informação ao nível de estruturas de restauração, postos de turismo, lojas de artesanato, museus, atividades complementares, agenda cultural, animação turística e noturna, hotéis, pontos de interesse, mapas, geolocalização, *partilha de informação através do facebook, twitter e email, e acesso a conteúdos offline.*

O desenvolvimento desta aplicação visa criar uma base de dados e de conhecimento que pode ser consultada no pré-consumo, fornecendo, previamente, ao peregrino e ao turista informações que lhes permitam responder às suas necessidades e ambições em torno de cada roteiro do Caminho Mariano.

Simultaneamente, e durante a viagem, ela proporcionará a cada protagonista, a gestão dos percursos e das atividades a desenvolver, transformando assim a experiência peregrina e turística, conferindo-lhe autenticidade e perpetuando-a através dos registos que simultaneamente podem ser efetuados através do smartphone.

Sendo os Caminhos de Santiago percorridos por milhares de pessoas de todo o mundo, resultando num elemento de desenvolvimento turístico e económico de Espanha, face à proximidade de Portugal com Santiago de Compostela, o Turismo de Portugal deve apostar na criação desta aplicação, como um investimento na promoção da riqueza religiosa, cultural e histórica que estes quinze roteiros e setenta e oito estruturas possuem.

A existência dos Caminhos Marianos em Portugal deve ser divulgada em Portugal e no estrangeiro, através das empresas do setor e das entidades de promoção nacionais, para conhecimento dos crentes, dos peregrinos e dos turistas nacionais e internacionais, afirmando-se como uma oferta complementar do potencial turístico.

Por fim, destacamos a importância económica, cultural e gastronómica que os Caminhos Marianos e a existência de uma aplicação móvel em torno destes roteiros, representarão para todas as estruturas de dinamização turística e de serviços de restauração e hotelaria, ao longo do país.

5. Conclusões

Os santuários e as igrejas são espaços cada vez mais desejados, enquanto zonas de recolhimento, de oração, de silêncio, onde o peregrino, o crente ou o turista encontram a espiritualidade e a paz interior.

A deslocação das pessoas para as grandes cidades, em busca de emprego e de uma oportunidade de trabalho, tem-nos conduzido ao aumento dos aglomerados de betão, onde o Homem é um número e o individualismo se sobrepõe.

Aucourt (1993) refere-nos o aumento de peregrinos, por todo o mundo, enquanto fenómeno de revalorização do ser humano, de crença, de conhecimento e da experiência turística.

A veneração a Santa Maria e os inúmeros lugares de culto, a ela dedicados, em Portugal, atesta um sentimento religioso, onde os espaços coincidem com os caminhos da fé, com as antigas rotas de peregrinação e de romaria, com um património cultural e histórico que define Portugal.

Os Caminhos Marianos em Portugal são mais do que um mapa, ou um conjunto de roteiros. Eles proporcionam uma experiência autêntica ao viajante, ao peregrino, ao turista, por caminhos da cultura, da arte e da história envolta nas memórias do povo português que, desde a sua nascença, se consagrou à Mãe de Deus.

Deixa-se em análise, a junção deste potencial turístico com as novas ferramentas informáticas, através das aplicações móveis nos smartphones, como potenciador da experiência turística e do desenvolvimento do setor do turismo em Portugal.

Ainda que nas regiões onde se desenvolveram este tipo de aplicações não se tenham obtido números objetivos relativos à sua utilização, não podemos descurar o potencial histórico, cultural, religioso, natural e gastronómico existente nos roteiros definidos nos Caminhos Marianos.

Conscientes que uma parte crescente de turistas vai utilizar cada vez mais todas as ferramentas que a tecnologia e os intervenientes empresariais e institucionais lhes

proporcionam, importa não descurar e explorar este nicho do turismo de experiências, avançando com a criação de uma aplicação para smartphones sobre: Os Caminhos Marianos em Portugal.

De acordo com o exposto, e para a criação desta aplicação, impõe-se uma intervenção integrada e coordenada pelo Turismo de Portugal, envolvendo as Entidades Regionais de Turismo, a Igreja e os Municípios numa perspetiva de promoção turística de âmbito nacional.

O investimento deve ser assumido pelo Turismo de Portugal, apostando na criação desta aplicação, com rigor e credibilidade, promovendo a riqueza religiosa, cultural e histórica que estes quinze roteiros e setenta e oito estruturas possuem, dinamizando, simultaneamente, todo setor turístico, hoteleiro e de serviços que se encontram ao longo dos Caminhos Marianos em Portugal.

Gostaria de obter, gratuitamente, uma aplicação móvel no seu smartphone relativa aos Caminhos Marianos em Portugal e percorrê-los com o auxílio desta ferramenta?

BIBLIOGRAFIA

BUHALIS D, LAW, R. - Progress in information technology and tourism management: 20 years on and 10 years after the internetdthe state of eTourism research, **Tourism Management**, 29(4), 2008, p. 609-623.

BROWN, A., KAPPES, J., MARKS, J. - Mitigating theme park crowding with incentives and information on mobile devices, **Journal of Travel Research**, 52(4), 2013, p. 426–436.

CACCOMO J L, SOLONANDRASANA B - L'innovation dans le tourisme. Enjeux et stratégies. Paris: Tourismes et Sociétés, L'Harmattan, 2001.

COHEN, E.-Toward a sociology of international tourism, **Social Research**, 1972, p. 164–182.

CRAIG-SMITH S J, FRENCH C. - **Learning to live with tourism**, Melbourne: Pitman Publishing. 1994.

DUARTE, M D. - **Caminhos Marianos.** Lisboa, Secretariado Nacional para os Bens Culturais da Igreja, Turismo de Portugal, 2014.

GRETZEL, U. - Travel in the network: Redirected gazes, ubiquitous connections and new frontiers, In M. LEVINA & G. KIEN (Eds.), **Post-global network and everyday life**, New York: Peter Lang, 2010, p. 41-58.

GRETZEL U, & JAMAL T. - Conceptualizing the creative tourist class: Technology, mobility, and tourism experiences, **Tourism Analysis**, 14(4), 2009, p. 471–481.

GRETZEL U, FESENMAIER D R, O'LEARY J T. - The transformation of consumer behavior, In D. BUHALIS, C. COSTA (Eds.), **Tourism business frontiers**, Burlington: Elsevier/Butterworth-Heinemann, 2006, p. 9–18.

HALL C M, WILLIAMS A M. - **Tourism and innovation**, London: Routledge, 2008.

HJALAGER, A M. - Repairing innovation defectiveness in tourism, **Tourism Management**, 23, 2002, p. 465-474.

IOP, J E. - **No Caminho de Santiago**, Porto Alegre: Editora AGE, 2004.

JANSSON, A. - A sense of tourism: New media and the dialectic of encapsulation/decapulation, **Tourist Studies**, 7(1), 2007, p. 5–24.

JENNINGS G R., WEILER B. - Mediating meaning: Perspectives on brokering quality tourism experiences, In G. R. JENNINGS, N. P. NICKERSON (Eds.), **Quality tourism experiences**, Oxford: Elsevier Butterworth-Heinemann, 2006, p. 57–78.

KRAMER R, MODSCHING M, TEN HAGEN K, GRETZEL U .- Behavioural impacts of mobile tour guides. In M. SIGALA, L. MICH, J. MURPHY (Eds.) **Information and communication technologies in tourism.** Vienna: Springer, 2007, p. 109–118.

LA TAILLE, Y. - **Formação ética: do tédio ao respeito de si**, Porto Alegre: Artmed, 2009.

MACCANNELL, D. - Staged authenticity: Arrangements of social space in tourist settings, **American journal of Sociology**, 1973, p. 589–603.

MACKAY K, VOGT C.- Information technology in everyday and vacation contexts, **Annals of Tourism Research,** 39(3) 2012, p. 1380–1401.

MALERBA, F. - Sectoral systems of innovation and production: concepts, analytical framework and empirical evidence, **ECIS conference the future of innovation studies**, September 2001, p. 20-23.

MALERBA, F. - Sectoral systems of innovation: basic concepts, In F. MALERBA (Ed.), **Sectoral systems of innovation, concepts, issues and analyses of six major sectors in Europe**, Cambridge: University Press, 2004.

NETO, V. - Portugal Turismo – Relatório Urgente – Onde estamos – Para onde queremos ir, **Deplano**, 2013, p. 90-91.

NEUHOFER, B. - An analysis of the perceived value of touristic location based services, In M. FUCHS, F. RICCI, L. CANTONI (Eds), **Information and communication technologies in tourism**, Vienna: SpringerVienna, 2012, p. 84-95.

OH S, LEHTO X Y, PARK J. - Travelers' intent to use mobile technologies as a function of effort and performance expectancy, **Journal of Hospitality Marketing & Management**, 18(8), 2009, p. 765–781.

RASINGER J, FUCHS M, BEER T, HOPKEN W. - Building a mobile tourist guide based on tourists' on-site information needs, **Tourism Analysis**, 14(4), 2009, p. 483–502.

ROGERS, E M. - **Diffusion of innovations** (4th ed.), New York: The Free Press, 1995.

RYAN, C. - **The tourist experience**, London: Continuum, 2002.

SANTUÁRIO DE FÁTIMA - **Aljustrel e Valinhos – O outro pulmão do Santuário de Fátima**, Fátima, 2007.

SHRINES OF EUROPE - **Os santuários marianos da Europa**, Altotting: Oberbayern-Press-GmbH, 2008.

TUSSYADIAH, I P. - A concept of location-based social network marketing, **Journal of Travel & Tourism Marketing**, 29(3), 2012, p. 205–220.

TUSSYADIAH, I. P., ZACH, F. J. - The role of geo-based technology in place experiences, **Annals of Tourism Research**, 39(2), 2012, p. 780–800.

URIELY, N. - The tourist experience: Conceptual developments, **Annals of Tourism Research**, 32(1), 2005, p. 199–216.

WANG D, PARK S, FESENMAIER D R. - The role of smartphones in mediating the touristic experience, **Journal of Travel Research**, 51(4), 2012, p. 371–387.

WANG, N. - **Tourism and modernity: A sociological analysis**, Amsterdam: Pergamon, 2000.

BIBLIOGRAFIA ELETRÓNICA

MASKELL P, BATHELT H, & MALMBERG A. **- Building knowledge pipelines: The role of temporary clusters**. [Em linha 2015]. DRUID working paper, p. 05-20**.** Copenhagen Business School, Department of Industrial Economics and Strategy, 2005. Disponível na www. <URL: http://ideas.repec. org/p/aal/abbswp/05-20.html>.

MILES, I. - Services innovation: a reconfiguration of innovation studies. PREST discussion papers. 01-05. [Em linha 2015]. University of Manchester, April 2001. Disponível na www. <URL:http://www.mbs.ac.uk/research/innovation/publicationsarchive/documents/PRESTDP01-05.pdf>.

PAYSAGES CULTURELS ET PERSPECTIVES TOURISTIQUES AU SÉNÉGAL

Moustapha Sall
Département d'Histoire FLSH, UCAD,
BP 5005, Dakar-FANN, Dakar, Sénégal
moustapha1.sall@ucad.edu.sn; moustaphsall@gmail.com

Paysages Culturels et Perspectives Touristiques au Sénégal

Moustapha Sall

Historial do artigo:

Recebido a 30 de abril de 2015

Revisto a 01 de julho de 2015

Aceite a 16 de julho de2015

RESUMO

Como Finistère África Ocidental, Senegal beneficiou de muitos movimentos de população de seu interior. Esta mobilidade a longo prazo é evidenciado pela presença de vários sítios pré-históricos, Neolítico, proto-histórico, mais de trinta grupos culturais compostas, entre outros, Wolof, Sereer, Diola, Halpulaar (Peul e Toucouleur) mandinga, Soninke, Bassari, etc. Estas ondas de liquidação legaram um rico patrimônio tangível e intangível pouco estudado e valorizado. Este problema está relacionado a fatores econômicos, políticos e falta de recursos humanos qualificados. No entanto, alguns começaram a iniciativas e idéias abrem perspectivas interessantes.

Palavras-Chave: Grupos Culturais, Patrimônio, Salvaguardar, Promoção, Turismo.

ABSTRACT

As West African Finistère, Senegal has benefited from many population movements coming from its hinterland. This mobility in the long term is testifed by the presence of several prehistoric Neolithic, proto-historic, historical sites, and more than thirty cultural groups, among others, Wolof, Sereer, Diola, Halpulaar (Peul and Toucouleur) Mandinka, Soninke, Bassari, etc. These waves of settlement left a rich tangible and intangible heritage which little was studied and valued. This problem is related to economic, political factors, and lack of qualified human resources. However, some initiatives and ideas open up interesting prospects.

Key-words: Cultural Groups, Cultural Heritage Management, Turism.

RESUME

Finistère oust-africain, le Sénégal a bénéficié des nombreux mouvements de populations en provenance de son hinterland. Cette mobilité dans la longue durée est matérialisée par la présence de plusieurs sites préhistoriques, néolithiques, protohistoriques, historiques et de plus d'une trentaine de groupes culturels constituée, entre autres, de Wolof, Sereer, Diola, Halpulaar (Peul et Toucouleur), Mandingues, Soninké, Bassari, etc. Ces différentes vagues de peuplement ont laissé en héritage un riche patrimoine matériel et immatériel peu étudié et

valorisé. Ce problème est lié à des facteurs d'ordre économique, politique et de manque de ressources humaines qualifiées. Cependant, les quelques initiatives et idées entamées ouvrent des perspectives intéressantes.

Mots-clé: Groupes Culturels, Patrimoine, Sauvegarde, Promotion, Tourisme.

1. Introduction

Depuis quelques années, les concepts et pratiques relatifs à la mondialisation ne cessent de gagner du terrain. Dans cette mouvance de l'économie marchande, même s'il y a des résistances, on assiste à une mutation progressive de toutes les sociétés. Face à cette politique d'uniformisation, l'Afrique n'a jamais cessé d'être un laboratoire d'initiation de multiples stratégies de développement. Pour la sortir de sa situation économique, on a misé sur les secteurs industriel et agro-industriel et depuis peu on évoque l'annulation des taxes douanières sur certains produits tels que ceux dits culturels.

L'introduction des 'matières' culturelles dans les futures stratégies de développement démontre une prise de conscience que l'Afrique, en plus de ses ressources naturelles, possède des richesses culturelles dont l'exploitation pourrait contribuer à sortir certaines couches sociales de leur paupérisation endémique. Cependant, force est de constater que le fossé se creuse de jour en jour entre les pays qui ont les moyens de promouvoir les recherches les plus sophistiquées sur leurs Passé et Culture et les autres, tel que le Sénégal, pour qui l'urgence et le caractère dramatique des besoins primaires (santé publique, sécurité alimentaire, éducation.....) et problèmes de survie relègue loin à l'arrière ce genre de préoccupations.

Sachant que tout progrès économique s'accompagne nécessairement d'un développement culturel, lutter contre ce déséquilibre et sauvegarder les traditions culturelles constituent un enjeu fondamental. C'est dans cette perspective que s'inscrit le présent article qui, de manière prospective, vise deux objectifs majeurs : (1) diagnostiquer les problèmes rencontrés dans la valorisation du patrimoine matériel et immatériel au Sénégal ; et (2) explorer certaines perspectives qui permettront de valoriser ce riche héritage, afin de le rendre touristiquement et économiquement viable au profit des communautés locales.

2. Le Patrimoine du Sénégal: Problèmes de Recherche, de Conservation et de Valorisation

Le Sénégal est un petit pays d'Afrique occidentale (avec 197 161 km^2 pour 12 millions d'habitants), limité au nord par la Mauritanie, à l'est par le Mali, à l'ouest par l'Océan Atlantique, et au sud par les républiques de Guinée et Guinée-Bissau.

Finistère ouest-africain, il a bénéficié des nombreux mouvements de populations en provenance de son hinterland. Cette mobilité dans la longue durée est matérialisée par la présence de plusieurs sites préhistoriques, néolithiques, protohistoriques, historiques et de

plus d'une trentaine de groupes culturels constituée, entre autres, de Wolof, Sereer, Diola, Halpulaar (Peul et Toucouleur), Mandingues, Soninké, Bassari….

Ces différentes vagues de peuplement ont laissé en héritage un riche patrimoine. Les recherches effectuées depuis la période coloniale ont permis d'inventorier des milliers de sites protohistoriques qui ont été classés dans quatre zones archéologiques. La première couvre plus de 200 amas coquilliers situés sur le littoral et caractérisés par une accumulation de déchets de coquillages et une réutilisation funéraire. La seconde est constituée par les quelques 6000 tumuli de sable répartis en 1446 sites dans le Centre-Ouest, sur une zone d'environ 32.000 km^2. un ou plusieurs menhirs frontaux. Sur environ 38.000 km^2, près de 2.000 sites de ce type ont été trouvés.

La troisième zone regroupe les cercles mégalithiques ou pierres dressées et les tumuli associés à recensés dans la partie sud du Centre-Ouest du Sénégal et au nord de l'actuelle Gambie. Enfin, la dernière zone couvre les nombreux sites du nord du pays, particulièrement dans la vallée du fleuve Sénégal (MARTIN, BECKER, 1974) (**voir Figure 1.**).

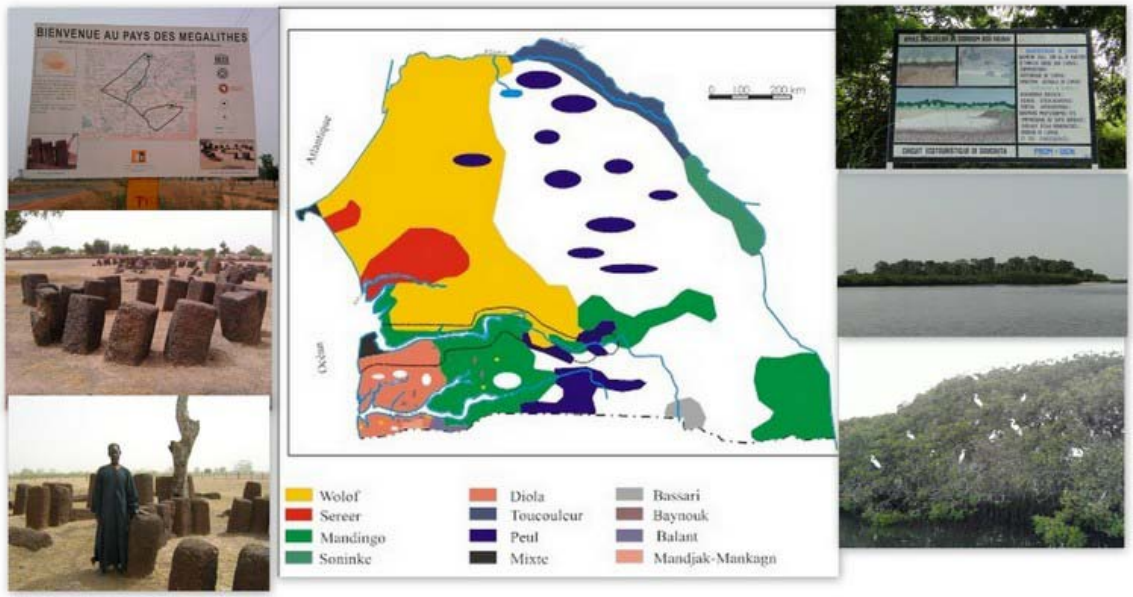


Figure 1. Localisation de quelques groupes culturels, sites archéologiques et naturels.

A cela s'ajoute les sites historiques (autochtones et coloniaux) et l'immense richesse du patrimoine immatériel représentée par les fêtes culturelles (*Khoy* et *Pangol* en pays Sereer ; *Yéla* et *Lootoori* en pays Halpulaar ; *Ësin*, *Kacinen*, *Bukut*, *Kumpo* et les quelques 15 fêtes annuelles répertoriées en pays Diola ; *Kankuran* en pays Manding ; *Maccako* ou fête de la récolte, *Macaang* pour la fin des récoltes, *Meréech* destinée aux enfants précédant l'initiation et *Gammoonde* en pays Bedik, etc.). Dans des régions tels que la Casamance et le Sénégal Oriental (pays Diola, Bassari et Bedik), en plus de la présence d'une riche biodiversité (mangrove, verdure, montagnes, cascades, etc.), les manifestations culturelles sont encore vivaces (THOMAS, 1959; PELISSIER, 1966; FERRY, 1983; GRAVRAND, 1983; GIRARD, 1984; ROCHE, 1985; MARK, 1992; SALL, 2005; DE JONG, 2007).

En pays Diola (Basse Casamance), plusieurs événements culturels visant à renforcer la cohésion sociale sont annuellement organisées. Parmi ceux-ci on peut citer, entre autres exemples, l'*Ësin* des Baïnounk Gubahëer (occupant le village de Djibonker, sur la route menant à la station touristique du Cap-Skirring), le *Kacinen* de leurs voisins Diola Bayotte et Bandial (habitants l'historique *Moff-Ëvi* ou royaume de la pluie).

L'*Ësin* des Baynounk Gubahëer est une cérémonie d'initiation cultuelle et culturelle célébrée pendant les années impaires pour une durée de trois jours. La soirée du premier jour est réservée à l'accueil des invités et aux réjouissances (chants et danses, accompagnées d'une abondante consommation de vin de palme). Le second jour est réservé à un rituel pour les futurs initiés qui, rasés et portant un pagne noir « *Tëbën teni añuba* » autour des reins, sont amenés dans un lieu secret et soumis à une diète (ils ne doivent ni manger ni boire ni même téter de l'aube au début de l'après-midi), sous la supervision de gardiens (parents, grands-parents, frères).

Parallèlement à leur retraite, de l'autre côté dans une concession qui abrite l'autel, une place spéciale est réservée pour la cuisine qui est faite exclusivement par des hommes déjà initiés. Une fois les aliments (riz, huile de palme et poulets sacrifiés) cuits, débute une longue procession, rythmée par des chants et danses, pour aller récupérer les initiés et leur faire un bain rituel avant qu'ils ne coupent leur diète avec les gésiers des poulets sacrifiés.

Le troisième jour est réservé aux grandes festivités publiques. Un grand rassemblement folklorique est organisé dans un grand espace au cours duquel hommes et femmes rivalisent d'ardeur avec les danses des « **Jibas** » et « **Jilepeñ** », tout en continuant à boire en abondance le vin de palme (*kuno*).

Une cérémonie identique, appelée *kacinén* ou *batchin*, se déroule également tous les deux ans (année paire) dans le royaume du *Moff-Ëvi*, chez les Diola Bandial (villages d'Enampor, Kamobeul) et en année impaire chez les Diola Bayotte (villages d'Etomé et de Nyassia).

Ces différentes cérémonies sont régulièrement organisées car elles constituent des étapes intermédiaires menant à la grande épreuve du *Bukut* (initiation masculine). Celle-ci est l'une des institutions qui assure encore aujourd'hui une identité régionale aux différents groupes culturels qui occupent le pays diola. Elle est célébrée une fois tous les 20 ou 25 ans et à tour de rôle pour les centaines de villages de la zone. Cette épreuve qui permet aux jeunes d'intégrer le cercle des adultes est organisée en trois étapes : une cérémonie de fixation de la date (*Foutaboraf* au Fogny), des manifestations publiques et une retraite dans le bois sacré (les jeunes âgés de 18 à 30 ans sont rassemblés dans la forêt où ils resteront coupés de l'extérieur pendant un mois ou plus, le temps d'acquérir tous les enseignements nécessaires pour affronter la vie et renforcer le sentiment communautaire).

La fin de cette initiation (*Bukut*) est célébrée avec faste. En effet, chaque chef de famille est tenu d'immoler un taureau et de faire cuire beaucoup de riz (une centaine de kg selon certains) en l'honneur de chacun de ses fils qui a participé au stage. Ce jour, qui attire beaucoup de spectateurs (parents venant des autres villages et de la ville, curieux, touristes, etc.), coïncide avec la sortie en public de plusieurs masques d'initiation parmi lesquels le *Kankuran*, un masque d'origine manding qui, durant tout le stage, protégeait les initiés des esprits maléfiques.

Des comportements assez similaires sont notés chez les populations Bedik du Sénégal oriental qui organisent plusieurs fêtes annuelles (*Maccako* ou fête de la récolte, *Macaang* pour la fin des récoltes, *Meréech* destinée aux enfants précédant l'initiation). La plus importante est la *Gammoonde* qui se tient au mois de mai, juste avant le début de la saison des pluies. Etalée

sur une semaine, elle constitue la période de retrouvailles de toute la diaspora bedik. L'ouverture de cette manifestation est précédée par une semaine de chasse qui mobilise tous les jeunes déjà initiés. Pendant leur absence, les femmes s'évertuent à préparer d'énormes quantités de bières de mil qui seront conservées dans des poteries soigneusement façonnées et décorées. Elles en profitent aussi pour se coiffer avec des motifs qui renvoient aux classes d'âge. La semaine de festivité, qui débute au lendemain de retour des chasseurs, est marquée par un riche répertoire de chants et de danses et une sortie quotidienne de plusieurs masques. Ces derniers, de par la couleur des peintures et des chants, renseignent sur l'appartenance aux différentes familles qui composent cette communauté.

2.1. Un Patrimoine Mal Exploité

Toutes ces richesses brièvement énumérées sont malheureusement sous-exploitées. Parmi les milliers de sites archéologiques, seule une centaine a fait l'objet de recherches (JOUENNE, 1930; JOIRE, 1947, 1955; DE SAPIR, 1971; DESCAMPS ET AL., 1974; THILMANS ET AL., 1980; THILMANS, RAVISE, 1980; GALLAY ET AL., 1982; CHAVANE, 1985; BOCOUM, 1986; SALL, 1991; THIAM, 1991; MC INTOSH ET AL., 1992, 1993, 2000; GUEYE, 1998; DEME, MC INTOSH, 2006; HOLL ET AL., 2007), à l'issue desquelles une dizaine a été sauvegardée et dans une moindre mesure valorisée. Le reste est exposé aux multiples types de vandalismes de la part de l'Etat et de professionnels. C'est le cas des sites d'amas coquilliers (Faboura, Diorom Boundaw) dont les matériaux ont été utilisés pour la construction de routes, de maisons, de cimetières, etc. (SALL, 2007, 2009; THIAM, 2013). Le même constat vaut aussi pour l'essentiel des objets provenant des sites fouillés (belles pièces de silex, objets de parure en or (dont un fameux pectoral), cuivre et fer, armature en fer, belles poteries de haute facture, etc. Ceux-ci sont rassemblés en dehors de lieux d'origine et conservés dans les quelques musées de la capitale (Musée d'Art Africain Théodore Monod, Musée historique de Gorée). Ces lieux, en plus des méthodes de conservation et de valorisation critiques, ne suscitent aucun intérêt de la part des populations qui les considèrent comme relevant d'un luxe destiné aux quelques touristes étrangers, en dépit des efforts entrepris par les conservateurs pour promouvoir leurs dimensions pédagogiques.

En effet, malgré les nombreux problèmes, quelques initiatives ont été menées. Avec l'appui de bailleurs, certains sites mégalithiques ont été classés dans le Patrimoine Mondial de l'Humanité de l'Unesco. L'objectif est de les sauvegarder et de promouvoir le tourisme culturel. Dans d'autres régions les populations locales se sont organisées pour initier des actions qui intègrent la protection de leur écosystème et l'éco-tourisme. C'est l'exemple de la création de l'Aire marine protégée (AMP) de Keur Bamboung (dans le Delta du Saloum). Appuyée par Océanium (une ONG active dans la préservation des fonds marins) et l'Agence Française de Développement. Cette structure qui regroupe environ quatorze villages, tout en contrôlant strictement la biodiversité, initie un projet de découverte touristique comprenant diverses activités : balades, Kayaks, visite de sites archéologiques et arbres des oiseaux, etc. (voir Figure 2.).

Figure 2. Tourisme écologique et culturel à Keur Bamboung (Delta du Saloum) et les mégalithes de Wanar.

Cependant, ces initiatives ne bénéficient pas d'un encadrement adéquat. L'essentiel des efforts de préservation et de communication est axé sur la promotion des sites coloniaux tels que l'île de Gorée, la cathédrale de Dakar, les anciens bâtiments de la ville de St-Louis, etc.

Le rapport annuel 2008 du Fond Africain pour le Patrimoine Mondial a mis l'accent sur ces problèmes de valorisation et d'intégration des sites de nombreux pays africains dans la liste du patrimoine mondial. Jusqu'ici, seuls six (6) des 76 sites du patrimoine mondial en Afrique possèdent des rapports de valeur universelle exceptionnelle. Seulement 27 ont un rapport d'importance (Statement of significance) et 43 lieux n'ont ni l'un ni l'autre, d'où l'urgence d'explorer de nouvelles pistes pour valoriser et promouvoir les fêtes culturelles pour les sauvegarder.

Au Sénégal, le manque de méthodologie de conservation et de perspectives se ressent également au niveau de la mise en valeur des manifestations culturelles. Les populations rurales dépositaires de cette richesse, frappée par l'oisiveté (elles ne sont actives que durant la saison des pluies qui dure trois mois), le chômage et la paupérisation endémique, s'exilent de plus en plus vers les centres urbains. Cet exode, qui affecte particulièrement les jeunes principaux animateurs de ces événements sous la direction des anciens, menace d'extinction ces activités d'où l'urgence d'entreprendre des mesures de sauvegarde et de valorisation.

Ces problèmes sont accentués aussi par le fait que le Sénégal manque de ressources humaines qualifiées. En effet, à l'heure actuelle le pays ne compte que sept archéologues qui enseignent, administrent le patrimoine culturel et historique et managent un musée.

3. Promouvoir le Tourisme Culturel

De plus en plus de touristes expriment souvent le désir de sortir de temps en temps des circuits classiques (plages, hôtels). Au cours de mes recherches de terrain, j'ai eu l'occasion de

discuter avec certains rencontrés aux marchés hebdomadaires ruraux et lors des manifestations culturelles en pays Diola et Bedik.

Cette envie de découverte du pays culturel crée de nouvelles opportunités. Ainsi, en plus de la valorisation du Patrimoine Culturel et Historique (à travers les sites archéologiques et monuments coloniaux), la structuration des manifestations culturelles (en respectant leurs spécificités) pourraient être bénéfiques aux populations locales. Il s'agira d'initier un véritable marketing culturel basé sur des projets et/ou programmes avec comme objectif la redynamisation des zones frappées par l'éloignement ou l'enclavement mais qui ont des potentialités culturelles et artisanales à mettre en valeur (**voir Figure 3.**).

Figure 3. Fêtes d'initiation *Ësin* (chez les Baybounk Gubahëer de Djibonker et *Kacinen* chez les Diola Bayotte (Etomé, Nyssia) et Bandial du Moff-Ëvi (Kamobeul, Enampore).

Nous nous sommes inscrits dans cette logique. En effet, suite à nos recherches dans la région de Kédougou (pays bédik), nous avons organisé une journée culturelle « Dakar découvre les Bédik » qui a permis aux nombreux dakarois (les habitants de la capitale du Sénégal) et étrangers de découvrir un groupe culturel et ses richesses culturelles jusqu'ici méconnus des Sénégalais (**voir Figure 4**.).

Figure 4. Fête de la *Gammondé* en pays Bédik et journée culturelle à Dakar

Ces initiatives doivent être accompagnées par une action de valorisation et de promotion de l'artisanat traditionnel (poterie).

En effet, la poterie traditionnelle est essentiellement l'apanage des femmes. Les nombreuses enquêtes effectuées en milieu wolof, sereer, diola, toucouleur, soninké, soocé et bassari ont permis de répertorier 2.500 artisanes, répartis dans environ 200 villages (GUÈYE, 1998 ; GELBERT, 2000 ; SALL, 2005 ; THIAM, 2010). Ayant travaillé avec certaines dans le cadre de mon doctorat, nous avons noué des relations de confiance avec elles. Cette complicité a permis leurs participations aux biennales de la céramique d'Andenne (Belgique) en 2002, de l'art contemporain de Dakar (DAK'ART, 2002) et à la foire internationale de Dakar (2006). Elles sont aussi régulièrement invitées à démontrer leur savoir-faire durant les différentes manifestations organisées par l'Université (2007, 2008). La prochaine approche méthodologique consistera à les aider à structurer leurs modes d'organisation, avec des lieux (ateliers) offrant aux touristes un cadre leur permettant d'être en contact direct avec la culture locale. L'idée est de favoriser leur accueil pour quelques journées dans un groupement. Au cours de ce séjour, ils auront la possibilité d'assister aux différentes manifestations culturelles, qui coïncident souvent avec la saison touristique, et de fabriquer leurs propres poteries à partir de techniques locales. En évechange, ils donneront une petite contribution financière qui, d'une part, ne pèsera pas sur leur budget et, d'autre part, permettra aux populations locales de bénéficier des retombées du tourisme, ce qui n'est pas le cas actuellement (**voir Figure 5.**).

Figure 5. Etudiants américains en plein apprentissage des techniques de fabrication de poteries avec les femmes Wolof de Passy Ndenderleng (Région de Kaolack, à proximité de la zone touristique du delta du Saloum).

L'implantation de ces villages culturels est facilitée par la position géographique des différents localités de potières, situées à une trentaine de kilomètres des réceptifs hôteliers, qu'il s'agisse du sud, du centre ou du nord du pays. Ainsi, les clients des sites touristiques du Cap-Skirring et de Kafountine (Casamance) pourraient être accueillis respectivement par des villages culturels d'Edioungou et de Diouwent (périphérie d'Oussouye), de Diatang, de Suelle et de Katinong (placés non loin de la route qui relie Bignona à Kafountine). Il en est de même pour ceux qui fréquentent les plages de la Petite Côte (complexe Saly Portudal) et les îles du Saloum. Pour ces zones, les potières Sereer et Wolof des 30 villages environnants (regroupées dans quelques groupements) seraient en mesure de les satisfaire. Le même constat vaut pour ceux qui fréquentent Saint-Louis (au Nord), le parc Niokolo Koba et le pays Bassari (au Sud-est).

Un bon système de communication et un partenariat avec les réceptifs hôteliers (brochures présentant la chaîne opératoire de fabrication des poteries et les spécificités culturelles et techniques de chaque zone) assureraient le succès de ces actions. La mise en place de toutes ces activités permettra d'employer un personnel qualifié capable d'encadrer les populations locales et d'exploiter judicieusement notre Patrimoine Culturel.

4. Conclusion

Ce bref survol des potentialités culturelles du Sénégal et de leur sous-exploitation ouvre plusieurs perspectives qui méritent d'être davantage approfondies et formalisées. En effet,

depuis des années des recherches ont permis de récolter d'importantes données relatives au riche répertoire du patrimoine immatériel. L'exploitation de cette masse de données, articulée à des actions concrètes, permettrait de traduire en acte les objectifs principaux de l'Afrique, fixés depuis 2009 et orientés vers l'amélioration, la gestion, la conservation de la richesse culturelle, l'augmentation de la capacité des établissements nationaux à mieux contrôler le patrimoine matériel et immatériel en Afrique Subsaharienne. Cette nouvelle approche permettra d'articuler la recherche au développement en formant de vrais agents du développement culturel. La valorisation et la promotion de ce riche Patrimoine offrira de réelles possibilités d'augmentation du nombre de professionnels qui contribueront à créer des programmes qui stimulent un intérêt et une appréciation de l'héritage culturel parmi les communautés locales. Il s'agira d'encadrer certaines d'entre elles qui ont le potentiel pour transformer une économie rurale en des offres culturelles de tourisme.

A long terme l'investissement dans ce travail contribuera à la mise en place de communautés qui assureront une gestion durable de leur patrimoine par l'appropriation et la mobilisation des ressources.

BIBLIOGRAPHIE

BOCOUM, H. - **La métallurgie du fer au Sénégal. Approche archéologique, technologique et historique**. Thèse de 3e cycle, 2 vols. Université de Paris I, 1986.

CHAVANE, B. - **Villages de l'ancien Tékrour**. Paris: Karthala, 1985. ISBN-2-86537-143-3.

De JONG, F. - **Masquerades of Modernity power and secrecy in Casamance, Senegal**. Indiana: Indiana University Press, 2007. ISBN-025335172.

DEME, A.; Mc INTOSH, S. K. - Excavations at Walaldé: New light on the settlement of the Senegal Middle Valley by Iron-Using Peoples, **Journal of African Archaeology**, Vol 4(2), 2006, p. 317-347.

De SAPIR, O. L. - Shell middens of Lower Casamance and problems of Diola Protohistory, **West African Journal of Archaeology**, 1, 1971, p. 23-54.

DESCAMPS, C.; THILMANS, G.; THOMMERET, Y. - Données sur l'édification de l'amas coquilliers de Dioron Boumak (Sénégal), **Bulletin de l'ASEQUA** 41, 1974, p. 67-83.

FERRY, M. P. - **Les Dits de la nuit: Contes Tenda (Sénégal Oriental)**. Paris: Karthala, 1983. ISBN-2-86537-077-1.

GALLAY, A., PIGNAT ,G.; CURDY, P. - Mbolop Tobé (Santhiou Kohel, Sénégal). Contribution à la connaissance du mégalithisme sénégambien, **Archives Suisses d'Anthropologie Générale**, 46(2), 1982, p. 217-59.

GELBERT, A. - **Étude ethnoarchéologique des phénomènes d'emprunts céramique. Enquêtes dans les haute et moyenne vallées du fleuve Sénégal (Sénégal)**. Thèse de doctorat. Université de Paris X, 1998.

GIRARD, J. - **Les Bassari du Sénégal: fils du Caméléon**. Paris: Karthala, 1984.

GUEYE, N.S. - **Poteries et peuplements de la moyenne vallée du fleuve Sénégal du XVIe au XIXe siècle: approches ethnoarchéologique et ethnohistorique**. Thèse de doctorat, 2 vols. Université de Paris X-Nanterre, 1998.

HOLL, A.; BOCOUM, H.; DUEPPEN, S.; GALLAGHER, D. - Switching Mortuary Codes and Ritual Programs: The Double Monolith-Circle from Sine-Ngayene, Senegal**, Journal of African Archaeology** *Vol 5(1)*, 2007, p. 127-148.

JOIRE, J. - Amas coquilliers du littoral sénégalais dans la banlieue de St Louis, **BIFAN** 9(1-4), 1947, p. 170-340.

JOIRE, J. - Découvertes archéologiques dans la région de Rao (Bas-Sénégal), **BIFAN** 17(3-4), 1955, p. 249-333.

JOUENNE, P. - Les monuments mégalithiques du Sénégal : les roches gravées et leurs interprétations culturelles, **BCEHS AOF**, 1930, p. 307-99.

MARK, P. - **The Wild Bull and the sacred forest. Form, Meaning and Change in Senegambian Initiation Masks**. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.

MARTIN, V.; BECKER, C. - Vestiges et occupation humaine au Sénégal, **Annales de Démographie Historique**, 1974, 403-29.

Mc INTOSH, S. K.; Mc INTOSH, R. J.; BOCOUM, H. - The middle Senegal Valley Project: Preliminary results from the 1990-91 Field Season, **Nyame Akuma**, 38, 1992, p. 47-61.

Mc INTOSH, S. K.; Mc INTOSH, R. J. - Field survey in the tumulus zone of Senegal. **The African Archaeological Review**, 11, 1993, p. 73-107.

Mc INTOSH, S. K.; BOCOUM, H. - New perspectives on Sincu Bara, a first millenium site in the Senegal Valley. **African Archaeological Review**, 17, 2000, p. 1-43.

PELISSIER, P. - Les paysans du Sénégal. Les civilisations agraires du Cayor à la Casamance. Saint Yrieix: Imprimerie Fabrègue, 1966.

ROCHE, C. - **Histoire de la Casamance. Conquête et résistance: 1850-1920**. Paris: Karthala, 1985. ISBN-978-2-86537-125-9.

SALL, M..- **Étude de la technologie céramique de Cubalel à travers le sondage C3-B**. Mémoire de maîtrise. Dakar: Université Cheikh Anta Diop, 1991.

SALL, M. - Traditions céramiques, Identités et Peuplement en Sénégambie. Ethnographie comparée et essai de reconstitution historique. **Cambridge Monographs in African Archaeology** 63, Bar International Series 1407, Oxford : Archaeopress, 2005. ISBN-1841718505.

THIAM, M. - **La céramique dans l'espace sénégambien. Un patrimoine méconnu**. Paris: l'Harmattan, 2010. ISBN-978-2-296-10282-8.

THIAM, M. - Senegambian shell middens and burial – a heritage in danger. In BAILEY, G. N.; HARDY, K.; CAMARA, A. (eds.) - **Shell energy. Mollusc shells as Coastal Ressources**, Oxford: Oxbow Books, 2013, p. 191-198, ISBN-978-1-84217-765-5.

THILMANS, G.; DESCAMPS, C.; KHAYAT, B. - Protohistoire du Sénégal. Recherches archéologiques: les sites mégalithiques, **Mémoires de l'IFAN**, 91 (1), 1980.

THILMANS, G.; RAVISE, A. - Protohistoire du Sénégal. Sinthiou Bara et les sites du fleuve, **Mémoires de l'IFAN**, 91 (2), 1980**.**

THOMAS, L. V. - **Les Diola. Essai d'analyse fonctionnelle sur une population de Basse Casamance**. 2 vols. Dakar: IFAN, 1959.

COMMUNICATIONS Á CONGRÉS

SALL, M. (2007) - **Problèmes de recherche et stratégies de gestion du patrimoine au Sénégal**, Communication au 1er Congrès International de la Société Archéologique Brésilienne; 25 septembre au 7 Octobre 2007; Florianópolis, Brésil.

SALL, M. (2009)- **Megalith Circles, and Cultural Heritage Resources Management in Senegal**, Communication au Séminaire sur «Les Communautés locales et le Patrimoine de l'Humanité»; 2 au 6 mars 2009; Las Palmas, Îles Canaries, Espagne.

ipt
Instituto
Politécnico
de Tomar

cph.ipt
Centro
de Pré-História